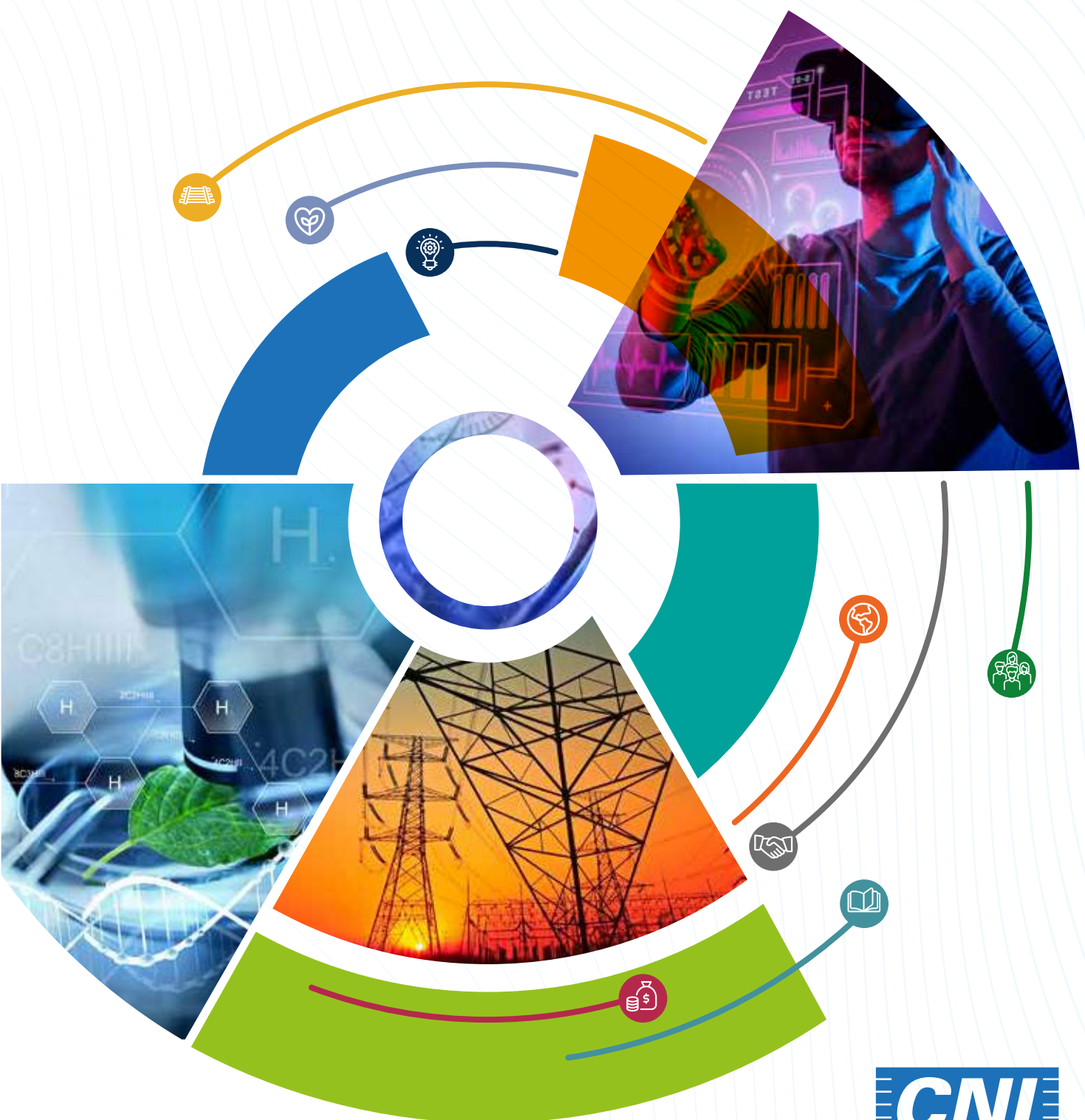




MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA | 2023 2032

O CAMINHO PARA A NOVA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA | 2023 2032

O CAMINHO PARA A NOVA INDÚSTRIA



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Paulo Antonio Skaf

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Antônio Carlos da Silva

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Francisco de Assis Benevides Gadelha

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Paulo Afonso Ferreira

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Glauco José Côrte

VICE-PRESIDENTES

Sérgio Marcolino Longen

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Antonio Ricardo Alvarez Alban

Gilberto Porcello Petry

Olavo Machado Júnior

Jandir José Milan

Eduardo Prado de Oliveira

José Conrado Azevedo Santos

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes

Edson Luiz Campagnolo

Leonardo Souza Rogério de Castro

Edílson Baldez das Neves

1º DIRETOR FINANCEIRO

Jorge Wicks Côrte Real

2º DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR FINANCEIRO

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Amaro Sales de Araújo

2º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio José de Moraes Souza Filho

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Marcelo Thomé da Silva de Almeida

DIRETORES

Roberto Magno Martins Pires

Ricardo Essinger

Marcos Guerra

Carlos Mariani Bittencourt

Pedro Alves de Oliveira

José Adriano Ribeiro da Silva

Jamal Jorge Bittar

Roberto Cavalcanti Ribeiro

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira

Julio Augusto Miranda Filho

José Henrique Nunes Barreto

Nelson Azevedo dos Santos

Flávio José Cavalcanti de Azevedo (Licenciado)

Fernando Cirino Gurgel

CONSELHO FISCAL

TITULARES

João Oliveira de Albuquerque

José da Silva Nogueira Filho

Irineu Milanesi

SUPLENTES

Clerlânio Fernandes de Holanda

Francisco de Sales Alencar

Célio Batista Alves



Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

MAPA ESTRATÉGICO 2023 DA INDÚSTRIA 2032

O CAMINHO PARA A NOVA INDÚSTRIA

© 2023. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE

FICHA CATALOGRÁFICA

C748m

Confederação Nacional da Indústria.

Mapa estratégico da indústria 2023-2032 : o caminho para a nova indústria /
Confederação Nacional da Indústria. – Brasília : CNI, 2023.

215 p. : il.

1. Indústria. 2. Mapa Estratégico. I. Título.

CDU: 338.45

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.com.br



LISTA DE SIGLAS

4G	Quarta geração de telefonia móvel
5G	Quinta geração de conectividade sem fio
A.A.	Ao ano
ACC	Adiantamento sobre Contrato de Câmbio
ACE	Adiantamento sobre Cambiais Entregues
ACFIs	Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos
ADTs	Acordos de Dupla Tributação
AIR	Análise de Impacto Regulatório
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANTP	Associação Nacional de Transportes Públicos
BEPS	Projeto de Erosão de Base e Transferência de Lucros
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBAM	Mecanismo de ajuste de carbono na fronteira
CCPs	Comissões de Conciliação Prévia
CCS	<i>Carbon capture and storage</i>
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CO2	Dióxido de carbono
Confaz	Conselho Nacional de Política Fazendária
COP26	26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
Covid-19	<i>Coronavirus disease 2019/Coronavírus 2019</i>
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DT-e	Documento de Transporte Eletrônico
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre/ <i>European Free Trade Association</i>
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESG	Sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa (<i>Environmental, Social and Governance</i>) nas empresas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública



FCFs	Fundos Constitucionais de Financiamento
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNCP	Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
G20	Grupo dos Vinte (G20), principal fórum de cooperação econômico internacional
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GEE	Gases de efeito estufa
GPT-4	<i>Generative Pre-trained Transformer 4</i>
GTA	<i>Global Trade Alert</i>
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICT	<i>Information and Communication Technology</i>
ICT's	Instituições de Ciência e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	<i>International Energy Agency</i>
IEP	<i>Institute for Economics and Peace</i>
IGC	<i>Índice Global de Cibersegurança</i>
IMD	<i>International Institute for Management Development</i>
IN049	Índice de perdas na distribuição
IN055	Índice de atendimento total de água
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IoT	Internet das Coisas
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPJ	Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas
IRR	Índice Nacional de Recuperação de Resíduos
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISS	Imposto sobre Serviços
ITU	<i>International Telecommunication Union</i>
IVA	Imposto sobre Valor Agregado
JCP	Juros sobre capital próprio
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/ Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LPI	Índice de desempenho logístico do Banco Mundial
MBC	Movimento Brasil Competitivo



Mcid	Ministério das Cidades
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MEC	Ministério da Educação
MEI	Mobilização Empresarial pela Inovação
METRÔ	Companhia do Metropolitano de São Paulo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMBTU	Unidade de medida que representa um milhão de BTUs
MPM _e	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MPS	Ministério da Previdência Social
MRV	Mensuração, Relato e Verificação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
Mtep	Milhões de toneladas de petróleo equivalente
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NTEP	Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
OBC	<i>Ombusman</i> de Barreiras Comerciais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<i>OEC</i>	<i>Observatory of Economic Complexity</i>
OLUC	Óleos Lubrificantes Usados e Contaminados
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
P.P.	Pontos percentuais
Paof	Plano Anual de Outorga Florestal
PD&I	Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PGMU V	Plano Geral de Metas de Universalização
PH	Potencial hidrogeniônico
PIA-Empresa	Pesquisa Industrial Anual – Empresa
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Projeto de Lei
Planares	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
PM _E s	Pequenas e Médias Empresas
<i>PMR</i>	<i>Product Market Regulation Statistics</i>
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNF	Plano Nacional de Fertilizantes
PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana
PNRS	Plano Nacional de Resíduos Sólidos

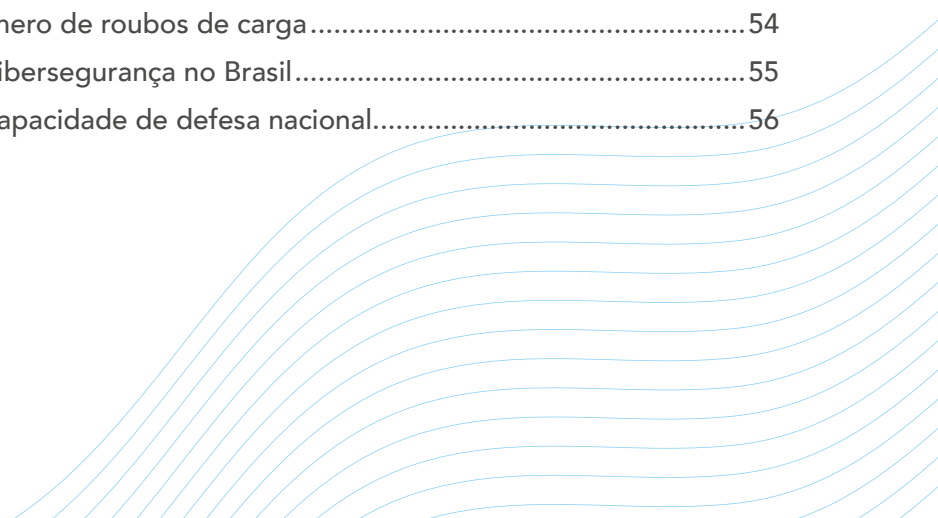


PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
PPPs	Parcerias Público-Privadas
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RAT	Riscos Ambientais do Trabalho
Recof	Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado
Recof-Sped	Regime Aduaneiro Especial de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital
SACU	União Aduaneira da África Austral
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SECEX/MDIC	Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
SEM Barreiras	Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SIIC	Sistema de Informações e Indicadores em Cultura
SINIR	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos
SisGen	Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SPI	<i>Statistical Performance Indicators</i>
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
STEM	Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática/ <i>Science, Technology, Engineering and Mathematics</i>
STM	Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TTF	<i>Title Transfer Facility</i>
UCS Satellite Database	<i>Union of Concerned Scientists</i>
UE	União Europeia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i>
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
WHO	<i>World Health Organization</i>
WIPO	<i>World Intellectual Property Organization</i>
WITS	<i>Integration Trade Solution - Banco Mundial</i>



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
A indústria e o país que queremos em 2032.....	19
A construção de uma estratégia de longo prazo em um mundo em constante transformação.....	20
Avanços relevantes na agenda nacional.....	23
Foco no longo prazo, com flexibilidade para adaptação.....	24
Componentes e integração entre os fatores-chave.....	27
Ações das empresas e para as empresas integradas aos fatores-chave	32
1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	33
1.1 Ambiente Regulatório.....	37
Objetivo: Melhorar a qualidade regulatória	38
Objetivo: Aperfeiçoar os procedimentos administrativos	39
1.2 Segurança Jurídica	40
Objetivo: Elevar a segurança jurídica	41
Objetivo: Aumentar a efetividade dos mecanismos alternativos de resolução de conflito	42
1.3 Governança	44
Objetivo: Melhorar a eficácia do setor público	45
Objetivo: Aperfeiçoar a governança corporativa e do sistema de compliance no setor privado.....	46
Objetivo: Ampliar a transparência do poder público.....	47
Objetivo: Fortalecer e melhorar os mecanismos de combate à corrupção.....	48
1.4 Desburocratização.....	49
Objetivo: Reduzir o excesso de procedimentos burocráticos que afetam o ambiente de negócios.....	50
Objetivo: Apoiar o avanço da estratégia de governo digital.....	51
1.5 Segurança Pública e Defesa do Estado	52
Objetivo: Reduzir custos sociais e econômicos decorrentes da insegurança pública	53
Objetivo: Reduzir o número de roubos de carga.....	54
Objetivo: Aumentar a cibersegurança no Brasil.....	55
Objetivo: Aumentar a capacidade de defesa nacional.....	56





2 AMBIENTE ECONÔMICO..... 59

2.1 Macroeconomia e Investimento.....	63
Objetivo: Aumentar o nível de emprego.....	64
Objetivo: Assegurar a estabilidade de preços de forma compatível com uma trajetória decrescente da taxa de juros de política monetária	65
Objetivo: Alcançar a sustentabilidade fiscal.....	66
Objetivo: Aumentar investimentos públicos e privados	67
2.2 Financiamento	68
Objetivo: Reduzir o custo de financiamento	69
Objetivo: Aumentar a disponibilidade e a oferta de crédito bancário	70
Objetivo: Melhorar as condições de crédito para micro, pequenas e médias empresas	71
Objetivo: Aumentar a disponibilidade e a oferta de crédito não bancário	72
Objetivo: Aumentar a destinação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs) para a indústria	73
2.3 Tributação.....	74
Objetivo: Alinhar a tributação do consumo às melhores práticas internacionais, com a adoção de um modelo IVA.....	75
Objetivo: Reduzir a diferença entre a participação da indústria na arrecadação de tributos sobre o consumo e a participação da indústria no PIB	76
Objetivo: Reduzir a tributação da renda corporativa.....	77
2.4 Desenvolvimento Regional	78
Objetivo: Reduzir as desigualdades de renda per capita entre os estados	79
Objetivo: Reduzir as desigualdades regionais de desenvolvimento humano	80
Objetivo: Reduzir as desigualdades regionais de renda.....	81

3 BAIXO CARBONO E RECURSOS NATURAIS..... 83

3.1 Recursos Naturais	87
Objetivo: Ampliar o uso sustentável da biodiversidade brasileira.....	89
Objetivo: Contribuir para a segurança hídrica da indústria brasileira	90
Objetivo: Aumentar a produção madeireira de manejo florestal sustentável.....	91
3.2 Descarbonização	92
Objetivo: Reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa da indústria brasileira.....	93
Objetivo: Reduzir as emissões de gases de efeito estufa da indústria brasileira.....	94
Objetivo: Aumentar os índices de eficiência energética na indústria.....	95
Objetivo: Ampliar o uso de fontes renováveis de energia na indústria.....	96



3.3 Economia Circular	97
Objetivo: Melhorar a eficiência no uso dos recursos naturais, com base nos princípios da economia circular	98
Objetivo: Aumentar a recuperação de resíduos como recursos de valor.....	99
Objetivo: Universalizar a disposição adequada de resíduos sólidos não recuperáveis	100

4 COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL 103

4.1 Competitividade do Comércio Exterior Brasileiro	107
Objetivo: Aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais da indústria de transformação	109
Objetivo: Ampliar o crédito à exportação.....	110
Objetivo: Reduzir o tempo médio de liberação das operações de comércio exterior.....	111
4.2 Eliminação de Barreiras à Exportação	112
Objetivo: Monitorar a eficácia do sistema de eliminação e mitigação das medidas restritivas às exportações brasileiras.....	113
4.3 Acordos Internacionais.....	114
Objetivo: Ampliar e modernizar a rede brasileira de acordos de livre comércio	115
4.4 Comércio Justo	116
Objetivo: Neutralizar os efeitos na economia brasileira de subsídios ilegais e distorcivos em terceiros mercados	118
4.5 Investimento Externo.....	119
Objetivo: Ampliar a rede brasileira de ACFIs.....	120
Objetivo: Ampliar e modernizar a rede brasileira de ADTs.....	121

5 DESENVOLVIMENTO HUMANO E TRABALHO 123

5.1 Relações de Trabalho	127
Objetivo: Continuar a modernização das relações de trabalho.....	128
Objetivo: Melhorar a relação empregado-empregador.....	129
5.2 Saúde e Segurança.....	130
Objetivo: Promover a saúde e prevenção de doenças crônicas dos trabalhadores e da população em geral	131
Objetivo: Promover a segurança e saúde nos ambientes de trabalho	132
Objetivo: Promover o desenvolvimento competitivo de medicamentos, vacinas, testes, protocolos, equipamentos e serviços.....	133
5.3 Previdência	134
Objetivo: Promover a reabilitação profissional e readaptação dos trabalhadores...	135



Objetivo: Melhorar a governança do sistema de afastamentos	136
Objetivo: Reduzir a judicialização para a concessão de aposentadoria especial	137
5.4 Diversidade, Equidade e Inclusão.....	138
Objetivo: Fomentar o compromisso das empresas com a promoção da diversidade, equidade e inclusão	139
Objetivo: Fomentar o compromisso das empresas com a promoção da equidade de gênero	140
Objetivo: Aumentar a participação de mulheres em áreas STEM	141
5.5 Acesso à Cultura e ao Desporto	142
Objetivo: Ampliar o acesso à cultura.....	143
Objetivo: Ampliar a prática de atividades físicas	144

6 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 147

6.1 Desenvolvimento Produtivo.....	151
Objetivo: Conferir protagonismo à indústria no crescimento econômico brasileiro	152
Objetivo: Desenvolver a cadeia produtiva em setores estratégicos, mais complexos e intensivos em tecnologia	153
6.2 Ciência, Tecnologia e Inovação	154
Objetivo: Aumentar o investimento em inovação.....	155
Objetivo: Aperfeiçoar as políticas e regulamentações públicas de fomento à inovação	156
6.3 Produtividade e Inovação nas Empresas	157
Objetivo: Aumentar a produtividade da indústria brasileira.....	158
Objetivo: Incentivar o depósito de patentes no Brasil	159
Objetivo: Promover a transformação digital na indústria	160
Objetivo: Melhorar a qualidade da gestão empresarial do Brasil, com impactos positivos sobre a qualidade dos produtos	161

7 EDUCAÇÃO 163

7.1 Educação Básica.....	167
Objetivo: Elevar a qualidade da Educação Básica	169
Objetivo: Elevar a qualidade da gestão escolar.....	171
Objetivo: Aprimorar a formação inicial e continuada dos professores.....	172
Objetivo: Ampliar as matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional.....	172
Objetivo: Melhorar a infraestrutura das escolas de Educação Básica	173



7.2 Educação Profissional e Superior.....	175
Objetivo: Ampliar as matrículas no itinerário da formação técnica e profissional no Ensino Médio	177
Objetivo: Ampliar o número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica	178
Objetivo: Aumentar a participação de alunos em cursos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.....	179
Objetivo: Aprimorar o nível de educação executiva dos gestores.....	180
Objetivo: Alinhar a Educação Profissional e superior às demandas do setor produtivo	181
Objetivo: Ampliar a participação de profissionais de nível técnico e superior (tecnologia e engenharia) na indústria)	182
Objetivo: Aumentar a taxa de efetivação dos aprendizes da indústria.....	183

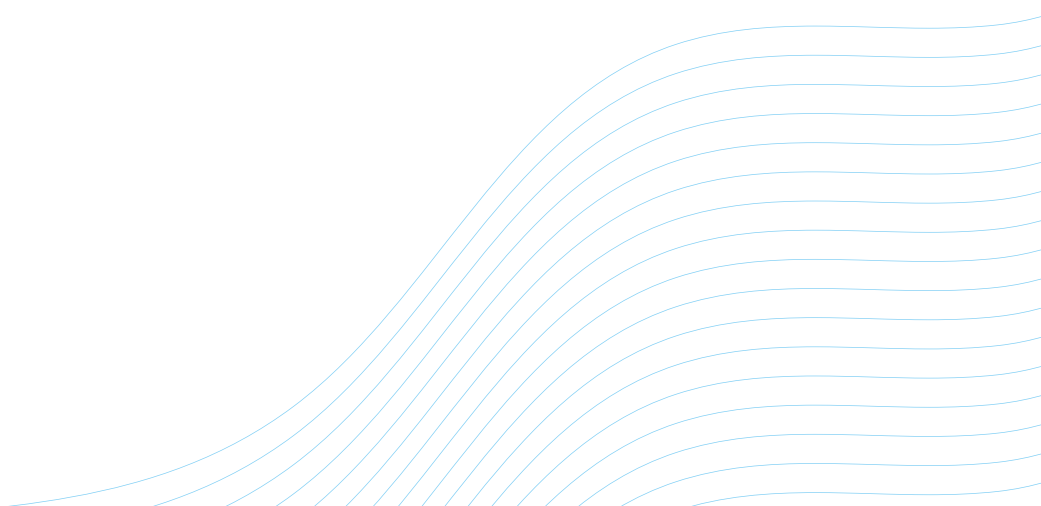
8 INFRAESTRUTURA 185

8.1 Energia	189
Objetivo: Garantir o fornecimento de energia elétrica a preços competitivos para a indústria	190
Objetivo: Garantir o fornecimento de gás natural a preços competitivos para a indústria	191
8.2 Transporte e Logística.....	192
Objetivo: Aumentar os investimentos em infraestrutura de transportes.....	193
Objetivo: Modernizar a infraestrutura das rodovias	194
Objetivo: Modernizar a infraestrutura das ferrovias	195
Objetivo: Modernizar a infraestrutura de transportes aquaviários.....	196
Objetivo: Melhorar a eficiência dos serviços logísticos	197
8.3 Mobilidade Urbana.....	198
Objetivo: Elevar a qualidade da mobilidade urbana - Investimento.....	199
Objetivo: Elevar a qualidade da mobilidade urbana - Planejamento.....	200
8.4 Saneamento	201
Objetivo: Aumentar a participação privada na prestação de serviços de saneamento para garantir os investimentos	202
Objetivo: Universalizar o acesso ao saneamento básico – Oferta de água potável.....	203
Objetivo: Universalizar o acesso ao saneamento básico – Coleta e tratamento de esgoto	204



Objetivo: Aumentar a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços de Saneamento Básico.....	205
8.5 Infraestrutura Digital.....	206
Objetivo: Aumentar a conectividade e o acesso à internet.....	208
Objetivo: Expandir a rede 5G.....	209
Objetivo: Reduzir a dependência de satélites estrangeiros	210

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 212





APRESENTAÇÃO

Fazer previsões é algo sempre desafiador. Atualmente, com o mundo em permanente e acelerada transformação, esse exercício passou a ser ainda mais temerário e incerto.

Por isso, o Mapa Estratégico da Indústria, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para os próximos 10 anos, inova ao ter um formato integralmente interativo e digital. Assim, poderá ser ajustado e atualizado no mesmo ritmo em que evoluem as variáveis mais relevantes do contexto doméstico e das mudanças globais.

O cenário mundial é complexo, confuso e indeterminado. Cabe recordar trechos do discurso do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, proferido por ocasião da 78ª Assembleia Geral, em 19 de setembro de 2023:

Nosso mundo está ficando desequilibrado. As tensões geopolíticas e os desafios globais estão aumentando. E parece que somos incapazes de nos unir para responder. Enfrentamos uma série de ameaças existenciais – desde a crise climática até as tecnologias disruptivas – e fazemos isso em um momento de transição caótica.

(...)Divisões entre potências econômicas e militares, entre o Norte e o Sul, o Leste e o Oeste, estão se aprofundando. Estamos cada vez mais próximos de uma grande fratura nos sistemas econômicos e financeiros e nas relações comerciais – uma fratura que ameaça uma internet única e aberta, com estratégias divergentes sobre tecnologia e inteligência artificial; e estruturas de segurança potencialmente conflitantes.

(...)Enquanto isso, os desastres naturais estão piorando o desastre dos conflitos causados pelo homem.

Esse mundo em transição exige novas estruturas de governança e um compromisso global de desenvolvimento sustentável, não apenas para conter as ameaças emergentes, como o superaquecimento do planeta, mas também para reduzir os riscos de rupturas entre as nações.

São ameaças globais preocupantes. Para o Brasil, no entanto, os enormes desafios e incertezas podem representar, ao mesmo tempo, grandes oportunidades. Para isso, é fundamental que adotemos políticas públicas de qualidade, com vistas a reduzir, efetivamente, o Custo Brasil, e aumentar a competitividade da indústria nacional e a atratividade do nosso ambiente de negócios. Temos, igualmente, que mobilizar investimentos expressivos voltados para energias renováveis, bioeconomia eecoinovação, entre outras tantas alternativas, que podem levar o país a se tornar protagonista global na era da economia verde.

Estamos no caminho certo. E não foram poucos os avanços em 2023.

Vimos a recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com o vice-presidente da República como ministro. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) foi reativado e já está elaborando uma nova política industrial, com base em seis missões alinhadas ao novo contexto global que respondem a questões relevantes da nossa sociedade.

A reforma tributária caminha para, finalmente, ser aprovada propiciando a simplificação do pagamento de tributos, redução de custos para as empresas e, conseqüentemente, aumento da competitividade dos produtos fabricados no país. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)



voltou a ter protagonismo no fortalecimento da indústria, e tem lançado medidas de estímulo à inovação, à digitalização e às exportações.

Recentemente, o Novo Marco de Garantias foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e a Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou o projeto de lei que regulamenta o mercado de crédito de carbono no Brasil.

Outros planos estruturantes foram lançados. O Novo PAC vai atrair e intensificar investimentos em infraestruturas, e o Plano de Transformação Ecológica, anunciado pelo Ministério da Fazenda, contribuirá para tornar o Brasil líder mundial em descarbonização.

Todas as iniciativas estão em sintonia com o Plano de Retomada da Indústria, apresentado pela CNI em abril de 2023: respondem às megatendências e desafios do cenário mundial complexo; buscam explorar as vantagens comparativas do Brasil na área ambiental; e comprometem-se com uma política forte de investimento em infraestruturas (econômicas, sociais e digitais), essencial para a sustentação do nosso crescimento.

Agora, o Mapa Estratégico da Indústria (2023-2032), que tenho a honra de apresentar, se alinha a esse cenário promissor como mais uma contribuição do Sistema Indústria para o planejamento de longo prazo e o desenvolvimento do nosso país.

Nele, são apresentados oito fatores-chaves para a competitividade da indústria brasileira, que se desdobram em temas prioritários, com objetivos, indicadores e metas desafiadoras, porém possíveis, caso as iniciativas propostas sejam implementadas.

Há, ainda, o constante desafio de coordenação e governança para a efetiva implementação de todas essas medidas. Os setores público e privado devem trabalhar juntos e harmonicamente. É preciso organização, diálogo e coordenação eficiente, de forma a garantir o bom cumprimento das políticas.

Nesse contexto, a CNI continuará atuando e apoiando, ativamente, os setores produtivos, aecoinovação e a neoindustrialização do Brasil. Uma indústria nacional forte, produtiva e competitiva é, inquestionavelmente, a base de um país independente, e mais próspero, justo e sustentável para todos os seus habitantes.

Boa leitura.

Robson Braga de Andrade

Presidente da CNI



A INDÚSTRIA E O PAÍS QUE QUEREMOS EM 2032





A INDÚSTRIA E O PAÍS QUE QUEREMOS EM 2032

Em 2032, a indústria brasileira sairá fortalecida por uma década de ações transformadoras, tomadas por parte do governo e do setor privado. O Brasil aproveitará as oportunidades de inserção internacional com as mudanças que marcaram o início da década de 2020, com protagonismo nas agendas de descarbonização e digitalização.

Nessa direção, a indústria brasileira se tornará mais global, adaptada às diferentes demandas e regulamentações dos mercados internacionais. Apoiada por políticas de desenvolvimento produtivo e de inovação, nossa indústria apresentará soluções ao mundo nas áreas de energias renováveis, bioeconomia e economia circular, provando que o desenvolvimento econômico pode vir acompanhado de uma utilização consciente dos recursos naturais. Com isso, os produtos brasileiros passarão a ser priorizados nos principais mercados mundiais, movimento que será fortalecido pelos grandes avanços em governança corporativa e compliance das empresas brasileiras.

A indústria se tornará ainda mais orientada para a tecnologia, com a adoção em larga escala de Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (IA), robótica e automação. Isso permitirá uma maior eficiência e produtividade, bem como a criação de novos produtos e serviços.

A digitalização se tornará parte integrante da indústria, com processos de produção, cadeias de suprimentos e canais de vendas cada vez mais digitalizados. A transformação digital das empresas acompanhará a expansão da infraestrutura digital do país, o que levará o desenvolvimento econômico a todas as regiões, reduzindo as desigualdades.

A indústria passará a contar com uma força de trabalho altamente qualificada e adaptável, como resultado da constante formação e capacitação dos seus colaboradores. A política educacional estará casada com as necessidades do setor produtivo, que identificará as habilidades necessárias e capacitará a população para os novos trabalhos que surgirão. Essa política será devidamente acompanhada por um monitoramento da capacidade laboral, mediante a implantação de um sistema de cuidados integrais, que preservará a saúde física e mental dos trabalhadores.

O sucesso das políticas de desenvolvimento produtivo será também resultante do trabalho dos governos para equalizar as condições de competição das empresas brasileiras com empresas localizadas em outros países.

A redução do Custo Brasil nos aproximará dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em termos de práticas regulatórias, de segurança jurídica, de custos logísticos, de burocracia e de modernidade das regras trabalhistas.

O controle das contas públicas possibilitará uma trajetória controlada para a inflação, com uma redução significativa de juros, o que possibilitará vultosos investimentos na próxima década.

A reforma tributária chegará ao fim de seu período de transição, e os benefícios da simplificação serão sentidos por todos os setores da economia.

Esse futuro é possível, mas só será alcançado com um grande esforço coordenado de agentes públicos e privados para implementar as mudanças necessárias. Este Mapa Estratégico aponta os fatores que pavimentam o caminho para a nova indústria, que tanto desejamos.



A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO EM UM MUNDO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

O Mapa Estratégico da Indústria é um documento que apresenta uma visão de longo prazo para o desenvolvimento e o crescimento da indústria brasileira, com base na identificação dos principais fatores que afetam sua competitividade.

Essa tarefa se torna mais desafiadora num mundo que se transforma cada vez mais rapidamente. Desde 2017, quando o último Mapa Estratégico foi elaborado, o mundo passou por grandes movimentos sociais, geopolíticos e tecnológicos.

- 1 A pandemia global da Covid-19
- 2 A intensificação da instabilidade geopolítica com o conflito entre Rússia e Ucrânia e a guerra comercial entre Estados Unidos e China
- 3 A disseminação de modelos de inteligência artificial generativa como o GPT-4
- 4 O empoderamento dos consumidores para cobrar de países e companhias o alinhamento a seus valores
- 5 A corrida dos países por domínio de rotas tecnológicas verdes

1 Pandemia da covid-19 trouxe impactos de longo prazo

A pandemia da covid-19 e as medidas tomadas pelos países para conter o número de mortes e internações levantaram questionamentos sobre a eficácia dos sistemas de saúde e a capacidade de resposta dos países a eventos inesperados.

A pandemia gerou discussões sobre a qualidade e o alcance das redes de proteção social, sobre quais atividades são essenciais para o

funcionamento adequado de uma sociedade, sobre como proceder quanto aos cuidados com a saúde mental e quais são seus impactos sobre a produtividade.

Adicionalmente, a pandemia acelerou a tendência de transformação digital e despertou renovadas discussões sobre a produtividade do trabalho remoto, os impactos da digitalização sobre o comércio local e suas consequências sobre a concentração de mercado e a necessidade de interação pessoal para o processo de inovação.

A pandemia também interrompeu cadeias globais de valor e trouxe à luz a fragilidade de sistemas produtivos interligados mundialmente, que dependem de um sistema logístico bem estruturado. As faltas de partes e peças, associadas ao aumento significativo do preço do transporte marítimo, deram início a uma reavaliação da organização produtiva das empresas.

A dificuldade de acesso a produtos necessários ao combate à pandemia também ganhou destaque. Os países que detinham a produção de luvas, máscaras, respiradores e vacinas, tiveram sua demanda atendida, enquanto países importadores tiveram dificuldade de acesso a esses bens. Esse aspecto reforçou a percepção quanto à necessidade de reavaliação das cadeias produtivas, da localização da produção e do desenvolvimento de capacidade de produção em setores estratégicos.

2 Acirramento de conflitos geopolíticos acelera movimentos de reorganização de cadeias globais de valor

O relacionamento comercial entre Estados Unidos e China sofreu um grande abalo na gestão do presidente Donald Trump, com a imposição de tarifas e barreiras às importações



de produtos chineses pelos Estados Unidos e com igual retaliação chinesa. Apesar da vitória de Joe Biden, candidato de oposição nas eleições presidenciais americanas de 2020, os Estados Unidos têm seguido com as medidas comerciais impostas por seu antecessor.

As consequências foram um deslocamento de importações da China para outros países de produtos impactados pelas medidas norte-americanas. Também nos EUA, enquanto as importações dos produtos chineses tarifados permanecem significativamente abaixo da tendência antes da implementação das medidas, as importações de outros países se encontram acima dessas tendências. Ou seja, a guerra comercial entre as duas potências tem apresentado efeitos sobre os fluxos de comércio de terceiros países.

Outro choque significativo se deve à guerra entre a Ucrânia e a Rússia, que abalou o senso de estabilidade geopolítica do ocidente e causou uma grande reavaliação de prioridades na área de defesa, em especial na Europa.

A guerra ainda trouxe impactos econômicos palpáveis de curto prazo. As sanções à Rússia, grande fornecedora de insumos energéticos e fertilizantes, fortaleceu a urgência quanto à reavaliação das cadeias globais de valor, trazida pela pandemia.

Esse contexto fortaleceu a movimentação dos países para identificar suas fragilidades externas e implementar políticas para desenvolvimento de elos econômico-comerciais estratégicos em seus países (*reshoring*), em países vizinhos (*nearshoring*) ou em países alinhados e geopoliticamente estáveis (*friendshoring*).

Tais mudanças abrem uma nova janela de oportunidades para o Brasil se integrar mais às novas cadeias que se estabelecem. O país pode aproveitar seu potencial como nação politicamente estável e democrática, com

grande disponibilidade de energia renovável e grandes reservas de recursos naturais, que podem ser explorados de maneira sustentável e consciente.

Sendo assim, uma forte possibilidade para atração de investimentos para o Brasil é o *powershoring*, ou seja, a decisão de outros países de realocar sua produção para países como o nosso, onde há abundância de fontes renováveis disponíveis (como a eólica, solar ou biomassa), que possibilitem uma menor pegada de carbono nos produtos.

3 Disseminação de modelos de inteligência artificial generativa e debate sobre relações de trabalho homem-máquina

A disseminação de modelos de inteligência artificial (IA) generativa de textos e imagens têm reavivado as discussões sobre a substituição do trabalho humano pela automatização.

A elaboração de textos inéditos e não identificáveis – como os produzidos pela inteligência artificial a partir de comandos em uma interface de uso acessível a não programadores – assustou boa parte da população, que teme uma onda de desemprego tecnológico.

Embora a tecnologia tenha historicamente criado mais empregos do que os tenha substituído, existe sempre a preocupação de que as pessoas que perdem seus empregos não sejam as mesmas que ocupam as novas vagas criadas. Nesse contexto, a requalificação e o aprendizado contínuo tomam a frente nas discussões sobre educação e qualificação de trabalhadores.

Paralelamente, abre-se uma grande discussão sobre propriedade intelectual, pois as bases de dados utilizadas para treinar os modelos recorrem a fontes produzidas por humanos sem



remunerá-los. Essa discussão se destaca no caso das IAs generativas de imagens, que muitas vezes trazem até a marca d'água dos produtos originais do conteúdo trabalhado pela IA.

Outros aspectos também estão sendo reavaliados diante das novas tecnologias, como a elaboração de textos em processos seletivos de trabalho, a entrega de textos como forma de avaliação em escolas e universidades, entre outros.

A IA generativa também traz diversas oportunidades, como ganhos significativos de produtividade na geração de textos, no design de produtos e na elaboração de códigos de programação, a partir de comandos em texto.

A AI generativa também é um passo importante para aprimorar as interfaces generativas, ou seja, a interação entre os seres humanos e as máquinas em prestação de serviços em diversas situações, como cuidados com a saúde, hotelaria, atendimento ao consumidor, entre outros.

4 Pressão da sociedade dá destaque a questões sociais, ambientais e de governança, com destaque para a agenda ESG

Cada vez mais, os consumidores estão atentos à origem dos produtos que consomem e se os países e empresas que os produzem estão alinhados aos seus valores. Esse empoderamento dos consumidores impõe a atenção das empresas a questões sociais, de governança e ambientais.

A preocupação ambiental dos consumidores e investidores demanda que as empresas prestem contas sobre sua pegada de carbono, seu uso da água, seu grau de circularidade na produção e sua disposição de resíduos, entre outras variáveis que passam a ser cada vez mais estratégicas.

A agenda de diversidade ganha igualmente força nos países e nas empresas, que buscam cada vez mais empreender ações para reduzir as diferenças salariais e de posição de poder entre seus colaboradores de diferentes gêneros, raças e orientações afetivas, entre outros.

Esses fatores tornam a transparência cada vez mais necessária e estimulam o desenvolvimento de boa governança e atividades de compliance por parte das empresas e dos governos.

5 Imperativo de descarbonização impulsiona corrida pelo domínio das rotas tecnológicas verdes e fundamenta programas protecionistas sob o manto de proteção ambiental

À medida que se torna clara a dificuldade de os países cumprirem seus compromissos de redução de emissões, as tecnologias de descarbonização se tornam cada vez mais estratégicas. Diante disso, os países se encontram em uma corrida intensa para dominar as rotas tecnológicas de descarbonização, seja na adoção de motores elétricos como padrão, seja na busca pela produção de componentes para geração de energia eólica e fotovoltaica, seja ainda no desenvolvimento de produtos economicamente viáveis para captura e armazenagem de carbono.

O destaque dado à descarbonização, aliado à crescente importância conferida pela população ao tema, têm levado os países a implementar medidas protecionistas em seus mercados sob a égide de proteção ambiental. Países da União Europeia têm liderado esse movimento com o mecanismo de ajuste de carbono na fronteira (CBAM) e as restrições a produtos advindos de áreas florestais desmatadas, no âmbito do seu ambicioso projeto Pacto Verde ("Green Deal"). Iniciativas semelhantes já estão sendo adotadas por diversos outros países.



O fato de esses mecanismos estarem sendo implementados – mesmo sob acusação de contrariar diversos acordos internacionais de comércio – torna necessária uma repactuação das regras a essas novas variáveis ambientais.

Os fóruns multilaterais não parecem estar ainda estruturados e contar com normas específicas para enfrentar essas mudanças.

AVANÇOS RELEVANTES NA AGENDA NACIONAL

Além de se adequar a todos esses movimentos globais, o Brasil também tem passado por transformações nos últimos anos, com a adoção de medidas importantes de equalização das condições de competição das empresas brasileiras com aquelas sediadas em outros países.

A reforma trabalhista de 2017 modernizou as relações de trabalho e reduziu significativamente a judicialização, trazendo maior segurança jurídica às empresas.

A reforma da previdência, de 2019, conferiu sustentabilidade ao sistema previdenciário nacional e possibilitou um horizonte de maior controle fiscal. Houve ainda um amadurecimento do país quanto à necessidade de estabelecer uma trajetória sustentável para as contas públicas, com a instituição do teto de gastos, em 2016, e agora com o novo arcabouço fiscal.

A lei de liberdade econômica, de 2019, bem como sua regulamentação, passaram a demandar dos agentes públicos análise de impacto regulatório e têm transformado aos poucos a qualidade regulatória do país.

A reforma tributária, que passou na votação em primeiro turno na Câmara dos Deputados em junho de 2023, após mais de 20 anos de discussão, é outro grande passo em direção à redução do Custo Brasil.

A aprovação de novos marcos regulatórios para ferrovias e cabotagem deve atrair um grande volume de investimentos nesses setores na próxima década, com o potencial de redução dos custos logísticos do país.

Também há previsão de um grande volume de investimentos para efetivar a universalização do saneamento básico até 2033, o que se torna viável com o aporte de capital privado a partir da aprovação do novo marco do saneamento.

Espera-se que, em breve, os marcos regulatórios do mercado de carbono, do Licenciamento ambiental e das garantias também se somarão a outras importantes iniciativas modernizadoras da legislação brasileira.

Apesar dessas conquistas, ainda há muito a se fazer na agenda de redução do Custo Brasil, à medida que outros desafios e oportunidades se colocam para o desenvolvimento da indústria brasileira.



FOCO NO LONGO PRAZO, COM FLEXIBILIDADE PARA ADAPTAÇÃO

O presente Mapa Estratégico ficará sediado em Plataforma Digital, de modo a ser permanentemente atualizado, visto que tantas mudanças em um intervalo de tempo tão curto representam um grande desafio para o planejamento a longo prazo. Nesse sentido, além de interativa e flexível, esta versão do Mapa Estratégico, lançada em 2023, apresenta os principais fatores de competitividade da indústria, visando acomodar as transformações que certamente ocorrerão no Brasil e no mundo ao longo dos próximos 10 anos.

Estruturado em formato de mandala, o Mapa possui flexibilidade para remover fatores de competitividade que não sejam mais considerados prioritários e tem a capacidade de se adaptar para incluir novos fatores que se tornem relevantes para a indústria.

Além disso, o novo Mapa não estabelece uma

relação hierárquica entre os fatores-chave e privilegia a interconexão entre eles.

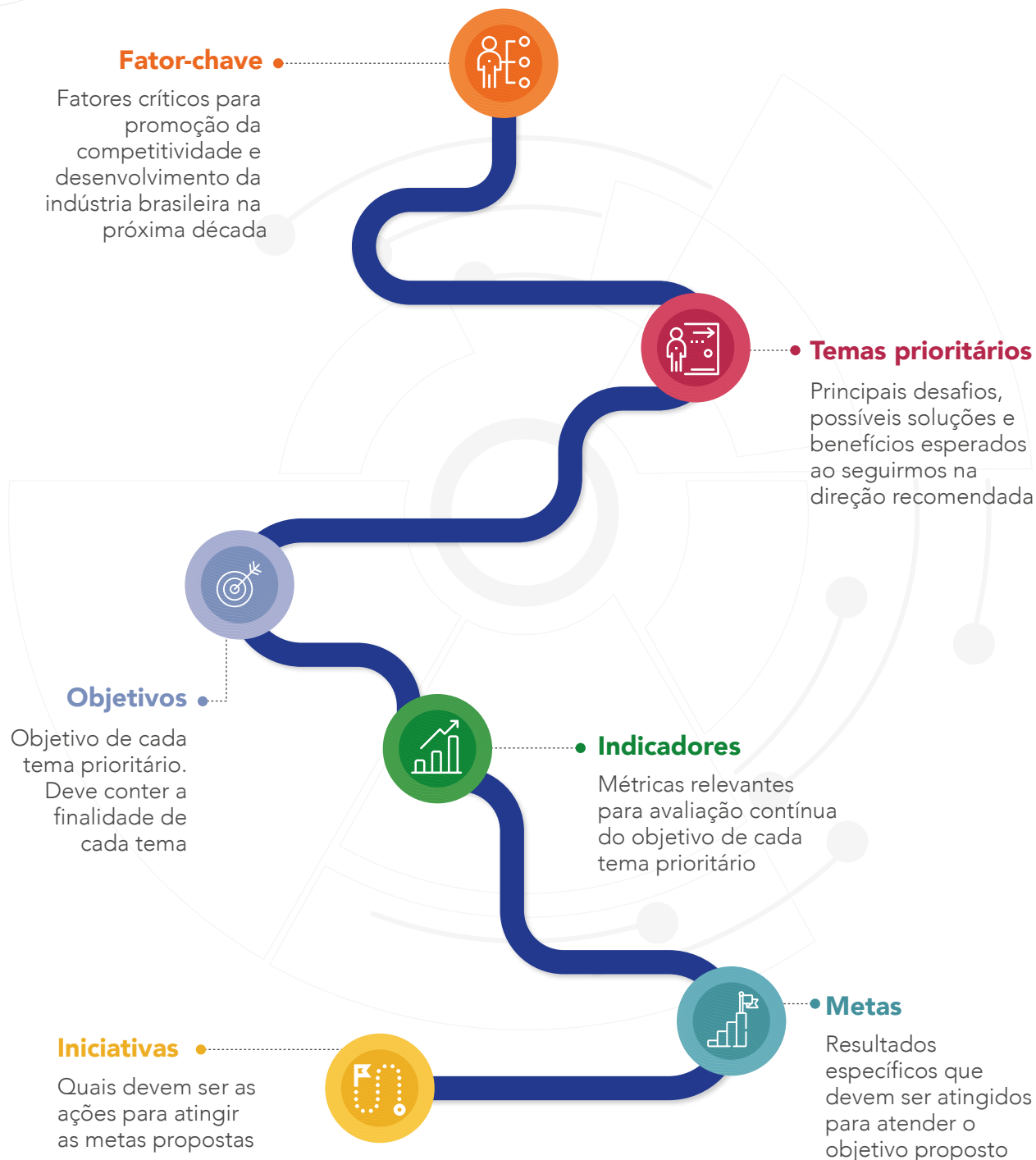
Foram identificados oito fatores-chave para a competitividade da indústria brasileira na próxima década, que traçam o caminho para a nova indústria que desejamos. Tais fatores-chave se desdobram em temas prioritários.

Para cada tema prioritário, o Mapa apresenta uma breve descrição do problema a ser enfrentado, sugere possíveis soluções e indica os benefícios esperados ao seguirmos na direção recomendada. São elencados objetivos dentro de cada tema prioritário, com indicadores e metas para 2032, que direcionam para onde a indústria gostaria de ver esses indicadores evoluindo ao longo da década.

Da mesma forma, são apresentadas as iniciativas necessárias para cada objetivo. São os caminhos que precisam ser percorridos, com ações concretas ao longo dos anos, para que as metas estabelecidas sejam alcançadas.



Mapa Estratégico da Indústria 2023-2032: O Caminho para Nova Indústria



MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2023-2032

O CAMINHO PARA A NOVA INDÚSTRIA





COMPONENTES E INTEGRAÇÃO ENTRE OS FATORES-CHAVE

Foram identificados oito fatores-chave para a competitividade da indústria brasileira, sendo que cada um deles se desdobra em temas prioritários. A presente seção aborda brevemente cada fator com seus componentes e a interconexão entre eles.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Um ambiente de negócios adequado conta com um arcabouço regulatório, que organize as atividades econômicas quando os mercados falham em fazê-lo, gerando menor custo e a menor distorção possível na economia. Esse resultado é alcançado por meio de boas práticas regulatórias, como a avaliação de risco, a transparência, a necessidade de ouvir os setores regulados, as análises de impacto e de resultado regulatório.

A segurança jurídica é fator essencial para o bom funcionamento de uma sociedade.

As normas devem ser elaboradas com qualidade e atenção aos seus impactos, o funcionamento da justiça deve ser imparcial e ágil na resolução de conflitos e as mudanças de regras devem ser realizadas com cuidado, para preservar direitos. Também a governança e o compliance, público e privado, são essenciais para garantir a transparência e a responsabilidade dos agentes diante das regras de funcionamento da sociedade.

A desburocratização passa pela transformação digital do setor público e por uma agenda de revisão de obrigações que reduza o tempo necessário para pessoas e empresas terem acesso aos serviços públicos e cumprirem com suas obrigações.

A garantia da segurança pública e a defesa do

Estado são funções do setor público, essenciais à sensação de estabilidade das empresas que propicia o investimento.

Sem um bom ambiente de negócios, os demais fatores serão afetados:

- :: Não é possível fazer investimentos em infraestrutura, pois há incerteza quanto ao cumprimento de contratos em empreendimentos que só trazem retorno a longo prazo.
- :: Não há comércio e investimento entre países, pois esses relacionamentos se constroem com a expectativa de regras estáveis.
- :: Não se inova, pois não há certeza sobre a proteção da propriedade intelectual, que permite que os financiadores da inovação colham os benefícios de suas descobertas.
- :: Não se desenvolvem as tecnologias e os mercados necessários à transição para uma economia circular e de baixo carbono, pois as regras e incentivos para direcionar a transição não são claros.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico é determinado pelo conjunto de políticas monetárias e fiscais, além de responder aos incentivos ditados por políticas tributárias e de financiamento, pela estabilidade macroeconômica e pela justiça social.

O sistema tributário de um país deve ser o menos distorcivo possível em relação às atividades de mercado, sob pena de reduzir investimentos, onerar exportações e desencorajar o empreendedorismo.

O sistema de financiamento deve prover os recursos necessários ao mercado, sempre que possível com as correções de assimetrias de informação entre financiadores e financiados.



Para possibilitar o bom funcionamento da economia e o bem-estar da população, é preciso garantir o controle da inflação e uma trajetória sustentável para a dívida pública. A trajetória da dívida deve ser orientada pelo controle dos gastos obrigatórios, de forma a não comprometer a capacidade de investimento do Estado. Com isso, é possível manter as taxas de juros mais baixas e estimular o investimento na economia, assegurando uma trajetória de crescimento sustentado, com geração de emprego e renda para a população.

Por fim, é responsabilidade do Estado reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir a oportunidade de desenvolvimento econômico e humano em todas as regiões do país. Isso se alcança com políticas de desenvolvimento regional bem desenhadas, avaliadas periodicamente e ajustadas às necessidades de cada região.

Sem um ambiente econômico adequado, os demais fatores-chave da competitividade não se sustentam:

- ❖ Regras tributárias e de desoneração das exportações são determinantes para atrair ou afastar investimentos tanto nacionais como estrangeiros, além de influenciar diretamente os investimentos realizados por empresas brasileiras no exterior, promovendo, assim, uma maior integração internacional de nossa economia.
- ❖ O financiamento às exportações deve contar com apoio público, como é a prática em todos os países, dada a dificuldade de sistemas privados de financiamento arcarem com os riscos relacionados à produção de longo prazo e ao risco soberano.
- ❖ O sistema de financiamento também é um mecanismo de indução ao

desenvolvimento produtivo na direção desejada pelo país. Como tal, deve contar com linhas direcionadas à transformação digital e às iniciativas de transição energética, com vistas à descarbonização dos processos produtivos.

BAIXO CARBONO E RECURSOS NATURAIS

A sobrevivência humana no planeta Terra depende da nossa capacidade de caminhar para uma economia de baixo carbono, fazer uso sustentável dos recursos naturais e alterar a lógica de produção linear – de extração, uso e descarte – para uma lógica de economia circular. Esse imperativo está fortemente ligado a outros fatores-chave deste Mapa Estratégico:

- ❖ A transição energética e o cumprimento dos compromissos climáticos demandam grande esforço de inovação e só ocorrerão na presença de políticas de indução ao desenvolvimento sustentável.
- ❖ Critérios ambientais são cada vez mais utilizados para a concessão de financiamento público e privado em todo o mundo.
- ❖ As exportações enfrentam cada vez mais barreiras de natureza ambiental, e esse fator também se torna determinante na capacidade de atrair investimentos externos.
- ❖ A construção de infraestrutura deve necessariamente considerar não apenas a redução de emissões e a circularidade, como também a resiliência às mudanças climáticas já em curso.



DESENVOLVIMENTO HUMANO E TRABALHO

O desenvolvimento humano e o trabalho são essenciais para a competitividade da indústria. As empresas que investem no desenvolvimento de seus funcionários possuem a habilidade de atrair e reter talentos, o que é essencial em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. A produtividade dos trabalhadores não depende apenas do seu grau de instrução, mas também de sua capacidade laboral, profundamente ligada à sua saúde física e mental. Além disso, condições de trabalho justas e seguras podem aumentar a satisfação e a motivação dos funcionários, o que pode levar a um maior engajamento e produtividade.

A flexibilidade e a modernidade das regras trabalhistas também influenciam a produtividade do trabalho, ao permitir arranjos de trabalho benéficos aos trabalhadores e às empresas. Regras previdenciárias adequadas permitem aos trabalhadores a garantia de renda, mesmo quando sua capacidade laboral for interrompida, seja por doenças e acidentes, seja por idade. Adicionalmente, observa-se que empresas que trabalham com diversidade e inclusão são mais produtivas, o que faz com que esses fatores estratégicos ultrapassem o ponto de vista humano e sejam também considerados sob o ponto de vista econômico.

Cabe salientar ainda que o acesso à cultura e ao esporte também contribui para a formação de trabalhadores saudáveis, criativos e inovadores. Cada fator-chave deste Mapa Estratégico depende de trabalhadores qualificados e produtivos.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Este fator-chave, sinaliza as prioridades e caminhos para o desenvolvimento, assim como indica os eixos fundamentais para estimular e atrair investimentos. Desta forma, busca apontar os caminhos para a estruturação de uma política de Estado, voltada ao desenvolvimento produtivo e tecnológico, que garanta que a indústria brasileira se mantenha inovadora e competitiva no cenário mundial.

Os investimentos privados em inovação tendem a ser sempre inferiores ao nível considerado ideal para a sociedade, se não houver a ação do Estado como indutor de políticas de inovação. Isso ocorre pois há transbordamentos de conhecimento que beneficiam não apenas a empresa responsável pela nova descoberta, mas toda a sociedade. Portanto, para garantir um esforço inovador em níveis adequados para a sociedade, é necessário apoio público à inovação.

As políticas de desenvolvimento produtivo e inovação devem ser direcionadas à solução de problemas relevantes da sociedade. Algumas direções consensuais foram apontadas nas missões do Plano de Retomada da Indústria da CNI, como a construção de um complexo industrial da saúde resiliente, o desenvolvimento de tecnologias duais para a defesa da soberania nacional, a transformação digital, a descarbonização e a transição energética.

As políticas de desenvolvimento produtivo, inovação e tecnologia também se relacionam aos demais fatores do Mapa Estratégico, pois:

- Dependem de uma trajetória sustentável para a dívida pública, que permita a continuidade das políticas de apoio governamental.



- Utilizam instrumentos orçamentários, tributários e de financiamento para sua execução.
- Precisam estar acompanhadas de medidas de estímulo à formação e qualificação de trabalhadores e pesquisadores.
- Requerem um ambiente regulatório adequado e com segurança jurídica, para que seus instrumentos apresentem os efeitos desejados.

EDUCAÇÃO

Investir na qualidade da Educação Básica é de suma importância para impulsionar a inovação e a produtividade.

A educação auxilia os trabalhadores a se adaptarem às transformações no ambiente de trabalho, como a implementação de novas tecnologias ou métodos de trabalho, o que se torna cada vez mais relevante à medida que a indústria continua a se desenvolver rapidamente.

Os desafios da educação no Brasil se iniciam na Educação Básica, com a dificuldade de aprendizagem de habilidades essenciais como leitura e matemática, que se reflete em resultados insatisfatórios em provas internacionais. Esse déficit de aprendizagem acompanha os alunos ao longo da Educação Profissional e da Educação Superior, que sofrem com currículos desatualizados e não alinhados às necessidades do mercado de trabalho.

O Mapa Estratégico destaca como temas prioritários a Educação Básica, a Educação Profissional e a Educação Superior.

A educação é fundamental para o sucesso dos demais fatores-chave do Mapa Estratégico da indústria. Sem Educação Básica, Profissional e Superior adequada, com foco em ganhos de produtividade, é impossível garantir:

- A saúde e segurança dos trabalhadores.
- O processo de descarbonização e a

convergência para um modelo circular.

- A engenharia necessária à construção da infraestrutura de que o país precisa.
- A implementação de boas práticas regulatórias e processos adequados de governança e compliance públicos e privados.
- A inovação e o desenvolvimento produtivo.
- A capacidade de as empresas operarem em um mercado global extremamente competitivo.

INFRAESTRUTURA

O fator-chave de infraestrutura traz muitos desafios antigos, que precisam ser superados, como o custo da energia elétrica e do gás natural, o percentual elevado de brasileiros sem acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário, aliado às deficiências na rede de transporte e da logística nacionais. Os temas prioritários mapeados são energia, transporte e logística, mobilidade urbana, saneamento e infraestrutura digital.

No entanto, a solução para esses desafios deve ser pensada com um olhar para o futuro:

- É preciso garantir a segurança energética com fontes renováveis.
- As soluções para infraestrutura de transporte e logística passam por um incremento substancial dos investimentos públicos no setor e por uma profunda transformação digital.
- As soluções de mobilidade urbana devem ser desenhadas para minimizar seu impacto de carbono e devem ser conectadas aos conceitos de cidades inteligentes e ao bem-estar da população.
- Novos modelos regulatórios estão sendo implementados no setor de saneamento



para atrair investimentos privados, que garantirão o acesso da população à água e ao esgotamento sanitário.

- ⚡ Outros importantes marcos regulatórios ainda são necessários.
- ⚡ A infraestrutura digital, muito maior que o provimento de internet de banda larga, se torna cada vez mais central para a educação, para a saúde, para a segurança pública, além dos impactos transformativos sobre as atividades produtivas.

COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

O fator-chave Comércio e Integração Internacional busca garantir a competitividade das exportações brasileiras, com uma agenda de facilitação de comércio e apoio à internacionalização das empresas brasileiras.

Também se busca combater as barreiras às exportações brasileiras, por meio do mapeamento dessas barreiras – inclusive as de nova geração – implementadas sob o manto de proteção ambiental.

Para ampliar o acesso de nossas empresas aos mercados internacionais, seja por meio de comércio, de investimentos ou de cooperação, é necessário trabalhar uma agenda diversificada de acordos internacionais, para uma abertura comercial qualificada, que garanta benefícios à sociedade e às empresas brasileiras. Ademais, é importante ampliar e fortalecer o sistema de crédito às exportações brasileiras.

Por fim, uma economia mais aberta deve ser acompanhada por um sistema de defesa comercial efetivo, de modo a garantir isonomia competitiva e impedir que empresas que seguem as regras sejam prejudicadas com concorrência desleal e ilegal.

A integração internacional está relacionada aos demais fatores-chave do Mapa Estratégico da indústria pois permite, entre outros:

- ⚡ Um ambiente econômico mais robusto, com investimentos externos e aumento das exportações.
- ⚡ A absorção de boas práticas internacionais, que melhorem o ambiente de negócios, como no caso do processo de adesão do Brasil à OCDE.
- ⚡ A troca de experiências e talentos com outros países, fortalecendo a educação e o desenvolvimento humano brasileiro.
- ⚡ A atração de capital estrangeiro para a execução de grandes projetos em infraestrutura ou em parcerias na formação de cadeias estratégicas de valor, notadamente aquelas direcionadas à bioeconomia, às energias renováveis e à transformação ecológica



AÇÕES DAS EMPRESAS E PARA AS EMPRESAS INTEGRADAS AOS FATORES- CHAVE

Enquanto os primeiros Mapas Estratégicos focavam no ambiente em que as empresas estavam inseridas, o último Mapa Estratégico trouxe o fator-chave de produtividade e inovação nas empresas, com objetivos e iniciativas a serem desenvolvidos dentro da indústria. As iniciativas, até então, eram direcionadas à conscientização dos empresários sobre a necessidade de implementação dessas ações e à prestação de serviços às indústrias para sua execução.

No entanto, essa estrutura apresentava as ações da indústria descoladas do ambiente em que elas estavam inseridas, em temas como inovação, internacionalização, capacitação de colaboradores e gestores.

Assim, este Mapa inova, ao incorporar aos fatores-chave as ações que as empresas precisam executar para se tornarem mais produtivas, internacionalizadas e inovadoras. Nesse sentido, a prestação de serviços do sistema indústria para apoiar as empresas nos desafios elencados se fará presente entre as iniciativas de cada tema, juntamente com as ações voltadas para as empresas de menor porte, visando a sua inserção em cadeias de produção de maior valor agregado e com grande potencial de crescimento nos mercados interno e externo.

1

AMBIENTE DE
NEGÓCIOS



//

Promover um ambiente de negócios que favoreça crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável passa pela garantia de instituições – incluindo segurança pública e defesa do Estado – regramentos estáveis, transparentes e previsíveis, bem como pela capacidade de formulação de instrumentos eficientes para resolução de conflitos. //



O desempenho econômico de um país está atrelado à qualidade de suas instituições e à confiança dos agentes econômicos em seu funcionamento. Promover um ambiente de negócios que favoreça o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável passa pela garantia de instituições – incluindo segurança pública e defesa do Estado – regramentos estáveis, transparentes e previsíveis, bem como pela capacidade de formulação de instrumentos eficientes para resolução de conflitos.



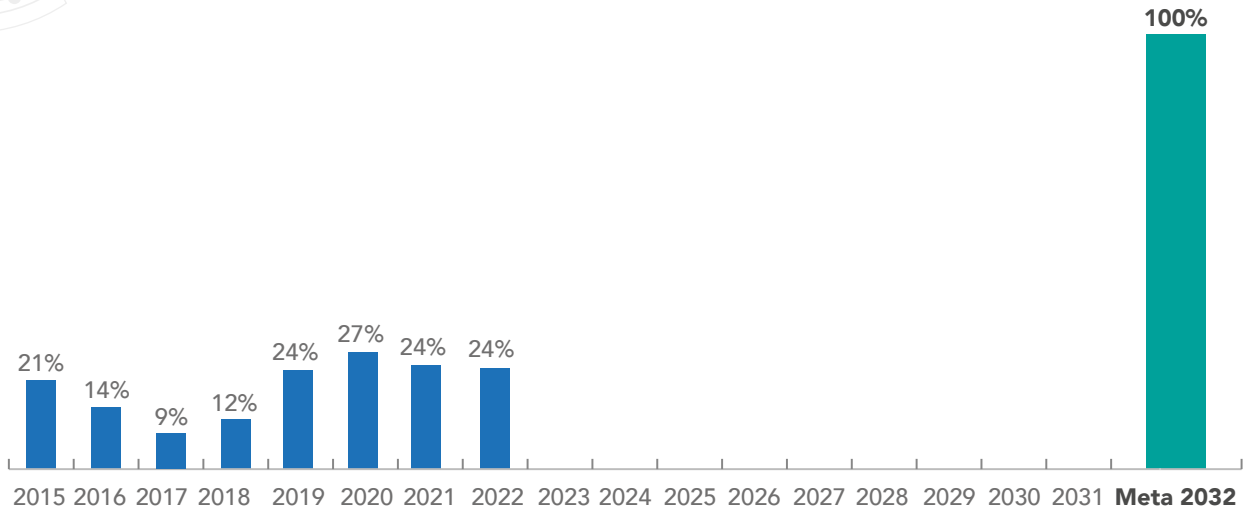
Aprimorar a qualidade da regulação, garantir a segurança jurídica e o cumprimento de contratos, fortalecer instrumentos de governança, reduzir o excesso de burocracia e promover um ambiente de previsibilidade para o investimento são condições essenciais para o desenvolvimento competitivo da indústria brasileira de forma consistente e sustentada.

O fator-chave ambiente de negócios apresenta uma trajetória inconsistente ao longo do tempo. Houve piora dos indicadores entre 2015 e 2017, seguida de um período de recuperação entre 2017 e 2020, com novo movimento de retração após a pandemia da covid-19.

Esse padrão é observado nos indicadores dos temas prioritários de ambiente regulatório, segurança jurídica, segurança pública e defesa do Estado. Distanciam-se, no entanto, os indicadores de governança corporativa, roubos de carga e combate à corrupção, que permanecem com trajetórias positivas mesmo após a pandemia da covid-19.



Indicador de distância até as metas de Ambiente de Negócios (%)



Nota: A distância até a meta foi calculada para cada indicador como um indicador de 0% a 100% em que 0 é o valor atribuído ao pior valor da série histórica e 100 é atribuído à meta estabelecida pela CNI. Foi calculada uma média simples dos indicadores de cada tema prioritário, sendo e o indicador final foi calculado como uma média simples dos indicadores dos temas prioritários. Quando o indicador não possuía dado para os anos mais recentes, por uma questão de defasagem na publicação dos dados, o último dado disponível foi replicado. Os indicadores serão atualizados à medida que novos dados forem publicados.



1.1 AMBIENTE REGULATÓRIO

A modernização do marco regulatório brasileiro é essencial para promover o desenvolvimento da indústria, induzindo inovações e investimentos capazes de torná-la mais competitiva internacionalmente.

PROBLEMA

A indústria brasileira enfrenta uma série de desafios em relação à rigidez regulatória e ao excesso de burocracia para atendê-la. A OCDE identificou que o Brasil possui alta complexidade em sua regulação e ocupa o 46º lugar entre 49 países no subindicador de Complexidade de Procedimentos Regulatórios (PMR, 2018)¹. Tal complexidade é refletida no aumento dos custos de transação, comprometendo a celeridade e a eficiência do cumprimento de procedimentos impostos às

empresas, prejudicando o desenvolvimento de atividades econômicas.

SOLUÇÃO

Para enfrentar os desafios mencionados, os formuladores de políticas públicas devem aprimorar a qualidade da regulação, tornando-a mais simples e objetiva, além da atualizada frente ao *benchmark* internacional. Também é necessário assegurar a transparência e estabelecer mecanismos que permitam ajustes graduais e previsíveis, de modo a preservar a estabilidade regulatória. Nesse sentido, a digitalização de processos morosos e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação do setor produtivo ao longo da formulação de instrumentos regulatórios são medidas importantes que favorecem seu aprimoramento contínuo. Ademais, mecanismos de autorregulação empresarial, quando devidamente supervisionados, podem produzir sinergias e devem ser incentivados para a construção de um ambiente de negócios mais favorável ao desenvolvimento do setor privado.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Um ambiente regulatório estável, transparente e com mecanismos que incentivem a atividade econômica aumenta a atratividade do país a investimentos nacionais e estrangeiros, com benefícios para a sociedade como um todo. Além disso, regras mais claras, procedimentos simplificados para obtenção de licenças e incentivos à autorregulação reduzem custos operacionais, tornando a regulação mais responsiva às demandas do país.

¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/reg/arquivos/tomada-de-subsidio-01-2022-v11.pdf>>. Acesso em: 26/07/2023.



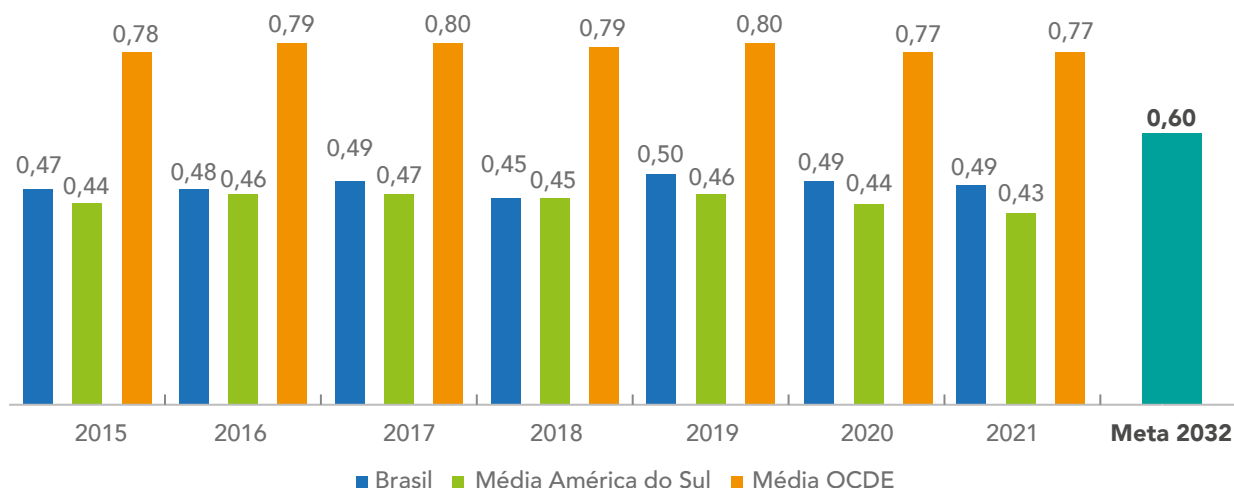
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Melhorar a qualidade regulatória

Indicador: Índice de qualidade regulatória

Meta: Aumentar o índice de qualidade regulatória para **0,60** até 2032

:: Crescimento de 1,9% a.a.



Nota: Para proporcionar melhor comparação entre os países, o indicador foi normalizado, assumindo-se o valor 1 para o melhor desempenho observado a cada ano e 0 para o pior. Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fonte: Worldwide Governance Indicators, Banco Mundial.

Iniciativas

- :: Fomentar a criação de estrutura governamental de governança, para apoiar o processo de adequação de normas legais e regulamentares aos padrões OCDE, que conte com a contribuição ativa do setor produtivo nacional.
- :: Apoiar a aprovação de código de defesa dos contribuintes e a atualização do código tributário nacional, após a reforma tributária.
- :: Estimular o desenho de programa de qualidade regulatória para os níveis estadual e municipal.
- :: Promover a criação de mecanismos de autorregulação empresarial.
- :: Fomentar a criação de programas de capacitação para formar quadros capazes de utilizar corretamente as ferramentas regulatórias.
- :: Estimular a aplicação de ferramentas como Análise de Impacto Regulatório (AIR), Consultas Públicas e Agendas Regulatórias ao longo do processo regulatório, de forma harmonizada e sistemática.
- :: Estimular mecanismos de simplificação regulatória, como filtros de qualidade para a produção normativa e revisões periódicas das regulações existentes de forma a se manterem relevantes e atuais.

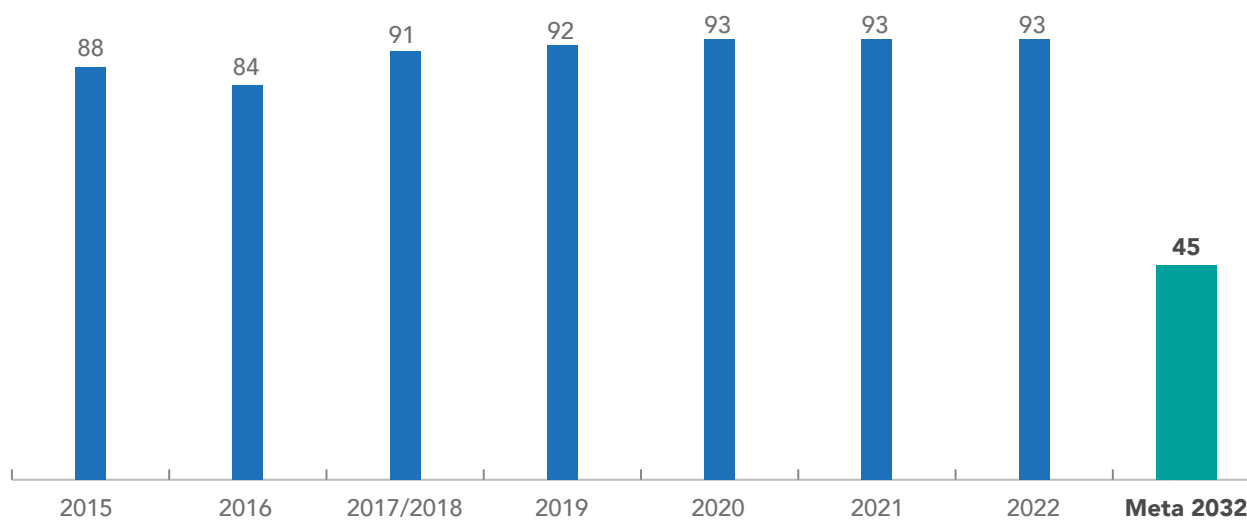


- :: Garantir acesso simplificado/unificado/tempestivo aos marcos regulatórios.
- :: Assegurar a coerência regulatória e maximizar a aderência ao devido processo legislativo.
- :: Criar, fortalecer e disseminar espaços e mecanismos para consulta ao setor produtivo na alteração de marcos regulatórios, na construção de políticas públicas e na definição de posicionamentos do governo brasileiro sobre temas estratégicos para o setor no país e no exterior.
- :: Definir critérios claros e objetivos para a adoção de mecanismos de equivalência regulatória para produtos e processos que já tenham sido avaliados por outras agências reguladoras de referência e que possam ser adotados automaticamente pelo Brasil.

Objetivo: Aperfeiçoar os procedimentos administrativos

Indicador: Agilidade dos procedimentos administrativos

Meta: Aumentar a posição do Brasil no ranking de “procedimentos administrativos conduzidos sem atrasos injustificados” (93° posição para a 45° posição)



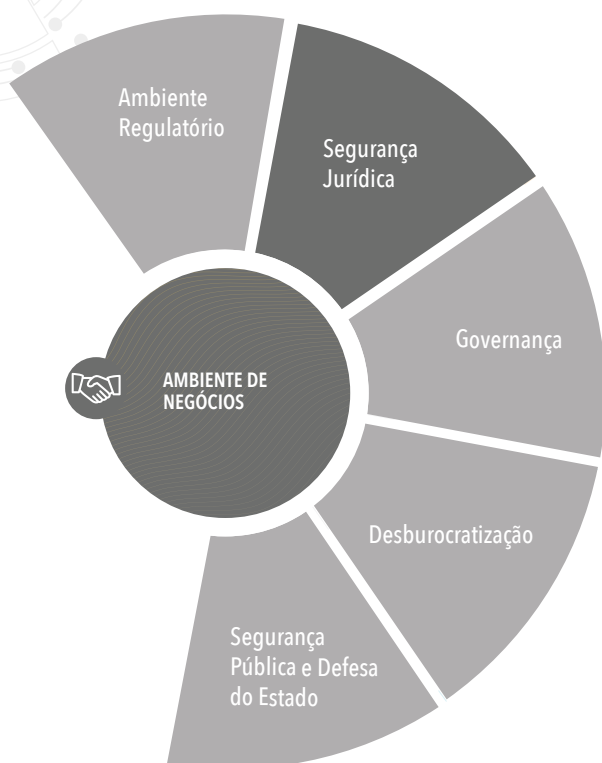
Nota: Posição do Brasil em ranking de 95 países sobre a pergunta: “Os procedimentos administrativos são conduzidos sem atrasos injustificados?”.

Fonte: CNI, com base nos dados do World Justice Project.



Iniciativas

- :: Estimular a adoção do Licenciamento 4.0, que moderniza os processos de liberação de licenças, alvarás, permissões, autorizações e cadastros de empresas no país.
- :: Fomentar projetos que contribuam para a digitalização da análise de pedidos de licença.
- :: Aperfeiçoar o licenciamento ambiental, mediante a edição de norma nacional para uniformizar e dar agilidade aos procedimentos.



1.2 SEGURANÇA JURÍDICA

A consolidação de um ordenamento jurídico sólido, capaz de garantir previsibilidade e assegurar o cumprimento das relações contratuais e de direitos de propriedade é essencial para a atração de investimentos e o desenvolvimento econômico.

🚫 PROBLEMA

O ordenamento jurídico-regulatório brasileiro é caracterizado por sua ineficiência e pela falta de clareza e de objetividade de seus dispositivos, o que está na origem da morosidade judiciária. Apenas na esfera tributária, estima-se que haja R\$ 5,4 trilhões (75% do PIB de 2020) em disputa, aguardando julgamento de contenciosos administrativos e judiciais no Brasil².

Como exemplo, de acordo com o CNJ, a execução de títulos extrajudiciais de primeiro grau pode levar mais de 6 anos para ser resolvida, sobrecarregando o sistema judicial com processos prolongados e onerosos.

Além de comprometer a eficiência da justiça na resolução de conflitos administrativos, a judicialização excessiva configura um risco para a tomada de decisões estratégicas das empresas.

O elevado custo de transação e a falta de parâmetros claros e objetivos para nortear o processo jurídico-regulatório impactam negativamente o ambiente de negócios do país, tornando-o menos propício a investimentos e comprometendo a competitividade da indústria em nível internacional.

🛠️ SOLUÇÃO

Instrumentos como a digitalização e a definição objetiva de parâmetros e competências dos órgãos governamentais podem aumentar a eficiência do ordenamento jurídico-regulatório brasileiro, reduzindo sua sobrecarga.

Como reconhecido pelo CNJ³, a digitalização processual reduz significativamente o tempo médio dos processos, aumentando a eficiência na solução de disputas judiciais e, consequentemente, evitando que disputas privadas ultrapassem a primeira instância.

Para lidar com o excesso de judicialização, é fundamental promover iniciativas que visem a simplificação do ordenamento jurídico a partir de critérios objetivos, revisando gradualmente normas obsoletas e complexas.

² Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/01/Contencioso_tributario_relatorio2020_vf10.pdf>. Acesso em 28/07/2023.

³ "O tempo médio dos processos eletrônicos é de 3,4 anos, representando quase um terço do tempo médio de 9,9 anos dos processos físicos". Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/sumario-executivo-jn-v3-2022-2022-09-15.pdf>>. Acesso em 27/07/2023.



Adicionalmente, é necessário promover mecanismos alternativos de solução de conflitos, como a arbitragem e a conciliação, com segurança jurídica sobre os termos acordados.

Iniciativas que visem à uniformização de processos para direcionar a atuação de órgãos governamentais e de controle, bem como investimentos na qualificação de servidores e no aumento de recursos humanos qualificados, bem como automação e utilização de inteligência artificial poderiam contribuir para o melhor funcionamento da burocracia estatal no atendimento das demandas da sociedade.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Com um ordenamento jurídico menos complexo e mais eficiente, disputas judiciais poderão ser resolvidas com maior celeridade, reduzindo custos de transação e incertezas que comprometem a atividade econômica no Brasil. A melhoria da segurança jurídica, proporcionando maior transparência e previsibilidade aos negócios, atrai investimentos e gera aumento de produtividade para toda a economia.

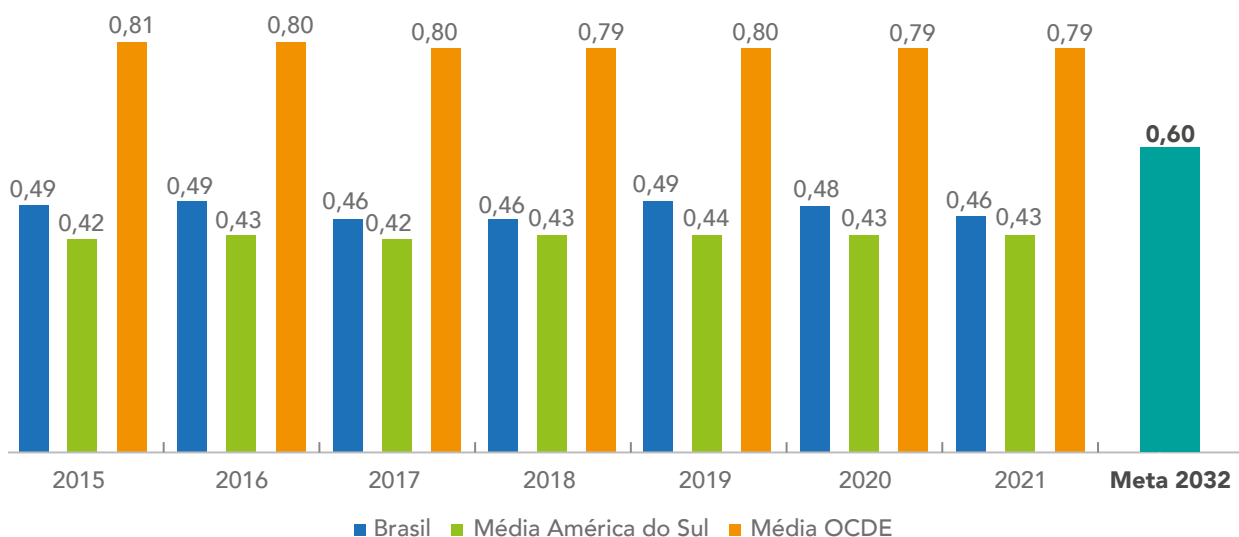
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Elevar a segurança jurídica

Indicador: Índice de segurança jurídica

Meta: Aumentar o índice de segurança jurídica para **0,60** até 2032

:: Crescimento de 2,4% a.a.



Nota: Para proporcionar melhor comparação entre os países, indicador foi normalizado, assumindo-se o valor 1 para o melhor desempenho observado a cada ano e 0 para o pior. Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fonte: Worldwide Governance Indicators, Banco Mundial.



Iniciativas

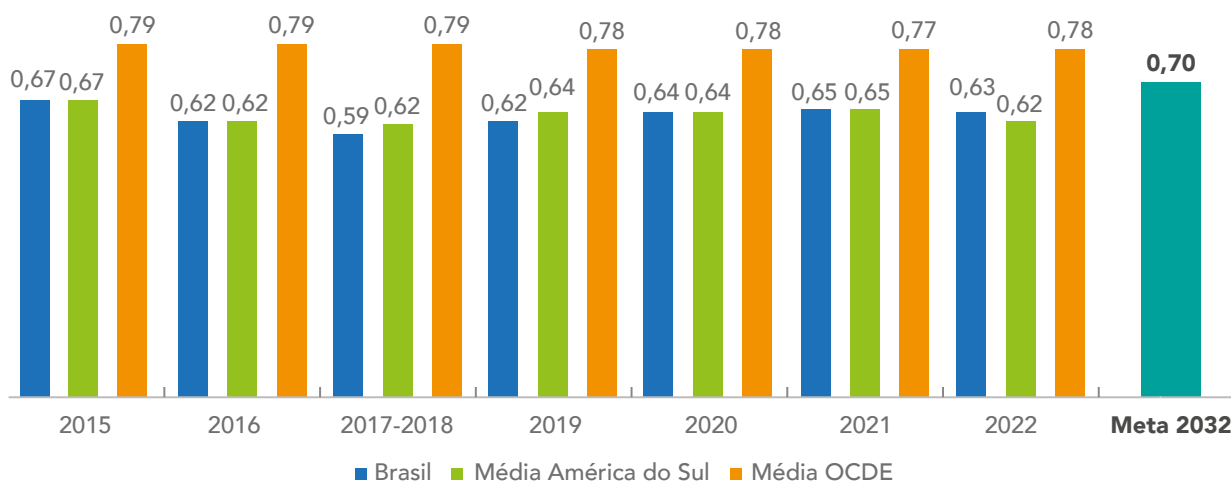
- :: Promover a cultura de respeito aos precedentes em todos os graus de jurisdição.
- :: Estabelecer diretrizes claras para evitar a aplicação de penalidades cumulativas pelo mesmo fato por diferentes órgãos e instituições públicas pelo mesmo fato.
- :: Avaliar os impactos econômicos e sociais das decisões judiciais.
- :: Minimizar a flutuação das interpretações judiciais.
- :: Atuar com moderação em matérias de elevado perfil técnico e/ou escolhas políticas.
- :: Respeitar o passado (regras de transição) quando houver mudanças de interpretação.
- :: Democratizar procedimentos de participação da sociedade civil previamente à superação de precedentes.
- :: Conferir maior efetividade à participação de representantes empresariais nos feitos que resultem em precedentes de maior destaque ou força vinculante.
- :: Reduzir as fontes de judicialização, em especial por parte do poder público, que é o maior litigante do país.

Objetivo: Aumentar a efetividade dos mecanismos alternativos de resolução de conflito

Indicador: Nota do quesito “Os mecanismos de resolução alternativa de conflitos são acessíveis, imparciais e eficazes”

Meta: Aumentar o índice de mecanismos alternativos de resolução de conflitos para **0,70** até 2032

:: Crescimento de 1,0% a.a.



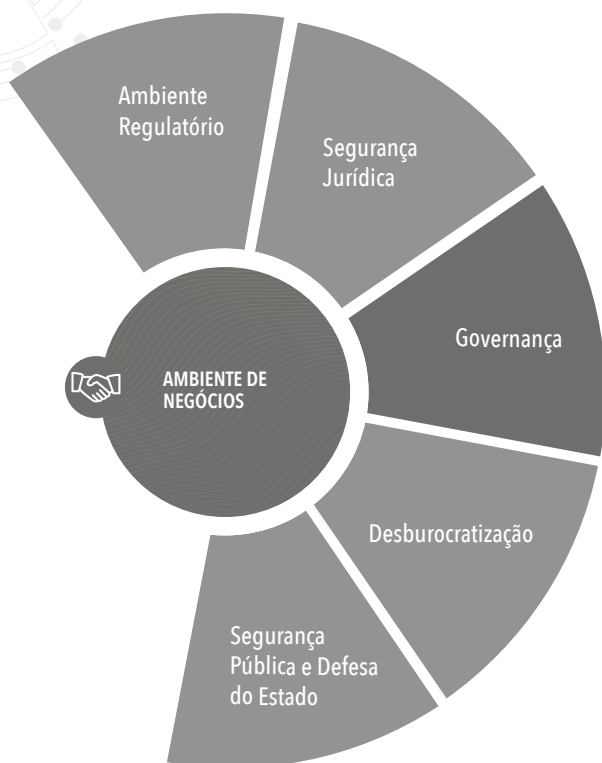
Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fonte: World Justice Project (WJP).



Iniciativas

- :: Promover mecanismos alternativos de solução de conflitos, como a arbitragem e a conciliação.
- :: Estimular a utilização de mecanismos de prevenção de conflitos como as Comissões de Conciliação Prévia (CCPs).
- :: Estimular a composição extrajudicial envolvendo atores públicos.
- :: Promover a solução pacífica, consensual e extrajudicial de conflitos – inclusive trabalhistas – com segurança jurídica sobre o acordado.
- :: Aumentar as hipóteses de utilização de arbitragem.



1.3 GOVERNANÇA

Confiança, credibilidade, transparência e eficácia são essenciais nas esferas pública e privada e fundamentais para assegurar um ambiente de negócios que contribua para o fortalecimento da atividade econômica do país.

PROBLEMA

O aperfeiçoamento de instrumentos de governança pública e privada é essencial para fortalecer o ambiente de negócios do país.

A transparência e a responsividade do governo no tratamento de problemas de ordem pública conferem credibilidade, ancorando expectativas e afastando incertezas políticas e econômicas. Em 2022, o Brasil ocupava a 82ª posição em

ranking relativo à percepção sobre controle de corrupção e o 41º lugar em termos de percepção de transparência do governo, o que indica percepções desfavoráveis quanto à governança do país⁴.

No âmbito privado, a governança corporativa e o compliance se colocam como ferramentas fundamentais para que as empresas atendam a princípios de integridade e conformidade. Essas medidas se tornam cada vez mais relevantes diante dos condicionantes ambientais, sociais e de governança para acesso a mercados, a financiamento e a novas tecnologias.

SOLUÇÃO

A governança deve buscar, tanto no âmbito público como no privado, o fortalecimento da integridade e ética nas relações empresariais e governamentais. Para tanto, é importante criar mecanismos de transparência na relação entre público e privado, assim como instrumentos de participação social ao longo do processo de formulação e de avaliação de políticas públicas. Adicionalmente, o aprimoramento da capacidade de provisão de serviços públicos de qualidade é crucial para proporcionar um ambiente seguro e gerar soluções efetivas para a sociedade como um todo.

Dentro das corporações, elaborar procedimentos e processos por meios dos quais a organização deve ser dirigida, com atribuição clara e objetiva de direitos e responsabilidades aos diversos atores, de modo a promover uma melhor gestão de riscos, aumentar a transparência e facilitar a atração de investimentos de longo prazo.

⁴ Disponível em: <<https://worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/global>>. Acesso em 28/07/2023.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

Com o aprimoramento da governança pública e privada, é possível elevar a transparência e incentivar boas práticas de gestão, tanto no setor público como no setor privado.

O incentivo à participação dos setores da sociedade nas decisões políticas e regulatórias eleva a qualidade da prestação de serviços públicos e contribui para que as medidas adotadas sejam mais efetivas e alinhadas aos interesses socioeconômicos do país.

No âmbito privado, a atuação convergente às melhores práticas de governança corporativa é decisiva para a geração de valor de longo prazo e ampliação da credibilidade junto às partes interessadas, bem como para a melhor gestão de riscos, oportunidade e impactos das organizações.

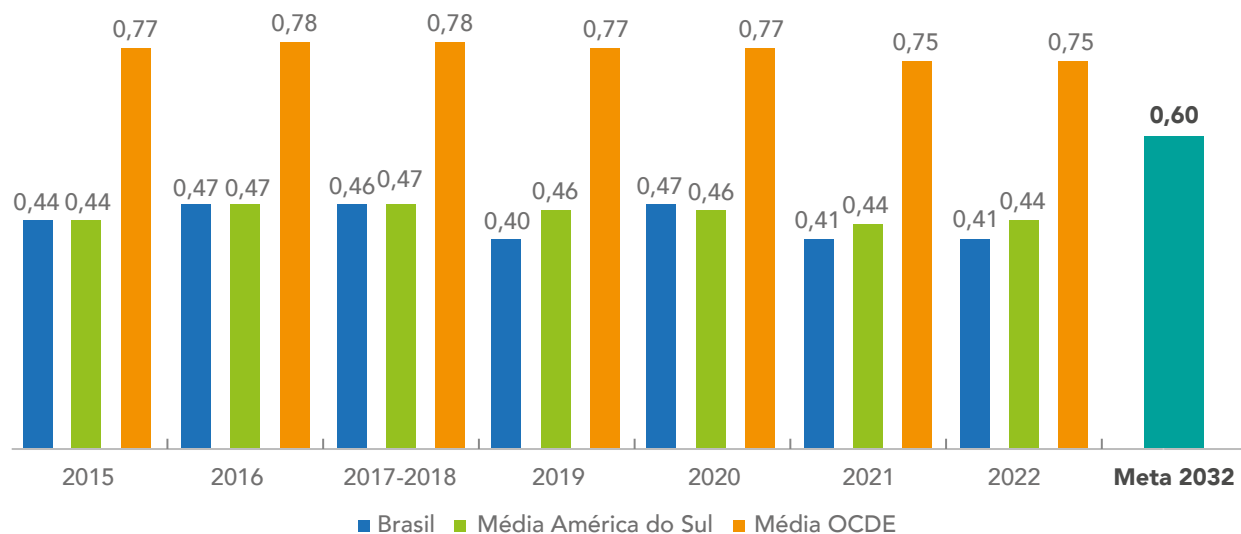
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Melhorar a eficácia do setor público

Indicador: Índice de eficácia do poder público

Meta: Aumentar o índice de eficácia do governo brasileiro para **0,60** até 2032

:: Crescimento de 3,5% a.a.



Nota: Para proporcionar melhor comparação entre os países, o indicador foi normalizado, assumindo-se o valor 1 para o melhor desempenho observado a cada ano e 0 para o pior. Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fonte: Worldwide Governance Indicators, Banco Mundial.



Iniciativas

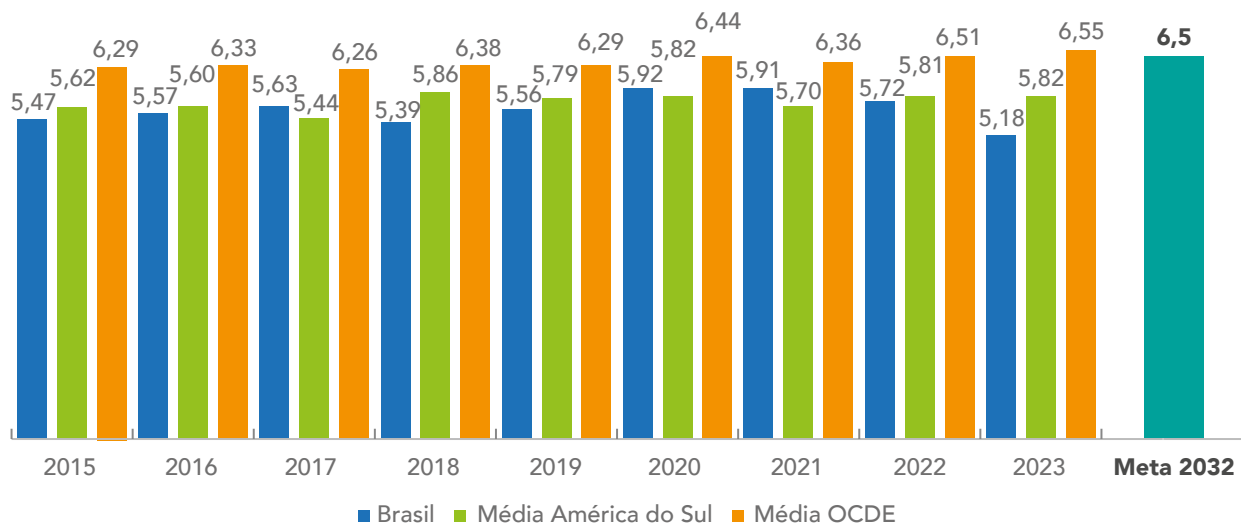
- :: Incentivar a participação ativa do setor industrial em processos de tomada de decisão, consultas públicas e auditorias sociais, permitindo maior *accountability* e engajamento empresarial.
- :: Alinhar a atuação das diversas entidades do setor público, evitando os sobreamentos e as atuações descoordenadas.
- :: Alinhar a atuação das esferas federal, estadual e municipal, de acordo com as competências estabelecidas no pacto federativo, para evitar atuações em sentido contrário e insegurança jurídica.

Objetivo: Aperfeiçoar a governança corporativa e do sistema de *compliance* no setor privado

Indicador: Índice de governança corporativa

Meta: Aumentar o índice de governança corporativa para **6,5** até 2032 no comparativo de países

:: Crescimento de 2,6% a.a



Nota: Média entre os indicadores "Credibility of managers", "Corporate boards", "Auditing and accounting practices" e "Social responsibility". Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.
Fonte: World Competitiveness Yearbook, International Institute for Management Development (IMD).

Iniciativas

- :: Promover programas de capacitação e treinamento para gestores, executivos e colaboradores sobre governança corporativa e *compliance*, adaptados às diferentes realidades das empresas.
- :: Fomentar o monitoramento e a apresentação de resultados de questões relacionadas à governança corporativa.
- :: Estimular a realização de auditorias internas e externas periódicas para verificar a conformidade com os padrões de governança corporativa e *compliance*.

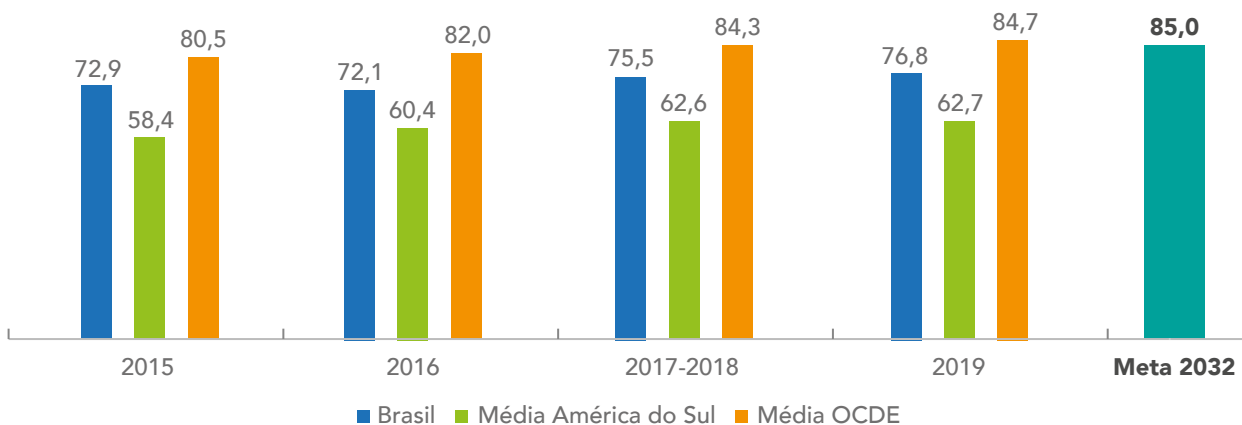


Objetivo: Ampliar a transparência do poder público

Indicador: Pontuação geral do Índice de Desempenho Estatístico

Meta: Aumentar o índice de desempenho estatístico brasileiro para **85,0** até 2032

:: Crescimento de 0,8% a.a.



Nota: O Índice de Desempenho Estatístico representa a média ponderada dos indicadores estatísticos de desempenho que avaliam o desempenho dos sistemas estatísticos nacionais. Ele agrega cinco pilares de desempenho estatístico: uso de dados, serviços de dados, produtos de dados, fontes de dados e infraestrutura de dados. Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fonte: Statistical Performance Indicators (SPI), Banco Mundial.



Iniciativas

- :: Fomentar a consolidação de um portal nacional eletrônico, atualizado com o compilado de regras (leis e atos normativos infralegais), com expressa indicação do que está, ou não, em vigor.
- :: Incentivar o uso de soluções que fomentem a transparência e a participação social no processo regulatório.

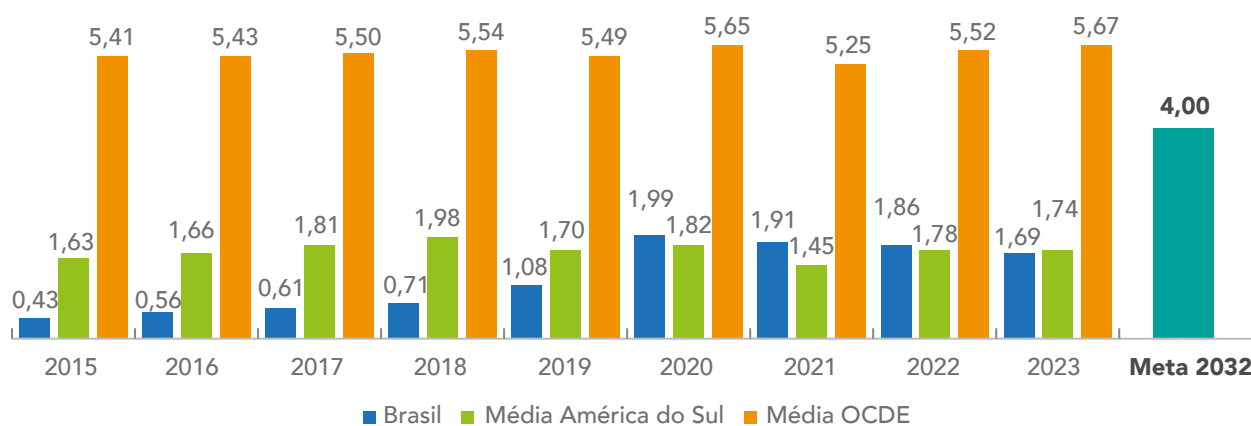


Objetivo: Fortalecer e melhorar os mecanismos de combate à corrupção

Indicador: Nota do Brasil em presença de corrupção

Meta: Aumentar a nota do Brasil para a pergunta sobre a presença de corrupção para **4,00**

:: Crescimento de 10% a.a.



Nota: Nota do Brasil em pergunta sobre a presença de corrupção, considerando que nota 0 = “Corrupção existe” e nota 10 = “Corrupção não existe”. Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela.
 Fonte: CNI, com base nos dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).



Iniciativa

:: Fortalecer as instituições e aperfeiçoar os instrumentos de prevenção e combate à corrupção.



1.4 DESBUROCRATIZAÇÃO

A redução do excesso de burocracia aumenta a produtividade da economia, evitando que haja desvio de tempo e recursos para atividades não produtivas e possibilitando que os esforços sejam concentrados nos próprios negócios.

⚠️ PROBLEMA

A burocracia excessiva é uma das principais barreiras ao progresso do país. As consequências negativas que ela pode impor ao Brasil são vastas, incluindo a diminuição da produtividade, a elevação de custos, o desencorajamento ao empreendedorismo e à inovação, o aumento da informalidade, o favorecimento à corrupção, a restrição do

investimento estrangeiro, entre outros.

Levantamento realizado pelo Banco Mundial⁵ em 2021, aponta que é mais desafiador abrir uma empresa, registrar uma propriedade, cumprir com as obrigações fiscais ou obter um alvará de construção na média dos estados brasileiros do que na maioria dos demais países da América Latina e Caribe e das economias de alta renda da OCDE.

💡 SOLUÇÃO

Reduzir o excesso de procedimentos burocráticos dos governos que afetam o ambiente de negócios é essencial para aumentar a produtividade da economia. O acesso digital aos serviços públicos possibilita maior eficiência nas entregas à população, além de aumentar a disponibilidade a serviços e informações e reduzir custos.

Para possibilitar a desburocratização, é necessário investir na transformação digital do governo e na nacionalização de procedimentos. É necessário avaliar sobreposições de demanda por informações para diferentes órgãos públicos e promover o compartilhamento dessas informações, retirando a carga das empresas.

🏗️ BENEFÍCIOS ESPERADOS

A eliminação de duplicidades na prestação de informações e a padronização das informações a serem prestadas economizam tempo e recursos das empresas. A redução de barreiras burocráticas favorece o empreendedorismo e reduz o custo de fazer negócios no país, atraindo investimentos externos.

⁵ Doing Business Subnacional Brasil, Banco Mundial, 2021.



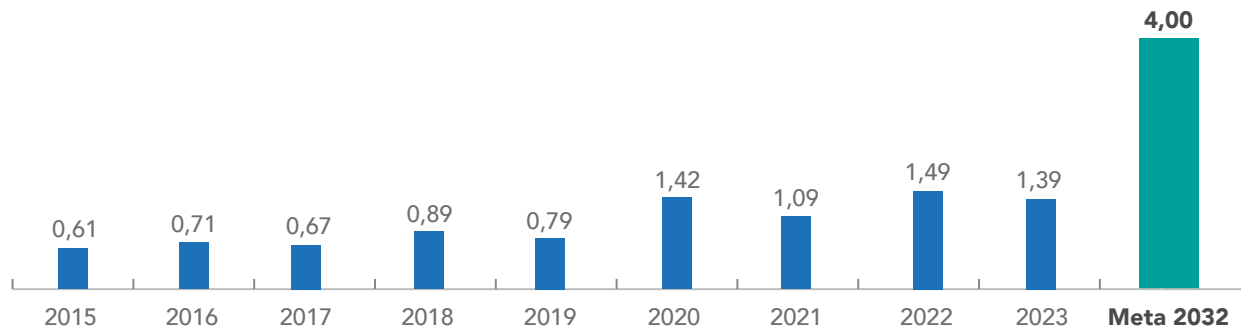
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Reduzir o excesso de procedimentos burocráticos que afetam o ambiente de negócios

Indicador: Nota do Brasil relativa ao prejuízo causado aos negócios pela burocracia

Meta: Aumentar a nota do Brasil para a pergunta sobre quanto a burocracia prejudica os negócios para **4,00**

:: Crescimento de 12,5% a.a.



Nota: Nota do Brasil em pergunta sobre o quanto a burocracia do país prejudica os negócios, considerando 0 (Burocracia prejudica os negócios) e 10 (Burocracia não prejudica os negócios)

Fonte: CNI, com base nos dados do World Competitiveness Yearbook (IMD).



Iniciativas

- :: Modernizar procedimentos para simplificar licenciamento, abertura e baixa de empresas.
- :: Desenvolver estratégias e consolidar propostas para reduzir a burocracia em procedimentos que mais impactam o setor industrial.
- :: Estimular a adoção de medidas que simplifiquem e agilizem os processos no setor público, reduzindo a morosidade e os entraves capazes de prejudicar a eficiência e a transparência.
- :: Contribuir para a redução do excesso de procedimentos burocráticos, que afetam o ambiente de negócios.
- :: Estimular o acesso digital a informações de serviços notariais e do setor público, bem como a sua solicitação e prestação.

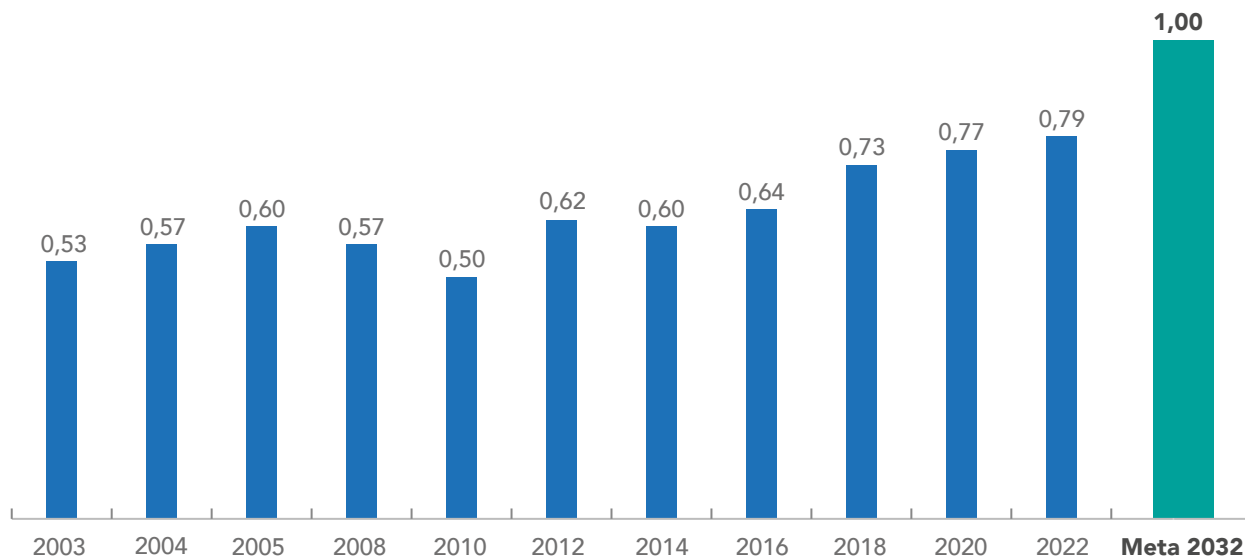


Objetivo: Apoiar o avanço da estratégia de governo digital

Indicador: Índice de desenvolvimento do Governo Eletrônico

Meta: Aumentar o índice de desenvolvimento do Governo Eletrônico a **nota máxima** até 2032

:: Crescimento de 2,4% a.a.



Nota: O Índice de Desenvolvimento de E-Government incorpora características de acesso, como infraestrutura e níveis educacionais para refletir como um país está utilizando tecnologias da informação para promover o acesso e a inclusão. O índice é composto por três dimensões: prestação de serviços online, infraestrutura das telecomunicações e capital humano. O índice varia de 0 a 1.

Fonte: CNI, com base nos dados do E-Government Development Index das Nações Unidas (ONU).



Iniciativas

- :: Aprimorar o acesso digital aos serviços públicos e melhorar o atendimento à população.
- :: Disponibilizar de forma unificada informações relativas à atividade às quais as empresas estão submetidas (regulações e regulamentos federais vigentes), facilitando o acesso e evitando redundâncias e incompatibilidades.
- :: Criar mecanismos para que as informações disponibilizadas de forma digital à população e empresas sejam mantidas atualizadas.



1.5 SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO ESTADO

O fortalecimento da segurança pública e da defesa do Estado promove um ambiente de negócios mais seguro e competitivo no Brasil, evitando desvio de recursos, reduzindo custos, e estimulando o desenvolvimento produtivo e a garantia de qualidade de vida à população.

! PROBLEMA

O elevado índice de criminalidade no país acarreta custos com medidas de segurança e ocasiona perdas, afetando a competitividade da indústria e prejudicando a sociedade. Crimes como roubo de cargas comprometem a logística, encarecem os produtos e distorcem decisões de investimentos, enquanto os crescentes crimes cibernéticos geram prejuízos financeiros e expõem empresas à violação de dados e outras vulnerabilidades.

Essa insegurança também se reflete no âmbito do comércio, onde a prática do comércio ilegal coloca os fabricantes locais em desvantagem perante uma concorrência desleal, que resulta em consideráveis perdas de arrecadação. Apenas em 2022, as perdas decorrentes do comércio ilegal foram estimadas em R\$ 410 bilhões⁶. Além do mais, a instabilidade global, marcada pela escalada de conflitos e busca pelo fortalecimento da capacidade de defesa nacional, desfavorece países que não seguem essas estratégias, as quais incluem medidas comerciais e políticas industriais direcionadas a setores estratégicos.

💡 SOLUÇÃO

O enfrentamento dos impactos sociais e econômicos decorrentes da falta de segurança requer a integração, coordenação e fortalecimento de ações entre diversas esferas governamentais e o setor privado. Isso implica medidas destinadas a aperfeiçoar os sistemas de segurança pública, visando maior integração e modernização, bem como reforçar o controle em rodovias e fronteiras para combater o roubo de cargas e o comércio ilegal. Além do mais, é necessário desenvolver iniciativas voltadas ao aumento da resiliência contra ameaças cibernéticas, dada a capacidade dos prejuízos se disseminarem por redes e afetarem inúmeras empresas. No que tange à defesa nacional, é imperativo investir em elos estratégicos do complexo industrial da defesa e segurança nacional, com foco no desenvolvimento de tecnologias de uso dual – ou seja, aplicáveis tanto civil como militarmente –, contribuindo tanto para a defesa do Estado como para o desenvolvimento produtivo.

⁶ Levantamento conduzido pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP) com base em dados de 14 setores produtivos. Disponível em: <<https://fncp.org.br/areas-de-atuacao/>>. Acesso em 22/08/2023.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

A melhoria da segurança pública e a defesa do Estado reduzem o custo para a realização de atividades produtivas no país, atraindo mais investimentos de longo prazo. Os benefícios se estendem à população, implicando em maior renda disponível, ganhos em saúde e produtivi-

dade e maior atratividade de investimento das famílias. O investimento na cadeia do complexo industrial da defesa gera aumento da autonomia tecnológica, aumento da inovação e redução de dependência externa. Adicionalmente, espera-se que os investimentos gerem ganhos que se estendam para setores civis.

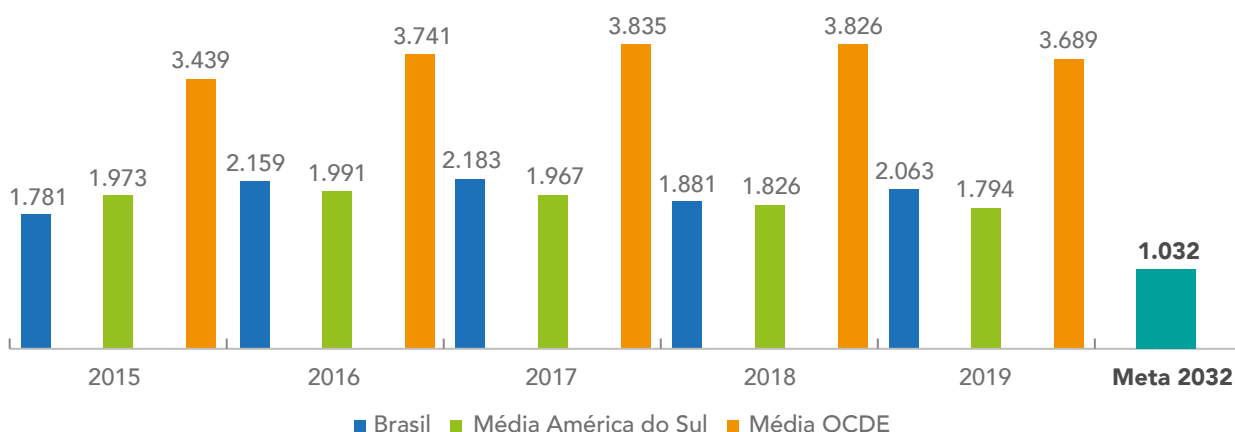
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Reduzir custos sociais e econômicos decorrentes da insegurança pública

Indicador: Impacto econômico da violência *per capita* (U\$ PPP 2019)

Meta: Reduzir pela metade o impacto econômico da violência até 2032 (U\$ 1.032 *per capita*)

:: Redução de 5,2% a.a.



Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fonte: Economic Value of Peace 2021, Institute for Economics and Peace (IEP).

Iniciativas

- :: Articular a integração entre as diversas esferas governamentais, forças policiais, órgãos de inteligência e setor privado, a fim de coordenar as ações de segurança e melhorar o combate ao crime.
- :: Promover o combate à pirataria e à venda de produtos roubados.

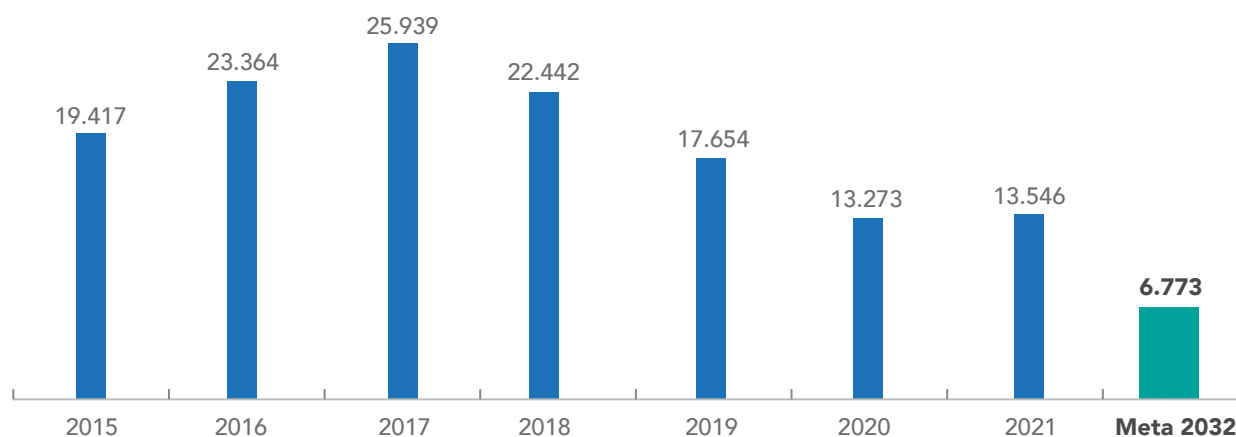


Objetivo: Reduzir o número de roubos de carga

Indicador: Volume anual de roubo de cargas no Brasil

Meta: Reduzir pela metade o nível de roubo de cargas até 2032, alcançando o volume de **6.773**

:: Redução de 6,1% a.a



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).



Iniciativas

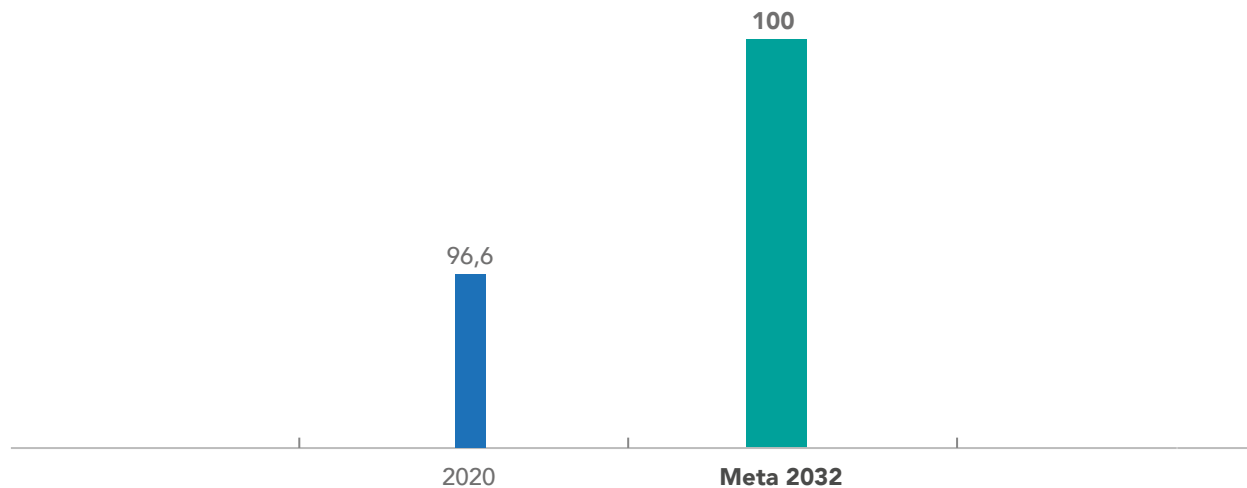
- :: Implementar a rede 5G nas rodovias, a fim de possibilitar melhor monitoramento das cargas.
- :: Promover a modernização e a adequação tecnológica dos sistemas de monitoramento veicular.
- :: Fortalecer a atuação dos serviços de inteligência das áreas de trânsito e de segurança pública no combate aos grupos organizados de furto e roubo de cargas.
- :: Promover ações voltadas para a repressão aos crimes de furto e roubo de cargas em todo o território nacional.
- :: Incentivar a manutenção de sistema de informações para compartilhamento dados entre órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas.



Objetivo: Aumentar a cibersegurança no Brasil

Indicador: Pontuação do Brasil no Índice Global de Cibersegurança (IGC)

Meta: Atingir **pontuação máxima** no Índice Global de Cibersegurança



Nota: A escala utilizada para definir o indicador varia de 0 a 100, sendo composto por 5 pilares ponderados: a) Medidas Legais; b) Medidas Técnicas; c) Medidas Organizacionais; d) Desenvolvimento de Capacidade; e e) Cooperação.
Fonte: CNI, com base nos dados da International Telecommunication Union (ITU).

Iniciativas

- :: Desenvolver e implementar programas de conscientização para empresas brasileiras, a fim de educar funcionários e gestores sobre as melhores práticas de segurança cibernética, incluindo o reconhecimento de ameaças e como evitá-las.
- :: Incentivar a obtenção de certificações de segurança cibernética.
- :: Estabelecer parcerias com universidades, institutos de pesquisa e órgãos governamentais para promover o desenvolvimento de tecnologias avançadas de segurança cibernética e políticas de combate a crimes cibernéticos.

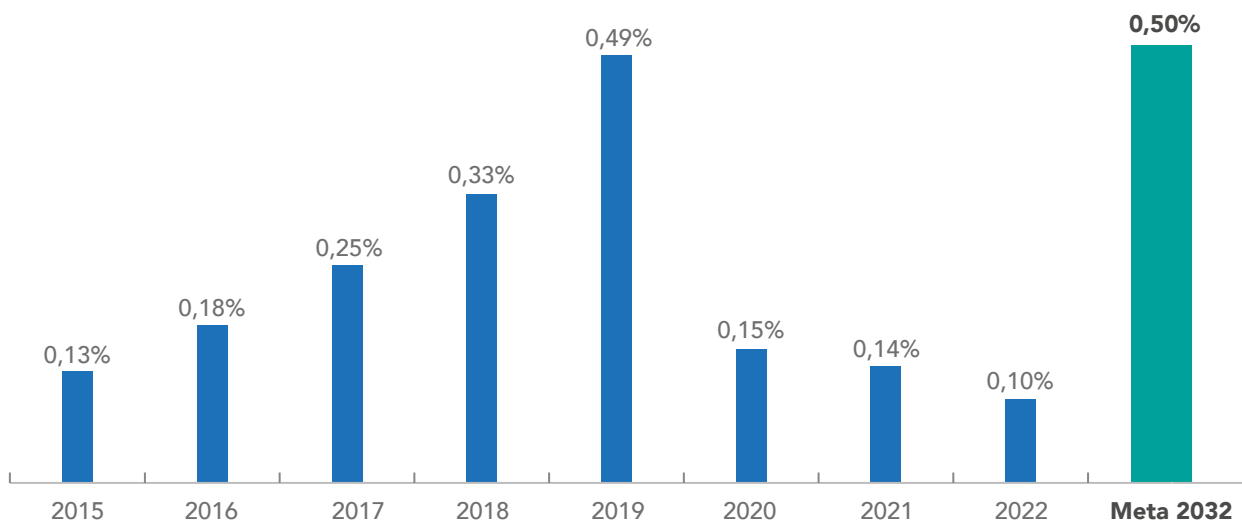


Objetivo: Aumentar a capacidade de defesa nacional

Indicador: Participação das despesas com defesa em relação ao total realizado pela União (%)

Meta: Aumentar a participação de despesas com defesa em relação ao total realizado para **0,50%** até 2032

:: Crescimento de 0,04 p.p. ao ano



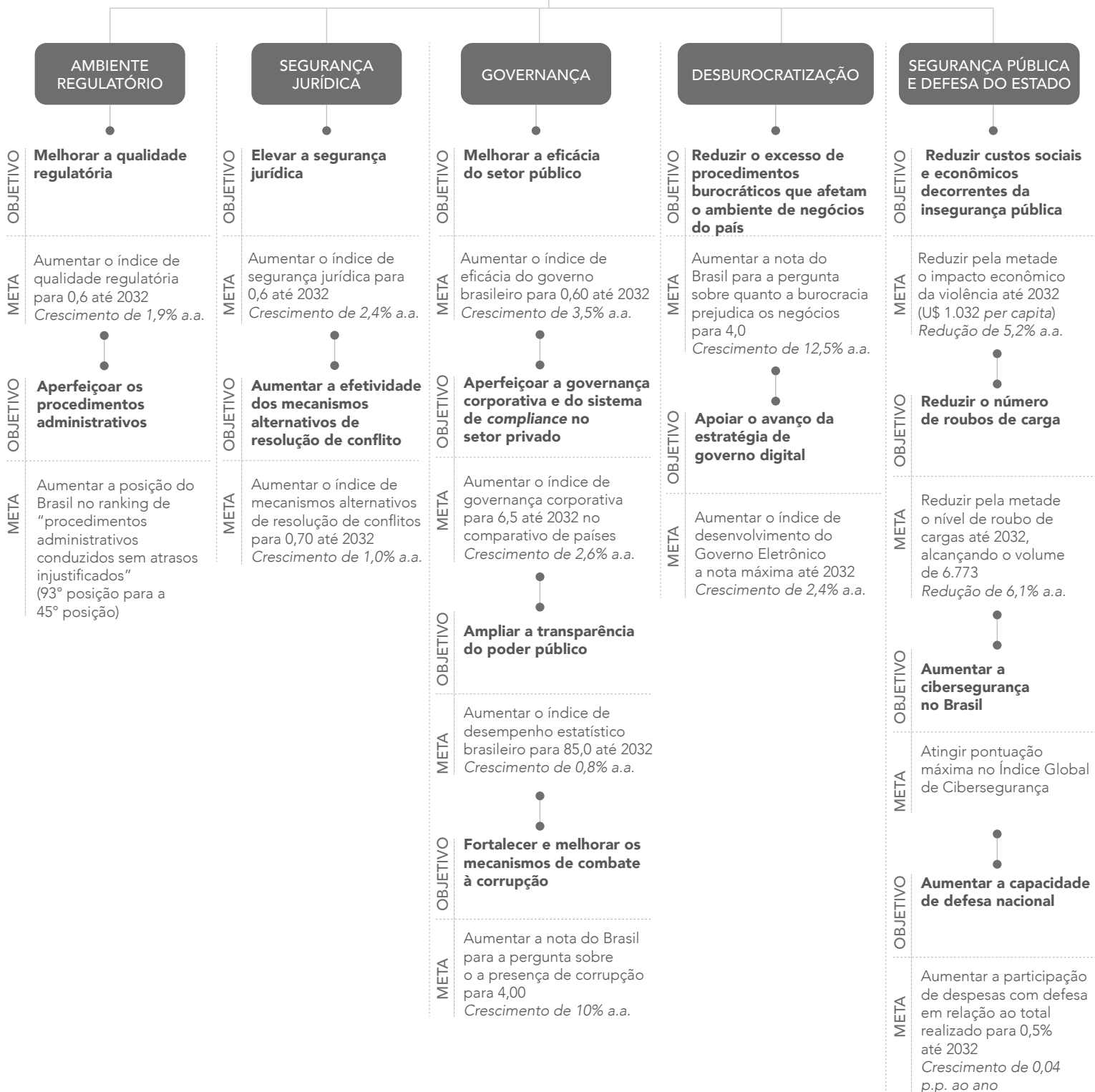
*Nota: Foram consideradas as subfunções defesa aérea, defesa naval e defesa terrestre.
Fonte: Portal da transparência.*



Iniciativas

- :: Estimular o direcionamento de recursos para áreas estratégicas associadas à defesa nacional.
- :: Ampliar os recursos à pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de defesa.
- :: Promover parcerias e acordos de cooperação com outros países, para incentivar o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e práticas de defesa.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS



2
AMBIENTE
ECONÔMICO



//

O ambiente econômico molda o contexto da atividade industrial, sendo fator central para a modernização do setor. //



Um ambiente econômico estável, favorável aos investimentos e ao desenvolvimento de negócios tem grande influência sobre o desenvolvimento econômico de um país. A construção desse ambiente econômico positivo passa fundamentalmente pelo alinhamento de políticas macroeconômicas e de desenvolvimento às melhores práticas internacionais, bem como pela modernização de políticas microeconômicas, tornando-as mais eficientes e conferindo maior segurança jurídica aos agentes econômicos. O ambiente econômico molda o contexto da atividade industrial, sendo fator central para a modernização do setor. Além disso, cabe atuação pontual do Banco Central para evitar flutuações extremas da taxa de câmbio no curto prazo, respeitado o modelo de câmbio flutuante.



Promover a eficácia das políticas macroeconômicas, dos sistemas de financiamento, do sistema tributário e de estratégias que fomentem o desenvolvimento regional, estabelecendo as condições para o crescimento econômico sustentado e para o desenvolvimento do setor industrial.

O fator-chave ambiente econômico tem apresentado evolução positiva nos últimos anos e está, em média, 35% mais próximo das metas estabelecidas para 2032 em relação aos piores valores das séries históricas de seus indicadores.

No tema prioritário macroeconomia e investimento, o Brasil avançou significativamente nos últimos anos, com a recuperação após a pandemia da covid-19. Os resultados positivos

se verificam na redução da taxa de desemprego, na convergência da inflação à meta, no controle da dívida pública e no aumento dos investimentos.

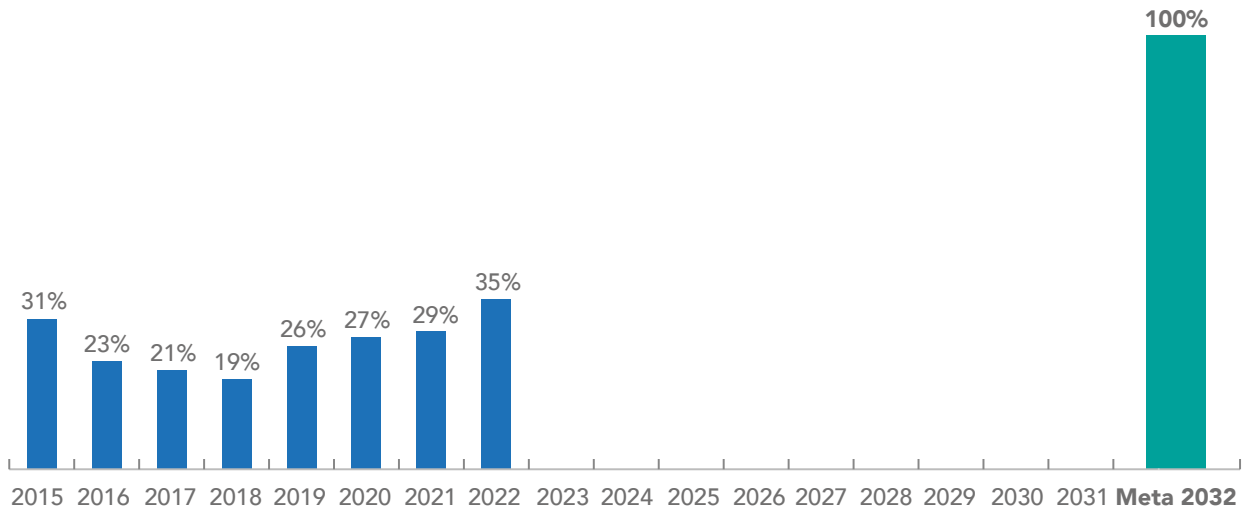
No tema prioritário de financiamento, o resultado é ambíguo. Enquanto alguns indicadores apresentam evolução positiva, como a emissão de debêntures e o crédito às micro, pequenas e médias empresas, outros indicadores apresentam resultados insatisfatórios, como os saldos de crédito bancário para as empresas.

No tema prioritário tributação, os resultados serão verificados apenas após a aprovação das reformas da tributação do consumo e da tributação da renda.



O tema prioritário desenvolvimento regional apresenta os melhores resultados nas diferenças entre os IDHs das regiões, enquanto as medidas de diferença de renda *per capita* apresentam evolução mais lenta em direção às metas.

Indicador de distância até as metas de Ambiente Econômico (%)



Nota: A distância até a meta foi calculada para cada indicador como um indicador de 0% a 100% em que 0 é o valor atribuído ao pior valor da série histórica e 100 é atribuído à meta estabelecida pela CNI. Foi calculada uma média simples dos indicadores de cada tema prioritário, sendo e o indicador final foi calculado como uma média simples dos indicadores dos temas prioritários. Quando o indicador não possuía dado para os anos mais recentes, por uma questão de defasagem na publicação dos dados, o último dado disponível foi replicado. Os indicadores serão atualizados à medida que novos dados forem publicados.



2.1 MACROECONOMIA E INVESTIMENTO

A estabilidade de preços e a sustentabilidade fiscal são condições essenciais para a atração de investimentos de longo prazo e o crescimento econômico sustentado.

PROBLEMA

O Brasil enfrenta uma série de problemas macroeconômicos, que limitam seu potencial de crescimento. De acordo com dados do FMI, o Brasil ocupou o 97º lugar no ranking de crescimento acumulado de 191 países entre 2020 e 2022⁷. A recuperação após a crise econômica iniciada em 2014 foi lenta, sendo que apenas em 2022 o Brasil recuperou o patamar de PIB observado em 2014. Por um lado, a trajetória de expansão da dívida pública e déficits fiscais recorrentes comprometem não apenas a capacidade de investimento público, mas também a credibilidade do

governo, inibindo investimentos privados e, conseqüentemente, inovação e ganhos de produtividade. Por outro lado, a inflação acima das metas estipuladas pelo Banco Central e a persistência de níveis elevados de desemprego comprometem o poder de compra das famílias, prejudicando a atividade econômica do país.

SOLUÇÃO

A estabilidade econômica está intrinsecamente vinculada ao nível de confiança dos agentes na eficiência e na previsibilidade das instituições. Nesse sentido, o compromisso com o equilíbrio das contas públicas, mediante estabilização da dívida pública e busca pela retomada de superávits fiscais, é central para elevar a confiança dos investidores quanto à sustentabilidade do ambiente econômico do Brasil. Para tanto, é necessário que a âncora fiscal controle o ritmo de crescimento dos gastos públicos e mantenha o endividamento público em patamar sustentável, de modo a garantir um equilíbrio fiscal de longo-prazo, recuperando a capacidade de investimento do governo. A estabilidade de preços, por sua vez, depende da manutenção da autonomia do Banco Central na formulação da política monetária, além de uma boa sincronia com a política fiscal.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A promoção de uma política macroeconômica com equilíbrio fiscal e estabilidade de preços, em consonância com avanços na modernização da pauta microeconômica, tem o potencial de construir um ambiente econômico favorável ao desenvolvimento dos negócios, incentivando investimentos produtivos e o crescimento econômico.

⁷ Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/22/pib-na-pandemia-compare-o-desempenho-do-brasil-com-o-de-outros-190-paises.ghtml>>.



Por sua vez, a retomada do crescimento econômico em um cenário com estabilidade de preços contribui para o aumento do poder de compra das famílias, conciliando crescimento econômico sustentado e maior bem-estar social.

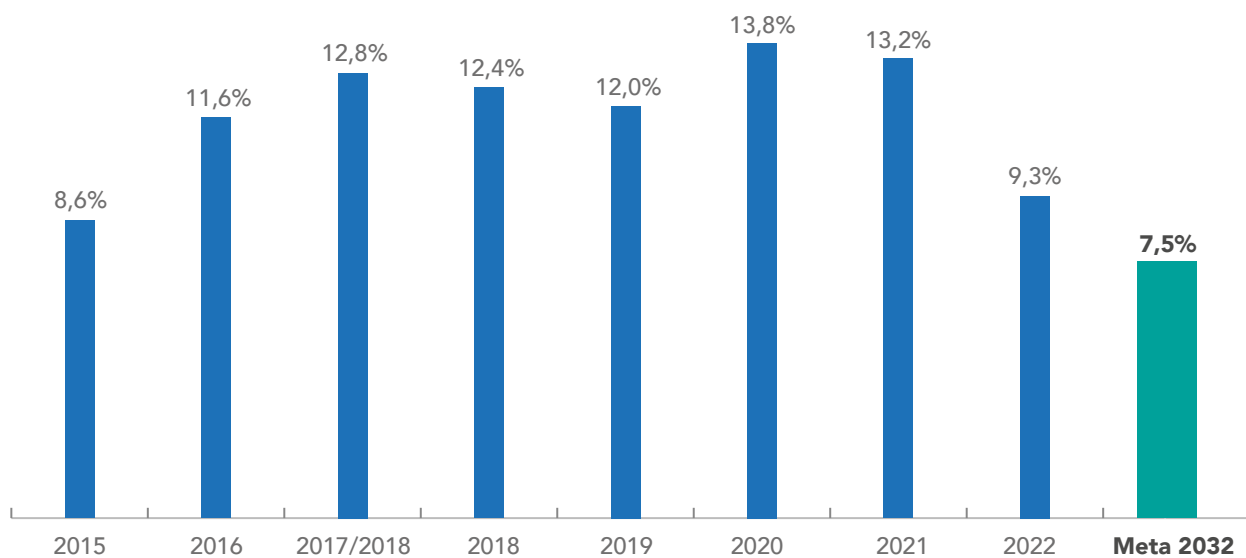
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Aumentar o nível de emprego

Indicador: Taxa de desemprego (média anual em % da População Economicamente Ativa – PEA)

Meta: Reduzir a taxa de desemprego da economia brasileira para **7,5%** da PEA, em 2032

∴ Redução média de 0,18 p.p. ao ano



Fonte: PNADc, IBGE.



Iniciativas

- ∴ Promover qualificação da mão de obra para seguir a modernização dos processos produtivos.
- ∴ Promover o crescimento econômico inclusivo.

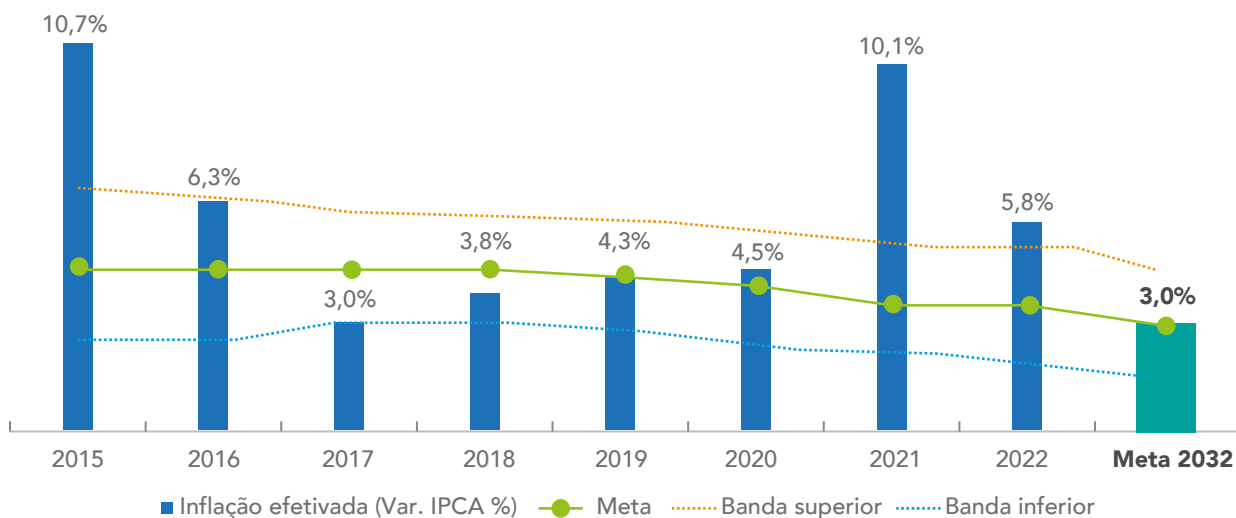


Objetivo: Assegurar a estabilidade de preços de forma compatível com uma trajetória decrescente da taxa de juros de política monetária

Indicador: Inflação ao consumidor apurada pelo IPCA (%)

Meta: Manter o IPCA próximo do patamar de **3,0%** até 2032

⚡ Redução média de 0,28 p.p. ao ano



Fonte: Banco Central.



Iniciativas

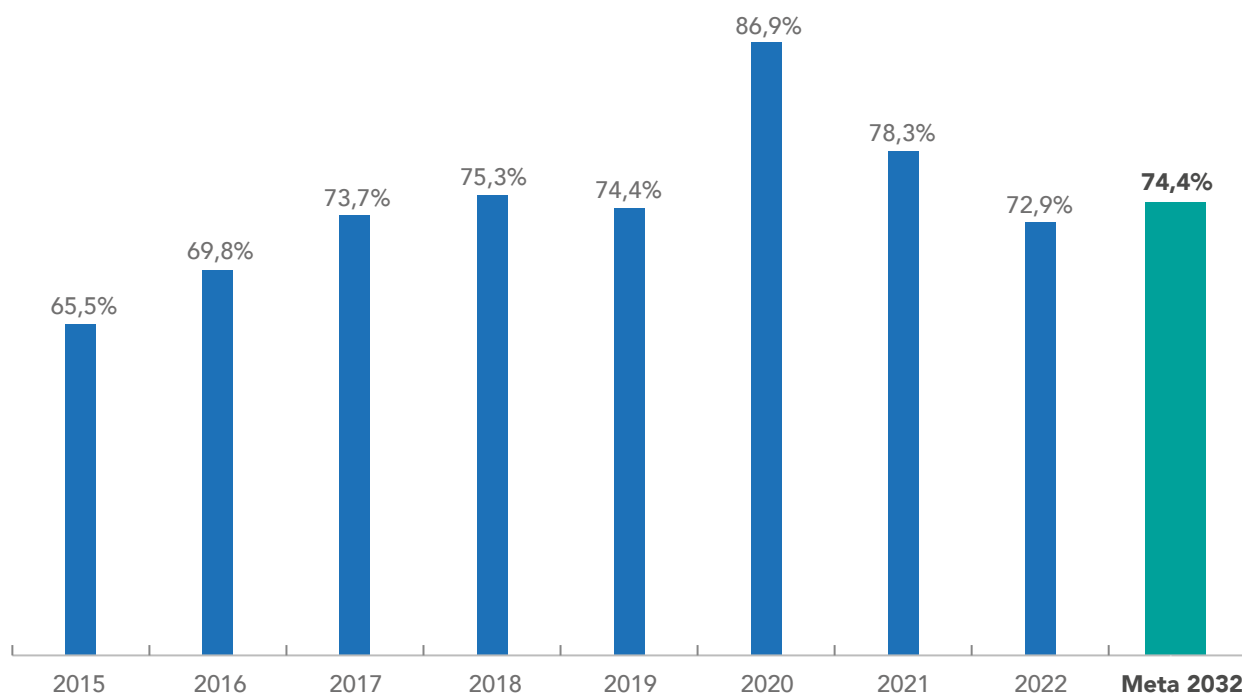
- ⚡ Apoiar a preservação da autonomia do Banco Central do Brasil, de forma a promover a manutenção do IPCA dentro do intervalo de metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- ⚡ Buscar uma atuação coordenada entre política monetária e política fiscal.
- ⚡ Garantir uma trajetória sustentável da dívida pública.



Objetivo: Alcançar a sustentabilidade fiscal

Indicador: Dívida bruta do governo geral (% do PIB)

Meta: Convergir dívida bruta do governo para o patamar anterior à pandemia (**74,4%** do PIB em 2032)



Nota: Com o início da vigência do Teto de Gastos Públicos, em 2017, a relação dívida bruta/PIB do governo geral alcançou 74,4% em 2019. No entanto, os valores da dívida nos anos de 2020, 2021 e 2022 não podem ser vistos como o início de uma trajetória de queda do endividamento público, uma vez que foram anos marcados por fatores atípicos, como a pandemia ou a forte entrada de receitas. A CNI estima que a dívida bruta voltará a crescer já em 2023, alcançando 75%, e as expectativas são de que a dívida continue subindo nos próximos anos. Para que a dívida bruta ficasse estável nos próximos anos, o setor público deveria registrar superávits primários nos próximos anos, o que não deve acontecer, mesmo com a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal. Dessa forma, alcançar o mesmo de endividamento em 2032 daquele observado em 2019 será um cenário bastante desafiador na visão da CNI.

Fonte: Banco Central.

Iniciativas

- Zelar pelo cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Contribuir para o cumprimento da nova âncora fiscal, com o objetivo de garantir a credibilidade da regra e a sustentabilidade fiscal.

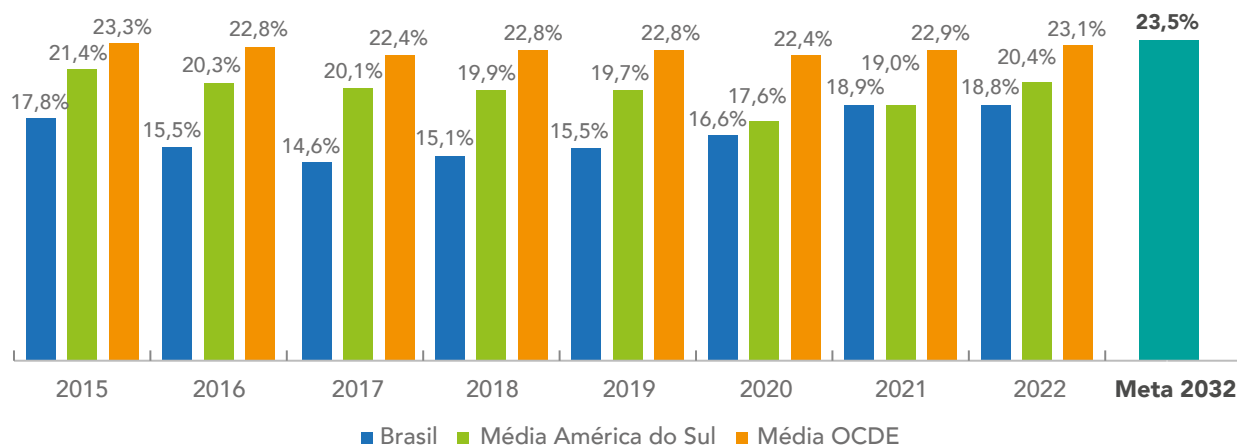


Objetivo: Aumentar investimentos públicos e privados

Indicador: Taxa de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo em proporção do PIB) - %

Meta: Elevar a taxa de investimento para **23,5%**, em 2032 (compatível com o crescimento projetado para o PIB em 2032)

∴ Crescimento anual médio de 0,46 p.p.



Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru.
Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files.



Iniciativas

- ∴ Apoiar medidas que viabilizem a abertura de espaço fiscal para investimentos na modernização de infraestruturas básicas e redução de disparidades econômicas regionais.
- ∴ Investir em estruturas essenciais e em PD&I para alcançar a fronteira tecnológica, capaz de aumentar a produtividade e o crescimento.
- ∴ Fomentar iniciativas que promovam o crescimento econômico, a partir de investimentos públicos diretos e de incentivos ao investimento privado.
- ∴ Instituir um plano plurianual de investimentos, que contemple os investimentos estratégicos para o país.
- ∴ Fomentar o ambiente de Parcerias Público Privadas (PPP).



2.2 FINANCIAMENTO

O volume disponível de crédito a custo competitivo é condição fundamental para a ampliação e modernização da indústria, pois viabiliza o investimento na renovação do parque produtivo, as exportações e a inovação, com reflexos positivos sobre a produtividade, a competitividade da indústria brasileira e o dinamismo da economia.

PROBLEMA

O acesso ao crédito é fundamental para financiar o aumento da capacidade produtiva e viabilizar investimentos em inovação em prol da modernização do setor industrial e da expansão de mercados, incluindo o internacional.

A oferta de recursos para financiamento de atividades produtivas no Brasil é escassa e seu custo, elevado. De acordo com dados do FMI, a oferta doméstica de crédito para o setor privado foi de 71,8% do PIB brasileiro em 2022, enquanto o patamar médio observado nos países da OCDE foi de 103,6%⁸.

Além da restrição de oferta de crédito, o custo do capital é outro fator que limita consideravelmente a capacidade de investimento do setor privado, sobretudo de empresas de menor porte e com maior dificuldade de fornecer garantias para obtenção de financiamento.

Um indicativo do custo do capital no Brasil é o nível de *spread* bancário, ou seja, a diferença entre o custo de captação de recursos pelos bancos e as taxas de juros ofertadas aos tomadores de empréstimo. Segundo dados do FMI, o patamar médio do *spread* bancário brasileiro em 2022 foi o terceiro maior em lista de 97 países, superado apenas por Zimbábue e Madagascar.

SOLUÇÃO

O desenvolvimento do mercado de crédito no Brasil passa pelo aprimoramento das condições de acesso a recursos financeiros, aumentando a oferta de crédito a custos mais baixos.

A manutenção da estabilidade macroeconômica é fundamental para aumentar a taxa de poupança do país e permitir uma redução consistente na taxa básica de juros, que baliza o custo de capital no mercado de crédito.

A ampliação de linhas de crédito específicas para pequenas e médias empresas, a diversificação de mecanismos modernos de garantias e a expansão de fundos, direcionados ao financiamento de projetos voltados à inovação produtiva, à modernização da indústria brasileira e à exportação também contribuem para a expansão da obtenção de crédito pelo setor produtivo.

Assim, o acesso ao crédito permite o aumento da capacidade produtiva, a inserção internacional das indústrias e a viabilidade de investimentos em inovação, em prol da

⁸ Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>>.



modernização do setor industrial e da expansão de mercados.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A expansão da oferta de crédito a custos mais baixos e a adoção de medidas direcionadas ao fomento de investimentos em projetos produtivos e inovadores, favorecem ganhos de produtividade e competitividade, bem como

o crescimento de longo prazo da economia brasileira.

Com a redução do custo de financiamento – principalmente para pequenas e médias empresas – espera-se incentivar investimentos em P&D, contribuindo para a modernização do setor industrial e para a geração de emprego e de renda.

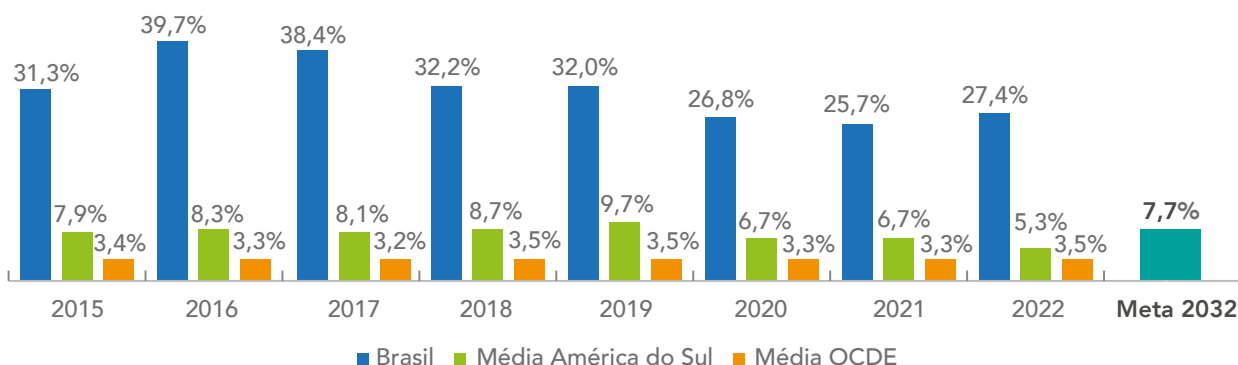
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Reduzir o custo de financiamento

Indicador: *Spread bancário (%)*

Meta: Reduzir o *spread bancário* a **7,7%** até 2032

:: Redução média de 1,97 p.p. ao ano



Nota: Entende-se como spread a diferença entre a taxa média de juros dos empréstimos e a taxa média de juros de captação dos depósitos. Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. Fonte: FMI.

Iniciativas

- ::** Implementar as duplicatas eletrônicas para reduzir os custos administrativos.
- ::** Estimular a concorrência bancária e as inovações no sistema financeiro.
- ::** Fomentar e aprimorar os mecanismos de recuperação de crédito.
- ::** Reduzir a tributação sobre a intermediação financeira, em particular, sobre a concessão de crédito.

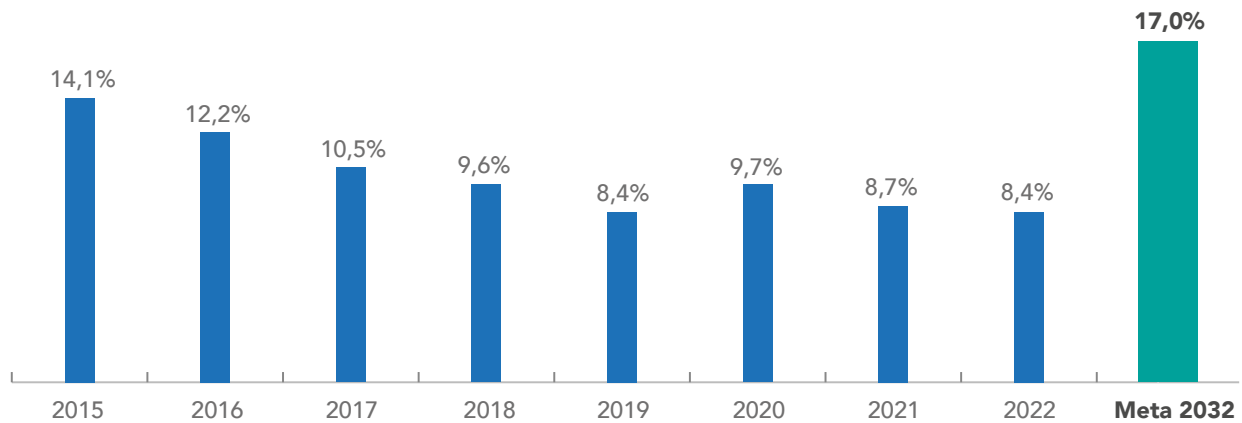


Objetivo: Aumentar a disponibilidade e a oferta de crédito bancário

Indicador: Crédito para a indústria, saldo ao fim do período (% do PIB)

Meta: Reverter a queda na participação do crédito para a indústria observada entre 2015 e 2022, aumentando-a para **17,0%** do PIB até 2032

∴ Crescimento médio de 0,86 p.p. ao ano



Fonte: Banco Central do Brasil.



Iniciativas

- ∴ Fortalecer a atuação do BNDES como instrumento de execução da política de investimentos do Governo Federal.
- ∴ Apoiar o aperfeiçoamento das regras de garantias no processo de concessão de crédito e a aprovação do PL 4.188/2021, que institui o Novo Marco de Garantias.
- ∴ Fomentar linhas de crédito voltadas à indústria.
- ∴ Aperfeiçoar as regras da taxa de longo prazo (TLP), de modo a reduzir sua volatilidade.

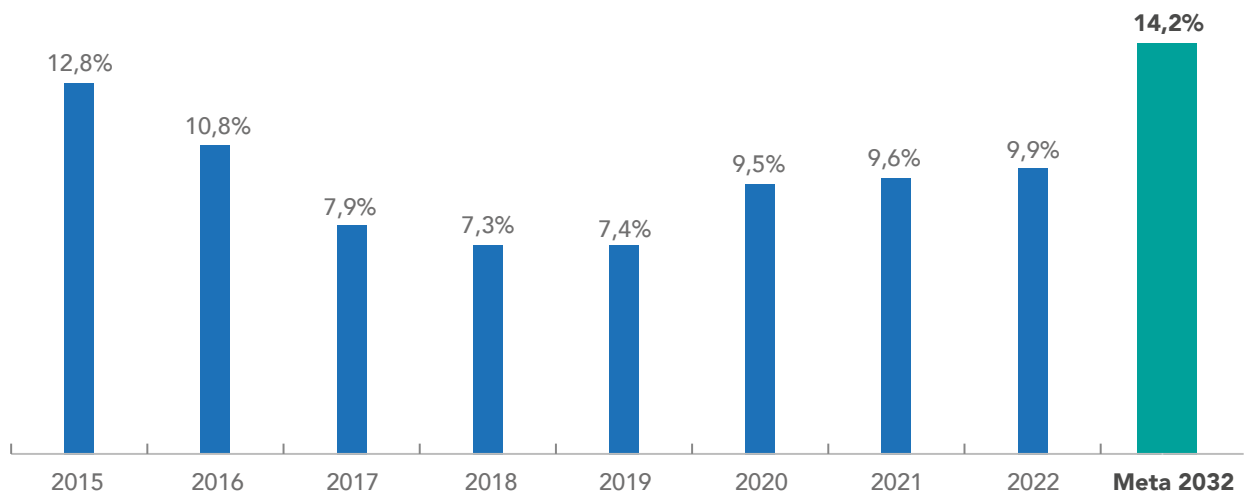


Objetivo: Melhorar as condições de crédito para micro, pequenas e médias empresas

Indicador: Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas, saldo ao fim do período (% do PIB)

Meta: Reverter a queda na participação do crédito para MPMe, observada entre 2015 e 2022, aumentando-a para **14,2%** do PIB até 2032

∴ Crescimento médio de 0,43 p.p. ao ano



Nota: Saldo em dezembro do ano de referência.
Fonte: Banco Central do Brasil.



Iniciativas

- ∴ Fomentar a ampliação de crédito direcionado para micro, pequenas e médias empresas.
- ∴ Facilitar o acesso das micro, pequenas e médias empresas a fundos garantidores de crédito, aos moldes do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) e do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE).

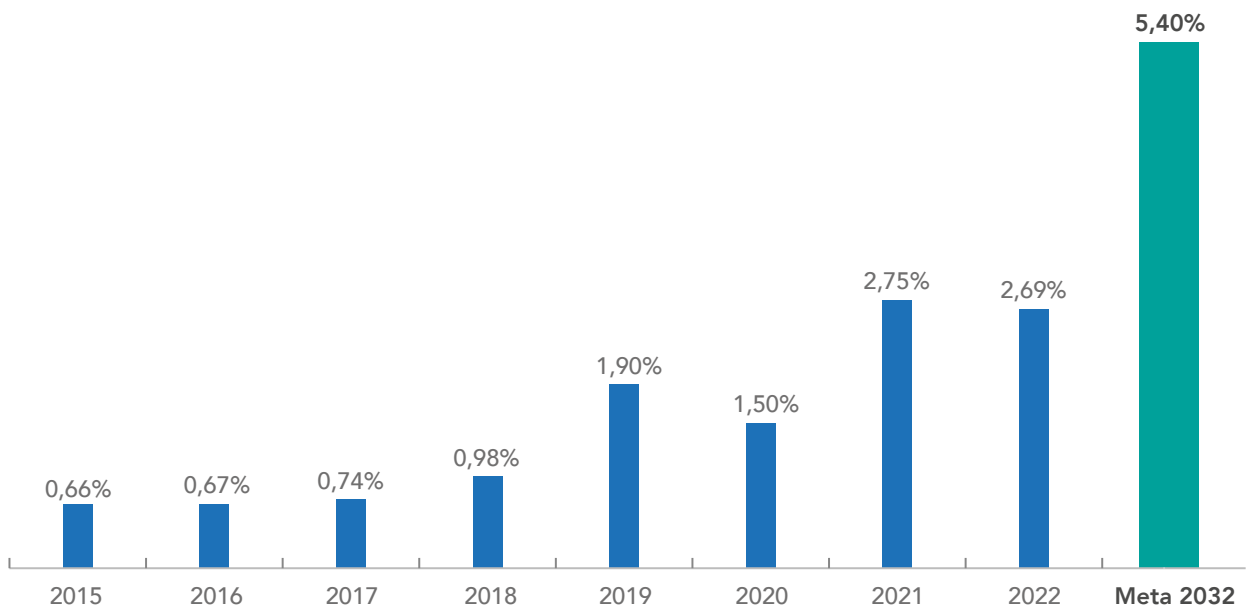


Objetivo: Aumentar a disponibilidade e a oferta de crédito não bancário

Indicador: Valor total das debêntures (exceto *leasing*, % PIB)

Meta: Aumentar a proporção das debêntures (excluído o *leasing*) no total do PIB, para **5,40%**

∴ Crescimento médio de 0,27 p.p. ao ano



Fonte: CNI, com base em dados da ANBIMA e IBGE.



Iniciativas

- ∴ Fomentar o crédito não bancário.
- ∴ Estimular o papel do mercado de capitais e a emissão de debêntures na captação de recursos para financiamento.

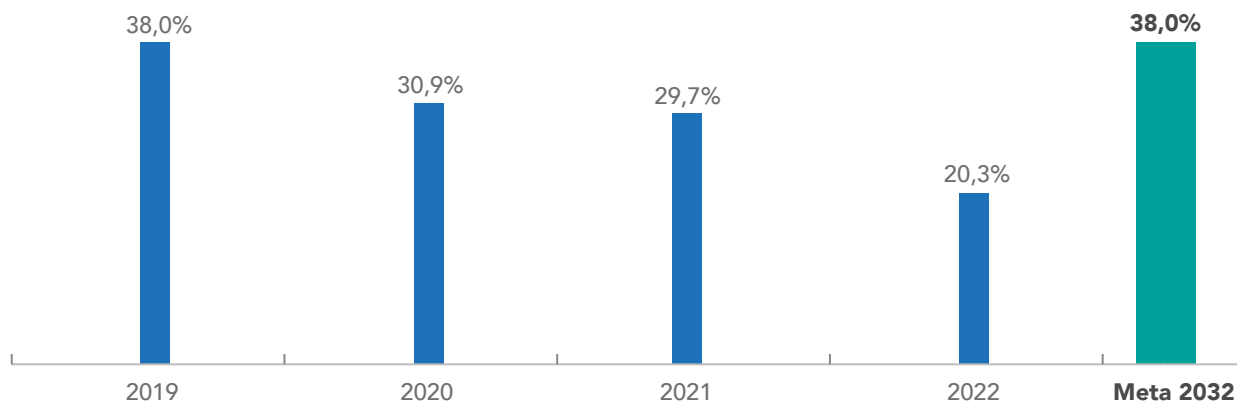


Objetivo: Aumentar a destinação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs) para a indústria

Indicador: Proporção de recursos destinados à produção industrial oriundos dos FCFs (% do total)

Meta: Elevar, para **38,0%**, o percentual de recursos dos fundos constitucionais destinados à indústria

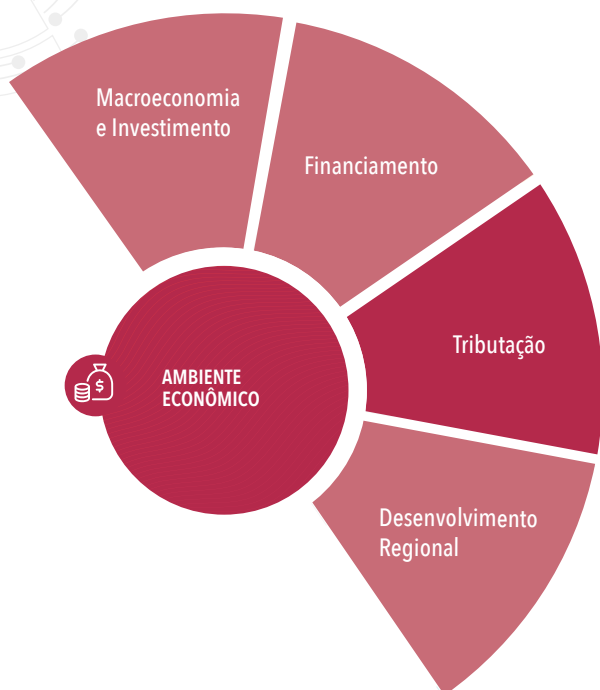
∴ Crescimento médio de 1,8 p.p. ao ano



Nota: ¹Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). ²Considera-se nesse percentual a indústria, a agroindústria e a infraestrutura.
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional.

Iniciativas

- ∴ Incentivar o aprimoramento da política de concessão de crédito dos bancos operadores dos fundos constitucionais de financiamento (BASA, BNB e BB) para que concedam maior prioridade à indústria.
- ∴ Equiparar as taxas de juros dos fundos constitucionais de financiamento das operações de crédito não rural às taxas cobradas das operações de crédito rural.



2.3 TRIBUTAÇÃO

Um sistema tributário menos burocrático e mais eficiente reduz a insegurança jurídica e os custos de conformidade tributária, tornando o ambiente econômico mais receptivo ao investimento e contribuindo para elevar a competitividade da indústria nacional.

⚠️ PROBLEMA

Um sistema tributário racional e eficiente deve minimizar os impactos da tributação sobre as decisões dos agentes econômicos, conferindo segurança jurídica para o desenvolvimento de negócios e reduzindo custos de conformidade tributária.

Ocorre que o sistema tributário brasileiro é complexo e disfuncional, não atendendo aos requisitos básicos de um modelo eficiente. A tributação sobre consumo no Brasil, além de desalinhada com as melhores práticas internacionais, é marcada pela multiplicidade de tributos, alíquotas e legislações tributárias.

Os mecanismos precários de recuperação de créditos tributários geram cumulatividade,

insegurança jurídica e oneração das exportações e investimentos, comprometendo a eficiência na alocação de recursos e a competitividade da indústria brasileira tanto no mercado internacional, por desestimular as exportações, como no mercado interno, pela competição desigual com os produtos importados.

A tributação excessiva sobre bens industriais, na comparação com o agronegócio e os serviços, também onera desproporcionalmente o setor produtivo e, em última instância, repercute negativamente sobre a população de renda mais baixa, que tende a consumir uma proporção maior de sua renda.

Adicionalmente, as regras de tributação da renda corporativa vigentes no Brasil destoam das melhores práticas internacionais e distorcem os incentivos dos agentes econômicos, impactando negativamente a competitividade brasileira e a atração de investimentos estrangeiros.

Por fim, ressalta-se a elevada tributação sobre a folha de pagamentos, que encarece o custo da mão de obra e dificulta a geração de empregos.

🛠️ SOLUÇÃO

A aprovação de uma reforma ampla da tributação sobre consumo, com implementação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), em substituição aos tributos atualmente vigentes, é fundamental para modernizar o sistema tributário brasileiro e reduzir suas distorções.

A manutenção da carga tributária, com a definição de alíquotas que não produzam aumento global de tributação ao longo da transição para o novo modelo, e a criação de mecanismos que garantam o creditamento amplo e a restituição célere de saldos credores, previstos na Emenda Constitucional da Reforma Tributária, são fundamentais para não onerar excessivamente o setor produtivo e, assim,



assegurar a sustentabilidade econômico-financeira das cadeias produtivas.

No que se refere à tributação de renda corporativa, o alinhamento às melhores práticas internacionais, com convergência de alíquotas e de regras de tributação, faz-se necessário, para aumentar a competitividade das empresas brasileiras e expandir sua presença no mercado internacional.

Além disso, o aprimoramento do modelo de tributação de renda corporativa brasileiro passa pela ampliação e aperfeiçoamento de Acordos para Evitar a Dupla Tributação (ADTs).

Destaca-se, ainda, a necessidade de revisão da tributação sobre a folha de pagamentos, em linha com a experiência internacional.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A modernização do sistema tributário brasileiro, ao eliminar a cumulatividade (assim como outras distorções), simplificar, reduzir custos de conformidade e aumentar a segurança jurídica, tem potencial de aumentar a eficiência da alocação de recursos, incentivando investimentos produtivos e o crescimento econômico.

Ademais, o novo sistema tributário do consumo, com a adoção do modelo IVA, garantirá a desoneração tributária completa de exportações e investimentos.

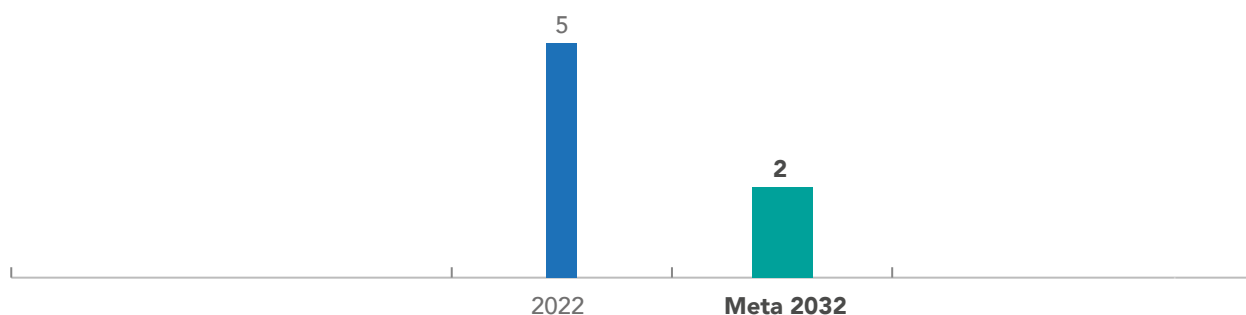
O alinhamento às melhores práticas internacionais de tributação da renda corporativa promoverá ganhos de competitividade ao produtor nacional, incentivando uma maior e melhor inserção do Brasil nas cadeias globais e valor.

OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Alinhar a tributação do consumo às melhores práticas internacionais, com a adoção de um modelo IVA

Indicador: Substituição dos cinco tributos do consumo pelo IVA-dual

Meta: Substituir os atuais tributos incidentes sobre o consumo de bens e serviços pelo IVA-dual



Nota: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.
Fonte: PEC 45/2019.



Iniciativas

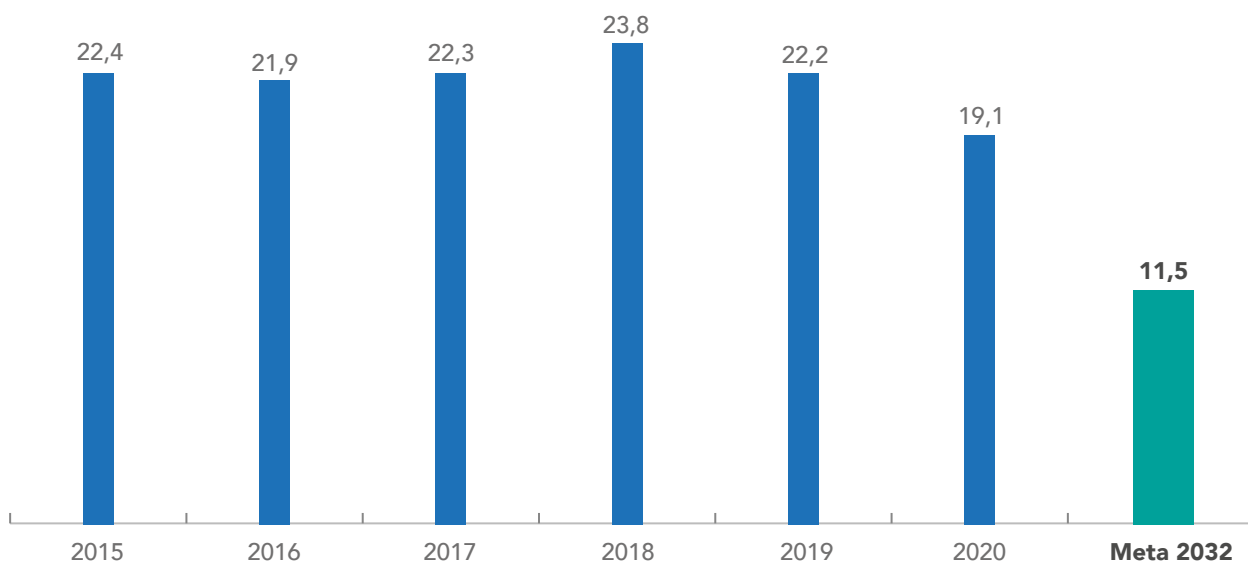
- ⌘ Contribuir para tornar o sistema de tributação do consumo mais eficiente.
- ⌘ Buscar alinhamento da tributação do consumo às melhores práticas internacionais: simplicidade, neutralidade, não cumulatividade e transparência.
- ⌘ Apoiar medidas que permitam o aproveitamento dos créditos tributários dos tributos vigentes após o período de transição.

Objetivo: Reduzir a diferença entre a participação da indústria na arrecadação de tributos sobre o consumo e a participação da indústria no PIB

Indicador: Diferença entre a participação da indústria na arrecadação tributária e sua participação no PIB

Meta: Reduzir, pela metade, a diferença entre a participação da indústria na arrecadação de tributos sobre o consumo e a participação da indústria no PIB

- ⌘ Reduzir a diferença para 11,5 p.p.



Nota: É importante destacar que, caso a reforma tributária do consumo seja aprovada, a transição para o novo sistema tributário ainda não terá sido concluída em 2032, o que impede uma convergência maior entre a participação na arrecadação tributária da indústria e a participação da Indústria no PIB.

Fonte: IBGE, Confaz e Receita Federal.

Iniciativas

- ⌘ Contribuir para que a reforma tributária do consumo traga maior isonomia para a tributação entre os setores econômicos, por meio da adoção de uma alíquota uniforme (padrão) para bens e serviços no IVA.
- ⌘ Trabalhar para que a escolha de bens e serviços excetuados da alíquota padrão seja balizada pela experiência internacional.

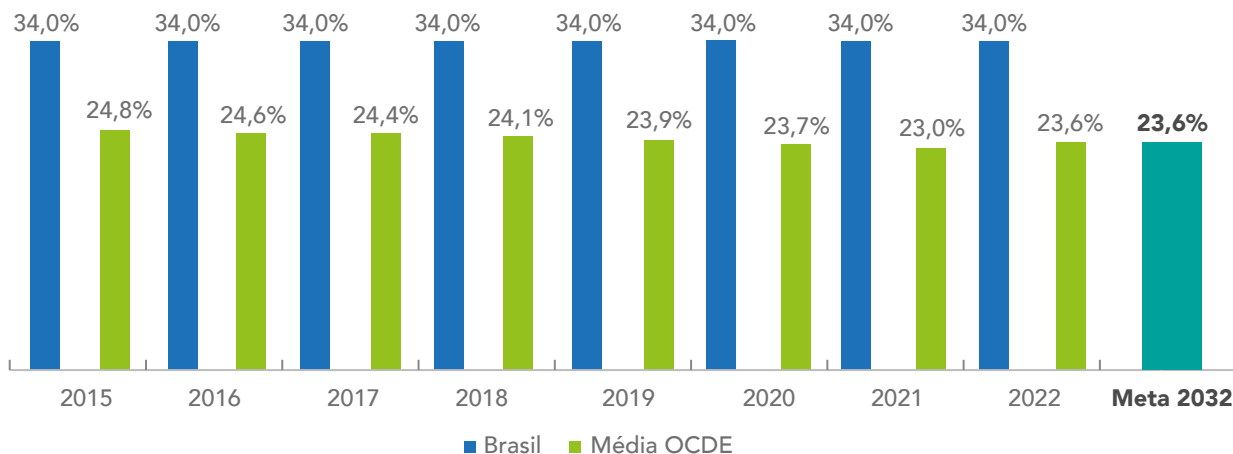


Objetivo: Reduzir a tributação da renda corporativa

Indicador: Alíquota incidente sobre a renda corporativa

Meta: Alcançar, até 2032, a alíquota média sobre a renda corporativa dos países da OCDE (de **23,6%**)

∴ Redução média de 1,04 p.p. ao ano



Fonte: Tax Foundation.



Iniciativas

- ∴ Apoiar uma reforma da tributação da renda corporativa, em linha com os padrões internacionais.
- ∴ Aperfeiçoar a regra de compensação de prejuízos fiscais de IRPJ/CSLL.
- ∴ Aprimorar o instrumento de juros sobre capital próprio (JCP).
- ∴ Implementar a depreciação acelerada de bens do ativo permanente na apuração do IRPJ e da CSLL para estimular o investimento.



2.4 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A adoção de iniciativas que promovam o desenvolvimento regional permite reduzir desigualdades, diversificar a economia e expandir novos mercados, contribuindo para um ciclo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico a partir do aproveitamento de sinergias locais.

⚠️ PROBLEMA

O Brasil é um país com profundas desigualdades socioeconômicas regionais. A extensão praticamente continental de nosso território dificulta a articulação de políticas regionais equitativas, o que contribui para agravar disparidades regionais.

As discrepâncias do nível de renda entre as regiões evidenciam os desequilíbrios socioeconômicos. Em 2020, o PIB *per capita* do Brasil foi de R\$ 35,9 mil. Enquanto o PIB

per capita médio da região Sudeste foi de R\$ 44,4 mil, na região Nordeste o valor registrado foi de R\$ 18,8 mil⁹.

Do ponto de vista produtivo, apenas seis estados brasileiros respondem por 71,2% da atividade industrial. Tamanha disparidade afeta a sustentabilidade das cadeias de suprimentos, dificultando o desenvolvimento de setores estratégicos em regiões menos desenvolvidas, assim como o maior equilíbrio geográfico na geração e apropriação da renda nacional. Os altos índices de desigualdades regionais também afetam a expansão da indústria para novos mercados, limitando seu potencial de crescimento e sua competitividade.

🛠️ SOLUÇÃO

A redução das disparidades regionais é obtida por meio de políticas direcionadas às especificidades e necessidades de cada região. Em vista disso, devem ser priorizados instrumentos de desenvolvimento regional, com destaque para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional II (PNDR II).

A equiparação das regiões menos desenvolvidas do país com regiões mais avançadas, é fruto da viabilidade de projetos que fomentem a diversificação e a integração econômica, que pode ser obtida por meio do desenvolvimento de infraestruturas interligadas, da promoção de PD&I e da capacitação da mão de obra local. Assim, a utilização dos Fundos Constitucionais de Financiamento desempenha papel fundamental no direcionamento de recursos para a realização de programas que aproveitem as potencialidades regionais e impulsionem o desenvolvimento regional.

⁹ Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2023/5/plano-de-retomada-da-industria-uma-nova-estrategia-focada-em-inovacao-descarbonizacao-inclusao-social-e-crescimento-sustentavel/>>. Acesso em 15/05/2023.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

Ações alinhadas com a PNDR II permitem acesso mais equitativo da população aos serviços públicos básicos, elevando a qualidade de vida das áreas menos desenvolvidas. A utilização dos Fundos Constitucionais de Financiamento viabiliza investimentos na modernização de infraestruturas, a diversificação e integração dos mercados regionais, contribuindo para a criação de oportunidades de emprego e de renda.

Como resultado, é esperado aumento da qualificação do trabalho e atração de investimentos, intensificando o aproveitamento das vocações econômicas de cada região. De maneira agregada, a redução das desigualdades regionais amplia a integração econômica do país, tornando cadeias produtivas estratégicas mais resilientes, e contribuindo para a expansão da indústria brasileira, com ganhos de produtividade e competitividade para o país.

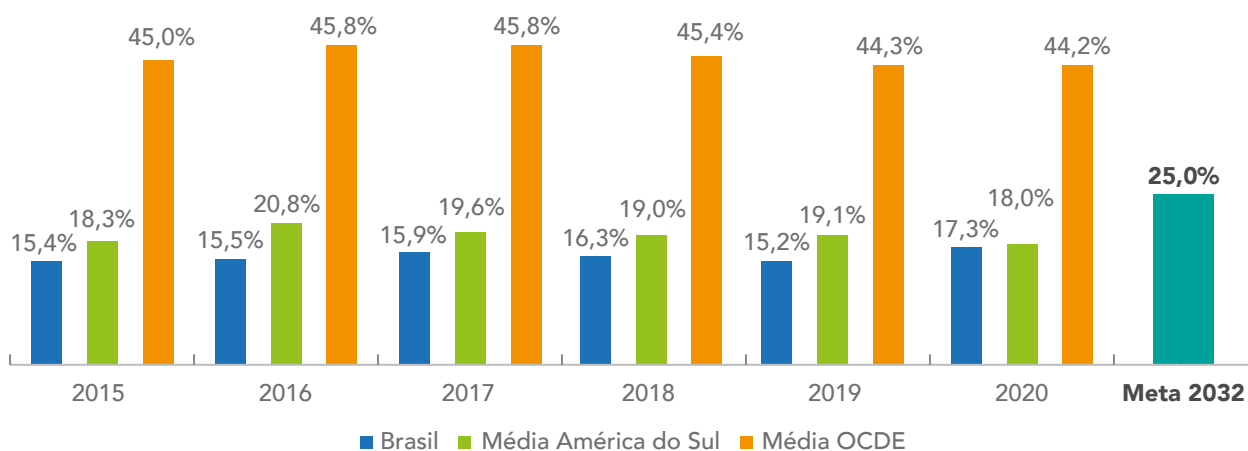
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Reduzir as desigualdades de renda *per capita* entre os estados

Indicador: Razão entre a renda *per capita* do estado mais pobre e o estado mais rico do país (%)

Meta: Aumentar a razão entre a renda *per capita* do estado mais pobre e o estado mais rico do país para **25,0%**, até 2032

∴ Redução média de 0,77 p.p. ao ano



Nota: Desigualdade calculada pela razão entre renda do estado mais pobre e renda do estado mais rico de cada país (quanto mais próximo de 100%, menor a desigualdade regional). Os países que compõem a amostra da América do Sul são Chile, Colômbia e Peru.

Fonte: OCDE.

Iniciativa

- ∴ Buscar o crescimento econômico de forma que eleve a renda *per capita*, com parâmetros equitativos regionais.
- ∴ Contribuir para o aperfeiçoamento de instrumentos de estímulo ao desenvolvimento regional, de modo a melhor aproveitar as potencialidades e vocações econômicas de cada região, e também para promover o desenvolvimento da indústria.

CONTINUA >>



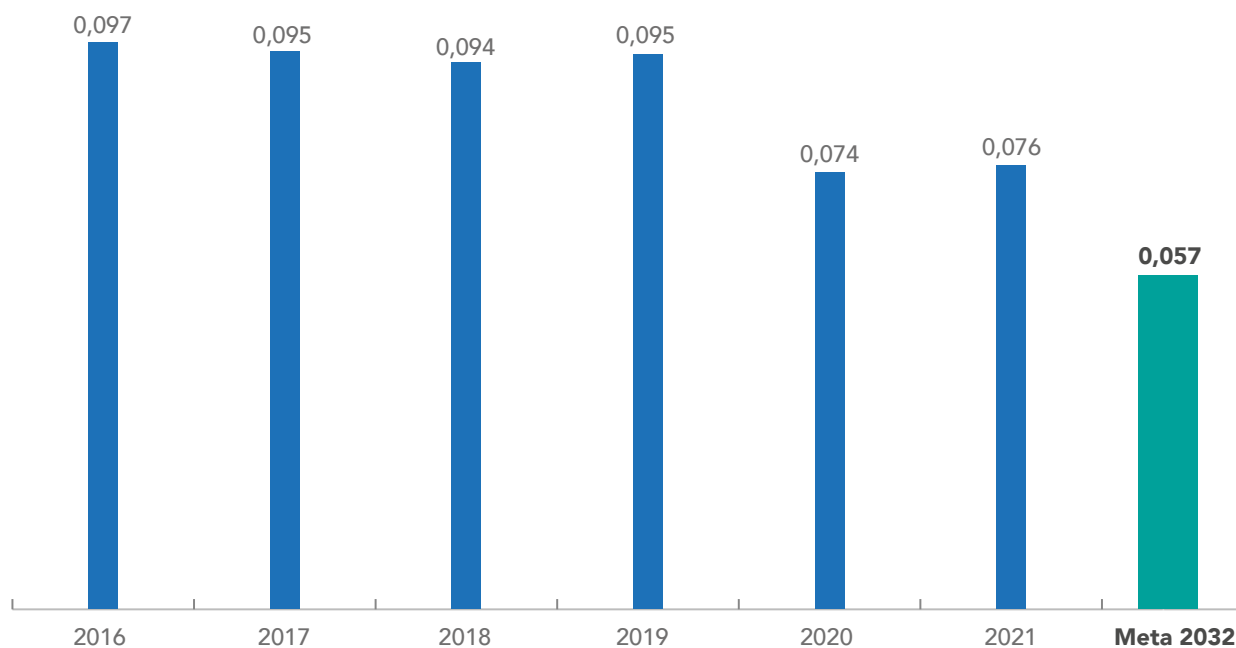
- ⌘ Apoiar a renovação do prazo de vigência dos incentivos fiscais do Imposto de Renda da Sudam e da Sudene.
- ⌘ Reorientar a destinação de recursos públicos para o desenvolvimento regional.
- ⌘ Melhorar as condições de infraestrutura logística e energética das regiões menos desenvolvidas.
- ⌘ Capacitar a mão de obra das regiões menos desenvolvidas.

Objetivo: Reduzir as desigualdades regionais de desenvolvimento humano

Indicador: Diferença entre o maior e o menor IDH regional

Meta: Reduzir em **25%** a diferença entre o maior e o menor IDH das regiões

- ⌘ Redução média de 2,5% a.a. da diferença entre o maior e o menor IDH regional

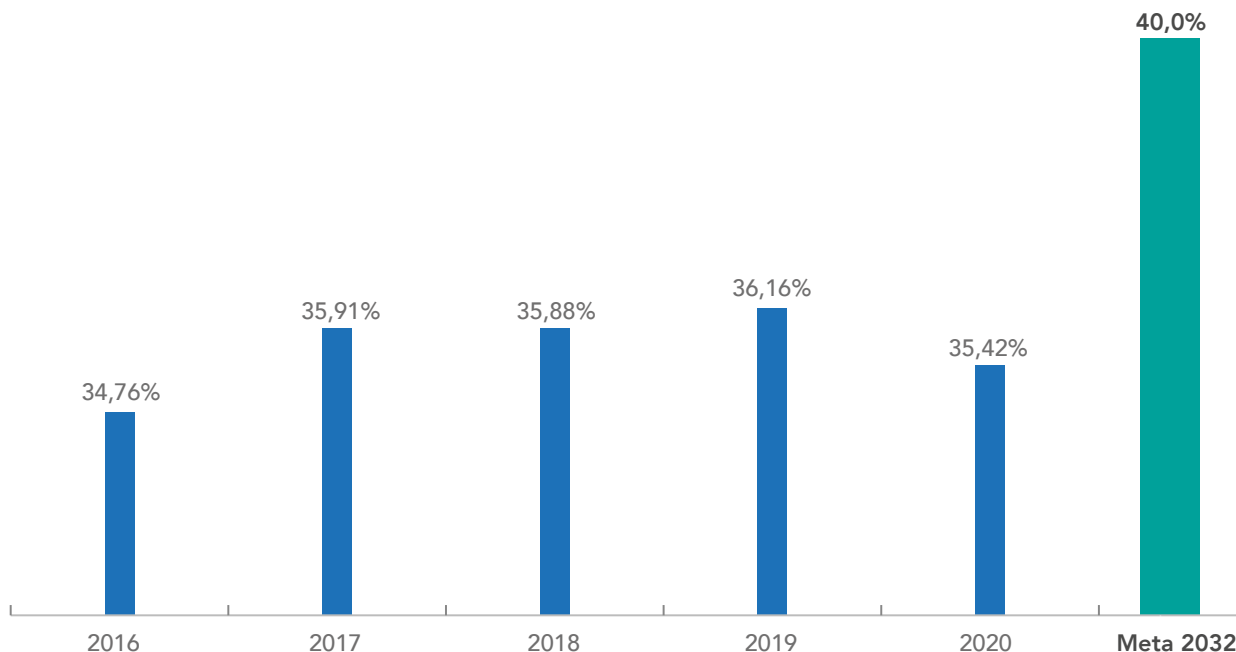


Fonte: CNI, com base em dados do Atlas do Desenvolvimento Humano e do IBGE.



Iniciativas

- ⌘ Apoiar iniciativas que aumentem o desenvolvimento humano das regiões menos favorecidas.
- ⌘ Incentivar ações que melhorem a qualidade de vida da população, particularmente relacionadas à saúde e à educação, em regiões com menor IDH.

**Objetivo: Reduzir as desigualdades regionais de renda****Indicador:** Razão entre a renda *per capita* da região mais pobre e a região mais rica do país (%)**Meta:** Aumentar a razão entre a renda *per capita* da região mais pobre e a região mais rica do país para **40,0%**, até 2032

Fonte: CNI, com base em dados do IBGE.

**Iniciativas**

- :: Contribuir para o aperfeiçoamento de instrumentos de desenvolvimento regional, de modo a melhor aproveitar as potencialidades econômicas de cada região, e para o desenvolvimento da indústria.
- :: Apoiar a renovação do prazo de vigência dos incentivos fiscais do Imposto de Renda da Sudam e da Sudene.
- :: Reorientar a destinação de crédito não contingenciado para o desenvolvimento regional.
- :: Incentivar a formação de mão de obra qualificada nas regiões menos desenvolvidas, atraindo universidades e centros de pesquisa.

AMBIENTE ECONÔMICO



	MACROECONOMIA E INVESTIMENTO	FINANCIAMENTO	TRIBUTAÇÃO	DESENVOLVIMENTO REGIONAL
OBJETIVO	Aumentar o nível de emprego	Reduzir o custo de financiamento	Alinhar a tributação do consumo às melhores práticas internacionais, com a adoção de um modelo IVA	Reduzir as desigualdades regionais
META	Reduzir a taxa de desemprego da economia brasileira para 7,5% da PEA, em 2032 <i>Redução média de 0,18 p.p. ao ano</i>	Reduzir o spread bancário a 7,7% até 2032 <i>Redução média de 1,97 p.p. ao ano</i>	Substituir os atuais tributos incidentes sobre o consumo de bens e serviços pelo IVA-dual	Aumentar a razão entre a renda <i>per capita</i> do estado mais pobre e o estado mais rico do país para 25%, até 2032 <i>Redução média de 0,77 p.p. ao ano</i>
OBJETIVO	Assegurar a estabilidade de preços de forma compatível com uma trajetória decrescente da taxa de juros de política monetária	Aumentar a disponibilidade e a oferta de crédito bancário	Reduzir a diferença entre a participação da indústria na arrecadação de tributos sobre o consumo e a participação da indústria no PIB	Reduzir em 25% a diferença entre o maior e o menor IDH das regiões <i>Redução média de 2,5% a.a. da diferença entre o maior e o menor IDH regional</i>
META	Manter o IPCA próximo do patamar de 3,0% até 2032 <i>Redução média de 0,28 p.p. ao ano.</i>	Reverter queda na participação do crédito para a indústria observada entre 2015 e 2022, aumentando para 17,0% do PIB até 2032 <i>Crescimento médio de 0,86 p.p. ao ano</i>	Reduzir, pela metade, a diferença entre a participação da indústria na arrecadação de tributos sobre o consumo e a participação da indústria no PIB <i>Reduzir a diferença para 11,5 p.p.</i>	Aumentar a razão entre a renda <i>per capita</i> da região mais pobre e a região mais rica do país para 40%, até 2032.
OBJETIVO	Alcançar a sustentabilidade fiscal	Melhorar condições de crédito para micro, pequenas e médias empresas	Reduzir a tributação da renda corporativa	
META	Convergir dívida bruta do governo para o patamar anterior à pandemia (74,4% do PIB em 2032)	Reverter queda na participação do crédito para MPMe observada entre 2015 e 2022, aumentando para 14,2% do PIB até 2032 <i>Crescimento médio de 0,43 p.p. ao ano</i>	Alcançar, até 2032, a alíquota média sobre a renda corporativa dos países da OCDE (de 23,6%) <i>Redução média de 1,04 p.p. ao ano</i>	
OBJETIVO	Aumentar investimentos públicos e privados	Aumentar a disponibilidade e a oferta de crédito não bancário		
META	Elevar a taxa de investimento para 23,5%, em 2032 (compatível com o crescimento projetado para o PIB em 2032) <i>Crescimento anual médio de 0,46 p.p.</i>	Aumentar a proporção das debêntures (excluído o <i>leasing</i>) no total do PIB, para 5,4% <i>Crescimento médio de 0,27 p.p. ao ano</i>		
		Aumentar a destinação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs) regionais para a indústria		
META		Elevar, para 38%, o percentual de recursos dos fundos constitucionais destinados à indústria <i>Crescimento médio de 1,8 p.p. ao ano</i>		



3

BAIXO CARBONO
E RECURSOS
NATURAIS



//

A transição para uma economia de baixo carbono, baseada na redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e no uso eficiente de recursos naturais, é fator essencial para o posicionamento da indústria brasileira como liderança na agenda nacional e global de sustentabilidade. //



A transição para uma economia de baixo carbono, baseada na redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e no uso eficiente de recursos naturais, é fator essencial para o posicionamento da indústria brasileira como liderança na agenda nacional e global de sustentabilidade. A adoção de práticas industriais alinhadas aos princípios da sustentabilidade estimula o desenvolvimento de soluções inovadoras e ecoeficientes, gerando vantagens competitivas ao reduzir impactos ambientais negativos, atrair investimentos e promover a criação de novas competências.



Uma indústria sustentável possibilita trilhar novas fronteiras de produção.

As soluções para alcançar uma economia de baixo carbono circular – e com uso sustentável dos recursos naturais – apresentam níveis distintos de maturidade e diferentes ritmos de evolução.

Entre os nove indicadores selecionados para acompanhar os objetivos desse fator-chave, alguns têm apresentado trajetórias positivas nos últimos anos, enquanto outros permanecem estagnados ou apresentam tendências contrárias ao almejado.

No que tange aos recursos naturais, o maior avanço se verifica no crescimento do número de registros de uso econômico da biodiversidade. O mesmo não ocorre com os indicadores de segurança hídrica e produção em áreas de

concessão florestal, que permanecem próximos do pior desempenho da série.

Quanto ao baixo carbono, destaca-se positivamente a intensidade das emissões de CO₂ dos processos industriais em relação ao PIB industrial, que tem apresentado trajetória consistente de redução nos últimos anos.

O indicador de quantidade de empresas que fazem inventário de carbono apresenta trajetória igualmente positiva, já avançando 68% em direção à meta, comparativamente ao pior valor da série.

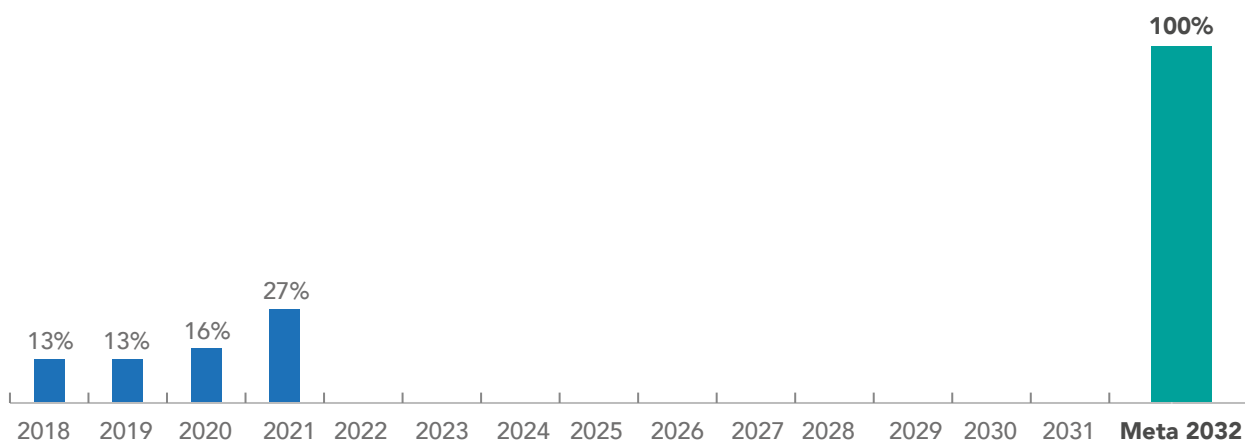
O indicador de eficiência energética na indústria permanece, por sua vez, no pior valor da série histórica, enquanto o indicador de consumo de energia renovável na indústria já evoluiu 20% em direção à meta estabelecida pela CNI em relação ao menor valor da série.



O tema da economia circular é o que apresenta o pior desempenho, com seus indicadores de circularidade, de recuperação de resíduos e destinação adequada dos resíduos não recuperáveis próximos aos menores valores da série.

Esse desempenho irregular faz com que, em média, os indicadores do fator-chave de Baixo Carbono e Recursos naturais tenham avançado apenas 24% entre o pior valor de suas séries históricas e as metas estabelecidas para 2032.

Indicador de distância até as metas de Baixo Carbono e Recursos Naturais (%)



Nota: A distância até a meta foi calculada para cada indicador, ao qual se atribuiu um percentual de 0 a 100% em que 0% é o valor atribuído ao pior valor da série histórica e 100% diz respeito à meta estabelecida pela CNI. Calculou-se uma média simples dos indicadores de cada tema prioritário, sendo o indicador final calculado como uma média simples dos indicadores dos temas prioritários. Quando o indicador não possuía dado para os anos mais recentes, por uma questão de defasagem na publicação dos dados, o último dado disponível foi replicado. Os indicadores serão atualizados à medida que novos dados forem publicados.
Fonte: CNI.



3.1 RECURSOS NATURAIS

A garantia de um futuro sustentável para a indústria requer a conservação e o uso eficiente dos recursos naturais.

PROBLEMA

É necessário garantir o uso sustentável dos recursos naturais, para que se mantenha a qualidade de vida dos brasileiros e até mesmo a sobrevivência do planeta.

O Brasil faz parte de um seleto grupo de países com grandes extensões de florestas tropicais, junto com Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela, República Democrática do Congo e Indonésia.

O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, com mais de 20% das espécies do planeta¹⁰, com elevado potencial para a fabricação de medicamentos, cosméticos e outras soluções de bioeconomia.

O desmatamento ilegal impede a recuperação das florestas, gera perda de biodiversidade e causa mudanças climáticas, que afetam a economia do país.

O desmatamento ilegal ainda afeta a disponibilidade de água doce, pois causa assoreamento dos cursos d'água e provoca distorções no regime de chuvas. O resultado são crises hídricas cada vez mais frequentes e intensas, que prejudicam o abastecimento de água para a população, para a agropecuária e para a indústria.

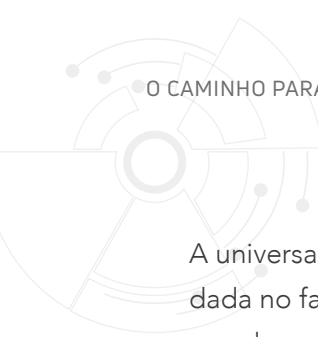
Além disso, a falta de saneamento básico prejudica a qualidade da água bruta, reduzindo seu percentual de oxigênio, alterando seu PH e promovendo a proliferação de microrganismos. Com isso, a água necessita de grande tratamento para uso humano ou uso pela indústria, o que provoca significativa elevação de custos.

O desmatamento ilegal e a perda de qualidade da água se traduzem em graves danos à biodiversidade, o que prejudica o potencial de crescimento da economia brasileira.

SOLUÇÃO

A concessão florestal se coloca como uma das soluções para reduzir e eventualmente eliminar o desmatamento ilegal. Nesse regime, as empresas podem ser autorizadas a fazer a exploração da madeira e da biodiversidade das florestas de uma forma sustentável, com baixo impacto ambiental. Em contrapartida, as empresas se tornam parceiras do governo na fiscalização do desmatamento ilegal, pois usufruem dos benefícios de manter a floresta de pé.

¹⁰ Brasil, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade>>. Acesso em 10/07/2023.



A universalização do saneamento básico, abordada no fator-chave de infraestrutura, também se coloca como ponto essencial para melhorar a qualidade da água e preservar a biodiversidade. O bom gerenciamento dos usos concorrentes dos recursos hídricos é essencial para que a segurança hídrica seja alcançada, com segurança jurídica, mesmo em situações de escassez.

A clareza de regras quanto ao uso do patrimônio genético, bem como a facilidade de acesso a esses recursos constituem fatores essenciais para que a biodiversidade seja contemplada como uma fonte de inovação na economia. Isso garante que os incentivos econômicos reforcem os incentivos de natureza moral na conservação do meio ambiente.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

A gestão sustentável dos recursos naturais reduz desperdícios, resultantes da geração de resíduos, efluentes e das emissões de gases de efeito estufa. A busca por soluções produtivas sustentáveis estimula a inovação. Os efeitos positivos que inovações geram na economia, favorecendo efeitos transversais entre distintos setores, pode aumentar a competitividade nacional, favorecendo o equilíbrio entre o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente.

Adicionalmente, o aumento no volume de recursos naturais explorados de forma sustentável reduz a diferença de preço em relação aos recursos explorados de forma predatória. Por exemplo, o aumento da quantidade de madeira originária de planos de manejo florestal sustentável reduz o seu preço e o aproxima do preço da madeira obtida por meio de desmatamento ilegal. Com a redução na diferença de preço, os consumidores tendem a migrar seu consumo para a madeira rastreada, reduzindo a demanda pela madeira explorada ilegalmente e, conseqüentemente, o desmatamento ilegal.



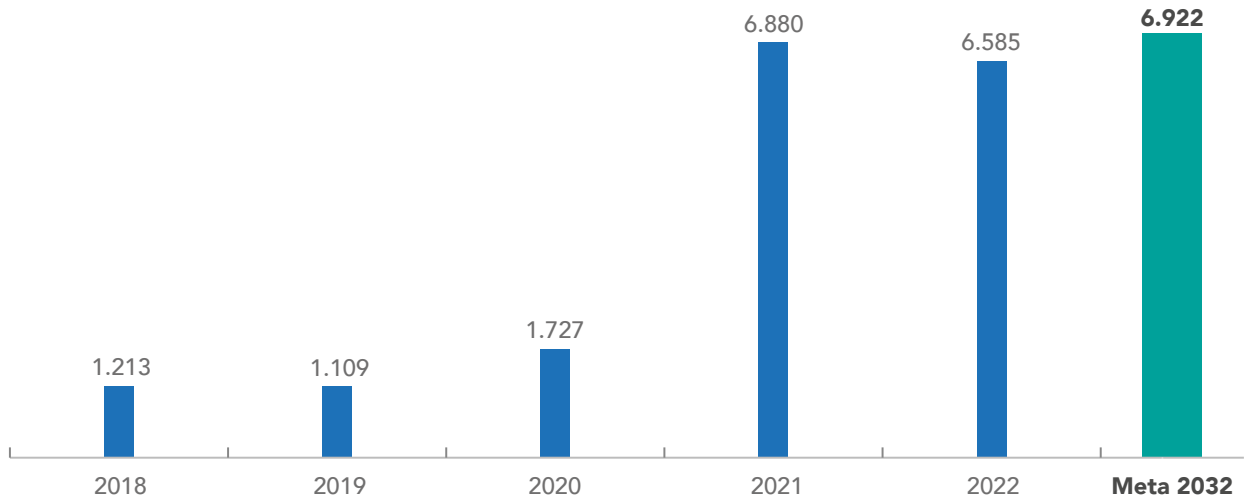
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Ampliar o uso sustentável da biodiversidade brasileira pela indústria

Indicador: Número de notificações de produto acabado pela Indústria de Transformação no SisGen

Meta: Alcançar **6.922** notificações anuais de produto acabado pela indústria de transformação até 2032

∴ Crescimento de 0,5% a.a.



Fonte: SisGen, Ministério do Meio Ambiente (MMA).



Iniciativas

- ∴ Aumentar o número de cadastros de acesso de indústrias ao Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado – SisGen.
- ∴ Aumentar a quantidade de entidades capacitadas por cursos promovidos pela CNI quanto à legislação nacional de biodiversidade.
- ∴ Incentivar modelos de negócios inovadores em bioeconomia, a partir de ambiente regulatório favorável a investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

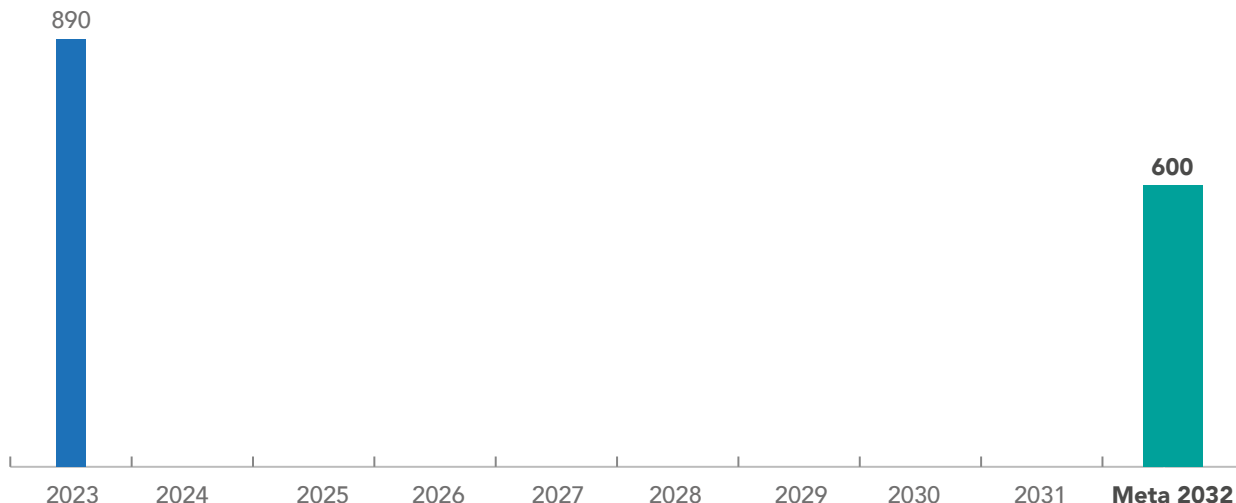


Objetivo: Contribuir para a segurança hídrica da indústria brasileira

Indicador: Número de municípios com classificações em nível de segurança hídrica baixo ou mínimo

Meta: Diminuir para **600** o número de municípios com nível de segurança hídrica baixo ou mínimo

∴ Redução de 3,9% ao ano



Nota: Indicador do Plano Plurianual 2024 a 2027.

Iniciativas

- ∴ Promover estabilidade no fornecimento de água para a indústria.
- ∴ Promover o uso de fontes alternativas e reuso de efluentes tratados.
- ∴ Promover a estabilidade do valor da cobrança pelo uso de recursos hídricos.
- ∴ Universalizar o saneamento básico (ver fator-chave de infraestrutura).

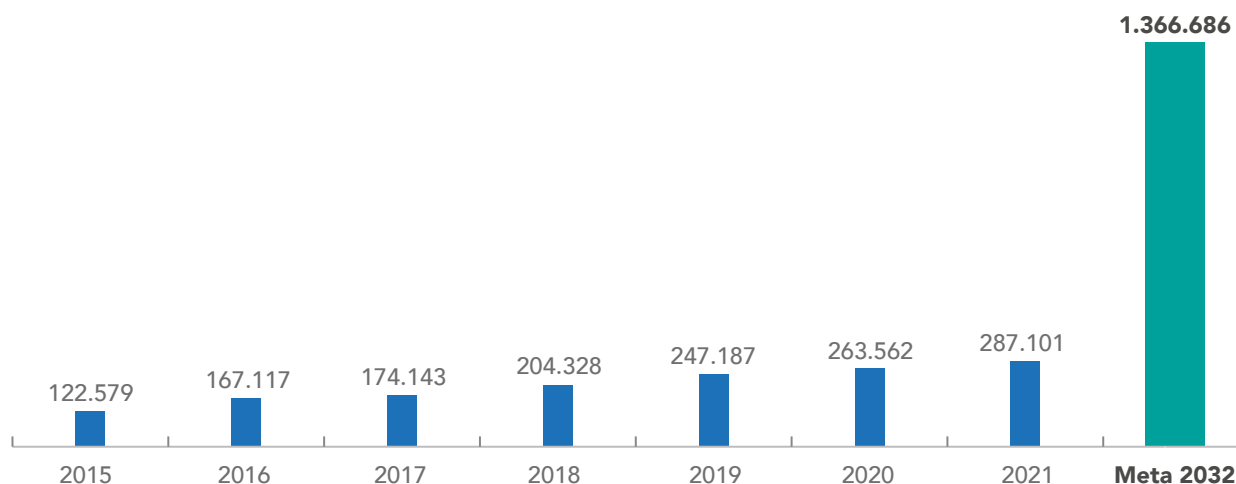


Objetivo: Aumentar a produção madeireira de manejo florestal sustentável

Indicador: Produção de madeira em tora de áreas sob concessão (m³)

Meta: Aumentar para **1,3 milhões M³** a quantidade de madeira em tora, produzida anualmente em florestas sob concessão até 2032

∴ Crescimento de 15,2% a.a – mesma taxa de crescimento anual observada entre 2015 e 2021

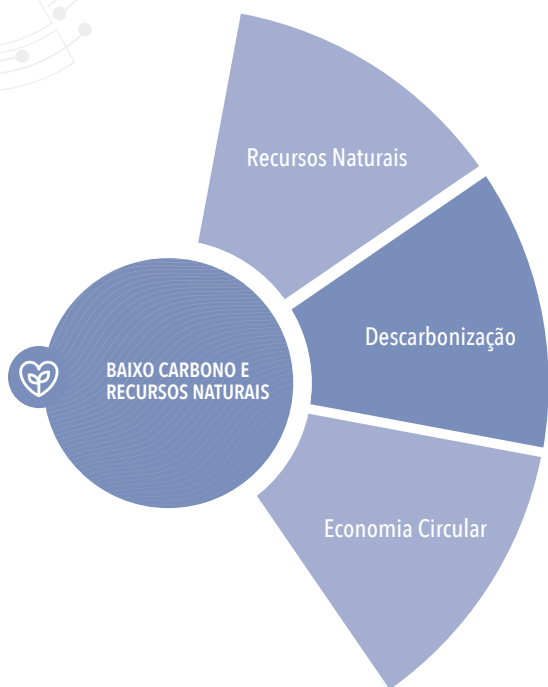


Fonte: Plano anual de outorga florestal (Paof).



Iniciativas

- ∴ Aumentar a produtividade de madeira das áreas sob concessão florestal, ou seja, ampliar a quantidade de madeira aproveitada para venda, respeitando-se o volume permitido para retirada.
- ∴ Aumentar a área de florestas sob concessão florestal.
- ∴ Melhorar a gestão dos contratos de concessão florestal, fortalecendo os órgãos responsáveis na administração federal.
- ∴ Fortalecer mecanismos de financiamento público e privado, via mercado, para financiar a conservação e a restauração florestal.



3.2 DESCARBONIZAÇÃO

A inserção de práticas, tecnologias e processos de baixo carbono na produção industrial contribui para a consolidação de uma economia mais sustentável e resiliente às mudanças climáticas.

PROBLEMA

Na ocasião da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), o país se comprometeu a alcançar a neutralidade de carbono até 2050¹¹. Embora 49% de todas as emissões no Brasil sejam provenientes do desmatamento, o uso intensivo de combustíveis fósseis também contribui para a aceleração do processo de aquecimento global¹².

Atualmente, o Brasil não conta com um sistema nacional de Mensuração, Relato e Verificação, para que as empresas realizem inventários de emissões de carbono de forma consistente e comparável, seguindo a mesma metodologia. Sem esse sistema, não é possível implementar um mercado de carbono que reconheça as emissões das empresas industriais brasileiras de forma oficial.

Embora o Brasil hoje seja reconhecido por ter uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com fontes renováveis para energia elétrica e o uso de biocombustíveis, é necessário um esforço contínuo para expandir as fontes renováveis de energia, à medida que a demanda energética do país cresça.

SOLUÇÃO

A transição para uma economia de baixo carbono requer a ação conjunta dos setores público e privado para implementar ações, programas e tecnologias que visem contribuir para a descarbonização do país. A criação de políticas públicas e regulamentações para promover o aumento das fontes de energia renováveis no Brasil, o estímulo à eficiência energética e a adoção de instrumentos, como o mercado regulado de carbono, podem resultar no investimento em novas tecnologias, na adoção de práticas sustentáveis e na redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) pela indústria.

¹¹ Brasil, Casa Civil, Brasil se compromete a reduzir emissões de carbono em 50%, até 2030, 03/11/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/brasil-se-compromete-a-reduzir-emissoes-de-carbono-em-50-ate-2030>>. Acesso em 13/07/2023.

¹² Observatório do Clima, Emissões do Brasil tem maior alta em 19 anos, 01/11/2022. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/en/emissoes-do-brasil-tem-maior-alta-em-19-anos/>>. Acesso em 13/07/2023.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

A adoção de uma abordagem de baixo carbono na atividade industrial contribui para o combate às mudanças climáticas e para o reposicionamento da indústria brasileira no mercado

global com mais competitividade, por meio de inovações e maior eficiência no uso dos recursos naturais. Além disso, a descarbonização da produção industrial promove mais atratividade e credibilidade para investimentos, gerando oportunidades de negócios sustentáveis.

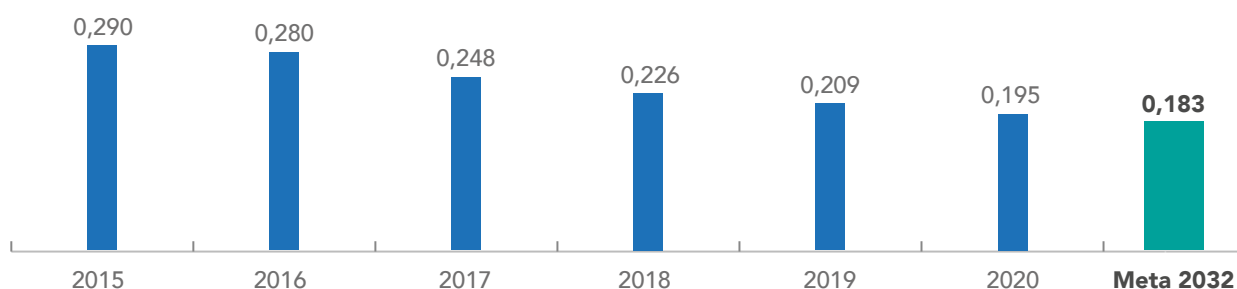
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa da indústria brasileira

Indicador: Evolução da intensidade da emissão de CO₂ equivalente da indústria em relação ao PIB industrial (Mton GWP-AR5 / R\$ trilhões constantes de 2010)

Meta: Reduzir a intensidade das emissões de CO₂ equivalente pela indústria em relação ao PIB industrial para **0,183 Mton/R\$ trilhões** até 2032

:: Redução de 0,5% a.a.



Fonte: Balanço Energético Nacional, EPE.

Iniciativas

- :: Aprovar o marco regulatório de captura e armazenamento de carbono.
- :: Implementar projetos de captura e armazenamento de carbono.
- :: Ampliar o uso de novas tecnologias de baixo carbono.
- :: Consolidar um sistema robusto de Mensuração, Relato e Verificação (MRV).

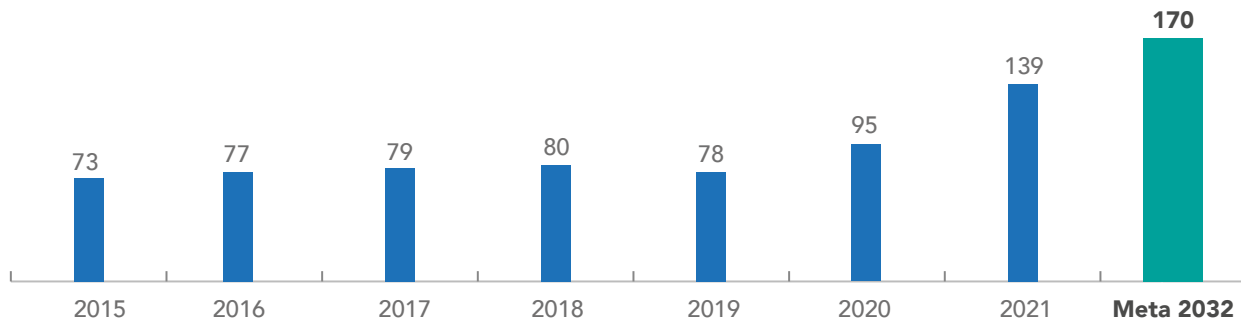


Objetivo: Reduzir as emissões de gases de efeito estufa da indústria brasileira

Indicador: Quantidade de empresas da indústria que realizam seus inventários de emissões de gases de efeito estufa

Meta: Aumentar para **170** a quantidade de empresas da indústria de transformação que realizam inventários de emissões de GEE até 2032

∴ Crescimento de 1,8% a.a.



Fonte: FGV.



Iniciativa

∴ Incentivar as indústrias brasileiras a realizar seus inventários de emissões de gases de efeito estufa no Registro Público de Emissões, alinhados com Programa Brasileiro GHG Protocolo.

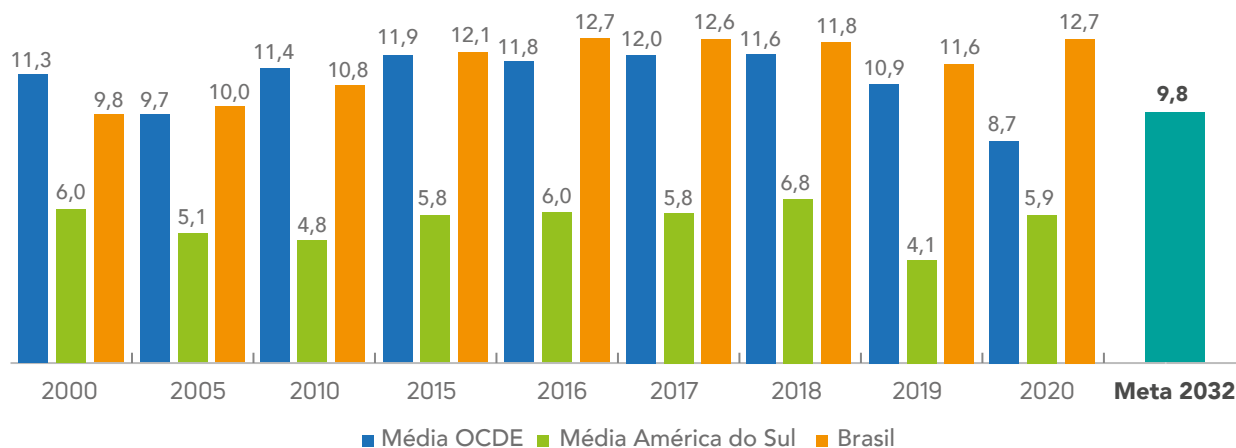


Objetivo: Aumentar os índices de eficiência energética na indústria

Indicador: Consumo de energia do setor industrial em relação ao PIB industrial

Meta: Aumentar a eficiência energética, por meio da redução da intensidade energética da indústria para **9,8** até 2032

⚡ Redução de 0,24 p.p. ao ano



Fonte: International Energy Agency (IEA).



Iniciativas

- ⚡ Implementar uma política de eficiência energética de longo prazo, desvinculada de ações reativas que ocorrem em resposta às crises energéticas e hídricas, que contemple objetivos, metas, arranjo de governança e parâmetros para fiscalização.
- ⚡ Articular maior direcionamento para a indústria dos recursos dos programas de eficiência energética existentes no país.

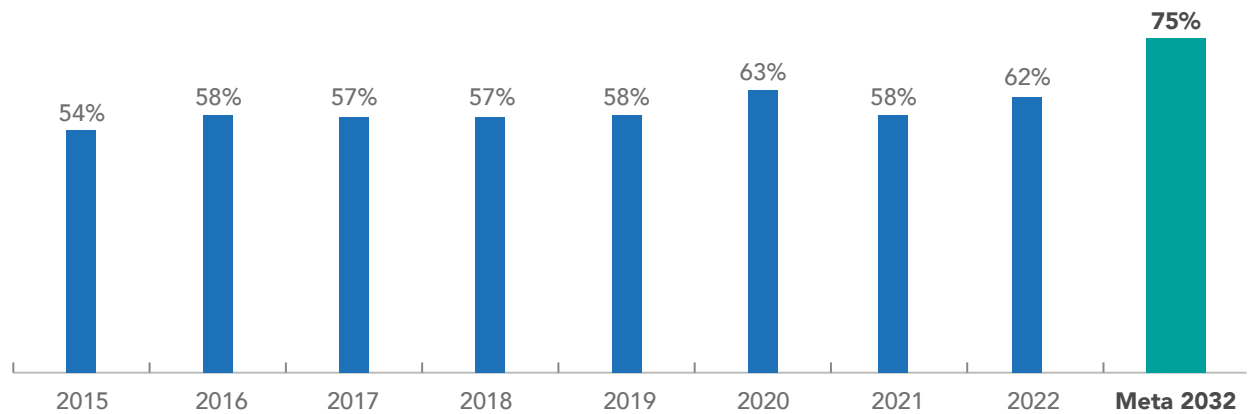


Objetivo: Ampliar o uso de fontes renováveis de energia na indústria

Indicador: Evolução do consumo final de energia renovável no setor industrial (Mtep)

Meta: Elevar o nível de uso de fontes renováveis na matriz energética da indústria para **75%**

∴ Crescimento de 1,3 p.p. ao ano



Nota: Mtep = Milhões de toneladas de petróleo equivalente.
Fonte: EPE.

Iniciativas

- ∴ Regularizar a implantação de parques de energia eólica *offshore*.
- ∴ Fomentar a cadeia de valor do hidrogênio sustentável.
- ∴ Incentivar a ampliação do uso das energias renováveis e tecnologias de energia limpa em processos produtivos.
- ∴ Promover o desenvolvimento, produção e uso de biocombustíveis de nova geração.



3.3 ECONOMIA CIRCULAR

A economia circular é o caminho para a consolidação de uma economia de baixo carbono no país, otimizando o uso dos recursos naturais ao longo de toda a cadeia de valor, por meio de fluxos circulares.

PROBLEMA

A economia global é apenas 7,2% circular¹³, o que demonstra um cenário econômico marcado pela dependência da extração de recursos naturais, sobrecarregando a resiliência do ecossistema.

Os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela ameaça de esgotamento dos recursos naturais exigem a transição econômica de uma lógica linear, baseada no padrão extrair-produzir-consumir-descartar, para uma abordagem sistêmica, que promova o fluxo circular dos recursos. Isso implica adição, retenção e regeneração dos valores dos recursos ao longo de toda cadeia de valor.

O consumo atual de recursos naturais no mundo é 74% maior do que a quantidade regenerada, o que significa que precisaríamos de 1,7 planetas para manter esse modo de vida atual¹⁴.

No Brasil, a taxa de recuperação de resíduos sólidos é de apenas 1,6% do total de resíduos coletados, evidenciando a baixa circularidade no uso dos recursos. Além disso, os recursos não recuperados não são dispostos de forma correta (em aterros sanitários), de modo que ainda existem mais de dois mil lixões em operação no país.

SOLUÇÃO

A transição do país para uma economia circular necessita de medidas como a instituição de marco regulatório, que ofereça o ambiente adequado à gestão estratégica dos recursos naturais, bem como de investimentos e estímulos à pesquisa, desenvolvimento e inovação em soluções relacionadas à circularidade.

A adoção dos princípios de economia circular deve ser observada ao considerar o desenvolvimento de produtos e serviços, pois contribui, através de iniciativas como ecodesign e otimização de processos, tanto para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) e dos desperdícios como para a recuperação de valor dos recursos.

Além de aumentar o reaproveitamento, a recuperação e a reciclagem de resíduos, é essencial garantir a implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), que visa eliminar os lixões e garantir uma destinação ambientalmente adequada aos resíduos.

¹³ Circle Economy, *The Circularity Gap Report 2023*. Disponível em: <<https://www.circularity-gap.world/2023>>. Acesso em 15/08/2023.

¹⁴ Global Footprint Network, 2021. Disponível em: <<https://www.footprintnetwork.org/>>. Acesso em 13/07/2023.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

O avanço de uma agenda nacional de economia circular representa uma grande oportunidade para ampliar o potencial de manufatura no país, traz benefícios operacionais e estratégicos e contribui para o crescimento econômico, a geração de emprego, a redução do uso de recursos primários e a inovação nos modelos de negócios e nas cadeias de valor.

A eliminação dos lixões evitará a contaminação do solo, da água e do ar, a proliferação dos vetores de doenças, a desvalorização do entorno das áreas utilizadas e os impactos negativos sobre a saúde da população.



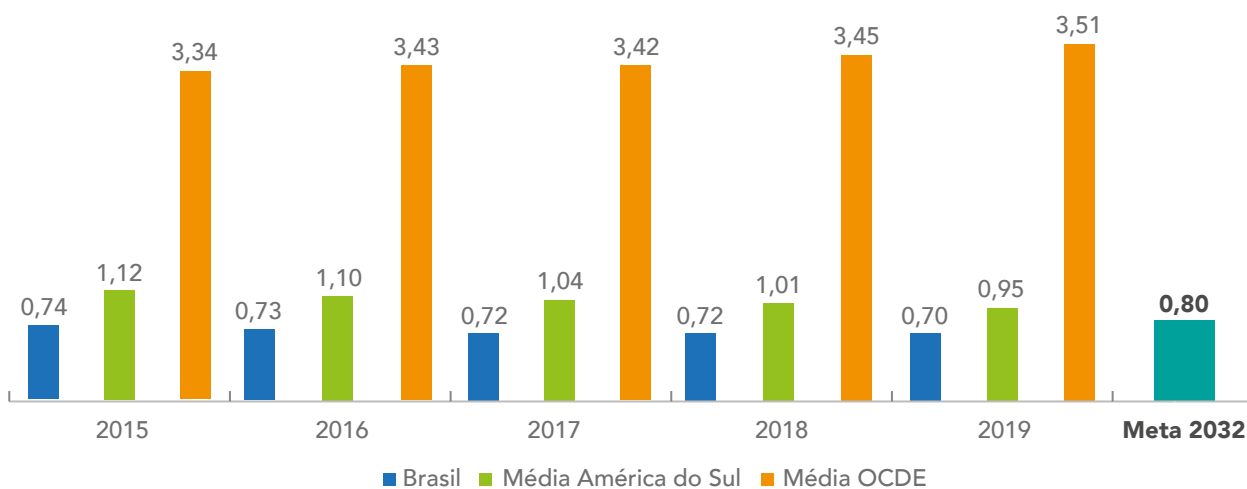
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Melhorar a eficiência no uso dos recursos naturais, com base nos princípios da economia circular

Indicador: Estimativa de Produtividade do Recurso (US\$/Kg, PIB com preços de 2015)

Meta: Alcançar produtividade de recurso de \$ 0,80/kg até 2032

∴ Crescimento de 1,0% a.a.



Nota: A Produtividade do Recurso é estimada pelo PIB, dividido pelo Consumo Doméstico de Materiais. O PIB utilizado na análise é o PIB PPC (Paridade do Poder de Compra). O Consumo Doméstico de Materiais engloba: metais (ferrosos e não ferrosos), minerais não metálicos (minerais da construção e minerais industriais), biomassa (madeira e comida) e fontes de energia fósseis. Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Fonte: OCDE (Green Growth Indicators).



Iniciativas

- ∴ Instituir uma política nacional de economia circular, capaz de promover a gestão estratégica dos recursos naturais e pavimentar o caminho de transição para a economia circular.
- ∴ Incentivar a oferta de produtos e serviços adquiridos em compras públicas, que atendam aos requisitos de sustentabilidade propostos nas fichas técnicas.

CONTINUA >>>



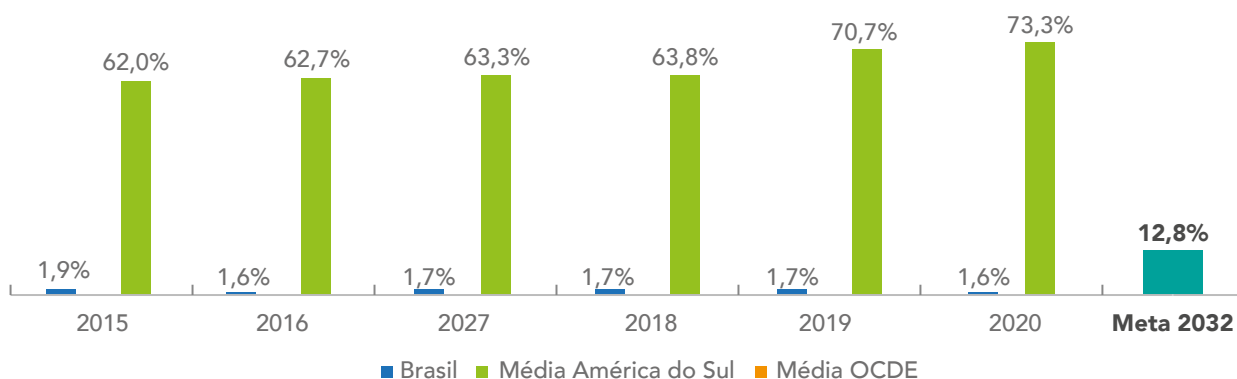
- Ampliar os investimentos em pesquisa e inovação tecnológica direcionados à concepção e desenvolvimento de produtos e serviços, de forma a estimular o design para a circularidade.
- Estimular a adoção dos princípios de economia circular no desenvolvimento de produtos e serviços, de forma a gerar maior valor no uso dos recursos e minimizar as perdas associadas aos processos.

Objetivo: Aumentar a recuperação de resíduos como recursos de valor

Indicador: Taxa de Recuperação de Resíduos (%)

Meta: Elevar a taxa de recuperação para **12,8%** até 2032, conforme enquadramento na meta estabelecida pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

- Crescimento de 0,93 p.p. ao ano



Nota: A taxa de recuperação de resíduos é a razão entre o total de materiais recuperados e a quantidade total de resíduos coletados. O valor para o Brasil é medido pelo Índice Nacional de Recuperação de Resíduos (IRR).
Fonte: OCDE e SNIS.

Iniciativas

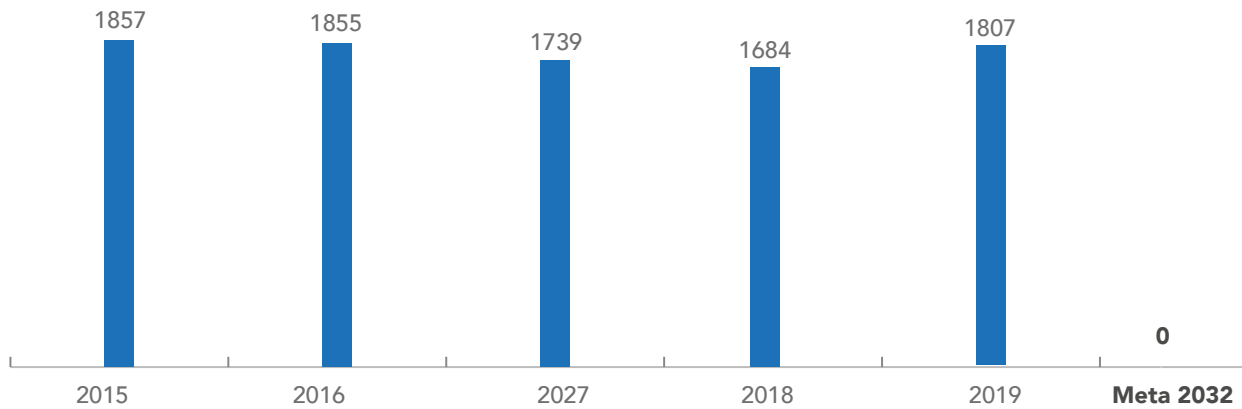
- Reduzir a geração de resíduos e aumentar sua recuperação como recursos de valor.
- Contribuir para o aumento dos índices de recuperação de resíduos sujeitos à logística reversa, incluindo: pneus inservíveis, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, baterias de chumbo ácido, embalagens de agrotóxicos, embalagens em geral, embalagens plásticas de óleos lubrificantes, eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico, pilhas e baterias, óleos lubrificantes usados e contaminados (OLUC) e medicamentos, previstos nos regulamentos vigentes.



Objetivo: Universalizar a disposição adequada de resíduos sólidos não recuperáveis

Indicador: Número de municípios com disposição inadequada de resíduos sólidos

Meta: Zerar o número de municípios com disposição inadequada de resíduos sólidos



Nota: Meta estabelecida pela CNI.

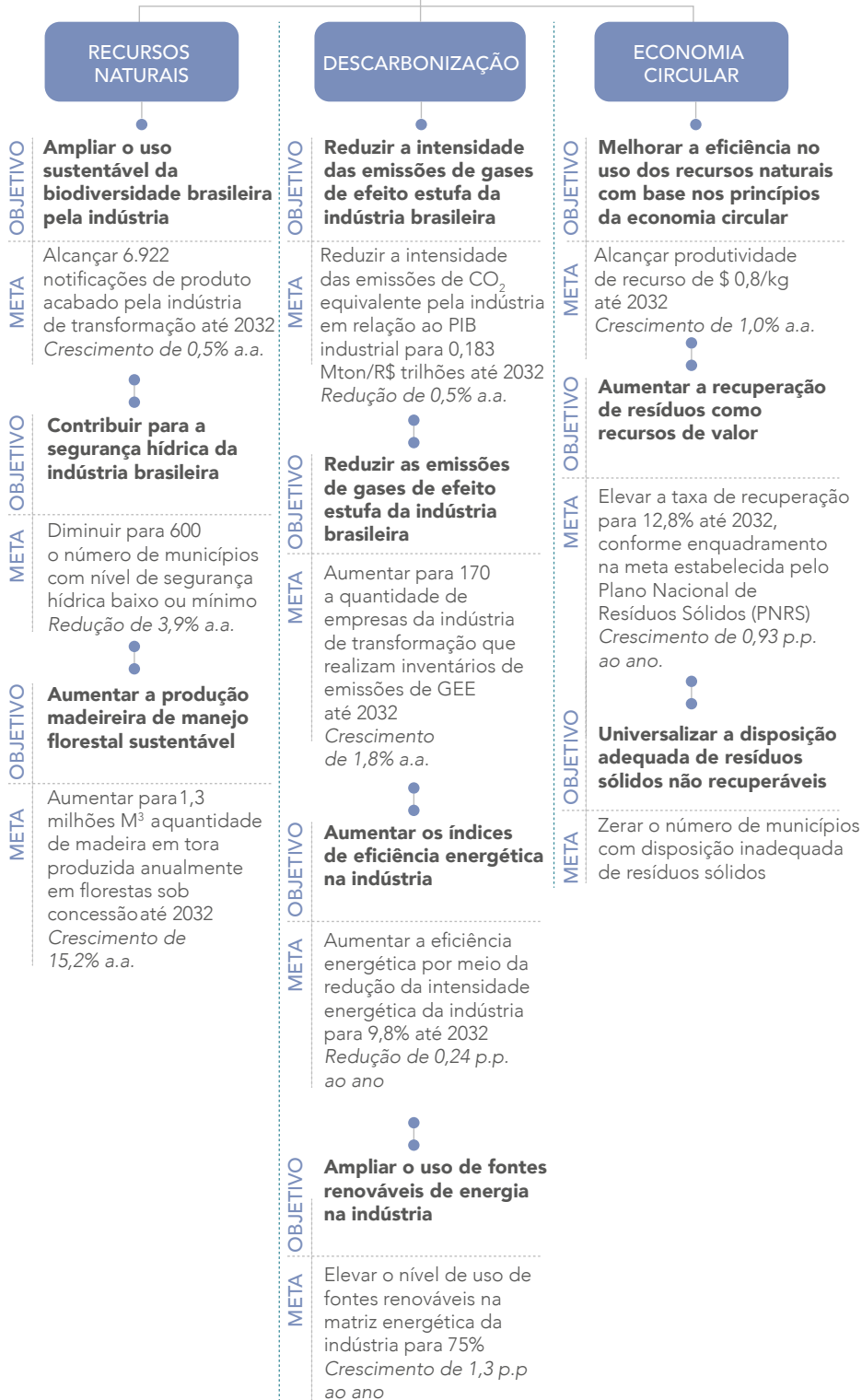
Fonte: SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos.



Iniciativas

- :: Universalizar a coleta de Resíduos Sólidos Urbanos.
- :: Aumentar a sustentabilidade econômico-financeira do manejo de resíduos sólidos pelos municípios.
- :: Universalizar o acesso dos municípios a aterros sanitários para disposição adequada do lixo não recuperável.

BAIXO CARBONO E RECURSOS NATURAIS





4

COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL



//

A integração da economia brasileira ao comércio internacional possibilita a ampliação do mercado para os produtos domésticos, ao mesmo tempo que promove a diversificação das oportunidades de negócios, estimula a inovação e expande o intercâmbio de conhecimento e tecnologia. //



A integração da economia brasileira ao comércio internacional possibilita a ampliação do mercado para os produtos domésticos, ao mesmo tempo que promove a diversificação das oportunidades de negócios, estimula a inovação e expande o intercâmbio de conhecimento e tecnologia.

O desafio para uma maior participação do Brasil nas cadeias globais de valor e para uma maior competitividade da indústria brasileira no mercado internacional passa inevitavelmente pela redução dos encargos que afetam o ambiente de negócios no país. Isso inclui questões relacionadas a aspectos tributários e fiscais, logísticos e burocráticos do comércio exterior, além dos mecanismos de crédito à exportação. Tal desafio é ainda maior para as pequenas e médias empresas (PMEs).

Adicionalmente, a ampliação do crédito à exportação, a redução e a eliminação de barreiras impostas às nossas exportações, a expansão de acordos comerciais estratégicos, o estímulo ao investimento de empresas brasileiras no exterior e o fortalecimento dos mecanismos de defesa comercial são fundamentais para intensificar a inserção da indústria brasileira no comércio internacional.





Os indicadores do fator-chave comércio e integração internacional mostram uma deterioração das condições relacionadas ao comércio exterior brasileiro na última década. A participação brasileira nas exportações mundiais da indústria de transformação permanece estagnada e distante da meta estabelecida. Um exemplo é o percentual de exportações que conta com apoio do sistema de crédito às exportações permanece no pior patamar da série histórica.

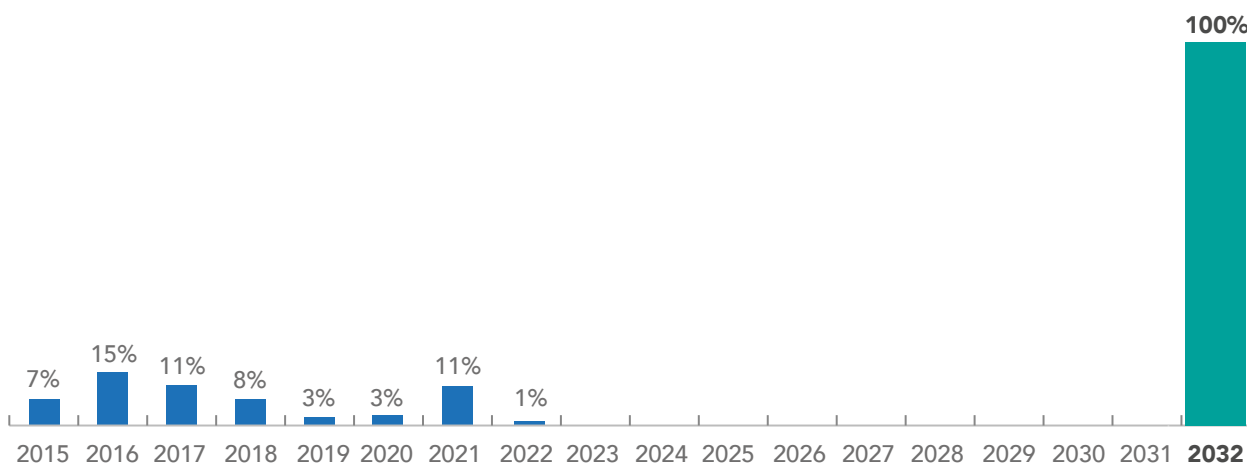
Da mesma forma, o Brasil não monitora, de maneira efetiva, as medidas restritivas às suas exportações em terceiros mercados, o que dificulta a negociação para retirada de tais barreiras. Além disso, o país faz uso inexpressivo das medidas antissubsídios, o que revela o baixo nível de investigações de subsídios ilegais e distorcivos em terceiros mercados e que

afetam a produção e exportação brasileiras. Para ilustrar a situação, enquanto o Brasil não abriu investigações na maioria dos anos da série (entre 2015 e 2022), a média mundial é de pelo menos quatro investigações de subsídios por ano no mesmo período.

Além disso, a representatividade dos países com os quais o Brasil possui acordos de livre comércio é pequena e permanece estagnada nos últimos anos. Essa é a mesma realidade percebida na rede dos acordos de facilitação de investimentos e de dupla tributação celebrados pelo país, mantendo os indicadores distantes das metas há vários anos.

Em decorrência disso, o fator-chave como um todo apresenta desempenho insatisfatório. Será necessário um grande esforço e planejamento para alcançar as metas estipuladas para o próximo período.

Indicador de distância até as metas de integração internacional (%)



Nota: A distância até a meta foi calculada para cada indicador como um indicador que varia de 0% a 100% em que 0 é o valor atribuído ao pior valor da série histórica e 100 é o valor atribuído à meta estabelecida pela CNI. Foi calculada uma média simples dos indicadores de cada tema prioritário, sendo o indicador final calculado como uma média simples dos indicadores dos temas prioritários. Quando o indicador não possuía dado para os anos mais recentes, por uma questão de defasagem na publicação dos dados, o último dado disponível foi replicado. Os indicadores serão atualizados à medida que novos dados forem publicados.



4.1 COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A busca por maior inserção da indústria brasileira no cenário internacional exige aprimorar a competitividade das exportações nacionais e alavancar o desenvolvimento de setores produtivos com maior valor agregado.

PROBLEMA

A competitividade da indústria brasileira no mercado internacional é afetada por uma série de entraves de natureza institucional e de infraestrutura. Altos custos logísticos, monetários e de transação, impostos ao comércio exterior,

prejudicam a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo.

Paralelamente, desafios associados à governança, ao excesso de burocracia e à utilização ainda restrita de tecnologias digitais, combinados com a carência de harmonização quanto a especificações técnicas e de capacitação, constituem obstáculos para as operações de exportação e importação da indústria nacional.

O Custo Brasil¹⁵ divulgado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em 2023, atingiu a marca de R\$ 1,7 trilhão. Entre os eixos de maior impacto do estudo, está o de integração de cadeias produtivas globais, com custos entre R\$ 110 e 150 bilhões.

Tais obstáculos são ainda mais relevantes para pequenas e médias empresas (PMEs), que estão mais sujeitas aos entraves institucionais, a custos elevados e à dependência de recursos públicos para financiamento e garantia de exportações. Diante dessas condições desfavoráveis¹⁶, a indústria de transformação brasileira teve sua participação nas exportações mundiais reduzida de 1,07% para 0,81% entre 2011 e 2021¹⁷. Além disso, setores mais intensivos em tecnologia perderam espaço, dificultando a diversificação da pauta exportadora e a inserção nacional em cadeias globais de valor. Em 2001, produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica

¹⁵ Estudo sobre Custo Brasil, MBC e MDIC, Edição 2023. Demonstra o peso do custo adicional que as empresas brasileiras têm de desembolsar para produzir no país, em comparação com os países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Disponível em: <https://www.mbc.org.br/programa-custo-brasil/>. Acesso em 14/09/2023.

¹⁶ Para mais detalhes, consulte a “Pesquisa Desafios à Competitividade das Exportações – Edição 2022” da CNI, que analisa obstáculos à exportação com base nos dados coletados de 593 empresas exportadoras brasileiras. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-internacionais/publicacoes/desafios-a-competitividade-das-exportacoes-brasileiras-2022/>. Acesso em 06/09/2023.

¹⁷ Estimativa CNI, com base em estatísticas da OCDE e da UNIDO. Mais informações podem ser encontradas na publicação anual da CNI intitulada “Desempenho da indústria no mundo”. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/desempenho-da-industria-no-mundo/>. Acesso em 06/09/2023.



representavam 33,3% dos bens exportados, caindo para 14,2% em 2022¹⁸.

SOLUÇÃO

Para aumentar a competitividade da indústria brasileira no cenário internacional é fundamental implementar uma agenda que promova ganhos de eficiência no comércio exterior, em conjunto com medidas voltadas à superação de gargalos de infraestrutura logística e de transporte¹⁹.

Especial atenção deve ser dada às pequenas e médias empresas de forma a viabilizar sua inserção no comércio internacional.

A desburocratização do comércio exterior, por meio de reformas nos processos aduaneiros e da simplificação de normas, contribui para a redução de custos de conformidade em operações comerciais.

No intuito de modernizar, agilizar e reduzir custos das operações de exportação, importação e trânsito de mercadorias, é imprescindível ainda a incorporação de ferramentas digitais, inteligência artificial e cibersegurança.

Da mesma forma, é fundamental que o setor público e o setor privado unam esforços para identificar os obstáculos enfrentados pelas empresas – notadamente para a modernização regulatória e para enfrentamento das crescentes barreiras externas.

A respeito das questões tributárias que afetam o comércio exterior, é preciso eliminar os tributos sobre a exportação, reduzir a carga tributária sobre as importações de serviços e aprimorar os regimes aduaneiros, em especial o de *drawback*

e *Recof/Recof-Sped*, com o objetivo de incluir serviços utilizados pela cadeia industrial exportadora.

Adicionalmente, em relação ao financiamento às exportações, para que as empresas brasileiras consigam competir no mercado externo em condições isonômicas, é necessário recriar o Sistema de Financiamento e Garantia às Exportações, em novas bases e mais próximo às regras e padrões internacionais e que contemple investimentos brasileiros no exterior.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

O aperfeiçoamento de normas e sistemas nacionais, voltados ao comércio exterior, contribui para a desburocratização e para a modernização de procedimentos, bem como redução de custos e tempo das operações, além de promover um ambiente mais receptivo à integração da indústria brasileira às cadeias globais de valor e aos fluxos de comércio internacional.

Do mesmo modo, o aprimoramento de soluções existentes, tais como os Programas Portal Único de Comércio Exterior e Operador Econômico Autorizado, é importante para facilitar o comércio exterior. Além disso, a instituição de alternativas como o Programa Integrado de Gestão de Risco, Cooperação e Coordenação – com a adoção de padrões digitais nas operações do comércio exterior brasileiro – é essencial para a desburocratização, a segurança jurídica e a redução das despesas de conformidade, direcionando recursos para investimentos produtivos relevantes para o desenvolvimento da indústria brasileira.

¹⁸ Para detalhes sobre a comoditização das exportações brasileiras e a persistência da perda de participação da indústria na pauta exportadora, consulte a "Nota Econômica 26: Exportações de bens da indústria de transformação foram recorde em 2022". Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2023/4/nota-economica-26-exportacoes-de-bens-da-industria-de-transformacao-foram-recorde-em-2022-2382/>>. Acesso em 04/09/2023.

¹⁹ Medidas específicas de melhoria da infraestrutura de transporte e da logística foram propostas no fator-chave Infraestrutura, com vistas a reduzir os custos de produção, melhorar a eficiência das cadeias de suprimentos e aumentar a competitividade das manufaturas brasileiras.



Os regimes de fomento às exportações também se destacam como ferramentas fundamentais, especialmente porque possibilitam o acesso à desoneração de tributos federais e estaduais. Adicionalmente, a implementação de um novo Sistema de Financiamento e Garantia às Exportações permitirá reduzir custos de crédito possibilitando assim a expansão da produção, inclusive para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), uma vez que o novo sistema deverá aperfeiçoar a governança e ampliar as fontes de recursos públicos para financiamento e garantia de exportações.

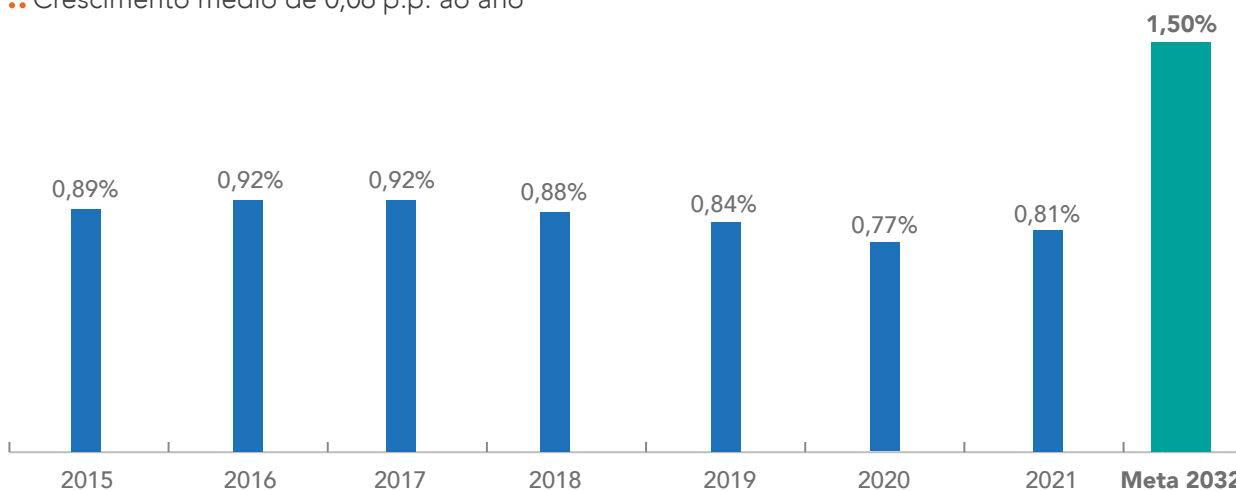
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais da indústria de transformação

Indicador: Participação do Brasil nas exportações mundiais da Indústria de transformação (%)

Meta: Aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais da indústria de transformação para **1,50%** até 2032

∴ Crescimento médio de 0,06 p.p. ao ano



Nota: *O dado de 2021 é uma estimativa da CNI.
Fonte: Desempenho da Indústria no Mundo (CNI).

Iniciativas

- ∴ Facilitar o comércio exterior brasileiro, por meio de medidas de redução de burocracia, custo e tempo.
- ∴ Aumentar a eficiência logística do comércio exterior brasileiro.
- ∴ Identificar e eliminar medidas restritivas ao comércio em terceiros países.
- ∴ Aperfeiçoar o sistema tributário brasileiro para eliminação de resíduos e garantia de restituição célere de créditos tributários nos investimentos e nas exportações.
- ∴ Aumentar a rede de acordos internacionais brasileiros com mercados estratégicos.
- ∴ Fortalecer e modernizar o sistema de crédito oficial às exportações.
- ∴ Promover iniciativas de promoção da cultura exportadora e internacionalização das empresas

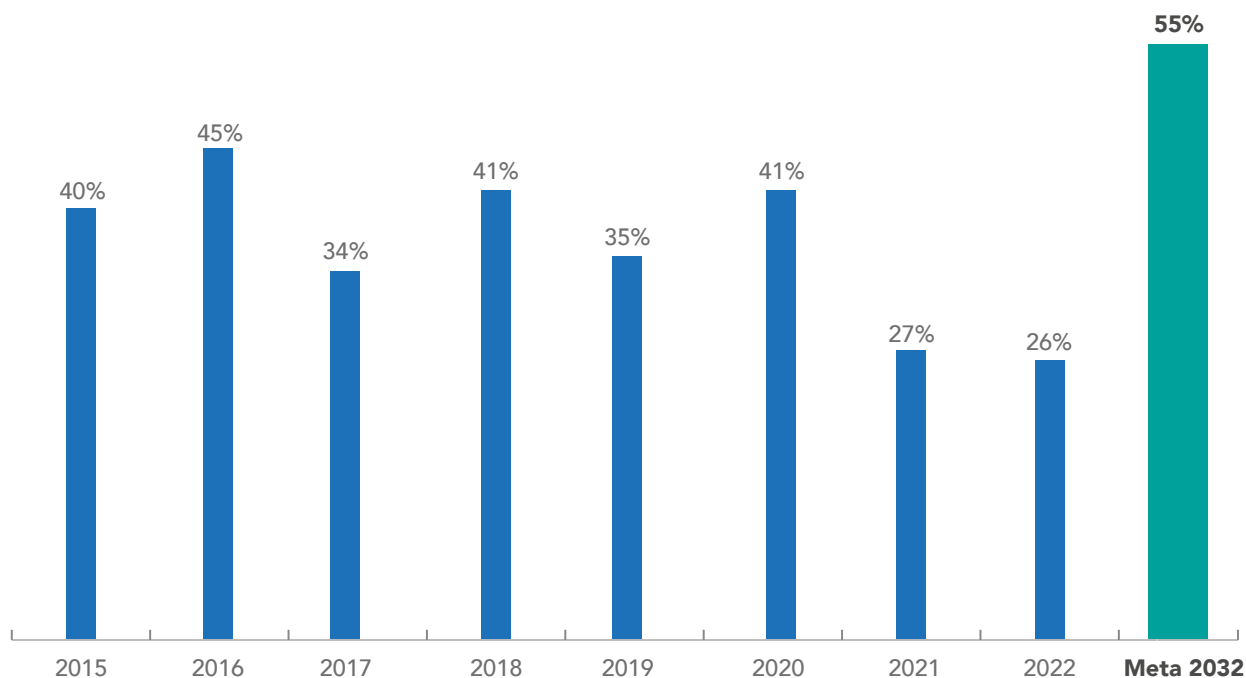


Objetivo: Ampliar o crédito à exportação

Indicador: Quociente entre desembolsos de financiamentos à exportação e valor total exportado pelo Brasil

Meta: Elevar para **55%**, até 2032, o valor exportado que conta com crédito à exportação

∴ Aumento médio de 2,9 p.p. ao ano



Nota: Dados de ACC, ACE, BNDES EXIM, Exportações de Bens, Exportações de Serviços.
Fonte: BNDES e Banco Central do Brasil.



Iniciativas

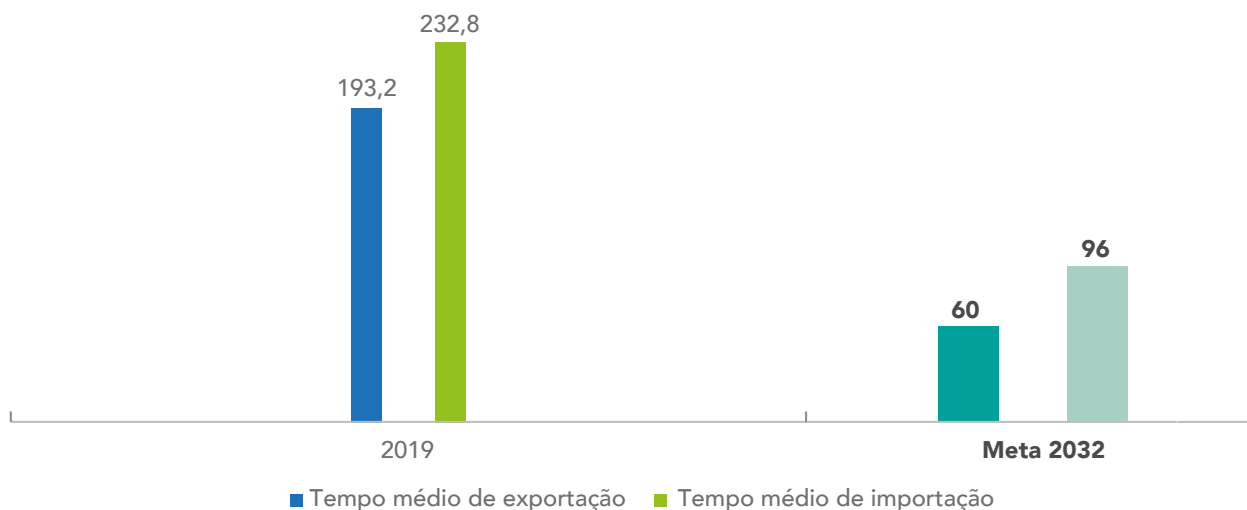
- ∴ Simplificar a governança do sistema de crédito oficial à exportação.
- ∴ Reduzir a dependência orçamentária dos instrumentos de apoio oficial à exportação.
- ∴ Aperfeiçoar o Seguro de Crédito à Exportação, em linha com os modernos padrões internacionais (ECA ou *EximBanks*).
- ∴ Ampliar a participação de instituições privadas no crédito à exportação.



Objetivo: Reduzir o tempo médio de liberação das operações de comércio exterior

Indicador: Tempo médio de importação e exportação via modal marítimo (em horas)

Meta: Reduzir o tempo médio de liberação das cargas via transporte marítimo para até **96 horas** nas **importações** e para até **60 horas** nas **exportações** até 2032



Fonte: CNI com base em dados da Receita Federal do Brasil.

Iniciativas

- ⚡ Harmonizar e aprimorar a governança da gestão de risco, a cooperação e a coordenação entre os órgãos intervenientes do comércio exterior brasileiro.
- ⚡ Simplificar normas e leis de comércio exterior.
- ⚡ Automatizar procedimentos e adotar tecnologias mais eficientes nos controles administrativos e aduaneiros, impulsionando a digitalização e o uso de documentos em formato digital, que possibilitem a interoperabilidade das informações necessárias aos controles do comércio exterior brasileiro.
- ⚡ Fomentar a harmonização regulatória para alinhar as normas brasileiras aos padrões internacionais.
- ⚡ Ampliar frentes de negociação de acordos de reconhecimento mútuo de OEA com mercados prioritários para a Indústria.



4.2 ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS À EXPORTAÇÃO

Superar barreiras comerciais impostas a produtos brasileiros é fundamental para ampliar o acesso da indústria brasileira aos mercados internacionais, favorecendo o crescimento das exportações brasileiras.

🚫 PROBLEMA

Segundo pesquisa elaborada pela CNI²⁰, em 2022 cerca de 80% dos exportadores enfrentaram entraves significativos motivados pela existência de barreiras comerciais às exportações brasileiras, com destaque para as barreiras não tarifárias, que são entendidas como o maior obstáculo de acesso aos mercados externos (21,2% dos exportadores).

Além disso, um dos principais entraves institucionais, advém da baixa eficiência governamental para a superação das barreiras

existentes nos mercados externos (29,5% dos respondentes).

O contexto atual é marcado pelo crescente número de barreiras comerciais no mundo.

De acordo com o *Global Trade Alert* (GTA), o Brasil foi potencialmente afetado por mais de 9.400 restrições comerciais entre 2009 e 2022, o que indica um acúmulo de restrições ao comércio internacional desde a crise financeira global.

Somando-se às barreiras tradicionais, novos e prementes desafios relacionados à sustentabilidade têm surgido no cenário mundial, com a implementação de medidas cunhadas como precaucionistas que possuem objetivos legítimos, porém, geram preocupações quanto aos impactos e não cumprimento de sua finalidade. Nesse contexto, cabe ao governo brasileiro reforçar sua estratégia de atuação para remoção ou mitigação dos entraves impostos aos produtos nacionais.

🛠️ SOLUÇÃO

Eliminar as barreiras comerciais que limitam o acesso das exportações brasileiras aos mercados internacionais requer a criação de uma estratégia nacional para seu monitoramento e superação. É necessário estabelecer mecanismos eficazes de diálogo entre governo e setor privado, a fim de subsidiar a atuação governamental no âmbito bilateral, regional e multilateral, como a criação de um Comitê de Barreiras Comerciais e aos Investimentos, com a participação do setor privado e a instituição de um Ombudsman²¹ de Barreiras Comerciais (OBC) na estrutura intergovernamental. De igual modo, é essencial fortalecer o sistema de notificação de barreiras e aprimorar a transparência na agenda, por meio da publicação anual de relatório de barreiras comerciais enfrentadas pelas exportações brasileiras.

²⁰ CNI, Desafios à competitividade das exportações brasileiras, 2022. Disponível em: <https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/27/a0/27a053b7-493a-46fd-9521-2f1843ab3e3c/desafios_a_competitiv_das_export_brasileiras_v7.pdf>. Acesso em 05/09/2023.

²¹ Ombudsman é uma palavra sueca que significa representante do cidadão. É o mesmo que ouvidor.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

A adoção de estratégia nacional coordenada para a superação de barreiras comerciais contribuirá para a redução de impactos negativos nas exportações brasileiras, e para maior acesso a mercados.

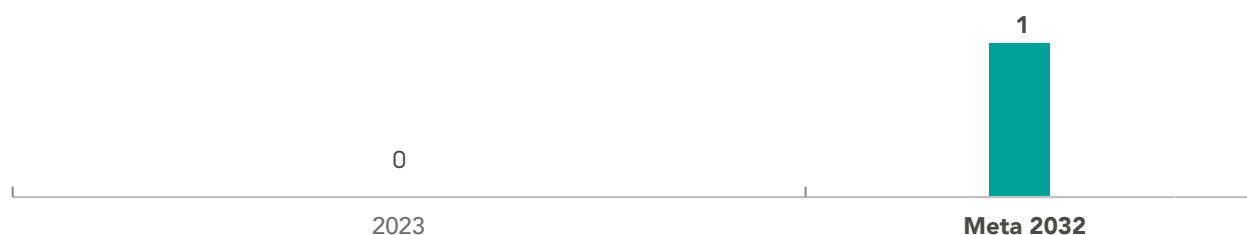
Para tanto, uma maior organização e coordenação institucional no âmbito do governo cumprirá papel fundamental para o tratamento na eliminação de barreiras, bem como para a obtenção de maior eficácia na resolução desses entraves e na redução de divergências regulatórias.

OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Monitorar a eficácia do sistema de eliminação e mitigação das medidas restritivas às exportações brasileiras

Indicador: Existência de relatórios anuais de monitoramento de barreiras às exportações brasileiras, ações realizadas para eliminá-las ou mitigá-las

Meta: Estabelecer monitoramento público anual (0= não existe; 1= existe)



Fonte: CNI. Elaboração própria.

Iniciativas

- :: Aprimoramento da transparência na agenda de barreiras, por meio de publicação anual de relatório de barreiras comerciais enfrentadas pelas exportações brasileiras.
- :: Criação de um Comitê de Barreiras Comerciais e aos Investimentos, com participação de representantes do setor privado.
- :: Instituição de um *Ombudsman* de Barreiras Comerciais (OBC) na estrutura intergovernamental.
- :: Ampliação da participação do Brasil nas discussões em foros internacionais, tais como: OMC, G20 e OCDE.
- :: Fortalecer o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações (SEM Barreiras), com a participação efetiva dos órgãos anuentes e intervenientes de comércio exterior.
- :: Fortalecer os diálogos bilaterais com parceiros estratégicos, como com a União Europeia, os Estados Unidos e o Reino Unido, a fim de defender os interesses da indústria brasileira com relação às medidas comerciais de sustentabilidade, como por exemplo o mecanismo de ajuste de carbono na fronteira (CBAM) e a lei antidesmatamento.



4.3 ACORDOS INTERNACIONAIS

A celebração de acordos internacionais possibilita o acesso da indústria a novos mercados, estimulando investimentos produtivos e a transferência de tecnologia para inovação, o que amplia a competitividade da indústria brasileira.

PROBLEMA

Apesar de possuir o 15º maior parque industrial do mundo, o Brasil representou apenas 1,28% do valor adicionado pela indústria de transformação em âmbito global em 2021²².

A limitada rede de acordos preferenciais e de livre-comércio dos quais o Brasil é signatário – que abarcam apenas 2,4% das importações mundiais – restringe o acesso a novos mercados

e a diversificação da pauta comercial brasileira, eleva os custos dos produtos e compromete a competitividade brasileira no comércio internacional.

SOLUÇÃO

Para superar esses desafios, é necessário acelerar a integração internacional do Brasil. No que se refere aos acordos comerciais, a assinatura do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia deverá ser um marco da abertura comercial do Brasil, ao abarcar temas como redução tarifária, remoção de barreiras, facilitação de comércio e serviços e desenvolvimento sustentável. Ademais, é imprescindível a busca por novos acordos abrangentes de livre-comércio com parceiros estratégicos, tais como com os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e México, bem como aprofundar e modernizar os acordos com os países da América do Sul.

No processo de ampliação da base de acordo comerciais, é fundamental que o Brasil leve em consideração a necessidade de preservar a capacidade de empregar instrumentos de política imprescindíveis para o fomento à inovação e ao desenvolvimento industrial.

A ampliação dos ACFIs contribuirá para alavancar a atração de investimentos estrangeiros e os incentivos aos investimentos produtivos de empresas brasileiras no exterior. Por fim, o aperfeiçoamento do sistema de Acordos de Dupla Tributação (ADTs) existentes com 36 países, bem como a ratificação de novos acordos, especialmente com Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, são essenciais para evitar distorções como a dupla tributação e a evasão fiscal.

²² CNI, Desempenho da indústria no mundo, 2022. Disponível em: <https://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2023/iedi_na_imprensa_20230228_brasil_ nao_tem_nem_05_da_venda_global_de_manufaturados.html>. Acesso em 06/09/2023.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

A celebração e entrada em vigor de acordos de livre comércio abrangentes com parceiros estratégicos contribui para a abertura comercial e para o incremento da corrente de

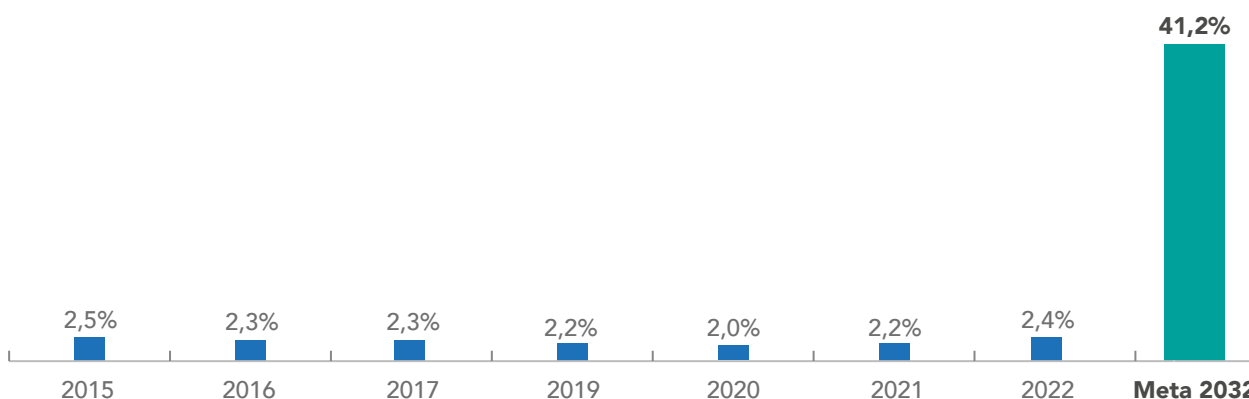
comércio, bem como para reduzir os custos do comércio exterior, fortalecer a competitividade internacional da indústria brasileira e gerar ganhos em termos de renda e empregos na economia doméstica.

OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Ampliar e modernizar a rede brasileira de acordos de livre comércio

Indicador: Participação nas importações mundiais de bens dos países com os quais o Brasil tem acordo de livre comércio em vigor

Meta: Ampliar a rede de acordos comerciais do Brasil para **41,2%** da importação mundial até 2032, com base na entrada em vigor de acordos de livre-comércio com União Europeia, Canadá, EFTA, México e Reino Unido



Nota: A série considera apenas os países que possuem acordos de livre-comércio com o Brasil, ou seja, que têm cobertura substancial de todo o comércio, conforme previsto no Art. 24.8 do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Assim, não foram considerados os acordos comerciais do Brasil com Cuba, Guiana, Índia, México, São Cristóvão e Névis, Suriname e União Aduaneira da África Austral (SACU, na sigla em inglês).

Fonte: WTO Stats.



Iniciativas

- :: Promover a conclusão formal e a assinatura, sem reabertura de negociações, do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.
- :: Prosseguir com as negociações de acordos comerciais abrangentes do Brasil com o México e do Mercosul como Canadá, bem como promover negociações com o Reino Unido, com a África do Sul, no âmbito da União Aduaneira da África Austral (SACU), e com países da América Central.
- :: Revitalizar a agenda econômica do Mercosul e a ampliação das disciplinas não tarifárias dos acordos comerciais na América do Sul.
- :: Acelerar as negociações de acordos de comércio exterior com países estratégicos, que contemplem, também, capítulos de TBT, SPS, Desenvolvimento Sustentável e mecanismos bilaterais de soluções de controvérsias.



4.4 COMÉRCIO JUSTO

A preservação da competitividade nos mercados internacionais e o combate ao comércio ilegal são condições necessárias para o fortalecimento do comércio exterior, da inovação e para o fomento do crescimento econômico em âmbito global.

PROBLEMA

O crescente uso de mecanismos de proteção de setores industriais em diversos países introduz desequilíbrios na concorrência enfrentada pelos produtos industriais brasileiros. Práticas como *dumping*²³, salvaguardas²⁴ e subsídios industriais²⁵ adotadas por países que exportam ao Brasil prejudicam a inserção competitiva da indústria brasileira no mercado internacional,

comprometendo o desenvolvimento produtivo do país.

Por sua vez, deficiências no sistema de defesa comercial tornam a indústria nacional suscetível a práticas anticompetitivas de comércio, gerando insegurança e prejudicando a produção nacional e os investimentos produtivos.

Outro fator é o grande aumento no uso de subsídios corporativos²⁶. Em 2023, mais da metade das políticas de intervenção do G20 esteve relacionada com subsídios corporativos, concedidos a empresas que competem com importações.

Em especial, o aumento da concorrência desleal no comércio internacional, com o incremento de medidas de apoio, como os subsídios aos setores (inclusive setores com excesso de capacidade produtiva) além da imposição de barreiras ao comércio de forma geral foi especialmente verificado durante a última crise internacional, em 2008/2009.

Consequentemente, medidas de defesa comercial (*antidumping* e medidas compensatórias) e as salvaguardas tiveram grande salto de aplicação. Os subsídios às exportações e à produção tiveram crescimento de mais de 2.900% e 5.500% respectivamente. Já as medidas para contrabalançar os efeitos do aumento das práticas desleais tiveram incremento de 134%²⁷.

Os governos estão aumentando o apoio aos seus setores industriais no contexto atual.

Parte desse movimento é necessário para mitigar efeitos econômicos, o que pode gerar

²³ Dumping é a prática que ocorre quando uma empresa exporta para o Brasil um produto a preço inferior ao praticado em seu mercado interno para um produto similar.

²⁴ Salvaguardas são medidas comerciais temporárias impostas por um país para proteger sua indústria doméstica contra importações excessivas ou desleais, como tarifas elevadas, quotas de importação e restrições comerciais temporárias.

²⁵ Subsídios industriais são apoios financeiros dados por outros países aos produtos estrangeiros, tornando-os mais baratos e afetando a competição com produtos nacionais.

²⁶ Subsídios corporativos se referem a subsídios não comerciais e se diferem das transferências entre níveis de governo, pagamentos do governo a indivíduos e pagamentos de ajuda internacional, que estão excluídos do banco de dados do Global Trade Alertbook.

²⁷ Dados do Global Trade Alert.



distorções na concorrência global e no mercado brasileiro, principalmente se forem contra os compromissos presentes no Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC ou mesmo o Acordo Antidumping, no caso das práticas empresariais.

Outro problema, diz respeito ao comércio ilegal de bens. No Brasil, a concorrência desleal com produtos importados que se beneficiam de atividades ilegais é crescente, sendo que os prejuízos decorrentes dessas práticas são substanciais.

Entre outros atos ilícitos, a importação de produtos que infringem os direitos de propriedade intelectual, que não atendem a requisitos regulatórios essenciais para proteger a saúde pública e o meio ambiente, subfaturados e os que se valem de fraudes aduaneiras, como falsas declarações de conteúdo, origem ou classificação fiscal, além de contrabando e descaminho, são as práticas mais comuns.

Os danos resultantes dessas práticas são substanciais. Apenas no que diz respeito à pirataria e ao contrabando, pesquisa realizada em 2020, pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP), estimou perdas de cerca de 410 milhões, devido ao comércio ilegal.

Isso inclui estimativas de perdas em 15 setores industriais e impostos que deixaram de ser recolhidos. Essa quantia não leva em conta os prejuízos causados por declarações falsas em importações, subfaturamento e outras atividades ilícitas, cuja magnitude é difícil de ser determinada.

SOLUÇÃO

O equilíbrio concorrencial para um comércio justo requer, além da isonomia de tratamento tributário entre os produtos nacionais e estrangeiros, para evitar que vantagens concedidas à importação direta por consumidores não prejudiquem a competitividade das indústrias e do comércio nacional, o fortalecimento e a modernização dos instrumentos de defesa comercial do país. O combate a práticas anticompetitivas envolve a mitigação de subsídios industriais em produtos importados, a harmonização das práticas *antidumping* com os padrões internacionais e a revisão das regras de salvaguardas.

Para melhoria do combate aos subsídios distorcivos é importante que se alcance no Brasil uma maior flexibilização para o início das investigações antissubsídios, facilitação da caracterização dos subsídios, aumento da eficácia das medidas antissubsídios.

Além disso, é importante o monitoramento desses subsídios distorcivos, em linha com o que Estados Unidos e União Europeia realizam nessa agenda. Isso inclui a publicação periódica, pelas autoridades de comércio exterior e política industrial do Brasil, de uma lista pública ou relatório contendo subsídios e análises de subsídios industriais distorcivos nas principais economias, sobretudo em economias de não mercado. Em paralelo, a CNI monitorará o avanço dos subsídios distorcivos no mundo e proporá melhorias na norma e prática brasileiras.

Outra solução alternativa é a cooperação entre as autoridades de Defesa Comercial do Brasil e de outros países para troca de informações e capacitação para o fortalecimento do sistema de investigação e aplicação de medidas compensatórias no Brasil.



O Brasil também deve implementar suas contranotificações na OMC, no âmbito do Comitê de Subsídios e Medidas Compensatórias, de subsídios industriais que não tenham sido devidamente notificados pelos demais membros, a exemplo do que é praticado pelos EUA, sobretudo no que diz respeito aos subsídios agrícolas concedidos por outros países e subnotificados à OMC.

Além disso, é preciso aprimorar a interlocução entre o setor privado e as autoridades brasileiras, para a identificação e combate a atos ilícitos ou desleais no comércio exterior, em especial por meio da instituição de um canal unificado de denúncias sobre fraudes e do incremento das medidas de fiscalização.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

O fortalecimento da defesa comercial brasileira possibilita assegurar uma concorrência justa entre produtos nacionais e importados.

A modernização dos instrumentos de defesa comercial, especialmente de medidas antissubsídios, preenche lacunas do sistema atual, garantindo condições equilibradas à indústria nacional, evitando danos à produção e empregos nacionais, além de promover um ambiente mais favorável ao comércio internacional.

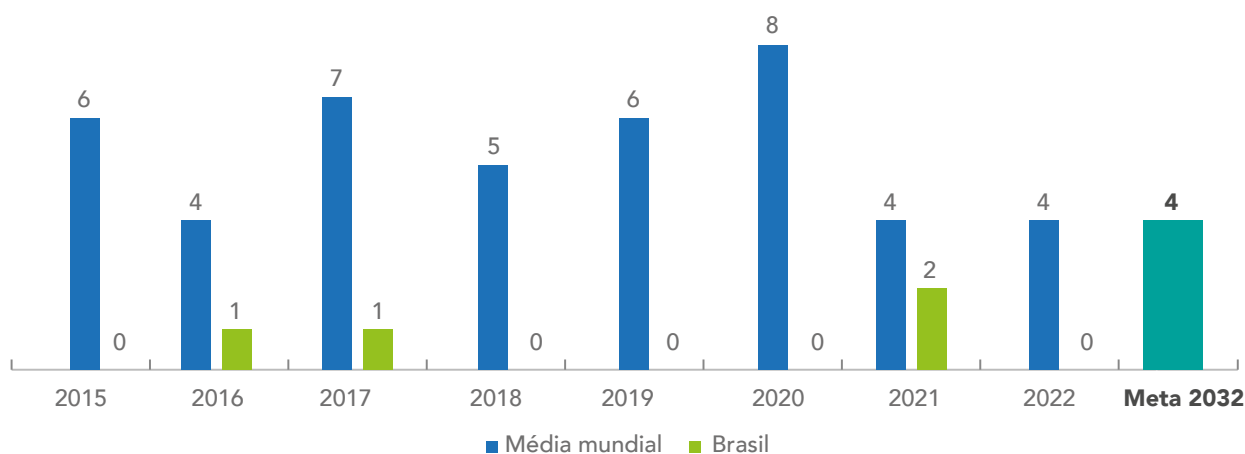
Ao estabelecer procedimentos transparentes e efetivos, o aprimoramento da defesa comercial contribui para a previsibilidade e a segurança jurídica, essenciais para a ampliação dos investimentos no setor industrial brasileiro.

OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Neutralizar os efeitos na economia brasileira de subsídios ilegais e distorcivos em terceiros mercados

Indicador: número de investigações contra subsídios ilegais e distorcivos em terceiros mercados

Meta: Elevar o número de investigações de subsídios ilegais e distorcivos em terceiros mercados no Brasil para a média mundial de **4** investigações ao ano



Fonte: Global Trade Alert.

Iniciativa

- Modernizar a prática e a normativa brasileira para investigações de subsídios em terceiros mercados.



4.5 INVESTIMENTO EXTERNO

Para maior integração internacional e para estimular o investimento de empresas brasileiras no exterior, o Brasil precisa aumentar sua rede de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e alinhar seus Acordos de Dupla Tributação (ADTs) com as melhores práticas internacionais.

PROBLEMA

O Brasil hoje possui uma rede limitada de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Adicionalmente, o país sofre com o desalinhamento da sua rede de Acordos de Dupla Tributação (ADTs) com as melhores práticas internacionais.

Esses fatores dificultam a atração de investimentos estrangeiros para o país e restringem os investimentos brasileiros no exterior. Em outras palavras, o Brasil enfrenta desafios para atrair empresas

multinacionais e centros inovadores de pesquisa para seu território e encontra obstáculos na internacionalização das empresas nacionais, bem como o desenvolvimento de tecnologias inovadoras mais competitivas internacionalmente. Como resultado, a indústria perde a oportunidade de aproveitar uma maior transferência de tecnologia para impulsionar sua inovação e modernização, o que compromete sua abertura comercial, o aumento de suas exportações e a capacidade de competir de forma eficaz no cenário do comércio internacional.

SOLUÇÃO

O Brasil precisa ampliar sua rede de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e alinhar sua rede de Acordos de Dupla Tributação (ADTs) com as melhores práticas internacionais.

Para tanto, é preciso realizar um diagnóstico dos países com maior potencial de investimentos das empresas brasileiras, priorizar os países com os quais desejamos estabelecer ou atualizar os acordos e iniciar o trabalho de negociação, incluindo a atração não somente de fábricas para o território brasileiro, mas de centro de pesquisas inovadores, capazes de gerar tecnologias de fronteira com alta competitividade internacional.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Ampliar a rede brasileira de ACFIs e de ADTs tem potencial para estimular os fluxos de investimentos, criar perspectivas de negócios, estimular a transferência de tecnologia e a inovação, favorecer a internacionalização e inserir empresas brasileiras em cadeias de valor.

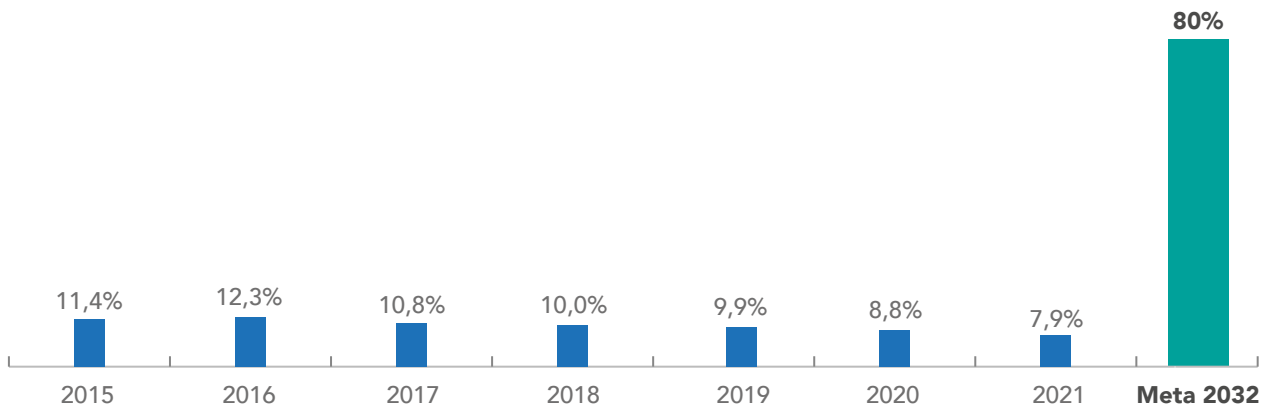


OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Ampliar a rede brasileira de ACFIs

Indicador: Participação no estoque de investimentos brasileiros no exterior dos países com os quais o Brasil possui ACFIs em vigor ou em internalização

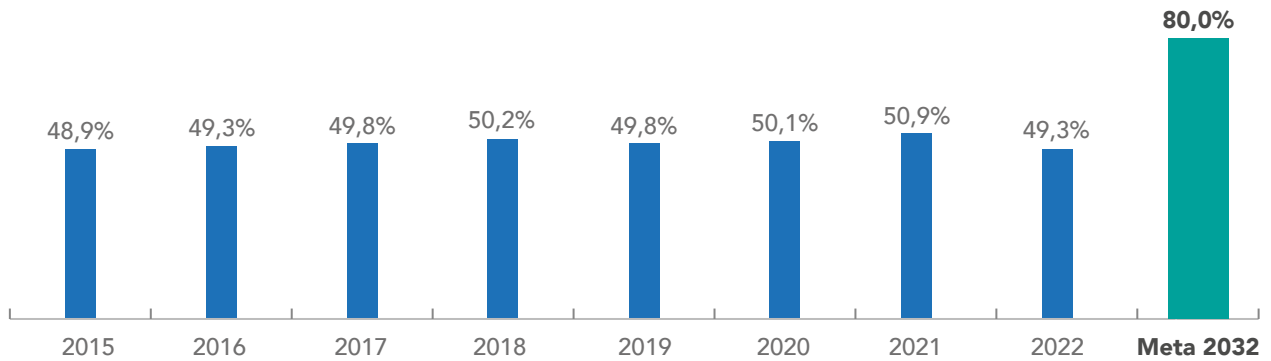
Meta: Ampliar a rede brasileira de ACFIs, de modo que a participação no estoque de investimentos brasileiros no exterior dos países com os quais o Brasil tem esse tipo de acordo em vigor atinja **80%**



Fonte: Banco Central do Brasil - BCB.

Iniciativa

- ∴ Incentivar a ampliação da rede de ACFIs, de forma a incorporar parceiros estratégicos para o Brasil, tais como União Europeia, Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e EFTA.

**Objetivo: Ampliar e modernizar a rede brasileira de ADTs****Indicador:** Participação no PIB mundial dos países com os quais o Brasil possui ADTs em vigor**Meta:** Ampliar a rede de ADTs do Brasil de modo que a participação no PIB mundial dos países com os quais o Brasil tem esse tipo de acordo em vigor atinja **80%**

Fonte: Banco Mundial e Receita Federal.

**Iniciativas**

- Seguir o Modelo de Convenção da OCDE para ampliar e modernizar os ADTs a fim de reduzir os custos decorrentes da dupla tributação.
- Avaliar os ADTs já em vigor e identificar oportunidades de revisão e atualização para torná-los mais abrangentes e eficazes.

COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL



	COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO	ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS À EXPORTAÇÃO	ACORDOS INTERNACIONAIS	COMÉRCIO JUSTO	INVESTIMENTO EXTERNO
OBJETIVO	Aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais da indústria de transformação	Monitorar a eficácia do sistema de eliminação e mitigação das medidas restritivas às exportações brasileiras	Ampliar e modernizar a rede brasileira de acordos de livre comércio	Neutralizar efeitos na economia brasileira de subsídios ilegais e distorcivos em terceiros mercados	Ampliar a rede brasileira de ACFIs
META	Aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais da indústria de transformação para 1,50% até 2032 Crescimento médio de 0,06 p.p. ao ano	Estabelecer monitoramento público anual (0= não existe; 1= existe)	Ampliar a rede de acordos comerciais do Brasil para 41,2% da importação mundial até 2032, com base na entrada em vigor de acordos de livre-comércio com União Europeia, Canadá, EFTA, México e Reino Unido	Elevar o número de investigações de subsídios ilegais e distorcivos em terceiros mercados no Brasil para a média mundial de 4 investigações ao ano	Ampliar a rede brasileira de ACFIs de modo que a participação no estoque de investimentos brasileiros no exterior dos países com os quais o Brasil tem esse tipo de acordo em vigor atinja 80%
OBJETIVO	Ampliar o crédito à exportação				Ampliar e modernizar a rede brasileira de ADTs
META	Elevar para 55%, até 2032, o valor exportado que conta com crédito à exportação Aumento médio de 2,9 p.p. ao ano				Ampliar a rede de ADTs do Brasil de modo que a participação no PIB mundial dos países com os quais o Brasil tem esse tipo de acordo em vigor atinja 80%
OBJETIVO	Reduzir o tempo médio de liberação das operações de comércio exterior				
META	Reduzir o tempo médio de liberação das cargas via transporte marítimo para até 96 horas nas importações e para até 60 horas nas				

5
DESENVOLVIMENTO
HUMANO E
TRABALHO



//

Para a indústria, promover o trabalho e o desenvolvimento humano representa a modernização do setor, estabelecendo um ambiente propício para a atração de investimento, promoção de inovações e para a construção de um futuro sustentável. //



O desenvolvimento humano e o trabalho são componentes essenciais para o crescimento econômico e o bem-estar social de um país. Nesse sentido, melhorias em áreas como relações de trabalho, segurança e saúde laboral, diversidade e inclusão, seguridade social e acesso à cultura e ao desporto contribuem para o progresso econômico, bem como para a ampliação da qualidade de vida e a plena participação cidadã. Para a indústria, promover o trabalho e o desenvolvimento humano representa a modernização do setor, estabelecendo um ambiente propício para a atração de investimento, promoção de inovações e para a construção de um futuro sustentável.



A modernização das relações de trabalho, o aprimoramento previdenciário, melhores condições de saúde, diversidade, equidade e inclusão e um amplo acesso à cultura e ao desporto contribuem para o desenvolvimento do país, promovendo um futuro menos desigual e mais dinâmico, criativo e sustentável.

Os indicadores do fator-chave Desenvolvimento Humano e Trabalho evoluíram 20% em direção às metas estabelecidas para 2032 em relação ao pior valor verificado em suas séries históricas.

O tema prioritário Relações de Trabalho contribuiu para a evolução com a redução da judicialização no trabalho verificada após a

reforma trabalhista de 2017. Apesar do avanço, se verifica que o Brasil não ganhou muitas posições em um ranking internacional de custos das regulamentações trabalhistas para os negócios, o que sinaliza para a necessidade de continuar trabalhando pela modernização das relações de trabalho no Brasil.

No tema prioritário Saúde, o indicador que acompanha a mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis apresentou piora no Brasil nos últimos anos, se distanciando da meta. A taxa de acidentes de trabalho, utilizada para avaliar medidas de segurança e saúde do trabalhador, apresentou evolução em



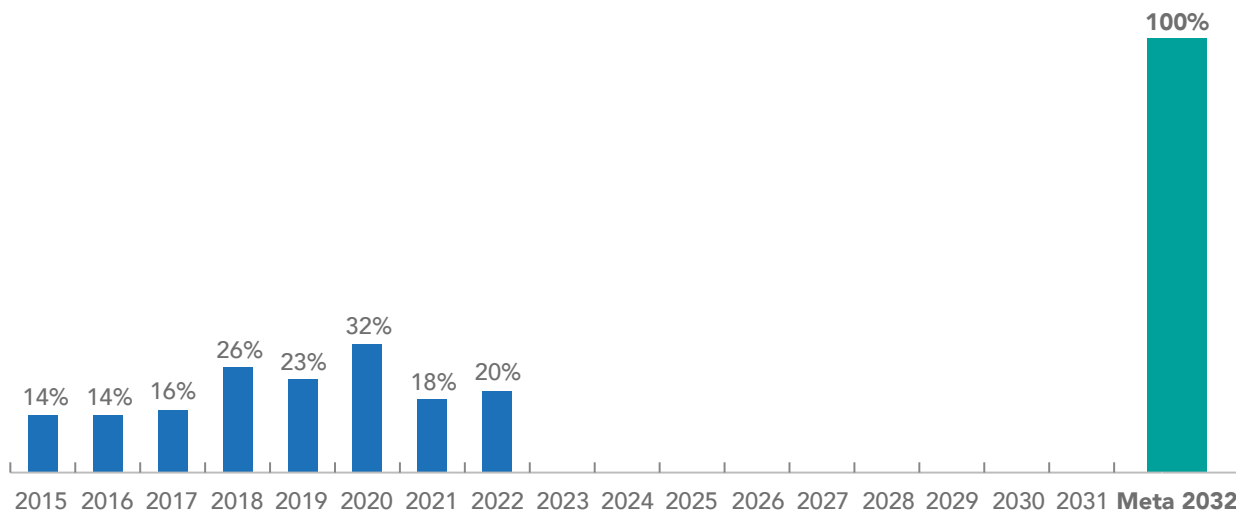
relação ao pior valor da série, observado em 2015.

No tema prioritário previdência, o índice de sucesso do programa de reabilitação profissional ofertado pelo INSS apresenta desempenho insatisfatório, próximo ao pior valor da série, que ocorreu em 2020 por causa da paralização das atividades decorrente da pandemia da covid-19. Já o número de auxílios doença e de aposentadorias por invalidez decorrentes de acidentes de trabalho se reduziu em relação ao pior valor da série, observado em 2015, em linha com a redução da incidência de acidentes de trabalho. A concessão de aposentadorias especiais por ações judiciais, que deveria ser a exceção, permanece como regra, próxima ao pior valor da série.

No tema prioritário Diversidade, Equidade e Inclusão, se verifica um aumento no número de empresas com compromissos públicos voluntários para promover a diversidade, equidade e inclusão. Ainda nesse tema, o Brasil tem apresentado evolução em seu índice de desigualdade de gênero, apesar de um desempenho ainda insatisfatório na inclusão de mulheres em cursos de STEM (ciências, engenharia, matemática, estatística, tecnologias da informação).

Os indicadores de acesso à cultura e ao desporto não possuem série histórica que permita avaliar suas trajetórias.

Indicador de distância até as metas de Desenvolvimento Humano e Trabalho (%)



Nota: A distância até a meta foi calculada para cada indicador, ao qual se atribuiu um percentual de 0 a 100% em que 0% é o valor atribuído ao pior valor da série histórica e 100% diz respeito à meta estabelecida pela CNI. Calculou-se uma média simples dos indicadores de cada tema prioritário, sendo o indicador final calculado como uma média simples dos indicadores dos temas prioritários. Quando o indicador não possuía dado para os anos mais recentes, por uma questão de defasagem na publicação dos dados, o último dado disponível foi replicado. Os indicadores serão atualizados à medida que novos dados forem publicados.



5.1 RELAÇÕES DE TRABALHO

A continuidade da modernização das relações de trabalho, iniciada em 2017 com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467) e com a Lei da Terceirização (Lei 13.429), em linha com as necessidades da sociedade e as transformações da economia, é primordial para o bom funcionamento do mercado de trabalho, promovendo ganhos de produtividade e de eficiência, segurança jurídica, oportunidades de trabalho e renda e competitividade.

PROBLEMA

Apesar dos avanços conquistados na modernização da legislação trabalhista brasileira, sintonizando-a com o contexto econômico atual, ainda remanescem aspectos que requerem aperfeiçoamentos para dar

continuidade ao processo de alinhamento das normas trabalhistas com as transformações tecnológicas e sociais.

A burocracia imposta pela legislação e o excesso de custos vinculados ao cumprimento de obrigações trabalhistas seguem sendo importantes desafios para o setor produtivo, comprometendo a competitividade da indústria brasileira em âmbito internacional e reduzindo seu potencial de geração de empregos e de renda.

De acordo com dados do *IMD World Competitiveness Online (1995-2023)*²⁸, a legislação trabalhista é uma barreira relevante para o desenvolvimento de negócios no Brasil, tendo o país ocupado em 2022 a 61ª posição em um ranking de 63 países, no que diz respeito a essa questão.

Além disso, apesar de, após a reforma trabalhista, o número de novos casos da Justiça do Trabalho ter caído em cerca de 35%, ainda há um alto número de litígios trabalhistas por ano— só em 2022 foram 1,6 milhão de novas reclamações trabalhistas, e um total de 5,1 milhões de processos a serem julgados em toda a Justiça do Trabalho (entre casos recebidos no ano, somados ao resíduo de 2021).

Tais elementos comprometem a celeridade da justiça, oneram o poder público e, em última instância, prejudicam o pleno funcionamento do mercado de trabalho e a atividade econômica do país²⁹.

SOLUÇÃO

O bom funcionamento do mercado de trabalho está intrinsecamente ligado à eficiência das regras que regem as relações entre trabalhadores e empregadores.

28 International Institute for Management Development (IMD), World Competitiveness Center (WCC). Disponível em: <<https://worldcompetitiveness.imd.org/>>. Acesso em 11/08/2023.

29 Tribunal Superior do Trabalho (TST). Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2022. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br/documentos/18640430/31950226/RGJT2022.pdf/fa638cf6-969b-6508-09d8-625ffba9cd93?t=1689185086782>>. Acesso em: 28/08/2023.



Nesse sentido, é fundamental continuar avançando na modernização da legislação trabalhista, com normas mais flexíveis e adaptáveis às transformações socioeconômicas. Além disso, a dinâmica do mercado de trabalho pode se beneficiar da incorporação de mecanismos para prevenção e resolução de conflitos, bem como da redução da litigiosidade e dos custos vinculados ao cumprimento de obrigações trabalhistas. Tais medidas contribuem para conferir segurança jurídica para as empresas e os trabalhadores, criando um ambiente propício para à geração de empregos e de renda.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Por meio da continuidade da modernização da legislação que rege as relações entre trabalha-

dores e empregadores, adaptando-a às transformações econômicas e às demandas sociais, é possível prover maior dinamismo ao mercado de trabalho. Isso abre oportunidades para novas modalidades formais de trabalho e amplia o acesso à seguridade social, beneficiando a geração de renda para as famílias.

A adoção de mecanismos de conciliação para prevenção e resolução de conflitos, por sua vez, contribui para a redução da litigiosidade e da sobrecarga da justiça trabalhista, o que reduz os custos incorridos pelo poder público e confere maior segurança jurídica.

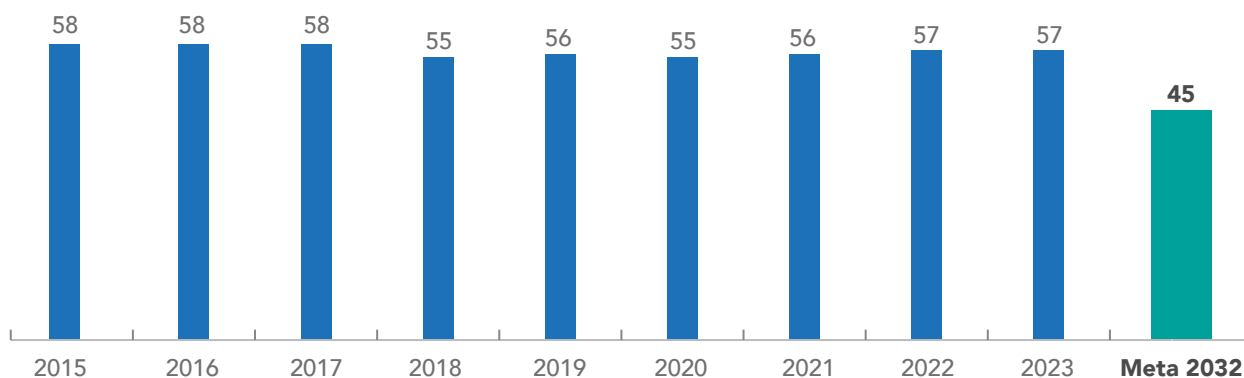
Em síntese, a modernização das relações entre trabalhadores e empregadores promove ganhos de produtividade e de competitividade para as empresas e gera efeitos econômicos positivos para toda a sociedade e, sobretudo, para o próprio Estado.

OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Continuar a modernização das relações de trabalho

Indicador: Reduzir a posição do Brasil no impacto das regulamentações trabalhistas nas atividades empresariais

Meta: Reduzir a posição do Brasil para **45°** até 2032



Nota: Para a composição do ranking foi estabelecido um painel fixo, composto por 59 países que apresentavam série histórica a partir de 2015. Resposta à pergunta: regulamentações trabalhistas não prejudicam as atividades empresariais.

Fonte: International Institute for Management Development (IMD).



Iniciativas

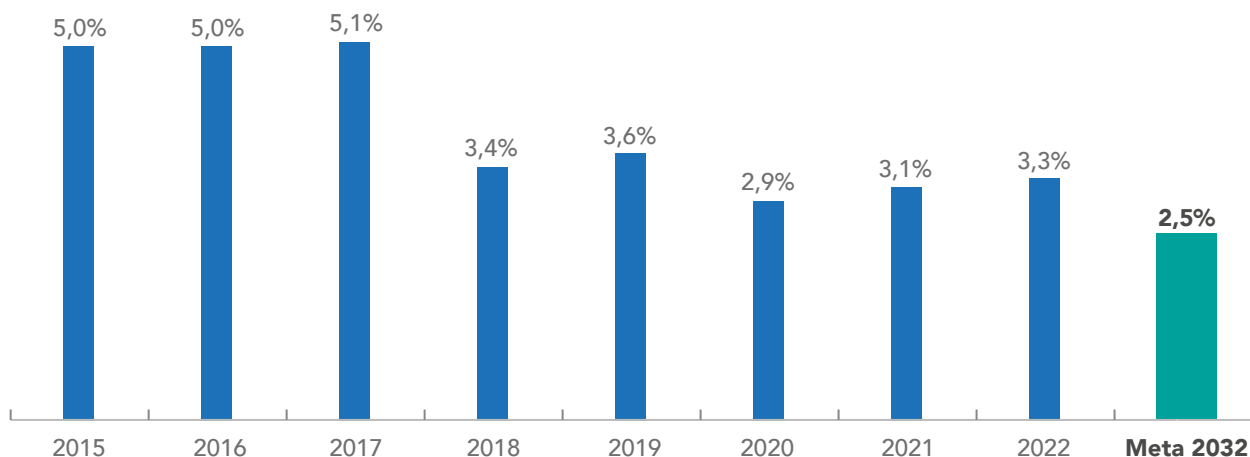
- Trabalhar em conjunto com órgãos regulatórios para revisar e simplificar as normas e regulamentações relacionadas às obrigações acessórias não pecuniárias, tais como as burocráticas (formulários), cotas, guarda de documentos, etc.
- Criar interfaces integradas entre diferentes sistemas e plataformas utilizadas para cumprir obrigações acessórias, facilitando o compartilhamento de informações e evitando duplicação de esforços.
- Contribuir para a modernização das regras que regem as relações de trabalho.

Objetivo: Melhorar a relação empregado-empregador

Indicador: Índice de judicialização

Meta: Diminuir o índice de judicialização para **2,5%** até 2032

- Redução de 0,08 p.p. ao ano



Fonte: Elaborado pela CNI, com base nos dados do IBGE e dos Relatórios Gerais da Justiça do Trabalho fornecidos pela estatística do TST, publicados pelo TST.

Iniciativas

- Contribuir para que a homologação de acordo extrajudicial pela Justiça do Trabalho seja integral, a fim de promover a celebração de acordos e garantir segurança jurídica.
- Estimular diálogo entre empregado-empregador.
- Continuar fortalecendo as negociações coletivas de trabalho.



5.2 SAÚDE E SEGURANÇA

O fortalecimento do sistema de saúde é fundamental para a garantia do bem-estar de toda a população, resultando em maior qualidade de vida e benefícios para a economia como um todo.

! PROBLEMA

O Sistema Único de Saúde (SUS) e a Saúde Suplementar têm sido desafiados a aumentar a eficiência e a efetividade diante do envelhecimento populacional, do crescimento de doenças crônicas não transmissíveis e do aumento dos custos.

O fenômeno da transição demográfica, caracterizado pelo envelhecimento da população, acarreta mudanças importantes nos padrões de gastos públicos e privados. A maior proporção de indivíduos idosos na população

tende a elevar os dispêndios com saúde, criando a necessidade de revisão das estruturas e dos modelos de assistência em vigor.

O modelo brasileiro não volta suas atenções à prevenção de doenças crônicas e não transmissíveis, resultando em quadros agravados que geram altos custos quando não controlados de maneira adequada. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, 44% das mortes por doenças crônicas não transmissíveis registradas em 2019 no Brasil eram consideradas prematuras e, portanto, evitáveis³⁰. A falta de direcionamento de esforços do país para a saúde preventiva também impacta negativamente o mercado de trabalho, ensejando afastamentos e inatividade por causas evitáveis.

Outra preocupação é a escalada com despesas com saúde privada, que passaram de 4,4% para 5,8% do PIB entre 2008 e 2019, enquanto as despesas relacionadas ao SUS passaram de 3,6% para 3,8% do PIB no mesmo período.

Esse aumento dos custos da saúde privada é uma preocupação para a indústria, que financia, total ou parcialmente, a saúde de 10,8 milhões de beneficiários de planos coletivos. De 2008 a 2021, os gastos com planos de saúde aumentaram 513%, quatro vezes mais do que a inflação (124%). Isso elevou os custos de cuidados com os trabalhadores industriais, sem melhorias correspondentes na qualidade e nos resultados dos serviços prestados.

A falta de direcionamento de esforços para a saúde preventiva também impacta negativamente a Segurança e Saúde no Trabalho (SST), ensejando afastamentos e inatividade por causas evitáveis.

³⁰ Disponível em: <[https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/ncd-deaths-under-age-70-\(percent-of-all-n-cd-deaths\)](https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/ncd-deaths-under-age-70-(percent-of-all-n-cd-deaths))>. Acesso em 11/08/2023.

SOLUÇÃO

A superação dos desafios relacionados ao sistema de saúde brasileiro requer uma abordagem coordenada, que envolva o Sistema Único de Saúde (SUS) e o setor de Saúde Suplementar, em iniciativas de promoção da saúde e de saúde preventiva.

No que se refere à Segurança e Saúde no Trabalho (SST), medidas coordenadas junto aos empregadores visando à prevenção de acidentes de trabalho e de riscos ocupacionais que impliquem prejuízos à qualidade de vida do trabalhador e à sua produtividade podem mitigar tais riscos, conferindo segurança jurídica ao empregador e maior segurança ao profissional, com efeitos positivos sobre o sistema de saúde e a economia como um todo.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A coordenação de esforços em prol da prevenção de riscos ocupacionais contribui de maneira eficaz para a promoção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis, com prevenção de acidentes e doenças. Tais iniciativas permitem direcionamento de esforços e recursos para a proteção dos profissionais, atenuando os custos associados a licenças médicas e a doenças crônicas.

Esse enfoque é benéfico para trabalhadores, empresas e poder público, pois reforça a segurança jurídica e a eficiência na provisão de serviços de saúde. O investimento em saúde, especialmente em medidas preventivas, gera efeitos positivos diretos e indiretos para a sociedade e para a indústria, promovendo o bem-estar dos trabalhadores.

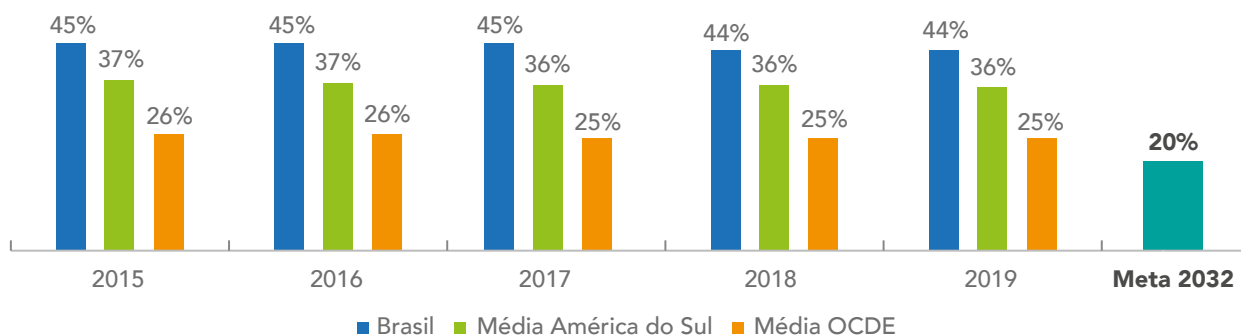
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Promover a saúde e prevenção de doenças crônicas dos trabalhadores e da população em geral

Indicador: Mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis (% do total de mortes por doenças crônicas não transmissíveis)

Meta: Reduzir a mortalidade prematura para **20%** do total de mortes por doenças crônicas não transmissíveis até 2032

📈 Redução de 1,85 p.p. ao ano



Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Fonte: World Health Organization (WHO).



Iniciativas

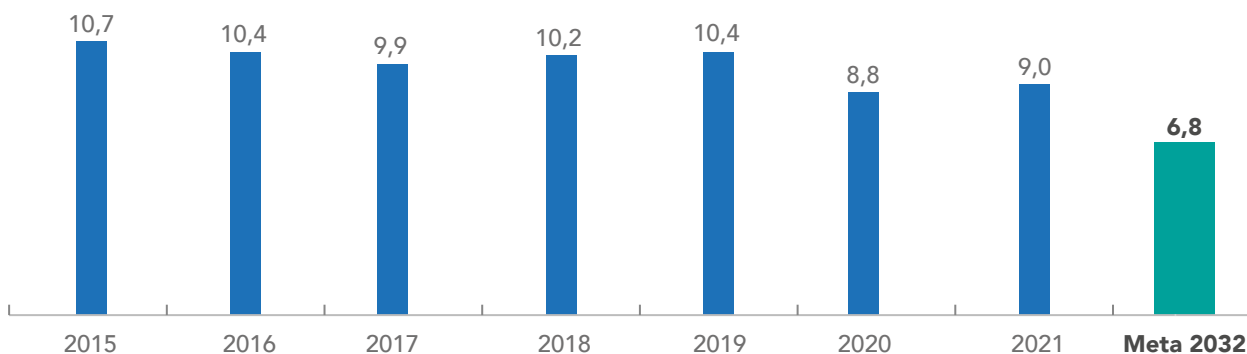
- :: Implantar medidas do Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças e Agravos Não Transmissíveis no Brasil.
- :: Influenciar operadoras de saúde complementar a disponibilizar dados de saúde para o usuário e empresas contratantes de plano de saúde, seguindo diretrizes da LGPD e da Lei do Prontuário Eletrônico.
- :: Integrar o Sistema Único de Saúde (SUS) com a saúde suplementar para monitoramento da saúde do trabalhador, permitindo intercâmbio de informações.
- :: Disponibilizar portfólio com soluções de promoção de saúde, telessaúde, atenção primária à saúde.
- :: Contribuir para tornar sustentável o custo com saúde privada.

Objetivo: Promover a segurança e saúde nos ambientes de trabalho

Indicador: Taxa de acidentes de trabalho (nº de acidentes reportados por mil vínculos formais)

Meta: Reduzir em **25%** a taxa média de acidentes de trabalho até 2032 (equivalente a 6,8 acidentes por mil vínculos formais)

- :: Redução de 2,6% a.a.



Nota: Abrange acidentes típicos e doença do trabalho, com categorização e sem categorização, ponderado pelo estoque anual de vínculos empregatícios formais.

Fonte: Ministério da Previdência Social (MPS).

Iniciativas

- :: Aprimorar os mecanismos de sistemas de gestão de riscos ocupacionais.
- :: Buscar o estabelecimento de diretrizes para a neutralização da exposição do trabalhador a agentes nocivos, além de conferir segurança técnica e jurídica na adoção de medidas de prevenção.
- :: Contribuir para a autorização de realização de exames ocupacionais por telessaúde.



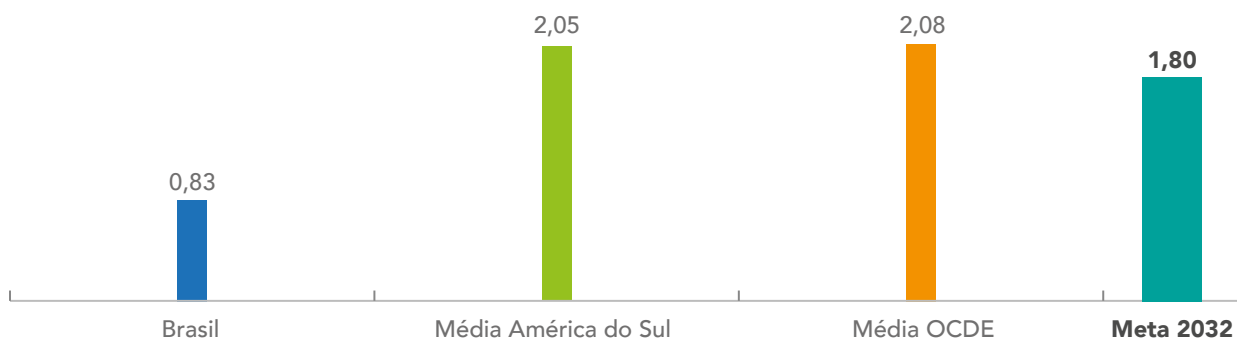
- ⌘ Promover materiais e programas para capacitação em segurança e saúde no trabalho.
- ⌘ Disponibilizar portfólio com programas de gestão de SST, plataforma que estimule uma gestão de SST baseada em dados.
- ⌘ Contribuir com a melhoria da produtividade da Indústria ao tornar os trabalhadores mais saudáveis.
- ⌘ Promover a modernização do ambiente laboral visando melhorar a produtividade do trabalhador saudável.
- ⌘ Implementar linha de incentivo para inovação em saúde e SST.

Objetivo: Promover o desenvolvimento competitivo de medicamentos, vacinas, testes, protocolos, equipamentos e serviços

Indicador: Assistência total líquida ao desenvolvimento de pesquisa médica e setores básicos de saúde *per capita*, em 2021 (US\$)

Meta: Elevar o direcionamento de recursos para o desenvolvimento de pesquisas médicas e da saúde básica para **US\$ 1,80 *per capita*** até 2032

- ⌘ Crescimento de 7,3% a.a.



Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Fonte: World Health Organization (WHO).



Iniciativas

- ⌘ Ampliar o direcionamento de recursos financeiros, sejam públicos ou privados, para desenvolvimento de medicamentos, vacinas e testes.
- ⌘ Promover processos regulatórios mais eficientes para a aprovação de medicamentos, vacinas, testes e equipamentos de saúde.
- ⌘ Criar estratégias de incentivo à exportação de produtos e serviços de saúde, buscando ampliar a visibilidade e a competitividade internacional da indústria local.



5.3 PREVIDÊNCIA

A modernização do sistema previdenciário, aliada à conquista da sustentabilidade da previdência pública, viabiliza uma rede de proteção social mais eficaz e a provisão de serviços de seguridade de qualidade aos brasileiros.

🚫 PROBLEMA

A reforma da Previdência realizada em 2019 assegurou maior sustentabilidade para o sistema previdenciário brasileiro. Ainda há, entretanto, desafios relacionados à operacionalização de benefícios por incapacidade temporária ou permanente, sejam acidentários ou não, incluindo-se aposentadoria especial.

A fila para análise administrativa e para perícia médica é substancial, com cerca de 1,8 milhão de beneficiários aguardando atendimento do INSS³¹. Na indústria, a falta de harmonização

entre regulamentações de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e Previdência geram um descompasso no que diz respeito às responsabilidades atribuídas às empresas e aos trabalhadores.

Assim, incertezas sobre o retorno ao trabalho, limitações de acesso a laudos médicos e avaliações periciais e divergências sobre decisões do INSS podem levar o trabalhador ao limbo previdenciário – sem remuneração e benefício previdenciário – e expor empresas a litígios, elevando riscos jurídicos e trabalhistas.

🛠️ SOLUÇÃO

Os desafios previdenciários destacados requerem uma abordagem integrada de soluções. É fundamental coordenar esforços entre formuladores de políticas públicas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e Previdência para alinhar as regulamentações, de modo a mitigar assimetrias e facilitar a compreensão das regras pelas partes envolvidas. Investir na modernização tecnológica e aprimorar os processos de análise administrativa e perícias concede maior celeridade e uniformidade, resultando na redução das filas e da incerteza.

Além disso, possibilitar a telessaúde e a automação de procedimentos para a concessão de benefícios que não exigem perícia médica, juntamente com o apoio médico da empresa à perícia – subsidiando-a e promovendo transparência nas conclusões –, pode contribuir para decisões mais céleres e eficazes, reduzindo divergências e facilitando a gestão de afastamentos pelas empresas.

³¹ Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Transparência Previdenciária – junho/2023, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/portal-de-transparencia>>. Acesso em 10/08/2023.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

Promover maior integração entre regulações previdenciária e trabalhista reduz incongruências normativas, oferece maior transparência e segurança, assim como favorece a conformidade das empresas com suas responsabilidades. Além disso, assegurar maior uniformidade e agilidade nas análises e perícias resulta em um sistema mais eficaz, facilitando o acesso dos trabalhadores a seus benefícios e o retorno às atividades.

Essas iniciativas fomentam a retomada das atividades produtivas e a circulação de recursos na economia ao proporcionar maior previsibilidade nas relações de trabalho, reduzindo a judicialização e promovendo um ambiente de negócios mais seguro. A combinação desses benefícios resulta em um sistema previdenciário mais eficaz, transparente e equitativo, beneficiando tanto as empresas como os trabalhadores.



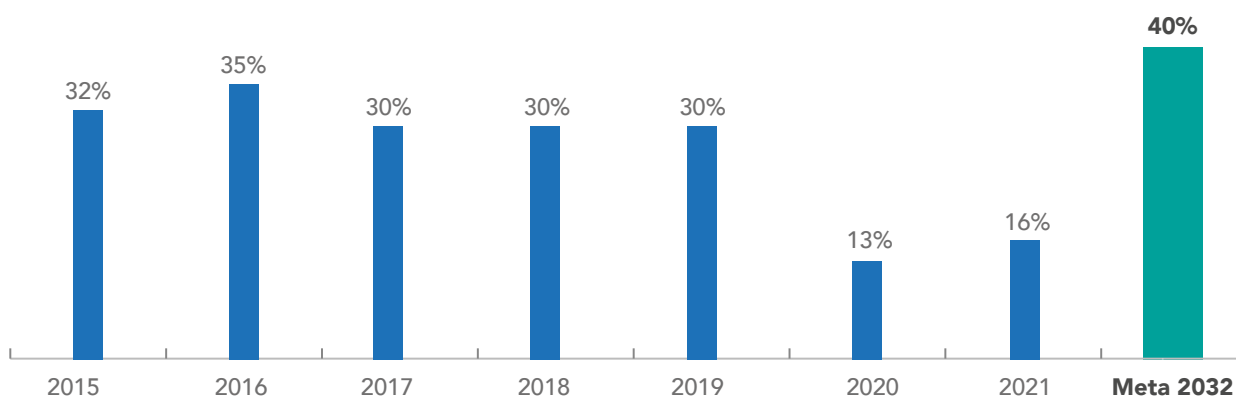
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Promover a reabilitação profissional e readaptação dos trabalhadores

Indicador: Índice de sucesso do programa de reabilitação profissional ofertado pelo INSS (em % do total de pessoas registradas)

Meta: Alcançar patamar de **40%** de reabilitação profissional até 2032

∴ Crescimento de 2,2 p.p. ao ano



Fonte: Ministério da Previdência Social.



Iniciativas

- ∴ Implementar programas de conscientização e prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, visando reduzir a necessidade de reabilitação por meio de medidas proativas.
- ∴ Apoiar a reabilitação profissional e readaptação de trabalhadores temporariamente incapacitados para retorno gradual de suas atividades.

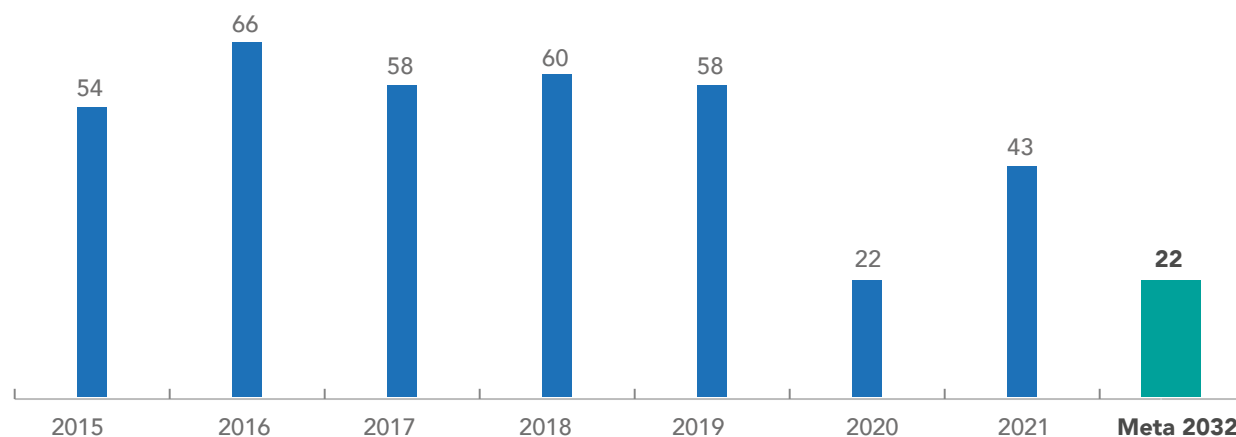


Objetivo: Melhorar a governança do sistema de afastamentos

Indicador: Incidência anual de afastamentos (concessões em 10 mil trabalhadores)

Meta: Reduzir em, aproximadamente, 50% a incidência média anual de afastamentos até 2032 (equivalente a **22 concessões por 10 mil trabalhadores**)

∴ Redução de 6,3% a.a.



Nota: Auxílio-Doença por Acidente de Trabalho (B91) e Aposentadoria por Invalidez de Acidente de Trabalho (B92). Não inclui servidores públicos de regime estatutário ou trabalhadores informais.

Fonte: SmartLab, com base em dados do INSS e RAIS/MTE.



Iniciativas

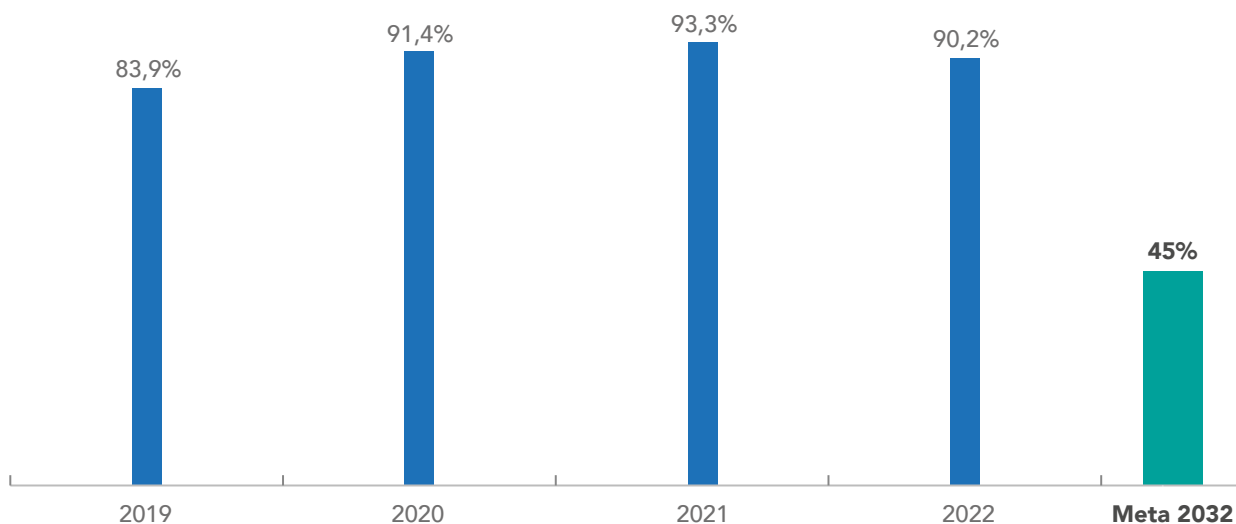
- ∴ Modernizar o Nexu Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP).
- ∴ Padronizar procedimentos de definição de acidentes de trabalho, adotados pelo INSS.
- ∴ Revisar metodologia de Riscos Ambientais do Trabalho (RAT).
- ∴ Reajustar categorização de acidentes de trabalho, de forma a não incluir acidentes de trajeto.
- ∴ Permitir atuação empresarial no âmbito da perícia médica do INSS, com recebimento do laudo médico e poder de solicitar a prorrogação do benefício.



Objetivo: Reduzir a judicialização para a concessão de aposentadoria especial

Indicador: Percentual das aposentadorias especiais concedidas via judicialização

Meta: Reduzir o percentual anual de concessões de aposentadoria especial por judicialização para 45% do total de aposentadorias especiais concedidas no ano



Fonte: CNI, com base em dados do INSS.

Iniciativas

- Aumentar a prevenção e a segurança do trabalho quanto à exposição de agentes nocivos à saúde, harmonizando-a com a legislação trabalhista.
- Avaliar os processos de trabalho e identificar oportunidades de otimização para reduzir a exposição aos riscos ocupacionais.
- Aumentar a segurança jurídica das empresas sobre as situações que ensejam aposentadorias especiais.
- Restringir a aposentadoria especial somente aos casos em que o uso do EPI não tenha e icácia comprovada.



5.4 DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

Fortalecer mecanismos e políticas que promovam a diversidade, equidade e inclusão, em âmbito público e privado, incentivar a construção de ambientes de trabalho mais receptivos às diferenças, com reflexos socioeconômicos positivos para toda a sociedade.

PROBLEMA

Embora o avanço em relação às questões de diversidade, equidade e inclusão tenha sido significativo nos últimos anos, a desigualdade ainda representa um desafio para a constituição de uma sociedade mais justa. A persistência de desigualdades no Brasil perpetua um cenário de exclusão, limitando a diversidade e a pluralidade de perspectivas no ambiente de trabalho e na sociedade.

Disparidades no acesso à educação, ao emprego, aos serviços de saúde e à participação política aprofundam a exclusão

e ampliam a lacuna entre grupos sociais. A falta de oportunidades equitativas para grupos sub-representados, incluindo pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, mulheres e pessoas com deficiência, priva a indústria do potencial proveniente de experiências e visões diversas, comprometendo a construção de um país inclusivo, igualitário, inovador e mais produtivo.

SOLUÇÃO

A construção de ambientes inclusivos exige um compromisso coletivo para implementação de políticas que promovam oportunidades equitativas e a valorização de diferenças.

A busca ativa pela diversidade, mediante ações afirmativas e implementação de estratégias de diversidade, equidade e inclusão, reforça a importância de cultivar uma gama de perfis profissionais na indústria, adaptando as oportunidades oferecidas e promovendo a paridade por meio do reconhecimento das particularidades de cada indivíduo.

Nesse sentido, ações como formação e sensibilização, programas de mentoria e capacitação voltadas para incentivar o engajamento de grupos sub-representados em áreas como ciências exatas e tecnologia, bem como o aprimoramento das políticas de acessibilidade, são estratégias que, em conjunto, podem desenvolver ambientes diversos e inclusivos.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A implementação de práticas voltadas para a diversidade, equidade e inclusão resulta em ambientes que fortalecem a cultura organizacional. A inovação é estimulada, uma vez que essa abordagem inclusiva permite que a indústria atraia e retenha uma base de talentos mais ampla, diversificada e colaborativa.



O aprimoramento da criatividade e inovação, aliado à valorização das habilidades, reforça o compromisso social das empresas e estimula a produtividade, contribuindo para a construção de uma economia mais resiliente.

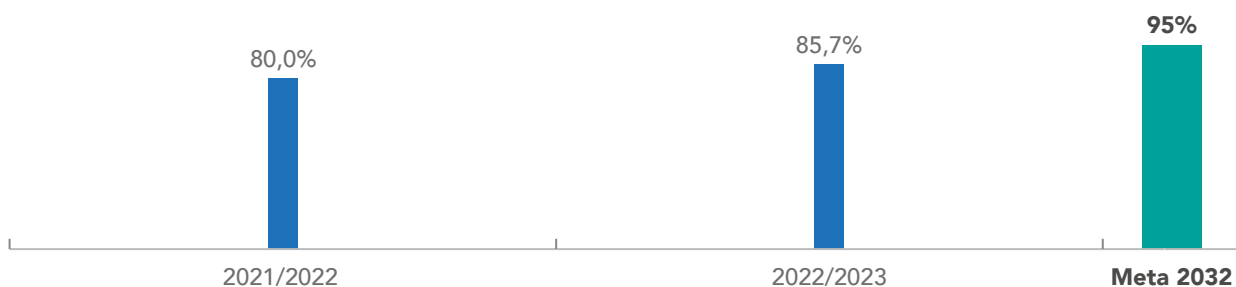
🎯 OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Fomentar o compromisso das empresas com a promoção da diversidade, equidade e inclusão

Indicador: Total de empresas industriais¹ que demonstram seu compromisso com a promoção de diversidade, equidade e inclusão, por meio de adesão formal ou declaração pública relativa a compromissos e iniciativas voluntárias sobre o tema

Meta: Ter **95%** das empresas industriais da carteira ISE com demonstração de compromisso por adesão formal ou declaração pública até 2032

📈 Crescimento de 0,93 p.p ao ano



Nota: Indústria de transformação.
Fonte: ISE B3.

🏢 Iniciativas

- 📌 Contribuir para o desenvolvimento e implemento de planos estratégicos detalhados que abordem metas específicas de diversidade, equidade e inclusão, demonstrando o compromisso da empresa em promover a igualdade.
- 📌 Promover campanhas internas e externas de conscientização sobre a importância da diversidade, equidade e inclusão, incentivando as empresas a aderirem a compromissos formais.

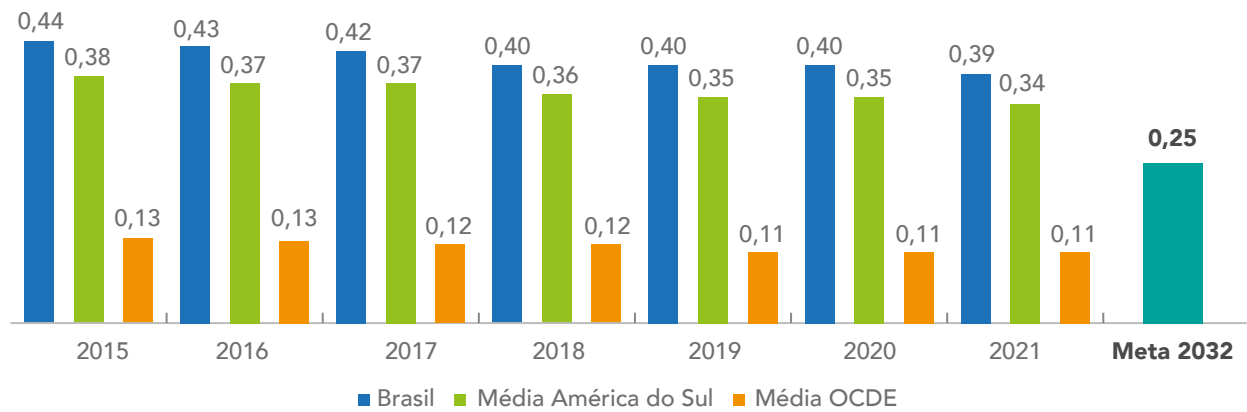


Objetivo: Fomentar o compromisso das empresas com a promoção da equidade de gênero

Indicador: Índice de desigualdade de gênero

Meta: Reduzir em **36%** o índice de desigualdade de gênero do Brasil até 2032 (equivalente a 0,25)

∴ Redução de 4% a.a.



Nota: Índice mensura saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho.
 Fonte: United Nations Development Programme (UNDP).

Iniciativas

- ∴ Estimular ações que incentivem a maior participação das mulheres no mercado de trabalho.
- ∴ Incentivar a promoção e a ascensão de mulheres em cargos de liderança.

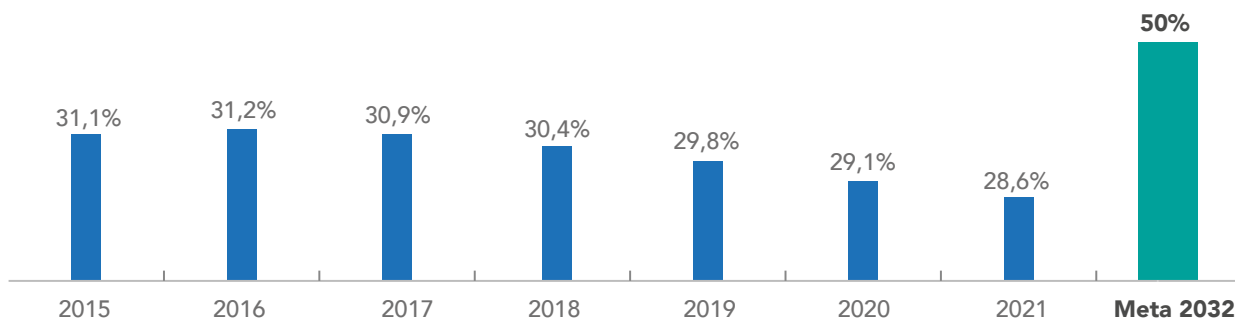


Objetivo: Aumentar a participação de mulheres em áreas STEM

Indicador: Participação de mulheres matriculadas em cursos STEM no ensino superior (%)

Meta: Aumentar a participação das mulheres em cursos STEM para **50%** até 2032

∴ Crescimento de 1,94 p.p ao ano



Nota: Inclui somente os cursos de "Ciências Naturais, Matemática e Estatística", "Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)" e "Engenharia, produção e construção", conforme classificação do INEP.

Fonte: INEP.



Iniciativas

- ∴ Engajar e valorizar as mulheres no setor produtivo, reconhecendo suas competências e habilidades.
- ∴ Desenvolver programas de mentoria que conectem mulheres em início de carreira com profissionais experientes em áreas STEM, proporcionando orientação e apoio para o desenvolvimento de suas trajetórias.
- ∴ Promover parcerias de instituições de ensino, empresas e indústrias STEM para criar oportunidades de estágio, projetos de pesquisa e empregos voltados para mulheres, incentivando sua participação.



5.5 ACESSO À CULTURA E AO DESPORTO

Reconhecer e investir na interconexão entre cultura, esportes e indústria promove ambientes propícios para a criatividade, inovação e inclusão, fortalecendo o espírito de liderança e a sensação de pertencimento da sociedade brasileira.

PROBLEMA

A escassez de investimento limita o acesso à cultura e ao desporto, inibindo a capacidade do país de explorar sua diversidade e perpetuando disparidades sociais e econômicas.

Atividades culturais e desportivas aprimoram o bem-estar, a capacidade de inovação, o trabalho em equipe e o espírito de liderança. Contudo, no Brasil apenas 40% dos municípios contavam com algum tipo de instalação cultural, como museus,

teatros, galerias ou centro culturais em 2021³².

Importante salientar ainda que, embora 95% dos municípios possuam instalações esportivas, cerca de 52% dos brasileiros se exercitam raramente ou nunca³³. Restringir o acesso a experiências transformadoras que a cultura e o desporto podem proporcionar gera exclusão, privando indivíduos e comunidades de oportunidades para ampliar perspectivas, participar ativamente da sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico.

SOLUÇÃO

Aumentar o investimento em cultura e desporto, por meio de financiamento direto e parcerias público-privadas, é crucial para reduzir a desigualdade de acesso a essas atividades no Brasil. O desenvolvimento de ações que estimulem maior participação das empresas na promoção de atividades culturais e desportivas pode incentivar a colaboração e uma maior coesão entre o setor privado e a sociedade. É preciso apoiar os municípios, principalmente os menores, na elaboração e implementação de seus planos municipais de cultura e valorizar iniciativas como as do SESI, que promovem capilaridade ao levar atividades culturais a todas as unidades da federação. Por fim, é preciso abordar o acesso ao esporte do ponto de vista da saúde, educação e bem-estar.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Ações de inclusão cultural e esportiva têm o potencial de melhorar a saúde física e mental da população, e contribuir para trabalhadores mais ativos e criativos, melhorar o desempenho escolar de alunos e até de reduzir a criminalidade.

³² IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>>. Acesso em 15/08/2023.

³³ SESI, Pesquisa Saúde & Trabalho, 2023. <https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/71/84/71842eff-238c-4536-ab68-cf0f9c461b7b/pesquisa_cni_saude_trabalho.pdf>. Acesso 15/08/2023.



Uma sociedade com acesso à cultura e ao desporto é mais propensa à inovação e ao espírito de equipe, resultando em avanços industriais, tecnológicos e melhorias na saúde e no bem-estar. O investimento em cultura e desporto não apenas gera empregos e renda, mas também produz externalidade positivas em diversos setores, estimulando o crescimento econômico. Além disso, empresas que investem nessas áreas aprimoram sua imagem e reputação.

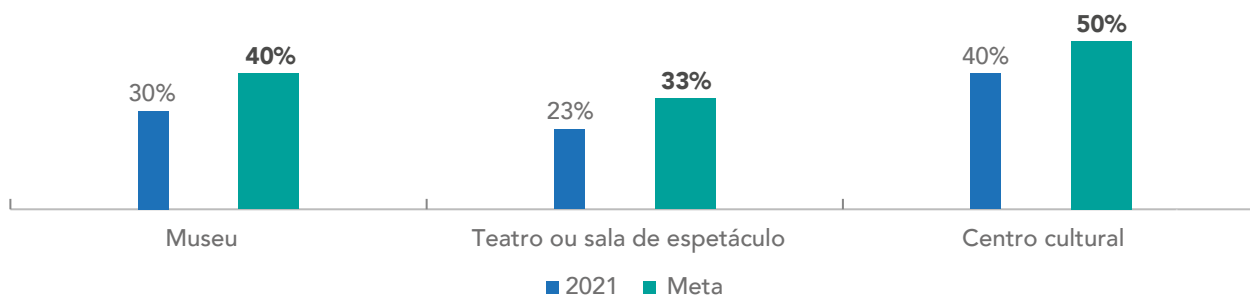
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Ampliar o acesso à cultura

Indicador: Percentual de municípios com a existência de aparelhos culturais, 2021

Meta: Aumentar até 2032 o percentual de municípios:

- :: Que contam com museus de 30% para **40%**
- :: Que contam com teatro ou sala de espetáculo de 23% para **33%**
- :: Que contam com centros culturais de 40% para **50%**
- :: Crescimento de 10 p.p.



Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC).

Iniciativas

- :: Desenvolver ações de estímulo ao investimento social privado em cultura.
- :: Promover o planejamento dos entes federativos na sua competência para proporcionar os meios de acesso à cultura.
- :: Ampliar a quantidade de unidades do Sesi Lab.
- :: Desenvolver ações de estímulo ao investimento social público em cultura.
- :: Estimular a criação instalações culturais com ambientes lúdicos, por meio de abordagem educativa, criativa, inovadora e acessível a diferentes públicos.

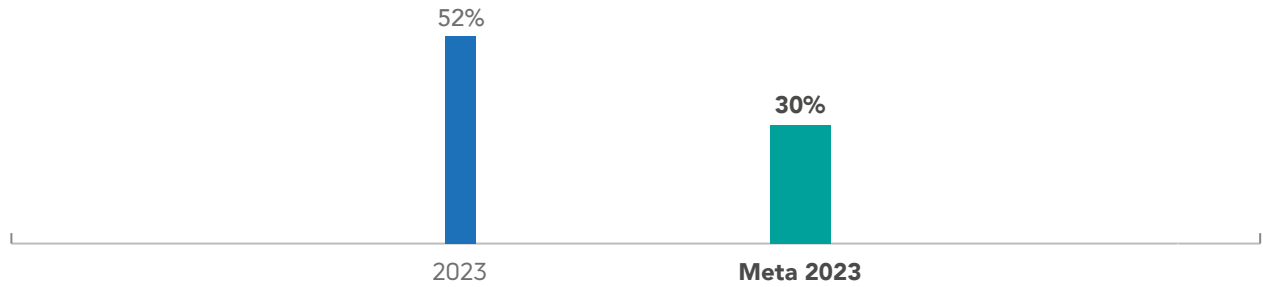


Objetivo: Ampliar a prática de atividades físicas

Indicador: Percentual de brasileiros que raramente ou nunca praticam exercícios físicos em 2023

Meta: Reduzir o percentual de brasileiros que raramente ou nunca praticam exercícios físicos de 52% para **30%** até 2032

∴ Redução de 2,4 p.p. ao ano



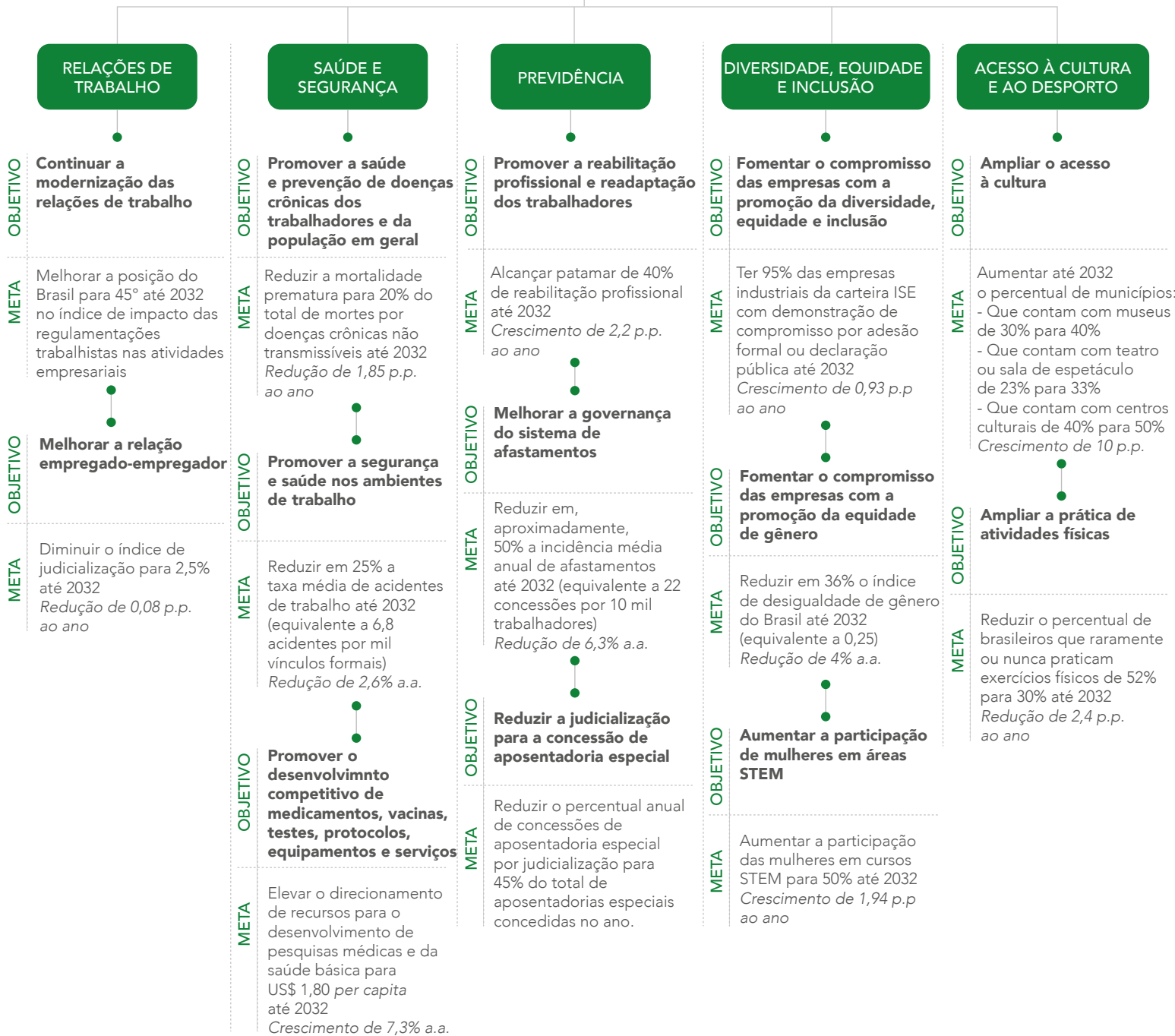
Nota: Resposta à pergunta “Atualmente, você costuma praticar atividades físicas?” (estimulada e única).
Fonte: SESI.

Iniciativas

- ∴ Estimular, de forma voluntária, atividades físicas como fator de cuidado na saúde e segurança dos trabalhadores.
- ∴ Promover as atividades físicas nas escolas para criar uma cultura do esporte.



DESENVOLVIMENTO HUMANO E TRABALHO



6
DESENVOLVIMENTO
PRODUTIVO,
TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



//

O direcionamento de esforços públicos e privados em prol do aprimoramento das propostas de iniciativas de Desenvolvimento produtivo, Tecnologia e Inovação tem potencial de fazer crescer a produtividade da economia brasileira, aumentando a competitividade do setor e gerando benefícios socioeconômicos para a indústria e o conjunto da economia brasileira. //



Desenvolvimento produtivo, Tecnologia e Inovação são fatores-chave para o fortalecimento da competitividade da indústria brasileira. A política de desenvolvimento produtivo estabelece diretrizes para esforços públicos e privados voltados à promoção do crescimento econômico sustentável, impulsionando investimentos, produtividade e inovação em toda a economia.

O desenvolvimento socioeconômico do Brasil passa, fundamentalmente, pela capacidade de implementação de uma política de desenvolvimento produtivo eficiente, orientada à tecnologia e à inovação e capaz de promover incrementos de produtividade, por meio da articulação entre o setor produtivo, o poder público e as instituições acadêmicas.



A implementação de políticas de desenvolvimento produtivo com foco em ciência, tecnologia e inovação permitem a definição de elementos estratégicos essenciais para impulsionar e antecipar transformações tecnológicas. Essas políticas conciliam desenvolvimento econômico e social com adaptação a novas tendências produtivas, como o combate às mudanças climáticas, tornando-se uma peça fundamental para o crescimento sustentado e sustentável do país.

O direcionamento de esforços públicos e privados em prol do aprimoramento das propostas de iniciativas de Desenvolvimento produtivo, Tecnologia e Inovação tem potencial

de fazer crescer a produtividade da economia brasileira aumentando a competitividade do setor e gerando benefícios socioeconômicos para a indústria e o conjunto da economia brasileira.

Os oito indicadores selecionados para acompanhar os objetivos deste fator-chave têm apresentado desempenho insatisfatório nos últimos anos, evoluindo em direção contrária às metas estabelecidas.

No que tange ao Desenvolvimento Produtivo, os indicadores acompanham a participação da indústria no PIB e o nível de complexidade da produção brasileira. Desses indicadores, o único que não se encontra no pior valor da



série histórica diz respeito à participação da indústria no PIB, que evoluiu 10,2% em direção à meta, comparativamente ao pior valor da série, observado em 2021.

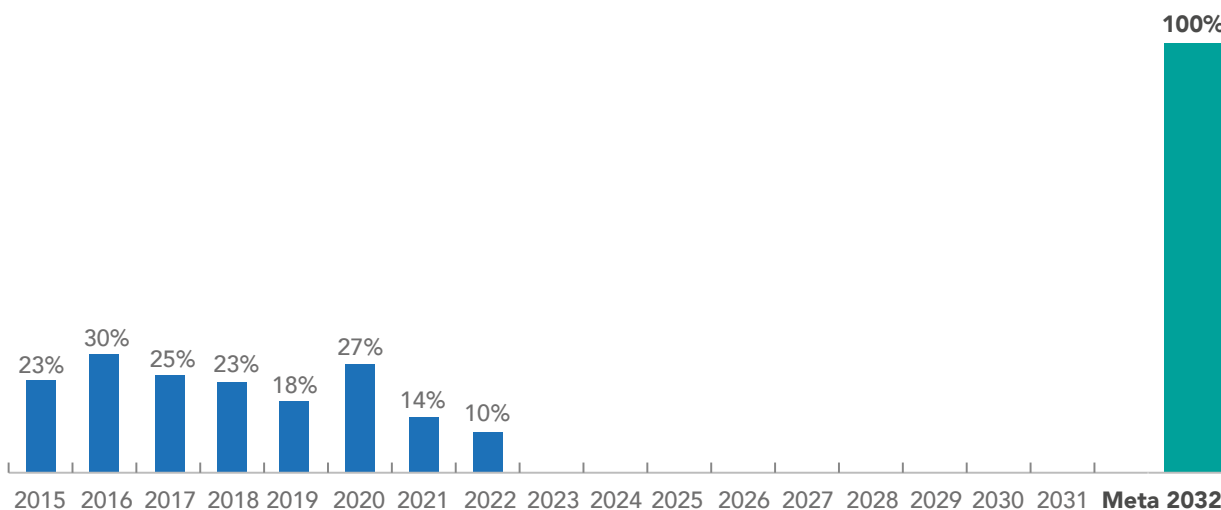
No tema prioritário Ciência, Tecnologia e Inovação, os indicadores que avaliam o volume de recursos destinados à inovação e a facilidade para acessá-los indicam grande dificuldade de acesso e baixo volume de recursos.

Em relação à Produtividade e Inovação nas Empresas, os indicadores acompanham a produtividade do trabalho na indústria, o número de patentes per capita no país, o nível

de utilização da tecnologia da internet das coisas pelas empresas e a disponibilidade de gestores sêniores competentes. Nesse tema prioritário, os indicadores também se encontram distantes das metas estabelecidas e mais próximos dos piores valores da série histórica.

O desempenho agregado dos indicadores desse fator-chave indica, portanto, uma trajetória de distanciamento das metas, de modo que será necessário um grande esforço coordenado de agentes públicos e privados para inverter essa trajetória e levar os indicadores às metas.

Indicador de distância até as metas de Desenvolvimento Produtivo, Tecnologia e Inovação (%)



Nota: A distância até a meta foi calculada para cada indicador como um indicador de 0% a 100% em que 0 é o valor atribuído ao pior valor da série histórica e 100 é o valor atribuído à meta estabelecida pela CNI. Foi calculada uma média simples dos indicadores de cada tema prioritário, sendo o indicador final foi calculado como uma média simples dos indicadores dos temas prioritários. Quando o indicador não possuía dado para os anos mais recentes, por uma questão de defasagem na publicação dos dados, o último dado disponível foi replicado. Os indicadores serão atualizados à medida em que novos dados forem publicados.
Fonte: CNI.



6.1 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Uma política industrial moderna e alinhada com as melhores práticas internacionais é capaz de promover a competitividade de setores e atividades estratégicas para o desenvolvimento.

🚨 PROBLEMA

A implementação de uma política de longo prazo no Brasil, para aumento da competitividade e produtividade frente ao mercado global, enfrenta desafios significativos. A falta de continuidade e de consistência de políticas passadas, associada ao baixo nível de investimentos, resultou em um cenário de baixa competitividade e em um processo de desindustrialização precoce.

A ausência de direcionamento estratégico em defesa da indústria nacional a torna vulnerável ao cenário externo – ainda mais competitivo com o reposicionamento das cadeias produtivas globais e a complexificação tecnológica –,

fragilidade agravada por entraves estruturais do país que aumentam os custos e comprometem a competitividade das manufaturas brasileiras no mercado internacional.

Nesse contexto, a participação da indústria brasileira no PIB caiu de 26%, em 2012, para 23,6%, em 2021, além de ter sofrido uma perda de 2.749 empresas (queda de 0,8%) e de 758,5 mil empregos (queda de 8,6%)³⁴ no mesmo período.

🛠️ SOLUÇÃO

A retomada do protagonismo da indústria como propulsora do desenvolvimento socioeconômico do país requer políticas de desenvolvimento produtivo e tecnológico modernas, que, alinhadas às demandas do cenário econômico global, incentivem competitividade, inovação tecnológica, resiliência, sustentabilidade, transformação digital, integração às cadeias produtivas globais e qualificação da mão de obra e empreendedorismo.

A superação desses desafios exigirá alinhamento de esforços entre diferentes atores públicos e privados, promovendo as condições para fortalecimento e ganhos de competitividade da indústria frente ao cenário global.

🏢 BENEFÍCIOS ESPERADOS

Uma política de desenvolvimento produtivo e tecnológico bem estruturada tem potencial de gerar empregos de qualidade, aumentar a competitividade e produtividade das empresas brasileiras no mercado global, atrair investimentos, incentivar pesquisa e desenvolvimento, além de contribuir para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades.

³⁴ Fonte: Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa), IBGE. Disponível: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>>. Acesso em 30/06/2023.



Ao adotar medidas estratégicas, assertivas e consistentes, é possível fortalecer o setor industrial, impulsionar a produtividade, estimular a inovação e promover o crescimento da economia, elevando o país a um novo patamar de desenvolvimento.

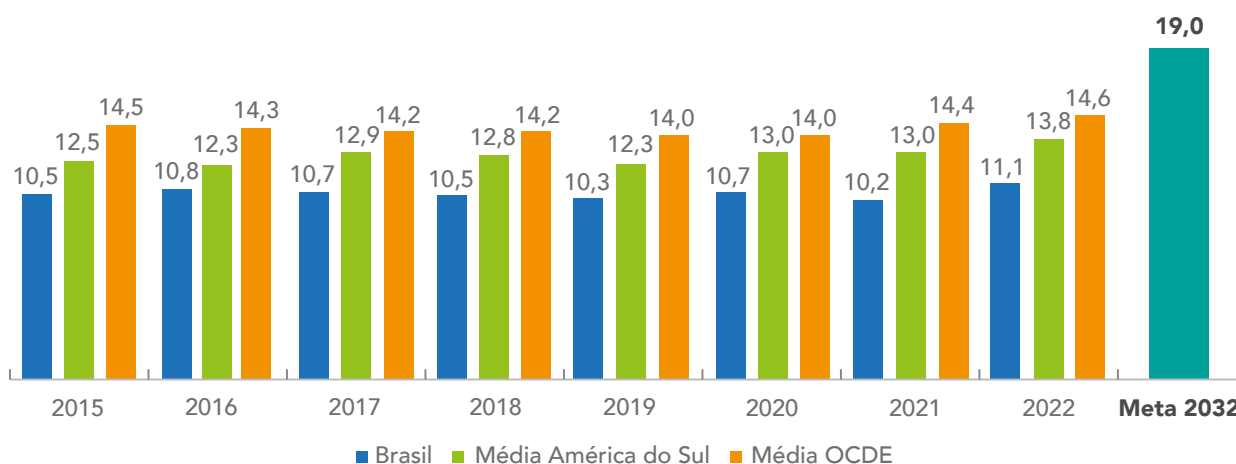
🎯 OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Conferir protagonismo à indústria no crescimento econômico brasileiro

Indicador: Valor adicionado pela indústria de transformação (valor produzido menos custo dos insumos empregados) em relação ao PIB

Meta: Alcançar até 2032 a taxa de **19%** de valor adicionado pela indústria de transformação em relação ao PIB

🔹 Crescimento de 0,8 p.p. ao ano



Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.
Fonte: Banco Mundial e OCDE.

📌 Iniciativas

- 🔹 Finalizar a aprovação da Reforma Tributária e eliminar o mais rapidamente possível, as incidências tributárias indevidas sobre investimentos e exportações, que hoje desencorajam a agregação de valor dos produtos e serviços brasileiros (ver Fator-Chave Ambiente Econômico).
- 🔹 Atuar para o alinhamento das políticas de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico e de comércio exterior.
- 🔹 Apoiar a implementação das missões estabelecidas pelo governo para orientar a nova política industrial.
- 🔹 Regulamentar o Art. 26 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) para uso das compras públicas visando à promoção do desenvolvimento industrial, tecnológico e ambiental.

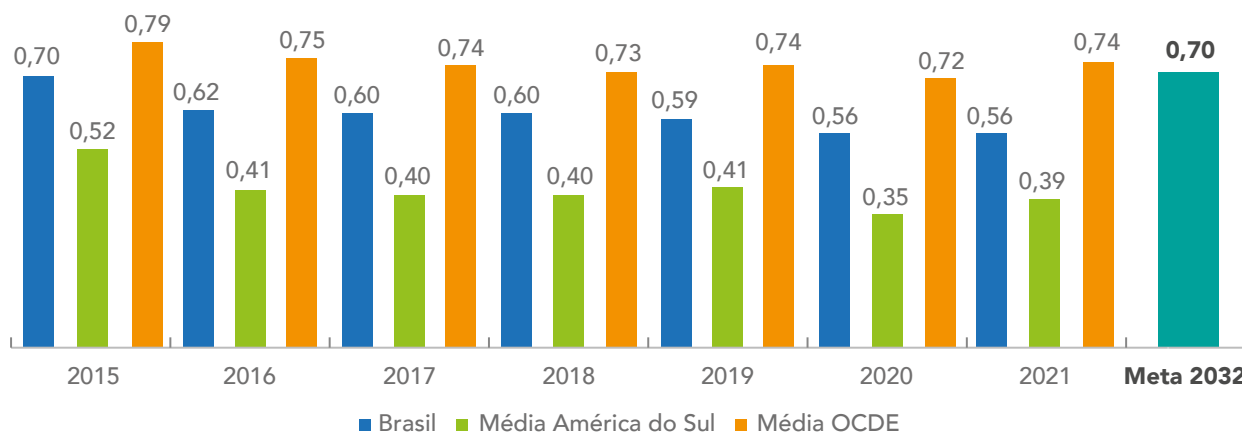


Objetivo: Desenvolver a cadeia produtiva em setores estratégicos, mais complexos e intensivos em tecnologia

Indicador: Índice de complexidade econômica

Meta: Alcançar o nível de complexidade de **0,70** até 2032

:: Crescimento de 2,0% a.a.



Nota: para proporcionar melhor comparação do índice de complexidade econômica dos países, o indicador foi normalizado, assumindo-se o valor 1 para o maior nível de complexidade econômica (Japão). Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai.

Fonte: Observatory of Economic Complexity (OEC).



Iniciativas

- :: Estimular a agregação de valor nas cadeias produtivas da indústria.
- :: Mapear outras cadeias produtivas/produtos que requeiram desenvolvimento nacional para apoio aos projetos estratégicos do país.
- :: Apoiar a implementação das missões prioritárias para o país: descarbonização, transformação digital, saúde e segurança sanitária e defesa e segurança nacional.
- :: Direcionar esforços para a efetivação do Plano Nacional de Fertilizantes (PNF) para reduzir a dependência de fertilizantes importados.



6.2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Na era da transformação digital, ciência, tecnologia e inovação são pilares fundamentais para impulsionar o país em direção a novos paradigmas produtivos.

PROBLEMA

O Brasil ocupa a 54ª posição no ranking Índice Global de Inovação 2022 sete posições abaixo da melhor marca atingida - 47º lugar em 2011. A insuficiência de recursos financeiros destinados às atividades de PD&I tem dificultado o avanço tecnológico e sufocado a inovação na indústria. Existem também distorções e desequilíbrios nas políticas públicas, que tendem a focar no curto prazo e não assegurar a perenidade de programas de estímulo à ciência, tecnologia e inovação (CT&I), mesmo quando demonstram resultados positivos. Além disso, é crucial maior coordenação e sinergia entre academia, indústria e entidades governamentais

para buscar soluções mais eficientes e melhorias constantes nos processos produtivos.

SOLUÇÕES

A superação dos problemas enfrentados na área da ciência, tecnologia e inovação no Brasil requer a adoção de soluções estratégicas assertivas. Nesse sentido, é necessário fortalecer e intensificar as parcerias nacionais e internacionais, promover parcerias público-privadas para estimular Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), aliados ao compartilhamento de riscos.

Tais investimentos serão fundamentais para impulsionar o crescimento econômico, a competitividade e o desenvolvimento de melhorias constantes nos processos produtivos, permitindo que o Brasil se posicione como protagonista em termos de inovação em âmbito internacional.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A ciência, a inovação e a tecnologia desempenham um papel fundamental na modernização do setor industrial, possibilitando a disseminação da Indústria 4.0, a transição para uma economia de baixo carbono e o surgimento de novos modelos de negócio.

Além disso, a promoção de pesquisas contribui para a identificação de fatores que impactam a indústria, permitindo a criação de produtos e soluções estratégicas, bem como a incorporação de novas tecnologias. A indústria atua como uma ponte entre P&D e produção, estimulando a integração, o crescimento e a competitividade nos vários setores da economia.



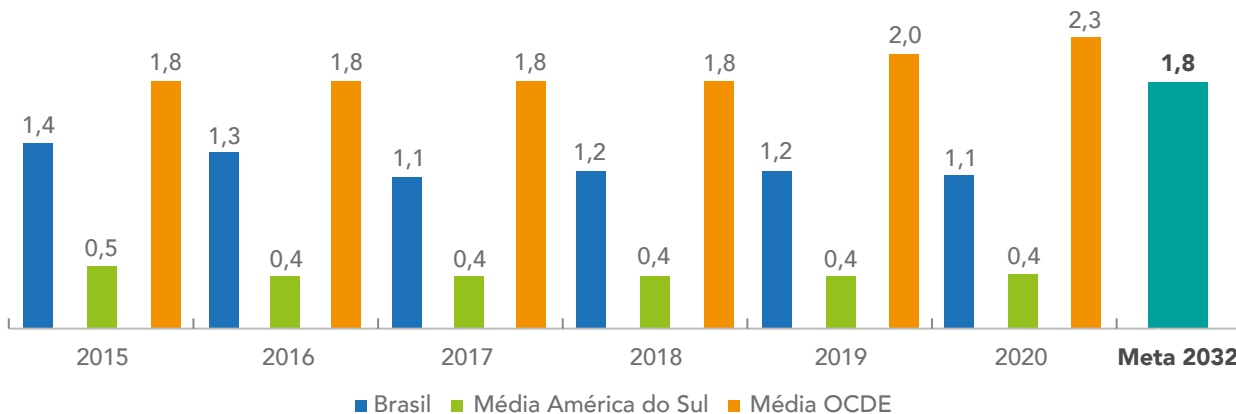
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Aumentar o investimento em inovação

Indicador: Investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em percentual do PIB

Meta: Alcançar até 2032 o nível de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em percentual do PIB de **1,8%**

:: Crescimento de 0,06 p.p. ao ano



Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.
Fonte: Unesco.

Iniciativas

- :: Implementar programas de PD&I de captura e armazenamento de carbono (*carbon capture and storage – CCS*) em diferentes setores da indústria: petróleo, gás, etanol, biogás, mineração, termelétricas, cimenteiras, indústria química, de fertilizantes, refinarias.
- :: Promover redes de inovação por meio de parcerias internacionais e open innovation.
- :: Formular mecanismos de incentivos para inovação de pequenas e médias empresas, nos moldes da Lei do Bem.
- :: Ampliar parcerias entre academia e setor privado para P&D e implementar medidas para maior articulação entre academia e setor privado para P&D.
- :: Ampliar e fortalecer mecanismos de parceria público e privada voltados à inovação, como MEI e EMBRAPPII.
- :: Estimular linhas de pesquisa, desenvolvimento e inovação alinhados à necessidade da indústria e com potencial de difusão tecnológica.

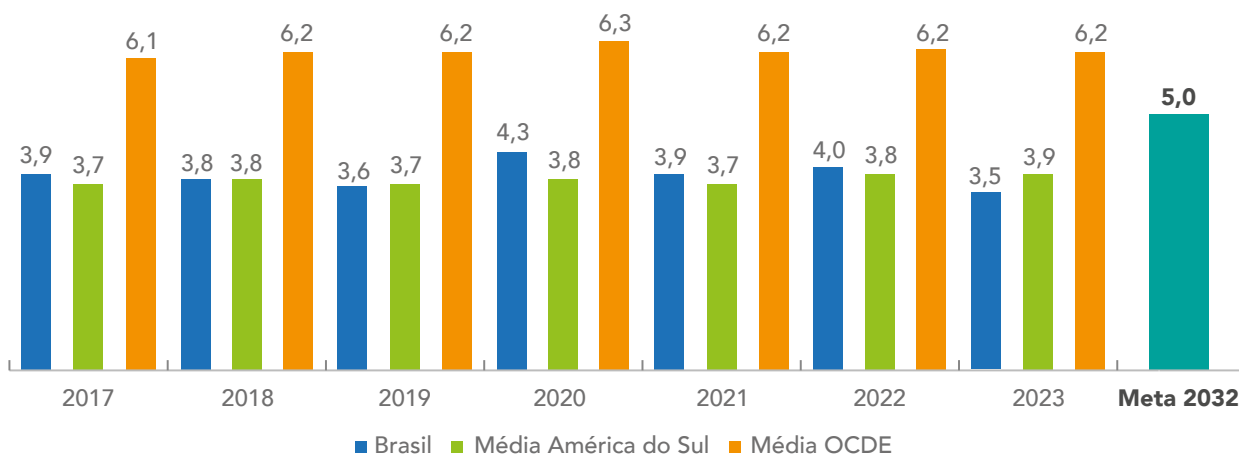


Objetivo: Aperfeiçoar as políticas e regulamentações públicas de fomento à inovação

Indicador: Comparativo internacional de nota no quesito: "O financiamento para o desenvolvimento tecnológico está facilmente disponível"

Meta: Alcançar até 2032 a nota **5,0** no quesito disponibilidade de financiamento para desenvolvimento tecnológico no comparativo de países

∴ Crescimento de 4,0% a.a.



Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.
Fonte World Competitiveness Yearbook, International Institute for Management Development (IMD).

Iniciativas

- ∴ Criar mecanismos de encomendas tecnológicas, capazes de estimular o desenvolvimento de tecnologias nacionais.
- ∴ Aprimorar os mecanismos de incentivos tributários da Lei do Bem (Lei 11.196/2005).



6.3 PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO NAS EMPRESAS

O aumento da produtividade e inovação nas empresas é crucial para garantir competitividade, adaptabilidade e excelência em um mundo em constante evolução.

! PROBLEMA

A taxa de inovação nas empresas industriais brasileiras com 100 ou mais funcionários é de 70,5% e apenas 33,9% destas empresas investem em atividades internas de P&D³⁵. Além disso, apesar de 69% das empresas industriais utilizarem pelo menos uma tecnologia digital, a maioria encontra-se em estágio inicial de digitalização: mais da metade

das empresas industriais não utiliza nenhuma tecnologia digital (31%) ou utiliza entre 1 e 3 tecnologias digitais (26%)³⁶.

A falta de integração entre tendências inovadoras e processos produtivos decorre da limitada difusão e internalização de novas tecnologias, bem como da carência de técnicas de gestão avançadas. Há falta do uso das informações de propriedade industrial para o embasamento dos trabalhos em P&D. Além disso, a necessidade de melhorias na infraestrutura da qualidade³⁷ e de estímulo à transformação digital representam um obstáculo para o fomento da produtividade e inovação nas empresas brasileiras.

🔧 SOLUÇÕES

O uso de informações de propriedade industrial, a difusão e a internalização efetiva de novas tecnologias nas empresas são essenciais para elevar a competitividade das empresas brasileiras. Além disso, é necessário estabelecer uma governança eficiente e uma infraestrutura da qualidade que maximize a utilização das tecnologias, otimize os processos e eleve a produtividade dos trabalhadores e dos equipamentos.

Assim, a implementação de uma cultura de transformação digital na indústria brasileira requer aprimoramento na cultura organizacional e inovações gerenciais para acompanhar as transformações e superar a obsolescência das atividades industriais.

³⁵ Taxa de inovação de indústria extrativas e de transformação. Fonte: Pesquisa de Inovação Semestral 2021, IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9141-pesquisa-de-inovacao.html>>. Acesso em 30/06/2023.

³⁶ Listagem composta por 18 aplicações diferentes de tecnologias digitais. Fonte: Sondagem Especial nº 83, CNI. Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-83-industria-40-cinco-anos-depois/>>. Acesso em 30/06/2023.

³⁷ A infraestrutura da qualidade se refere ao sistema de organizações públicas e privadas, juntamente com o entorno legal, institucional e regulamentar, voltado para garantir a qualidade, segurança e solidez ambiental dos bens, serviços e processos. Fazem parte desse sistema as atividades de metrologia, normalização, avaliação da conformidade, acreditação, certificação, acompanhamento de mercado e legislação pertinente. Fonte: Documento interno de junho de 2022: Visão da indústria brasileira sobre a infraestrutura da qualidade.



BENEFÍCIOS

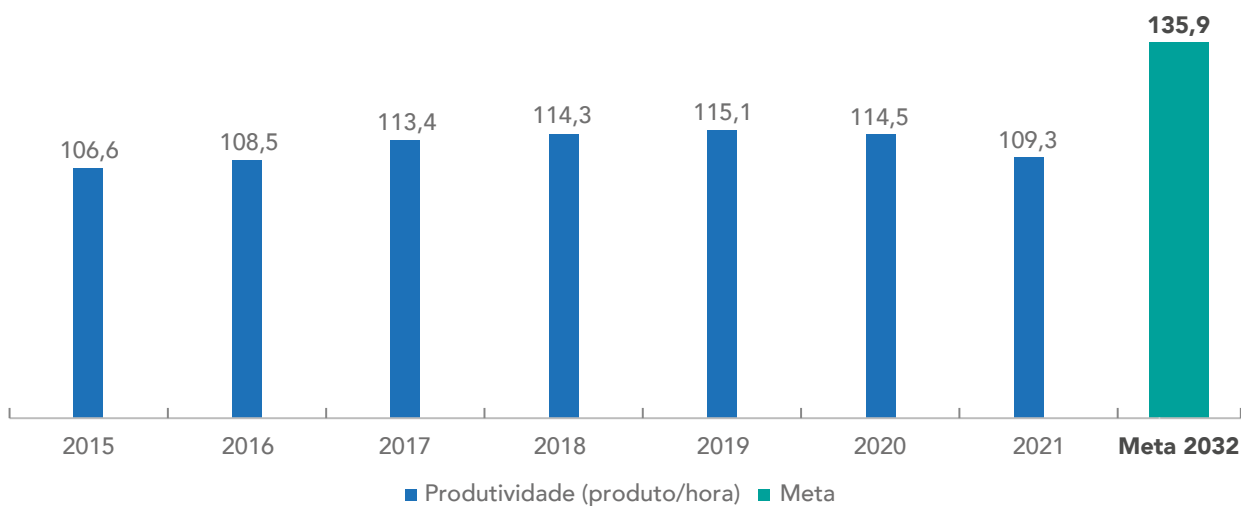
A condução de ações que incentivem a inovação, o investimento em capacitação e treinamento, bem como a melhoria da infraestrutura tecnológica, contribuirão para elevar a produtividade e competitividade das empresas brasileiras.

OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Aumentar a produtividade da indústria brasileira

Indicador: Produtividade do trabalho na indústria de transformação - Produto por horas trabalhadas (2000=100)

Meta: Elevar a produtividade do trabalho na indústria em **2,0% ao ano** até 2032



Fonte: CNI.

Iniciativas

- ⌘ Aumentar o investimento da indústria de transformação.
- ⌘ Renovar o parque produtivo brasileiro.
- ⌘ Estabelecer programas de requalificação digital e incentivos ao *Lifelong Learning*, de forma que eleve o aprendizado contínuo por meio do oferecimento de cursos, *workshops* e painéis, voltados para *reskilling* e *upskilling*.

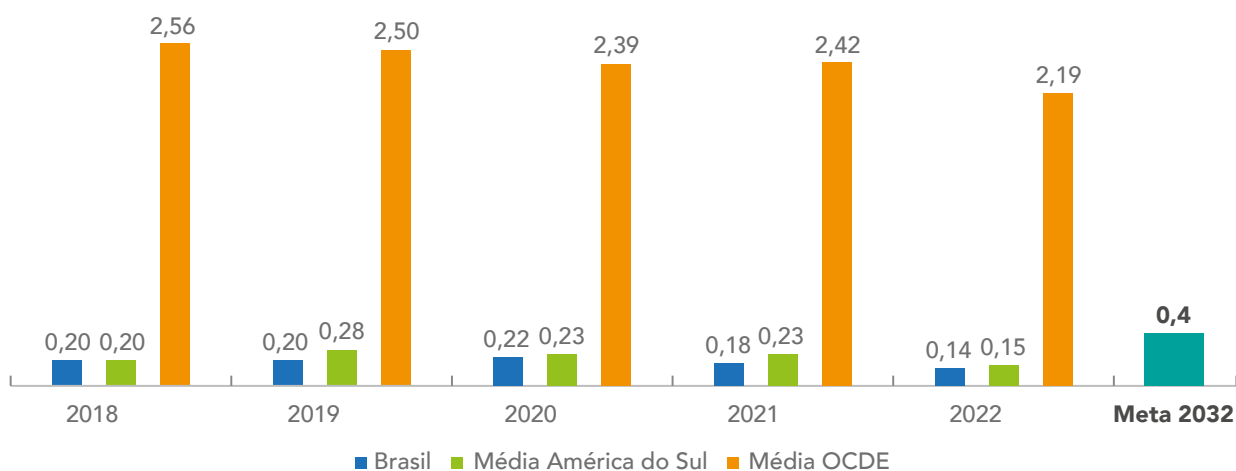


Objetivo: Incentivar o depósito de patentes no Brasil

Indicador: Número de pedidos de patentes por bilhão PPP US\$

Meta: Alcançar o percentual de **0,4** de pedidos de patentes por bilhão PPP US\$ até 2032

∴ Crescimento de 7,7% a.a.



Nota: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.
Fonte: Global Innovation Index – o cálculo para o Brasil foi feito utilizando dados da WIPO e do FMI.

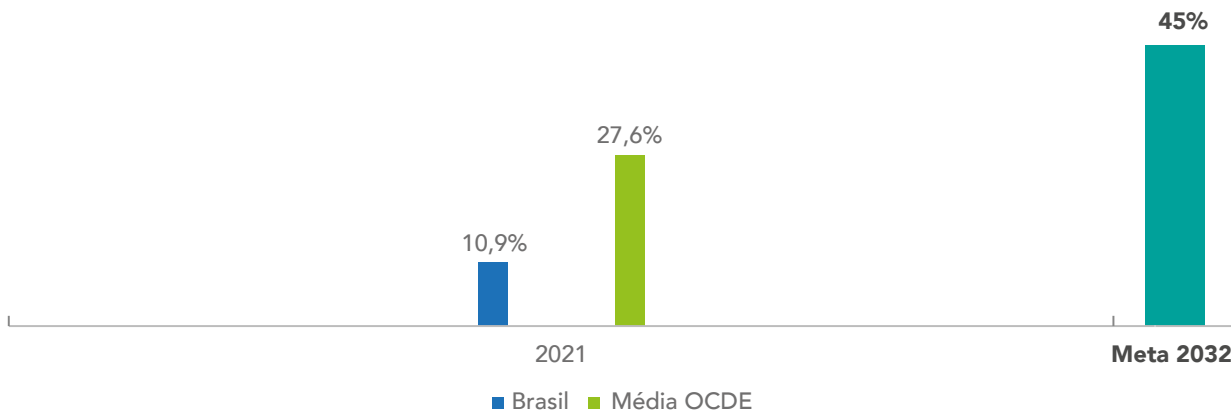


Iniciativas

- ∴ Apoiar a disseminação da propriedade industrial e a inserção de micro e pequenas empresas inovadoras em plataformas globais de inovação.
- ∴ Alterar a natureza jurídica do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de modo a garantir sua previsibilidade orçamentária.
- ∴ Promover a modernização do arcabouço normativo de proteção de ativos de propriedade industrial, garantindo segurança jurídica e internalização dos benefícios no desenvolvimento de tecnologias.
- ∴ Promover o acesso a novas tecnologias através da transferência de tecnologia de ativos de propriedade industrial.
- ∴ Apoiar ações para a aproximação entre universidades e empresas para o desenvolvimento de P&D e inovação.

**Objetivo: Promover a transformação digital na indústria****Indicador:** Percentual de empresas que usa internet das coisas (%)**Meta:** Alcançar **45%** de empresas que usam internet das coisas até 2032

:: Crescimento de 3,1 p.p. ao ano



Fonte: ICT Access and Usage by Businesses, OECD.

**Iniciativas**

- :: Sensibilizar e mobilizar o empresariado para a transformação digital.
- :: Apoiar a implementação de programas baseados na elaboração de planos estratégicos de digitalização para as empresas.
- :: Apoiar a implementação de programas no modelo Smart Factory do SENAI para o desenvolvimento de novas soluções digitais.
- :: Ampliar o apoio à digitalização e à produtividade de micro, pequenas e médias empresas (manufatura enxuta, técnicas e práticas de eficiência energética e digitalização).
- :: Formular e implementar medidas para o crescimento da quantidade de startups de base tecnológica.

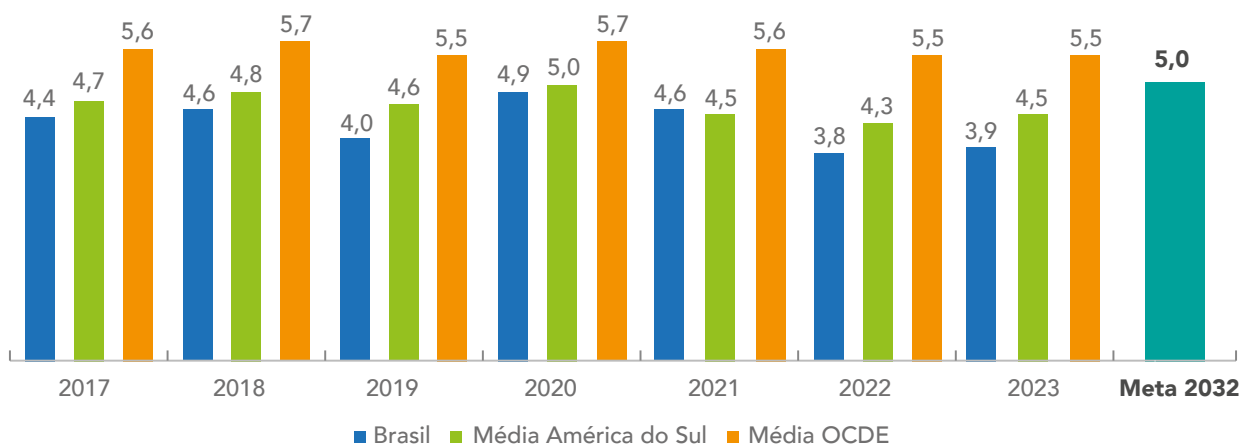


Objetivo: Melhorar a qualidade da gestão empresarial do Brasil, com impactos positivos sobre a qualidade dos produtos

Indicador: Comparativo internacional de nota no quesito: “Gerentes seniores competentes estão facilmente disponíveis”

Meta: Alcançar a nota **5,0** no quesito competência dos gerentes seniores, no comparativo entre países, até 2032

∴ Crescimento de 2,9% a.a.



Nota: os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.

Fonte: World Competitiveness Yearbook, International Institute for Management Development (IMD).



Iniciativas

- ∴ Difundir ferramentas de manufatura enxuta (lean manufacturing) que conduzam à maior eficiência produtiva e energética.
- ∴ Ampliar os níveis de conformidades de produtos brasileiros às normas e aos regulamentos técnicos.
- ∴ Ampliar a qualidade dos produtos industriais.
- ∴ Requalificar e aperfeiçoar os trabalhadores das indústrias em competências para trabalho do futuro (transformação digital, transição energética, bioeconomia, economia circular, descarbonização).

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



7
EDUCAÇÃO



//

A educação, quando alinhada às demandas da indústria, desempenha papel transformador para a modernização e o desenvolvimento industrial brasileiro, impulsionando a competitividade e a produtividade do país. //

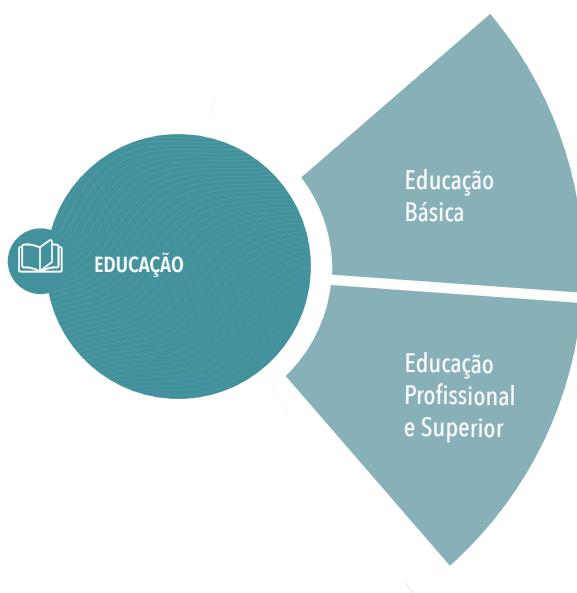


A educação é alicerce fundamental para o progresso e o desenvolvimento de uma sociedade. A formação de indivíduos está intrinsecamente conectada à competitividade e ao crescimento de todos os setores econômicos, incluindo a indústria e áreas afins.

Para que a educação cumpra seu papel de maneira eficaz, é essencial que esteja em constante evolução, alinhando-se às mudanças sociais, científicas e tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo e o novo mundo do trabalho. Isso implica em uma revisão periódica dos currículos escolares, permitindo que estejam sempre atualizados e relevantes para as demandas atuais.

O avanço na agenda educacional não é apenas um investimento no futuro, mas também uma ferramenta que permite o desenvolvimento integral da sociedade. Quando priorizada e bem estruturada, a educação capacita os indivíduos a alcançar seu pleno potencial, contribuindo assim para o crescimento econômico e o progresso social.

Além disso, posiciona o Brasil como um competidor global, preparado para enfrentar os desafios e oportunidades que o mundo globalizado apresenta. Portanto, investir na educação é investir no futuro e na prosperidade do país.



A educação, quando alinhada às demandas da indústria, desempenha papel transformador para a modernização e o desenvolvimento industrial brasileiro, impulsionando a competitividade e a produtividade do país.

Os indicadores de educação vêm apresentando evolução lenta em direção às metas estabelecidas para 2032.

Na Educação Básica, o desempenho dos alunos no IDEB apresenta evolução lenta e insuficiente para alcançar as metas. O desempenho dos alunos brasileiros em matemática e ciências

no PISA permanece distante do verificado nos alunos dos países da OCDE.

O indicador de qualidade da gestão escolar, que mede o percentual de diretores contratados por processo seletivo ou eleição, se encontra no pior valor da série histórica. O indicador de formação de professores, que avalia o alinhamento entre os componentes curriculares ensinados e o curso de graduação dos professores evoluiu 28% em relação ao pior valor da série. O percentual de matrículas na EJA integrada à educação profissional permanece baixo e distante da meta estabelecida para 2032.

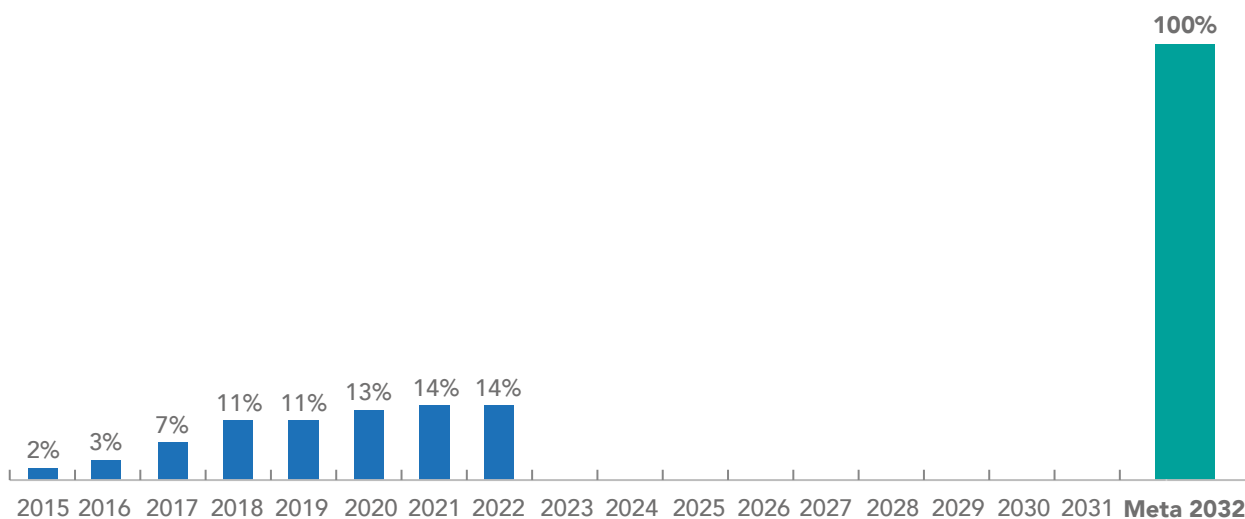


O percentual de escolas sem condições mínimas de funcionamento, como água encanada, esgotamento sanitário e energia elétrica apresenta redução nos últimos anos. Já o indicador de digitalização nas escolas precisa evoluir rapidamente para alcançar as ambiciosas metas estabelecidas para 2032.

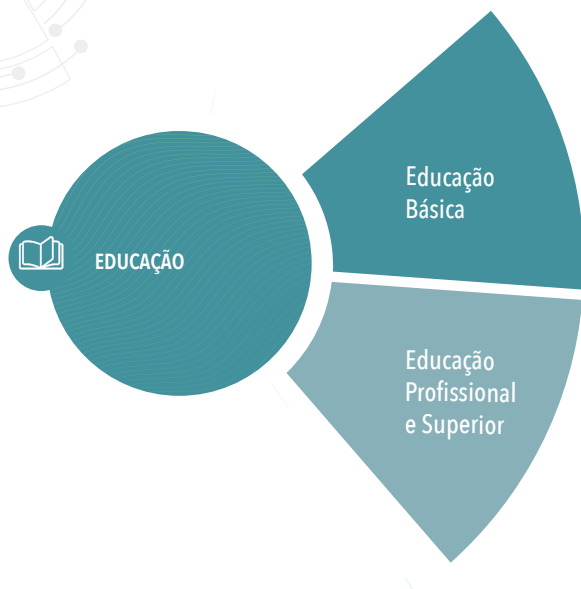
Na Educação Profissional e Superior, o percentual de alunos que cursam o Ensino Médio profissionalizante segue baixo e distante da meta de se igualar ao percentual da OCDE. O número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica segue

evoluindo em velocidade insuficiente para alcançar a meta. O indicador que acompanha o percentual de graduados em áreas de STEM (ciências, tecnologia, engenharia e matemática) apresentou piora nos últimos anos. O percentual de gestores de empresas com Educação Superior completa ou pós-graduação permanece estacionado e distante da meta estabelecida. A participação de aprendizes efetivados nas empresas nas quais estavam vinculados a programas de aprendizagem permanece baixo e distante da meta.

Indicador de distância até as metas de Educação (%)



Nota: A distância até a meta foi calculada para cada indicador como um indicador de 0 a 100% em que 0 é o valor atribuído ao pior valor da série histórica e 100% é atribuído à meta estabelecida pela CNI. Foi calculada uma média simples dos indicadores de cada tema prioritário e o indicador final foi calculado como uma média simples dos indicadores dos temas prioritários. Quando o indicador não possuía dado para os anos mais recentes, por uma questão de defasagem na publicação dos dados, o último dado disponível foi replicado. Os indicadores serão atualizados à medida em que novos dados forem publicados.
 Fonte: CNI.



7.1 EDUCAÇÃO BÁSICA

O investimento na Educação Básica e na formação das futuras gerações emerge como um pilar essencial para construir as bases que viabilizarão o desenvolvimento sustentável e a prosperidade a longo prazo.

A Educação Básica desempenha papel determinante não só para a transformação da sociedade em geral, mas também para a inserção do panorama de modernização e desenvolvimento em todos os setores econômicos. Nessa perspectiva, ela atua com efeito catalisador, impulsionando tanto o desenvolvimento social e a competitividade, como a competitividade e a produtividade de uma nação.

A qualidade da Educação Básica não apenas molda o futuro dos indivíduos, mas também determina a capacidade do país de se adaptar às demandas globais em constante evolução, fomentando uma força de trabalho qualificada e capacitada para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do mundo contemporâneo. É, portanto, uma alavanca poderosa para a construção de um futuro mais

promissor e competitivo em um cenário global cada vez mais dinâmico e complexo.

! PROBLEMA

A Educação Básica no Brasil enfrenta desafios significativos que afetam a qualidade do ensino e a formação integral dos estudantes. Na última prova do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), aplicada para adolescentes de 15 anos em 79 países, os estudantes brasileiros ocuparam a 72^a colocação em matemática, a 67^a em ciências e a 59^a em leitura³⁸.

Os resultados acadêmicos insatisfatórios refletem a baixa qualidade da gestão escolar, as deficiências na formação de professores e a dificuldade de acesso à infraestrutura adequada nas escolas.

A deficiência na gestão escolar e a influência política na escolha de cargos de gestão nas escolas são fatores que comprometem a educação. As políticas educacionais, muitas vezes, são definidas sem a devida análise e planejamento, resultando em ações ineficazes e falta de continuidade.

Por sua vez, a carreira docente é desvalorizada, o que desmotiva os jovens a optar por esse caminho profissional. Muitos professores ensinam componentes curriculares para os quais não possuem formação e não têm acesso a programas de desenvolvimento profissional contínuo, o que impacta a qualidade do ensino.

Além disso, o excesso de foco no ensino teórico, em detrimento das habilidades práticas, limita a formação integral dos estudantes. Os métodos de ensino obsoletos contribuem para o desinteresse dos estudantes, que não veem sentido em aprender conteúdos desconectados da realidade.

³⁸ <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil>



Em diversas regiões do país, especialmente nas mais carentes, a disponibilidade de escolas é insuficiente e a infraestrutura é precária, o que prejudica o processo de aprendizagem dos estudantes. Muitas instituições não possuem acesso a serviços básicos, como água potável, esgotamento sanitário e energia elétrica, o que limita as possibilidades de aprendizado.

Adicionalmente, torna-se muito difícil preparar os estudantes para a vida no século XXI em escolas não digitalizadas, sem acesso à internet e sem ferramentas de ensino como projetores multimídia, lousas digitais, computadores, notebooks e tablets.

Superar esses desafios é fundamental para garantir uma educação de qualidade para todos os brasileiros, independentemente de sua condição socioeconômica ou localização geográfica. A educação é um direito básico e um pilar para o desenvolvimento do país, razão pela qual deve ser acessível a todos.

SOLUÇÃO

A gestão escolar precisa ser profissionalizada, com gestores preparados para lidar com os desafios da educação e comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino. É necessário fortalecer sistemas eficazes de avaliação e monitoramento, que permitam a identificação rápida e eficiente de problemas e a implementação de soluções.

A valorização da carreira docente é um elemento fundamental para melhorar a Educação Básica no Brasil. É essencial investir na formação inicial e continuada dos professores para proporcionar um ensino mais eficiente, estimular a participação dos estudantes e prepará-los para os desafios atuais e futuros.

É crucial realizar os investimentos necessários para que as escolas brasileiras não funcionem

em situação de precariedade e avançar na digitalização das escolas, trazendo as ferramentas necessárias para que os professores possam engajar os estudantes no processo de aprendizagem.

Essa medida deve ser acompanhada pela revisão e atualização constante dos currículos, garantindo que os conteúdos ensinados estejam alinhados às demandas do século XXI e sejam relevantes para a vida dos estudantes.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

O progresso da Educação Básica contribui para o desenvolvimento dos indivíduos e para a sociedade como um todo, pois é fator determinante para o aumento da participação cívica e do exercício da cidadania; para a melhoria dos indicadores de saúde e para a redução das desigualdades sociais e incidência de crimes.

Além disso, uma Educação Básica de qualidade promove as habilidades cognitivas, sociais e técnicas essenciais para o mundo do trabalho e inculca valores como responsabilidade, ética e trabalho em equipe, vitais em qualquer ambiente de trabalho colaborativo.

A Educação Básica também desempenha papel crítico na promoção da inovação e aumento da produtividade. À medida que os estudantes progredem em seu aprendizado, têm a oportunidade de explorar áreas de interesse, desenvolver suas habilidades e, eventualmente, contribuir para a criação de novos conhecimentos e tecnologias. Isso alimenta a inovação, que, por sua vez, impulsiona o crescimento econômico, tornando o país mais competitivo globalmente.

Ademais, a Educação Básica é fator determinante na capacidade de um país atrair investimentos estrangeiros e desenvolver



indústrias de alto valor agregado. Empresas buscam países com uma força de trabalho qualificada, que favoreça a criação de empregos de alto nível e estimule a formação de empresas inovadoras. Uma Educação Básica de excelência é, portanto, uma vantagem competitiva para qualquer nação que busque se destacar na economia global.

Nessa perspectiva, a Educação Básica não é apenas um investimento no indivíduo, mas também um investimento no futuro de uma sociedade. Ela aumenta a produtividade, reduz a desigualdade, fortalece a coesão social e melhora a qualidade de vida das pessoas. Portanto, não é exagero afirmar que a Educação Básica é o alicerce sobre o qual se constrói o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento social de qualquer nação.

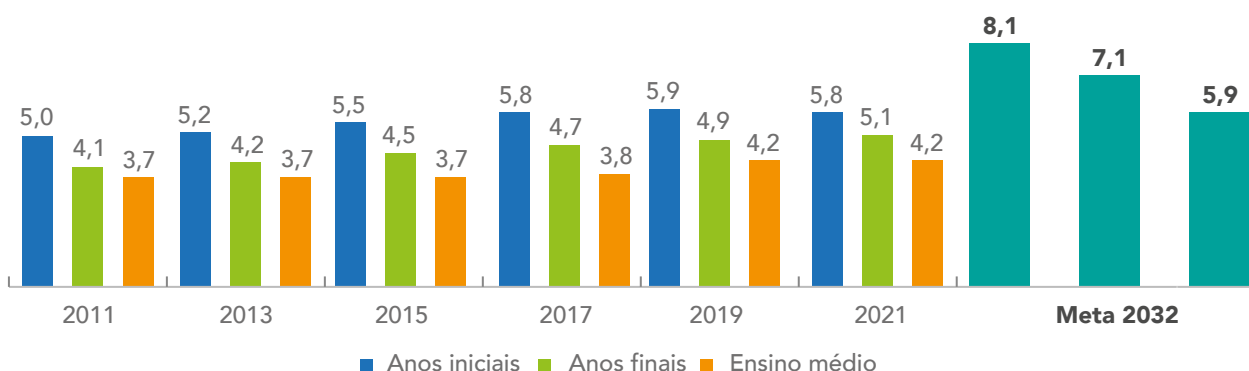
🎯 OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Elevar a qualidade da Educação Básica

Indicador: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Meta: Elevar a nota média dos alunos brasileiros do ensino fundamental e Médio em **40%** até 2032

🔹 Crescimento de 3,1% a. a.



Nota: Resultado médio dos testes de língua portuguesa e matemática padronizados e multiplicados pela taxa de aprovação de cada etapa do ensino básico.

Fonte: INEP – MEC.

🔧 Iniciativas

- 🔹 Aprimorar políticas que contribuam para melhorias no fluxo escolar e reduzam as taxas de reprovação.
- 🔹 Desenvolver ações voltadas para a recomposição da aprendizagem.
- 🔹 Alinhar os exames de avaliação educacional vigentes, como o SAEB e o ENEM, à Base Nacional Curricular Comum - BNCC, e garantir recursos suficientes para sua formulação e aplicabilidade.
- 🔹 Apoiar o desenvolvimento de material didático alinhado à Base Nacional Curricular Comum - BNCC, e atrelado à formação de professores.
- 🔹 Ampliar o acesso a tecnologias educacionais e favorecer o uso de inteligência artificial para melhoria da qualidade da aprendizagem.

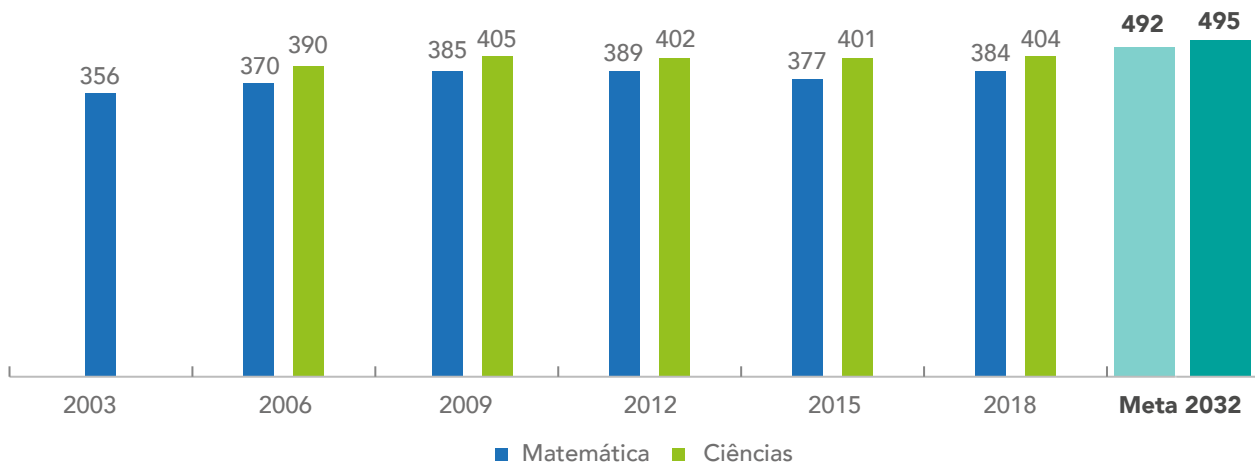


- Desenvolver políticas assertivas, que contribuam para garantir que 70% dos estudantes alcancem aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática, como preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE).

Indicador: Nota média de matemática e ciências no PISA

Meta: Alcançar desempenho médio em matemática e ciências, em bases similares ao observado em países da OCDE (**492 para matemática e 495 para ciências no PISA de 2018**)

- Crescimento de 1,5% a. a. em ciências e de 1,8% a.a. em matemática



Nota: A meta foi estabelecida com base na média das notas da OCDE em matemática e ciências
Fonte: INEP - PISA

Iniciativas

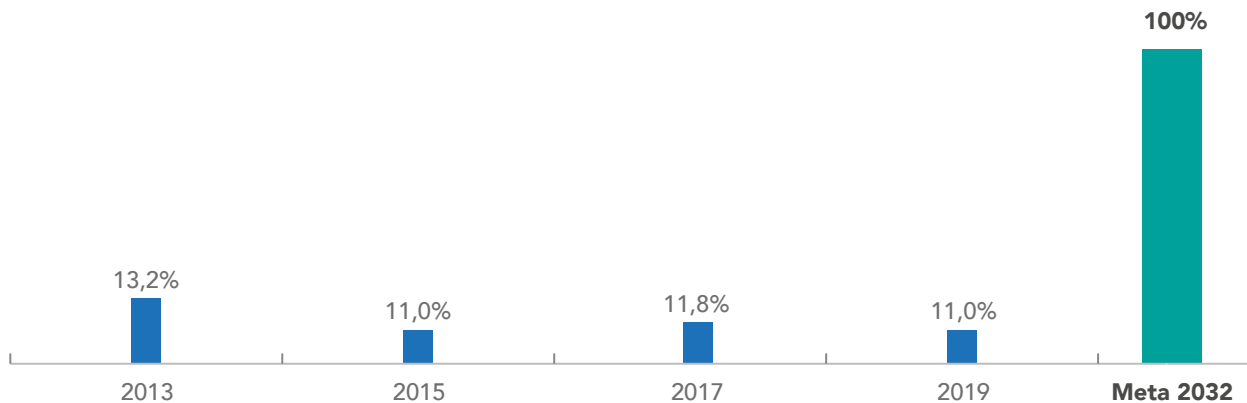
- Implementar programas de recomposição da aprendizagem para estudantes que enfrentam dificuldades com matemática.
- Promover a educação continuada dos docentes, voltada para o aprimoramento da didática e das habilidades dos educadores em disciplinas STEM.
- Fomentar parcerias entre instituições de ensino básico e empresas que possuem aplicação prática nas áreas de exatas, visando estimular o interesse dos alunos em disciplinas STEM.

**Objetivo: Elevar a qualidade da gestão escolar**

Indicador: Percentual de diretores da Educação Básica que alcançaram o cargo por processo seletivo e eleição

Meta: Elevar para **100%** o percentual de diretores da Educação Básica que alcançaram o cargo por meio de processo seletivo e eleição

∴ Crescimento de 6,8 p.p. ao ano



Fonte: Anuário brasileiro da educação básica.

**Iniciativas**

- ∴ Definir, no âmbito federal, critérios de elegibilidade para os cargos de gestão escolar.
- ∴ Criar sistema de avaliação de competências, alinhado aos critérios de elegibilidade.
- ∴ Criar banco de talentos, com candidatos qualificados para o cargo de gestão.
- ∴ Ofertar formação em gestão escolar para qualificar candidatos à eleição de cargos, que farão parte do banco de talentos.

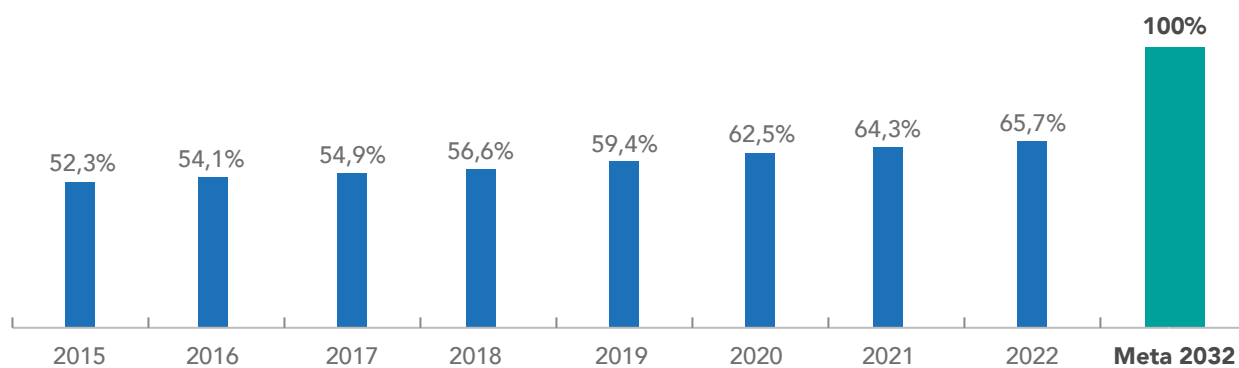


Objetivo: Aprimorar a formação inicial e continuada dos professores

Indicador: Índice de adequação da formação docente – Docentes com formação superior na mesma área da disciplina que lecionam

Meta: Atingir **100%** de adequação da formação docente, em linha com diretrizes do PNE

:: Crescimento de 3,43 p.p. ao ano



Fonte: INEP.

Iniciativas

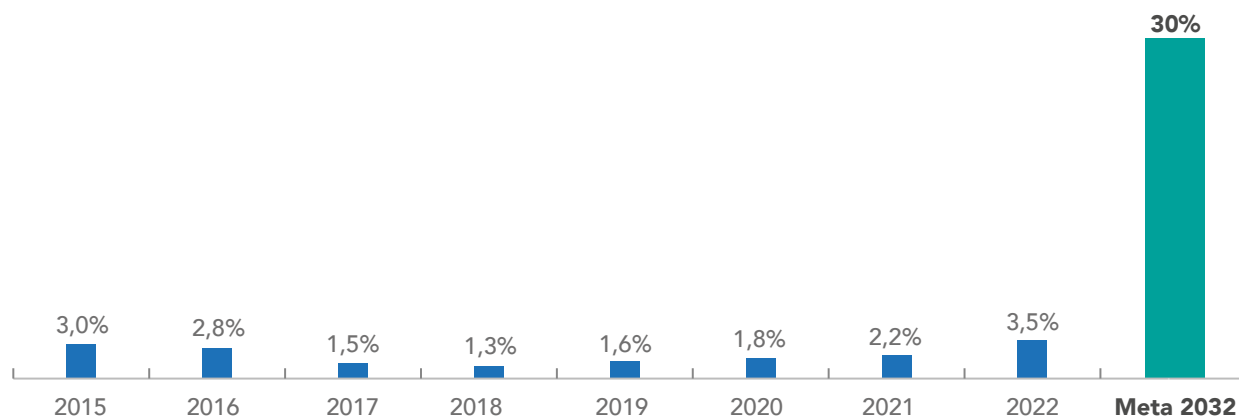
- :: Ampliar a formação inicial dos professores por área de conhecimento e alinhada às demandas territoriais.
- :: Apoiar as redes de ensino na formação continuada de professores por área de conhecimento.

Objetivo: Ampliar as matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional

Indicador: Percentual de matrículas na EJA integrada à Educação Profissional

Meta: Elevar para **30%** o percentual de matrículas na EJA, integradas à Educação Profissional

:: Crescimento de 2,7 p.p. ao ano



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Básica - Censo Escolar INEP 2015-2022.



Iniciativas

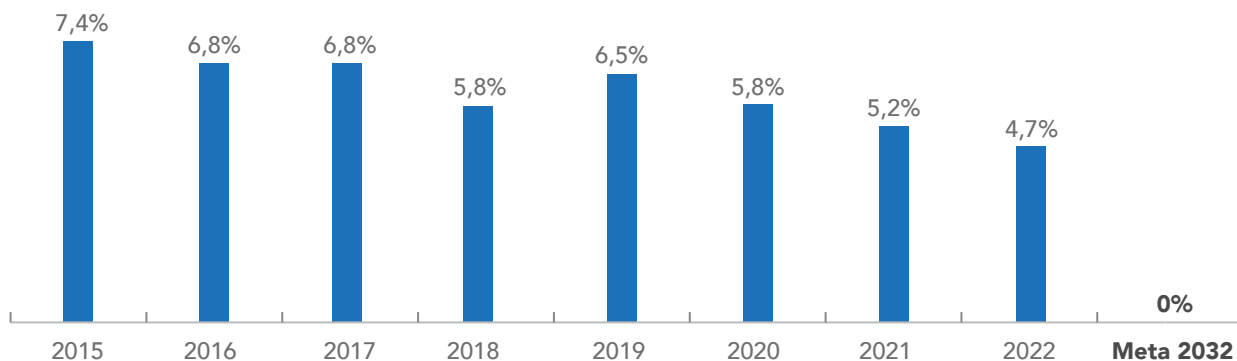
- :: Criar um programa nacional de fomento ao acesso à EJA integrada à Educação Profissional.
- :: Fomentar e expandir processos de certificação de competências de jovens e adultos, utilizando metodologia de reconhecimento de saberes para valorizar conhecimentos adquiridos ao longo da vida.
- :: Melhorar a efetividade dos resultados da EJA e desenvolver mecanismos de assistência e apoio aos alunos que favoreçam a aprendizagem, a permanência e a conclusão dos cursos.
- :: Utilizar metodologias inovadoras, com base em princípios que norteiam o aprendizado de adultos.

Objetivo: Melhorar a infraestrutura das escolas de Educação Básica

Indicador: Escolas brasileiras sem infraestrutura mínima de funcionamento (% do total)

Meta: Reduzir a **zero** o número de escolas brasileiras sem infraestrutura mínima de funcionamento até 2032.

- :: Redução de 4,7 p.p.



Nota: A falta de infraestrutura mínima é caracterizada pela ausência de água potável, energia elétrica, sistema de esgotamento sanitário ou banheiro localizado dentro do prédio.
Fonte: INEP.

Iniciativas

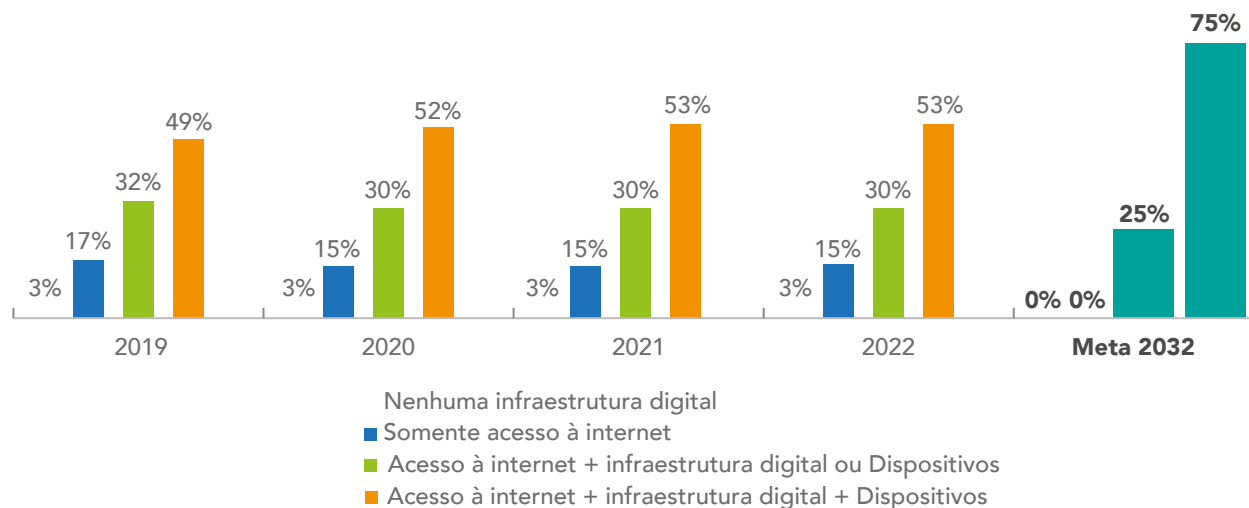
- :: Concentrar esforços em escolas que apresentem inadequações na infraestrutura, visando à melhoria das instalações e garantindo um ambiente mais propício ao ensino.
- :: Estabelecer parcerias com órgãos governamentais, ONGs e o setor privado, para promover o financiamento e a execução de projetos de melhoria na qualidade da infraestrutura escolar.



Indicador: Índice de digitalização escolar (% do total de escolas brasileiras)

Meta: Elevar o índice de digitalização das escolas brasileiras até 2032

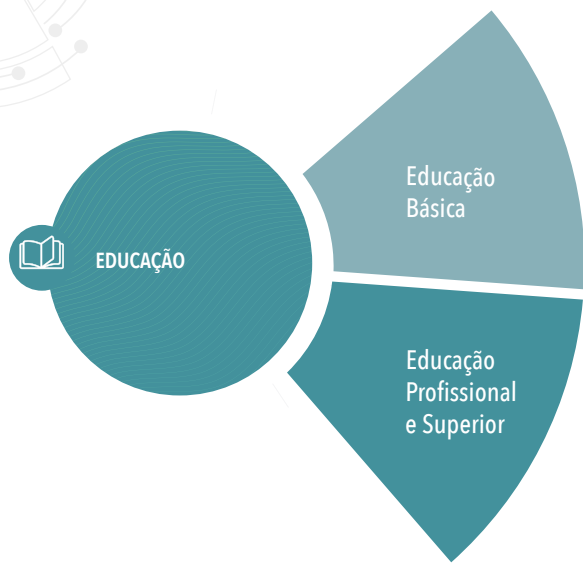
:: Crescimento de 2,2 p.p. ao ano da parcela de escolas brasileiras com acesso à internet, infraestrutura digital e dispositivos



Nota: Internet inclui o acesso para ensino e aprendizagem e acesso à banda larga. Infraestrutura inclui a presença de lousa digital e projetor multimídia. Dispositivos incluem computador de mesa, computador portátil e tablets para uso discente.
 Fonte: INEP.

Iniciativas

- :: Promover a cultura digital nas escolas da rede pública, assegurando equipamentos, internet, armazenamento na nuvem e formação contínua sobre tecnologias para a comunidade escolar.
- :: Elaborar políticas e diretrizes pedagógicas para o uso de tecnologias educacionais que fomentem a interdisciplinaridade, a resolução de problemas e o desenvolvimento de habilidades para a tomada de decisões, fortalecendo a cultura *maker* e colaborando, dessa forma, para o alcance das competências preconizadas na BNCC.
- :: Modernizar a arquitetura escolar para permitir maior flexibilidade e criação de espaços para o desenvolvimento de projetos e integração de novas tecnologias.
- :: Levar internet de banda larga a todas as escolas brasileiras.



7.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR

A ampliação do acesso e o alinhamento da Educação Profissional e da Educação Superior com as demandas do mercado de trabalho são fundamentais para a formação de profissionais mais qualificados e inovadores, impulsionando a competitividade e o crescimento econômico.

PROBLEMA

A competitividade e a capacidade de inovação da indústria brasileira estão intimamente conectadas à Educação Profissional e superior. Nesse sentido, a formação de profissionais qualificados e atualizados com as novas tecnologias e métodos de produção é fundamental para que as empresas possam competir em um mercado cada vez mais globalizado e dinâmico.

O IBGE indica que somente 19,2% da população brasileira possuem ensino superior completo. Esse quadro é agravado pelo fato de que, segundo a OCDE, apenas 11% dos estudantes que concluem a Educação Básica têm acesso a

cursos de Educação Profissional. Dessa forma, há um grande percentual de brasileiros sem acesso à Educação Superior ou Profissional. Adicionalmente, apenas 17,5% dos estudantes da Educação Superior são da área de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Essa situação é ainda mais grave na pós-graduação, pois apenas 7,1% dos cursos de especialização são nessas áreas. Essa baixa participação evidencia o desalinhamento com as carreiras voltadas à indústria e à inovação científica.

Nesse contexto, prevalece um cenário de vagas de trabalho ociosas, devido à escassez de profissionais qualificados para funções específicas. Mesmo com o desemprego em alta, em 2019, cerca de 50% das indústrias brasileiras enfrentaram dificuldades para preencher postos de trabalhos específicos, em virtude da falta de trabalhador qualificado³⁹.

Outro desafio é alinhar o desenvolvimento dos programas de aprendizagem para permitir que os aprendizes efetivamente sejam qualificados efetivamente em ocupações demandadas pelo mercado de trabalho. Atualmente, apenas 16,1% dos aprendizes são efetivados nas mesmas empresas industriais a que estavam vinculados por meio de programas de aprendizagem e 36,3% conseguem emprego após o período de aprendizagem⁴⁰.

SOLUÇÃO

É essencial incentivar o acesso e a permanência de estudantes na área de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), fortalecendo sua ligação com a Educação Básica, especialmente por meio do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio.

³⁹ Disponível em: <https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/53/fc/53fc7968-f778-4153-a771-6305d46edaab/sondespecial_faltadetrabalhadorqualificado.pdf>. Acesso em: 09/08/2023.

⁴⁰ Estudo realizado pelo observatório da indústria com base na RAIS.



Isso implica alinhar a formação dos jovens às suas preferências vocacionais e às demandas do mercado de trabalho, evidenciando a aplicação dos conhecimentos à vida real. Parte desse processo envolve o incentivo à pesquisa e à inovação e o estímulo ao prosseguimento de carreiras científicas.

A formação de parcerias entre o sistema de educação e o setor produtivo é estratégica para alinhar a educação às necessidades do mercado de trabalho. Essa aproximação contribui para o aumento da empregabilidade de jovens e adultos e ainda contribui para elevar a produtividade e competitividade das empresas industriais.

Diante do atual cenário de transformação tecnológica, é fundamental promover estratégias que viabilizem a educação continuada e ao longo da vida, por meio da implementação de políticas educacionais voltadas para a permanente qualificação de todos os trabalhadores. Para tanto, o país precisa investir em estratégias de *reskilling* e *upskilling*, que mantenham as habilidades e competências dos trabalhadores alinhadas às novas tendências tecnológicas.

A Lei 14.645/2023 traz avanços importantes para a Educação Profissional e Tecnológica, como a instituição de uma política nacional, o estabelecimento de um sistema de avaliação, a instituição de um censo, o fortalecimento na legislação educacional e a articulação da aprendizagem profissional com a Educação Profissional.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A Educação Profissional e Superior de qualidade, alinhada às demandas do mercado de trabalho, é essencial para a implementação das melhores técnicas de gestão, de tecnologias da indústria 4.0 e, principalmente, da inovação nas empresas.

A maior disponibilidade de profissionais com formação em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) possibilita também o desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e processos, o que impulsiona a competitividade das empresas e garante ganhos de produtividade contínuos para a economia brasileira.

Programas de aprendizagem que permitam maior empregabilidade têm o potencial de contribuir para acesso e permanência dos jovens no mercado de trabalho formal. Isso eleva sua renda, reduz a desigualdade geracional e apresenta impactos positivos sobre a saúde mental dos jovens, por aumentar seu senso de pertencimento e produtividade.



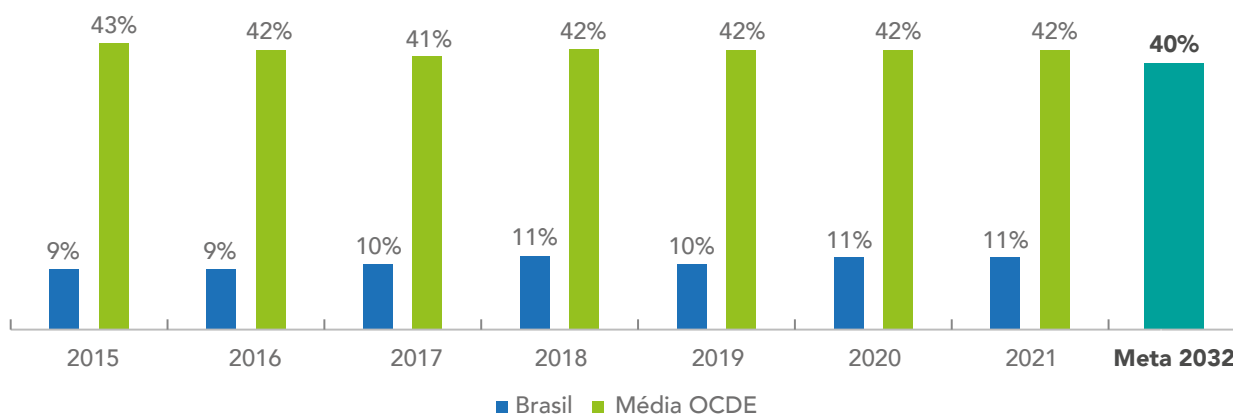
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Ampliar as matrículas no itinerário da formação técnica e profissional no Ensino Médio

Indicador: Percentual de matrículas no Ensino Médio, articuladas com Educação Profissional

Meta: Elevar o percentual de matrículas no Ensino Médio, articuladas com Educação Profissional para **40%** até 2032

∴ Crescimento de 2,4 p.p. ao ano



Fonte: OCDE.

Iniciativas

- ∴ Ampliar a oferta do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio, nas formas regular e EJA, com a colaboração de entidades como o SESI e o SENAI.
- ∴ Capacitar professores para a implementação do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio.
- ∴ Promover parcerias das escolas públicas com instituições de Educação Profissional para implementação do itinerário da formação técnica e profissional do Ensino Médio nas escolas públicas.

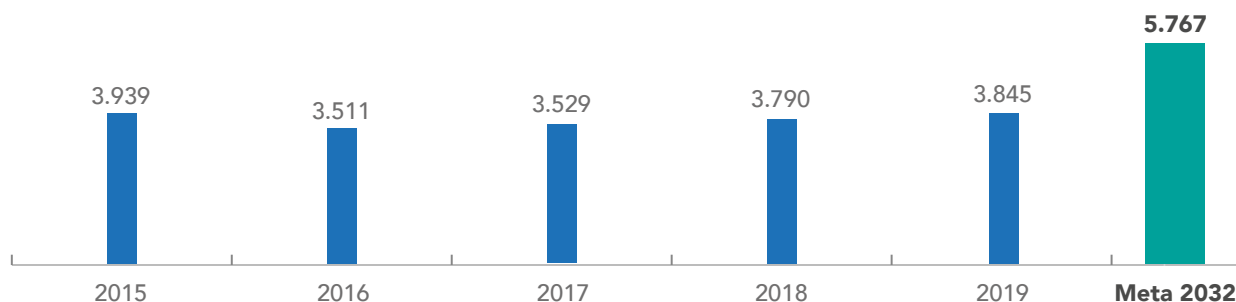


Objetivo: Ampliar o número de matrículas na Educação Profissional e Tecnológica

Indicador: Número de matrículas em cursos da Educação Profissional e Tecnológica (em mil matrículas)

Meta: Elevar o número de matrículas de cursos voltados à Educação Profissional e Tecnológica para cerca de **5,8 milhões**

∴ Crescimento de 5,6% a. a.



*Nota: Inclui qualificação profissional, técnico de nível médio, curso superior de tecnologia e pós-graduação profissional.
Fonte: MEC.*

Iniciativas

- ∴ Incentivar a demanda por Educação Profissional de forma ampla evidenciando o potencial de empregabilidade de pessoas qualificadas e a necessidade de atualização contínua exigida pelo mercado de trabalho – inclusive em programas de aprendizagem profissional e entre alunos do Ensino Médio.
- ∴ Instituir políticas de fomento à Educação Profissional, inclusive por meio de financiamento educacional.
- ∴ Fomentar a oferta de cursos de qualificação e requalificação profissional por meio da destinação de recursos e colaboração entre agentes da educação e dos setores produtivos.
- ∴ Contribuir para a elaboração e implementação da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (Lei 14.645/2023) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica nela previsto.

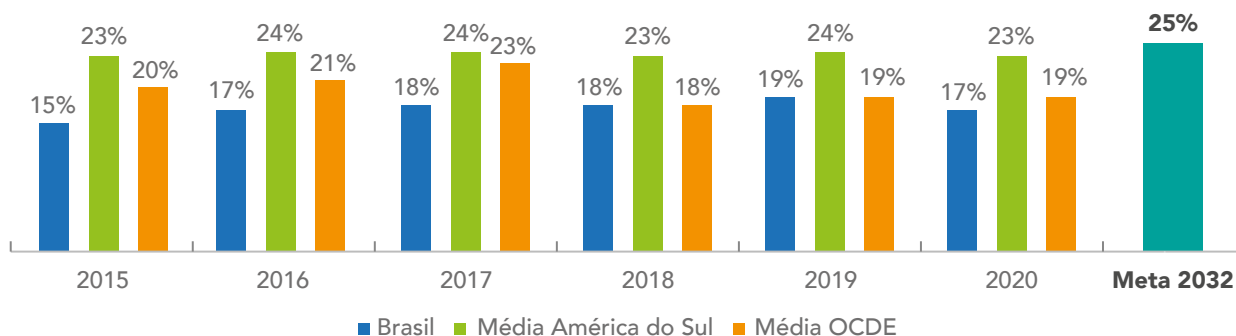


Objetivo: Aumentar a participação de alunos em cursos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática

Indicador: Proporção de graduados do ensino superior em cursos da área de STEM (Ciência, tecnologia, engenharia e matemática) correlacionados à indústria

Meta: Aumentar a proporção de graduados em cursos da área de STEM para **25%** até 2032

∴ Crescimento de 0,67 p.p. ao ano



Fonte: UNESCO.

Iniciativas

- ∴ Criar uma política nacional para promoção de cursos na área de STEM, focada no aumento das matrículas e na redução da evasão nos cursos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.
- ∴ Priorizar o engajamento dos estudantes, com uso de ferramentas interativas, trabalhos aplicados e conexões com o mundo real.
- ∴ Capacitar os professores para identificar e atender às necessidades e estilos individuais de aprendizagem dos estudantes.
- ∴ Reconhecer os professores com melhores resultados em termos de didática e engajamento dos estudantes em áreas de STEM.
- ∴ Aumentar o engajamento da indústria na elaboração dos currículos dos cursos de engenharia e superiores de tecnologia, na abertura de espaços para estágio, iniciativas de iniciação científica.

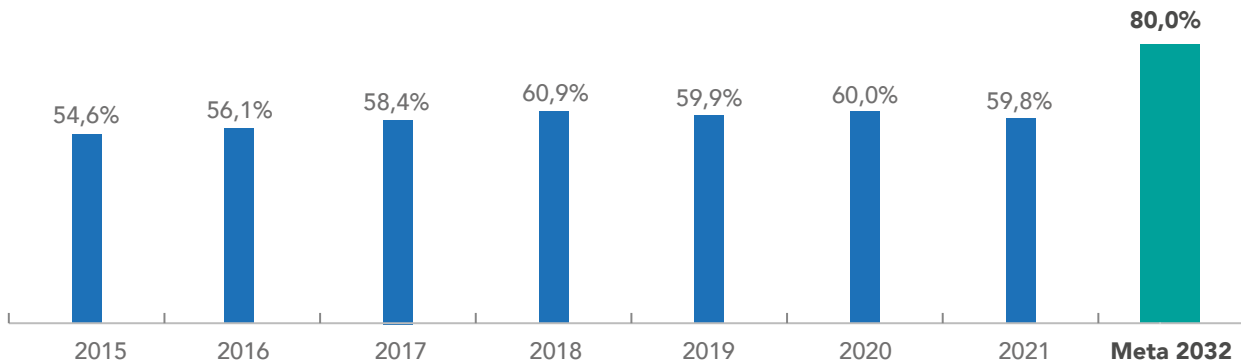


Objetivo: Aprimorar o nível de educação executiva dos gestores

Indicador: Proporção de gestores (dirigentes de empresas e organizações e gerentes) da indústria com Educação Superior completo ou pós-graduação

Meta: Atingir a proporção de **80,0%** dos gestores da indústria com Educação Superior completa ou pós-graduação

∴ Crescimento de 1,84 p.p. ao ano



Fonte: Caged

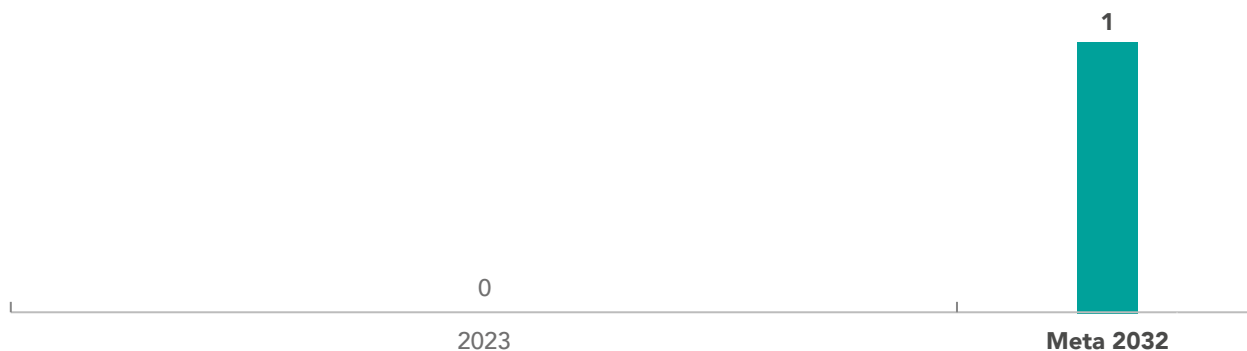
5. Iniciativas

- ∴ Promover a gestão em segurança e saúde do trabalho nas empresas.
- ∴ Promover a gestão da inovação nas empresas.

**Objetivo: Alinhar a Educação Profissional e Superior às demandas do setor produtivo**

Indicador: Monitoramento nacional de empregabilidade de egressos da Educação Profissional e Superior instituída

Meta: Instituir o monitoramento nacional de empregabilidade de egressos da Educação Profissional e Superior – indicador binário = 0 se não e 1 se sim



Fonte: CNI.

**Iniciativas**

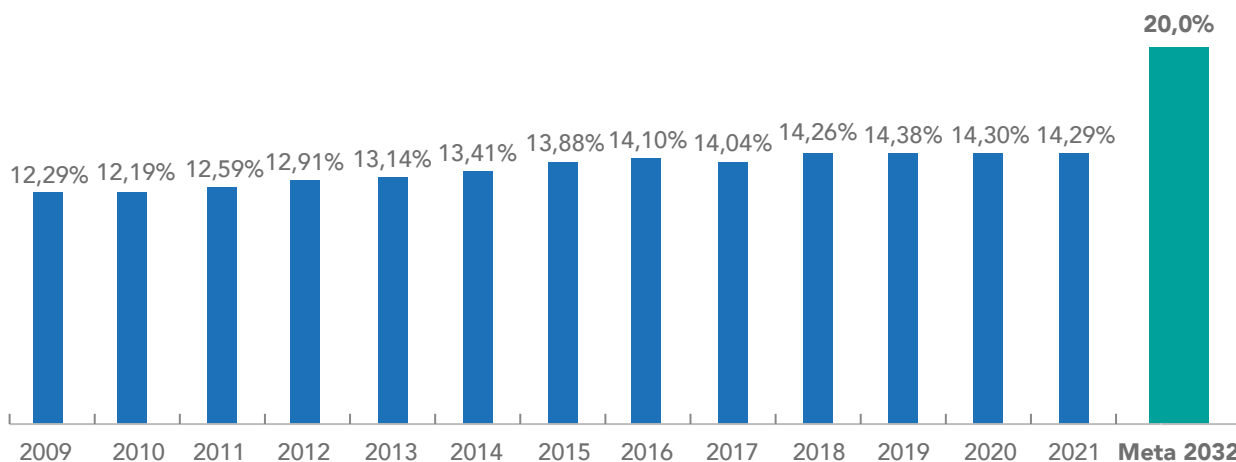
- :: Fortalecer iniciativas como o Mapa do Trabalho da Indústria, que identifica a demanda por perfis ocupacionais.
- :: Alinhar a oferta de cursos da Educação Profissional à demanda das empresas, considerando as habilidades necessárias às novas tecnologias, os setores e as localidades onde os cursos são ofertados.
- :: Mobilizar atores da Educação Profissional e Tecnológica para definir escopo e indicadores para a estruturação do monitoramento nacional de empregabilidade de egressos.



Objetivo: Ampliar a participação de profissionais de nível técnico e superior (tecnologia e engenharia) na indústria

Indicador: % de trabalhadores de nível técnico e superior (tecnologia e engenharia) na indústria/ total de trabalhadores na indústria

Meta: Alcançar **20,0%** dos trabalhadores na indústria com nível técnico e superior (tecnologia e engenharia) em relação ao total de trabalhadores na indústria



Elaboração: Observatório Nacional da Indústria.
Fonte: RAIS.

Iniciativas

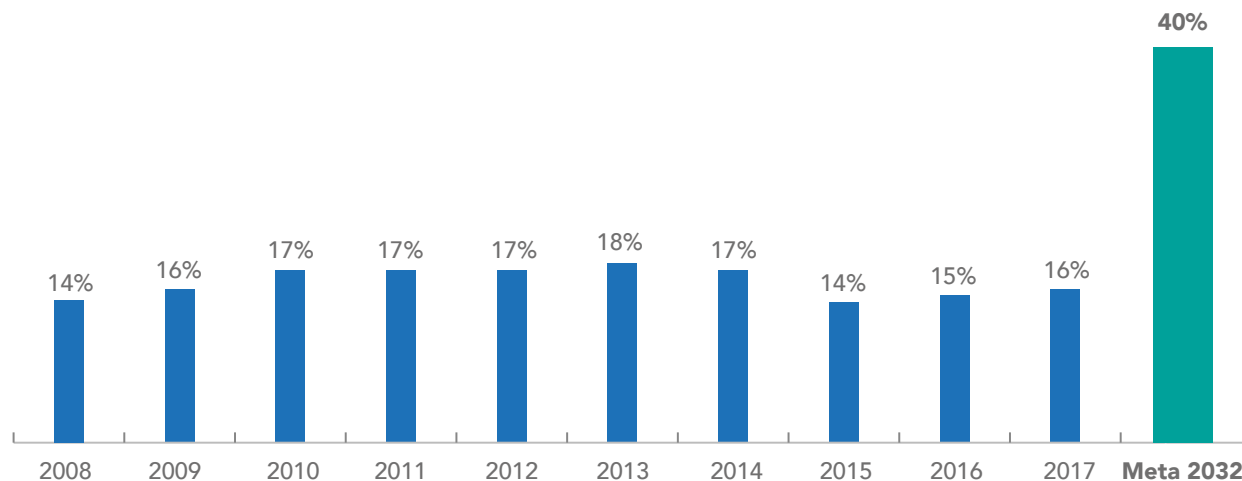
- ⚡ Fortalecer iniciativas como o Mapa do Trabalho da Indústria, que identifica a demanda por perfis ocupacionais.
- ⚡ Alinhar a oferta de cursos técnicos e superiores de tecnologia e de engenharia à demanda das empresas.
- ⚡ Aumentar o engajamento da indústria na elaboração dos currículos dos cursos técnicos e dos cursos superiores de tecnologia e de engenharia, e na abertura de espaços para programas de aprendizagem profissional para estágio e para iniciativas de iniciação científica.



Objetivo: Aumentar a taxa de efetivação dos aprendizes da indústria

Indicador: Taxa de efetivação dos aprendizes da indústria

Meta: Aumentar para **40%** a taxa de efetivação de aprendizes na indústria



Nota: Aprendizes em empresas com CNAE 5 a 43, com contratos encerrados entre 2008 e 2018, cuja aprendizagem teve duração mínima de seis meses, com contrato de trabalho diferente de aprendiz na mesma empresa até um ano após o contrato ser encerrado.

Fonte: RAIS/TEM.

Iniciativas

- :: Criar linha de fomento para oferta de aprendizagem profissional aos alunos da rede pública optantes pelo itinerário de formação técnica e profissional do Ensino Médio, via bolsa formação.
- :: Criar um programa de estímulos para contratação de aprendizes, de modo a estimular as empresas a valorizar a aprendizagem profissional e recomporem sua cota de aprendizagem.
- :: Providenciar revisão da Portaria 671/2022 para ajuste de distorções e harmonização com os dispositivos legais superiores.
- :: Atuar para alteração do texto da CLT, para fortalecer o caráter educacional da aprendizagem profissional e promover sua modernização.

EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO

Elevar a qualidade da educação básica

META Elevar a nota média dos alunos brasileiros do ensino fundamental e Médio em 40% até 2032
Crescimento de 3,1% a. a.

Alcançar desempenho médio em matemática e ciências observado em países da OCDE (492 para matemática e 495 para ciências no PISA de 2018)
Crescimento de 1,5% a. a. em ciências e de 1,8% a.a. em matemática

OBJETIVO

Elevar a qualidade da gestão escolar

META Elevar para 100% o percentual de diretores da educação básica que alcançaram o cargo por meio de processo seletivo e eleição
Crescimento de 6,8 p.p. ao ano

OBJETIVO

Aprimorar a formação inicial e continuada dos professores

META Atingir 100% de adequação da formação docente, em linha com diretrizes do PNE
Crescimento de 3,43 p.p. ao ano

OBJETIVO

Ampliar as matrículas na EJA integrada à educação profissional

META Elevar para 30% o percentual de matrículas na EJA, integradas à educação profissional
Crescimento de 2,7 p.p. ao ano

OBJETIVO

Melhorar a infraestrutura das escolas de educação básica

META Reduzir a zero o número de escolas brasileiras sem infraestrutura mínima de funcionamento até 2032
Redução de 4,7 p.p.

Elevar o índice de digitalização das escolas brasileiras até 2032
Crescimento de 2,2 p.p. ao ano da parcela de escolas brasileiras com acesso à internet, infraestrutura digital e dispositivos

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR

OBJETIVO

Ampliar as matrículas no itinerário da formação técnica e profissional no ensino médio

META Elevar o percentual de matrículas no ensino médio articulado com educação profissional para 40% até 2032
Crescimento de 2,4 p.p. ao ano

OBJETIVO

Ampliar o número de matrículas na educação profissional e tecnológica

META Elevar o número de matrículas de cursos voltados à educação profissional e tecnológica para cerca de 7,8 milhões
Crescimento de 5,6% a. a.

OBJETIVO

Aumentar participação de alunos em cursos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática

META Aumentar a proporção de graduados em cursos da área de STEM para 25% até 2032
Crescimento de 0,67 p.p. ao ano

OBJETIVO

Aprimorar o nível de educação executiva dos gestores

META Atingir a proporção de 80% dos gestores da indústria com educação superior completa ou pós-graduação
Crescimento de 1,84 p.p. ao ano

OBJETIVO

Alinhar a educação profissional e superior às demandas do setor produtivo

META Instituir o monitoramento nacional de empregabilidade de egressos da educação profissional e superior
indicador binário = 0 se não e 1 se sim.

OBJETIVO

Ampliar a participação de profissionais de nível técnico e superior (tecnologia e engenharia) na indústria

META Alcançar 35% dos trabalhadores na indústria com nível técnico e superior (tecnologia e engenharia) em relação ao total de trabalhadores na indústria

OBJETIVO

Aumentar a taxa de efetivação dos aprendizes da indústria

META Aumentar para 50% a taxa de efetivação de aprendizes na indústria



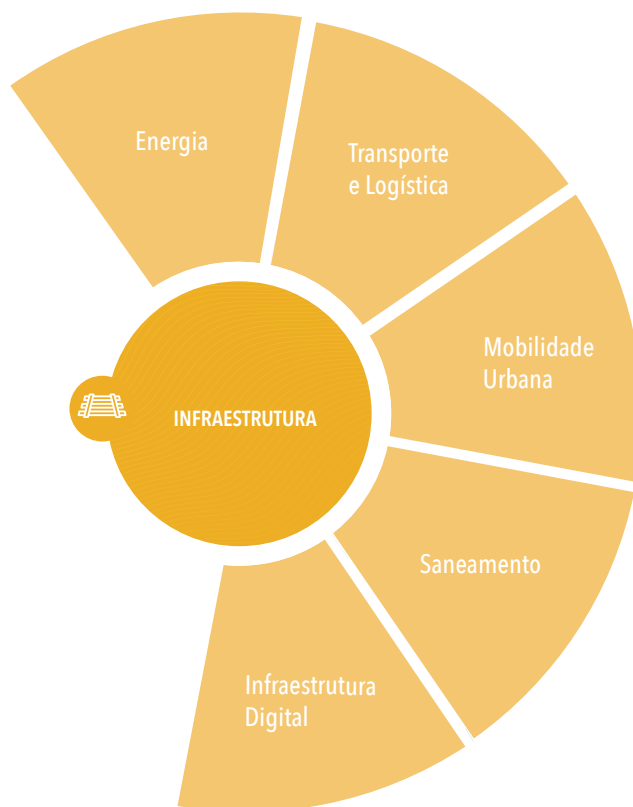
8

INFRAESTRUTURA





A disponibilidade de infraestrutura adequada influencia o fluxo de recursos, de bens e serviços, com impacto direto sobre o custo da produção industrial, a eficiência das cadeias de suprimentos e a competitividade das manufaturas no mercado global. Priorizar o investimento em infraestrutura e buscar a superação de gargalos estruturais facilitam que as empresas tenham acesso a novos mercados e regiões, reduzam custos e tenham capacidade de investimento em setores estratégicos e em inovações, contribuindo para um ciclo de prosperidade socioeconômica.



Fortalecer e expandir a infraestrutura nacional permite que o país crie bases sólidas para catalisar seu progresso, atrair investimentos e alcançar um desenvolvimento pleno e duradouro.

O indicador agregado de infraestrutura, que reflete o quão próximos os indicadores deste fator-chave se encontram das metas estabelecidas pela CNI para 2032, mostra que, nos últimos anos, a infraestrutura brasileira tem-se distanciado da realidade desejada.

No que concerne à Energia, os aumentos de preço da energia elétrica e do gás natural têm tornado nossa indústria menos competitiva, aproximando-se dos piores valores da série histórica.

Quanto ao Transporte e Logística, o desempenho do Brasil segue estacionado próximo aos piores valores da série.

O investimento em transportes em relação ao PIB evoluiu pouco em relação à meta almejada. A qualidade das rodovias se encontra no pior valor da série histórica. O grau de utilização da malha ferroviária permanece baixo e distante da meta. A capacidade de execução dos investimentos das companhias docas nos portos públicos também permanece baixa.

Já no que tange ao indicador de logística do Brasil, houve evolução, considerando suas dimensões de aduana, infraestrutura, tráfego marítimo internacional, qualidade e competência logística, rastreabilidade, e atrasos.



No tema mobilidade urbana, o Brasil pouco evoluiu nos investimentos em mobilidade urbana e na capacidade de planejamento dos municípios, com os indicadores permanecendo distantes das metas estabelecidas.

No que diz respeito ao saneamento básico, verifica-se pouca participação do setor privado na prestação de serviços, mesmo diante da falta de capacidade econômico- financeira de muitos municípios para a universalização.

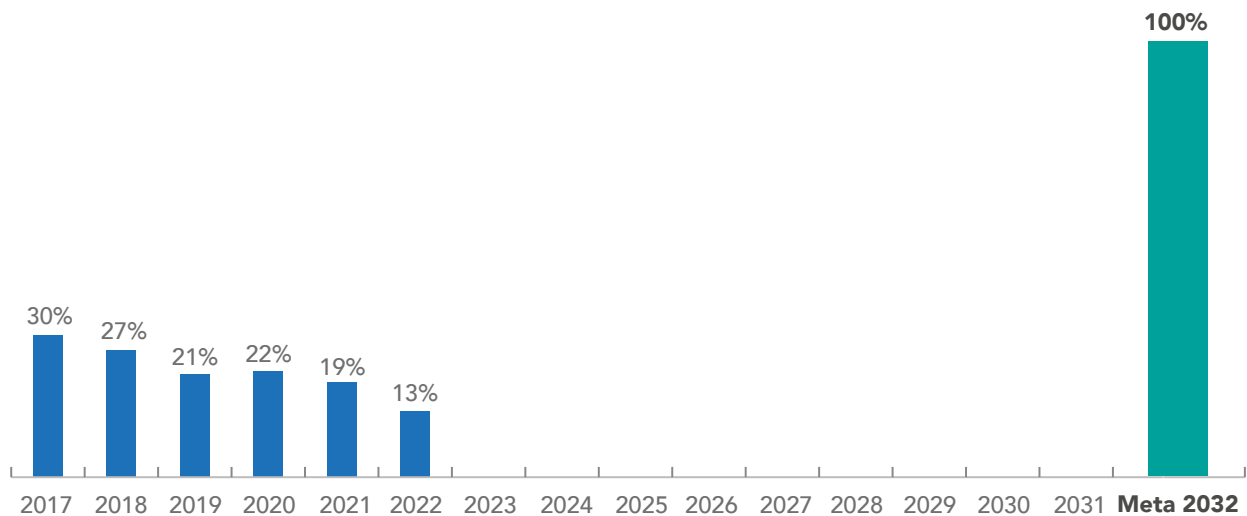
O resultado são indicadores de atendimento da população com água potável e esgotamento sanitário evoluindo em ritmo muito lento, insuficiente para o cumprimento da meta de

universalização até 2033. Além do baixo nível de investimento, o setor sofre com a baixa eficiência, verificada pelo alto nível de perdas de água na distribuição.

Quanto à infraestrutura digital, o Brasil tem evoluído em acesso à internet banda larga. Os indicadores de implementação da rede 5G e de satélites ainda se encontram sem série histórica para avaliação.

No total, o fator-chave de infraestrutura se distanciou das metas e atualmente evoluiu apenas 13% em relação aos piores valores da série, o que revela a necessidade de ações urgentes para que elas sejam alcançadas.

Indicador de distância até as metas de Infraestrutura (%)



Nota: A distância até a meta foi calculada para cada indicador como um indicador que varia de 0% a 100% em que 0 é o valor atribuído ao pior valor da série histórica e 100 é o valor atribuído à meta estabelecida pela CNI. Foi calculada uma média simples dos indicadores de cada tema prioritário, sendo o indicador final calculado como uma média simples dos indicadores dos temas prioritários. Quando o indicador não possuía dado para os anos mais recentes, por uma questão de defasagem na publicação dos dados, o último dado disponível foi replicado. Os indicadores serão atualizados à medida que novos dados forem publicados.



8.1 ENERGIA

A busca pela segurança energética, com garantia de suprimento e preços competitivos, pavimenta a transição para um futuro mais eficiente e resiliente.

PROBLEMA

A participação dos insumos energéticos no custo de produção industrial, que representa mais de um terço dos custos diretos⁴¹, torna a indústria sensível ao preço e à estabilidade do suprimento de energia. A falta de modernização regulatória no setor elétrico, a elevada carga tributária, os encargos setoriais e o alto custo dos subsídios embutidos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), são entraves para alcançarmos a eficiência. Além disso, a baixa qualidade de suprimento e os

riscos no fornecimento geram insegurança para a produção industrial. Por sua vez, a falta de concorrência na oferta de gás natural mantém os preços elevados e reduz o acesso da indústria.

SOLUÇÃO

Para melhorar esse cenário, é necessário modernizar o setor elétrico, aprimorando a gestão e a regulação, além de reduzir o peso dos encargos setoriais nas tarifas. O aperfeiçoamento da gestão energética deve ter como meta a correta alocação de riscos e custos entre os diversos agentes de geração, transmissão e distribuição de energia. No setor de gás natural, é imperativo dar celeridade à reforma iniciada com a Nova Lei do Gás (Lei 14.134/2021), promovendo a diversidade de oferta, além de harmonizar as regulações em âmbito nacional e estadual, para fomentar a competição no setor.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

As reformas regulatórias e estruturais propostas permitem o pleno aproveitamento dos recursos energéticos pela indústria e pela economia. A ampliação do mercado livre de energia possibilita maior acesso e autonomia de escolha aos consumidores, estimulando a eficiência e a competitividade. A eliminação de encargos setoriais da energia elétrica reduz custos, risco de judicializações e barreiras à competitividade, estimulando o direcionamento de recursos para fins produtivos. Além disso, as medidas promovem a concorrência no setor de gás natural, o que tende a reduzir preços e permitir o aproveitamento de sinergias entre os mercados de energia elétrica e gás.

⁴¹ Valor calculado pela soma dos itens "Consumo de combustíveis usados para acionar maquinaria" e "Compra de energia elétrica utilizada na produção" em relação ao item "Custos diretos da produção – total". Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Anual – Empresa. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7245>>. Acesso em 19/07/2023.



A consolidação dessas transformações é essencial para a integração dos setores elétrico, de gás natural e industrial, otimizando infraestruturas existentes e garantindo suprimento estável e competitivo de energia para a indústria.

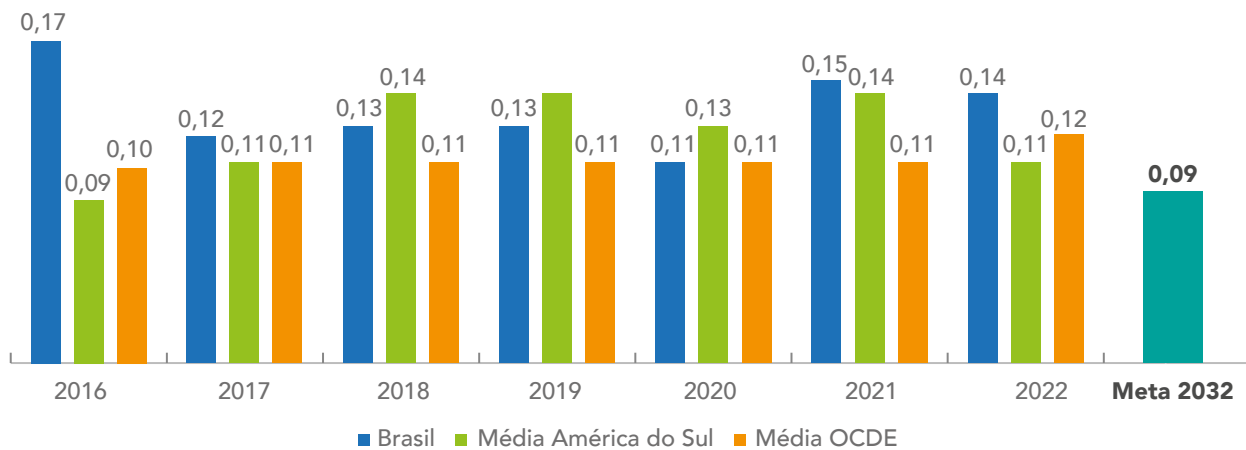
🎯 OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Garantir o fornecimento de energia elétrica a preços competitivos para a indústria

Indicador: Custos de eletricidade para clientes industriais (US\$/kwh)

Meta: Reduzir o custo de energia elétrica para clientes industriais para **0,09 US\$/kwh** até 2032

⚡ Redução de 4,3% a.a.



Notas: Os países que compõem a amostra da América do Sul são Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.
Fonte: IMD.

📌 Iniciativas

- ⚡ Aprimorar o modelo regulatório e comercial do setor elétrico, garantindo a segurança jurídica necessária à expansão do mercado livre e à eficiência econômica do setor elétrico.
- ⚡ Estabelecer regras e cronograma para a redução gradual dos subsídios do setor elétrico.
- ⚡ Disciplinar os gastos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), inclusive para vedar a criação de novos subsídios inseridos na conta de energia.

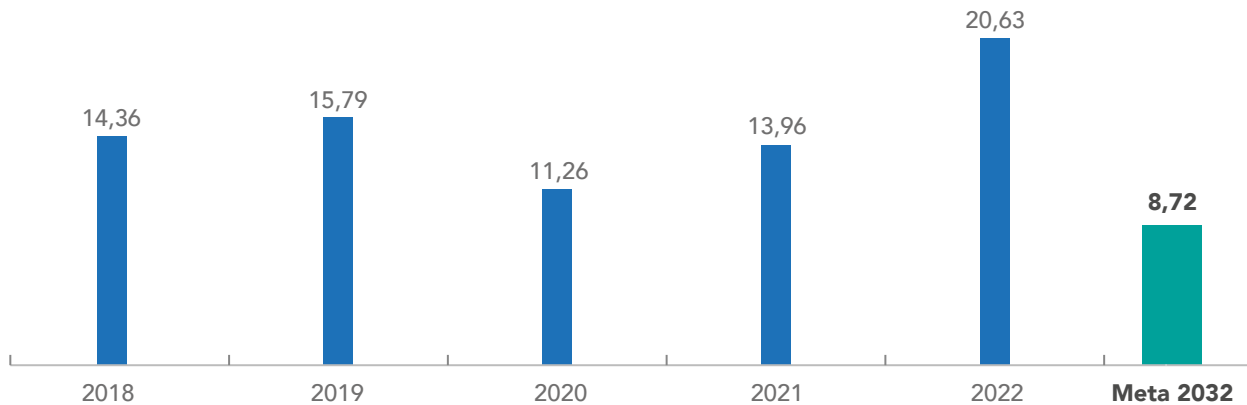


Objetivo: Garantir o fornecimento de gás natural a preços competitivos para a indústria

Indicador: Preço médio nacional do gás natural para clientes industriais (US\$/MMBTU)

Meta: Reduzir o preço do gás natural ao patamar médio entre os preços Henry Hub e TTF dos últimos 5 anos (equivalente a **8,72 US\$/MMBTU**) até 2032

⚡ Redução de 8,2% a.a.



Nota: Média nacional até 20mil m³/dia.
Fonte: EIA, MME.

Iniciativas

- ⚡ Conferir celeridade à implementação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo para o setor de gás natural.
- ⚡ Incentivar a implementação de programa de desconcentração de oferta de gás natural (*Gas Release*).
- ⚡ Apoiar ações de harmonização regulatória e remoção de barreiras para a migração ao mercado livre de gás.
- ⚡ Apoiar a criação de estrutura de governança, vinculada diretamente à Presidência da República, com a participação da ANP, produtores, consumidores e especialistas, para maximizar o aproveitamento das oportunidades do setor de gás natural e o desenvolvimento da indústria nacional.



8.2 TRANSPORTE E LOGÍSTICA

A integração entre as infraestruturas de transporte e a intermodalidade logística potencializam a conectividade do país, facilitando o escoamento da produção industrial e o acesso aos mercados globais.

PROBLEMA

A combinação de baixo investimento em infraestrutura e de falta de integração entre diferentes modais resulta em gargalos estruturais, paralisação de obras e elevados custos logísticos, prejudicando a competitividade da indústria. A falta de manutenção da malha rodoviária compromete a qualidade das vias e aumenta a frequência de acidentes, enquanto a subutilização da malha ferroviária limita as opções logísticas para a indústria. Além disso, a eficiência do transporte marítimo é afetada pela baixa produtividade dos portos que, combinada com os entraves ao desenvolvimento da navegação de cabotagem

e da utilização de hidrovias, dificulta a implementação de novas soluções logísticas.

SOLUÇÃO

O fortalecimento da participação da iniciativa privada nos investimentos e gestão da infraestrutura, por meio de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), é alternativa estratégica para superar os gargalos logísticos e aprimorar a conectividade do país. Para garantir a qualidade e fluidez dos trechos rodoviários, são necessários investimentos em ampliação da malha e manutenções preventivas.

Além disso, é essencial tornar mais eficientes o processo de devolução de trechos ferroviários e de outorga de autorização no regime privado para a exploração indireta de ferrovias, transferir as administrações portuárias para a gestão privada, recuperar as hidrovias e avançar na regulamentação dos marcos legais.

Aperfeiçoar a coordenação entre as agências reguladoras e fomentar parcerias público-privadas são meios para identificar soluções conjuntas e sustentáveis para os desafios do transporte e logística.

Adicionalmente, é necessário investir em medidas que aumentem a transparência, reduzam o tempo dos procedimentos logísticos e diminuam os custos de transporte no país.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

A modernização e a eficiência no uso dos transportes terrestres e aquaviários, aliadas à otimização dos serviços logísticos, asseguram o fluxo contínuo de insumos e produtos. Com isso, reduzem-se os custos de transporte e logística das empresas, especialmente elevados em um país de dimensões continentais como o Brasil. Também se possibilita melhor gestão das cadeias de suprimento da indústria, com a



possibilidade de implementação de produção just in time, por exemplo, que trabalha com baixo volume de estoques e depende de precisão logística.

Além disso, a melhoria da integração multimodal do país reduz custos operacionais e favorece investimentos produtivos, uma vez que as empresas são estimuladas a expandir suas operações e explorar novos mercados.

O aumento da competitividade tem potencial de criar oportunidades de negócios no mercado doméstico e internacional.

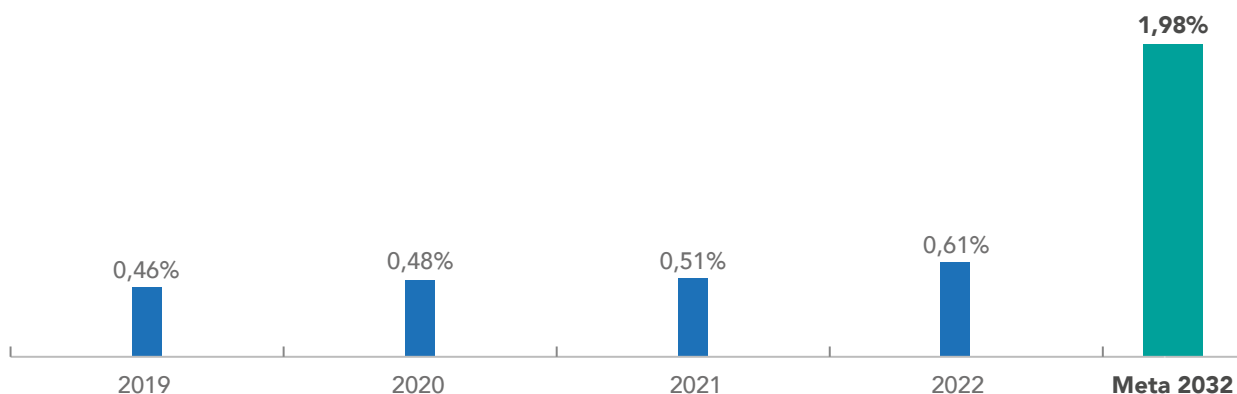
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Aumentar os investimentos em infraestrutura de transportes

Indicador: Investimento total em transportes em relação ao PIB

Meta: Elevar investimento total em transportes para **1,98% do PIB** até 2032

🔸 Crescimento de 0,14 p.p. ao ano



Nota: Inclui os modais Rodovia, Ferrovia, Aeroporto, Porto e Hidrovia.
Fonte: InterB.

Iniciativas

- 🔸 Manter como órgão de Estado uma unidade de apoio aos ministérios para a celebração e execução de contratos de parceria em projetos de infraestrutura.
- 🔸 Dar continuidade ao processo de concessão dos ativos de infraestrutura no setor de transporte.
- 🔸 Estimular novos modelos de Parceiras Público-Privadas (PPPs) para a modernização do setor.
- 🔸 Estimular a utilização e integração de modais alternativos, como ferrovias e hidrovias, para reduzir custos com frete, diminuir o número de acidentes nas rodovias e mitigar a emissão de poluentes.
- 🔸 Enfrentar o problema das obras paralisadas.



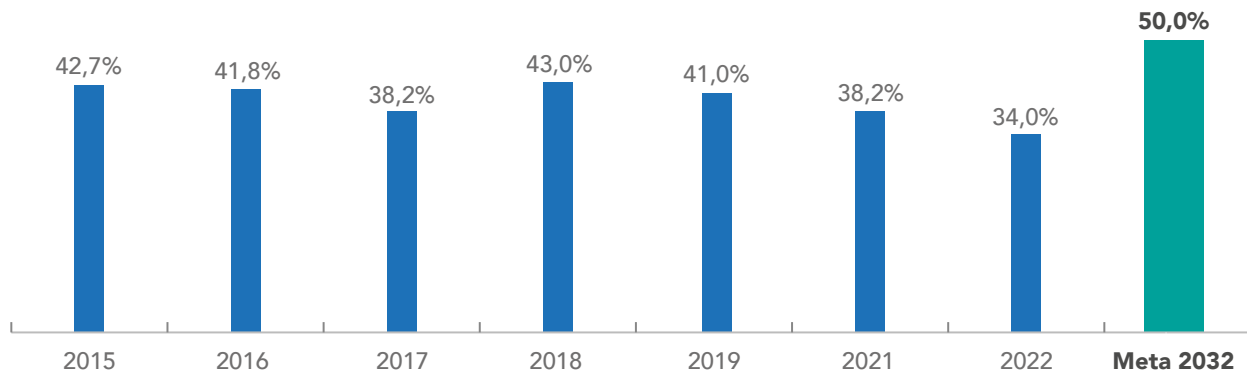
Objetivo: Modernizar a infraestrutura das rodovias

Indicador: Rodovias brasileiras classificadas com estado geral "Bom ou Ótimo"

(% da extensão total)

Meta: Aumentar para **50% a extensão da malha rodoviária**, classificada como boa ou ótima até 2032

⚡ Crescimento de 1,6 p.p. ao ano.



Nota: Pesquisa de percepção sobre qualidade das rodovias. Não há dados para 2020.

Fonte: CNT, Pesquisa CNT Rodovias.

Iniciativas

- ⚡ Dar prioridade aos trechos de rodovias com mais acidentes nos planos de investimento do governo.
- ⚡ Adotar um programa de concessões de rodovias federais simplificado, voltado para a manutenção dos trechos, com menos exigências de investimentos e redução de barreiras à entrada de novos operadores.
- ⚡ Agilizar a implementação do Documento de Transporte Eletrônico (DT-e), como forma de unificar documentos obrigatórios para o transporte de cargas.

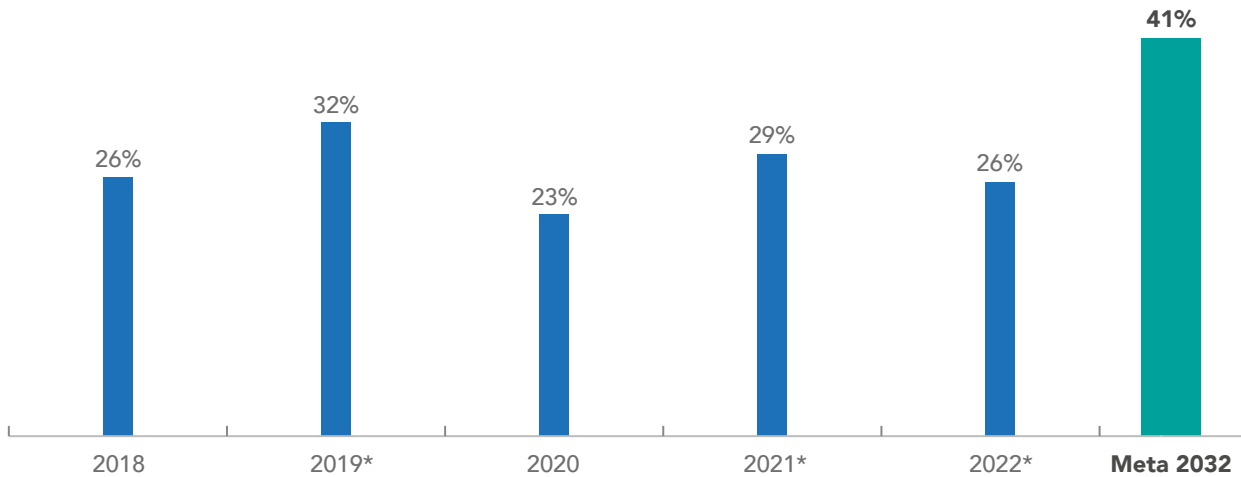


Objetivo: Modernizar a infraestrutura das ferrovias

Indicador: Operação ferroviária em relação à extensão da malha

Meta: Aumentar o nível de operação da malha ferroviária em relação à extensão total para **41%** até 2032

⚡ Crescimento de 1,5 p.p. ao ano



Nota: Em 2019, foram feitos ajustes para que a capacidade ociosa não fosse maior do que a instalada, conforme disposto nos dados da FCA (possivelmente erro de inserção). Desde 2021, a FCA não apresenta Declaração de Rede. Em 2022, a RMN não apresentou declaração de rede.

Fonte: CNI, com base nos dados da ANTT e da EPL.

Iniciativas

- ⚡ Elevar investimento de manutenção e construção de malhas ferroviárias, visando eficiência e maior conexão com centros de distribuição e modais complementares.
- ⚡ Apoiar o avanço da regulamentação da Lei das Ferrovias e o aprimoramento da regulação setorial.
- ⚡ Dar celeridade ao processo de renovação dos contratos ferroviários, de migração ou transferência de trechos ociosos a novos operadores e reorganização da governança dos responsáveis pelo processo de devolução dos trechos inutilizados.
- ⚡ Fomentar a outorga de autorização no regime privado para a exploração indireta de ferrovias por particulares.

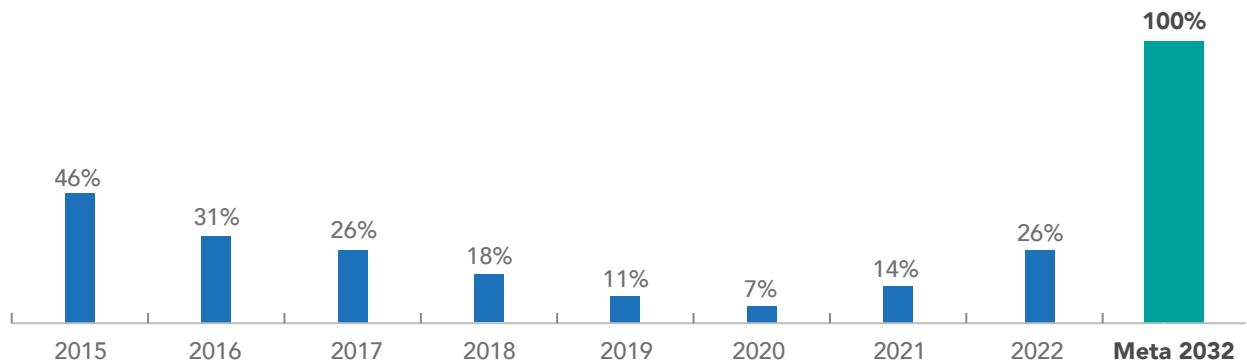


Objetivo: Modernizar a infraestrutura de transportes aquaviários

Indicador: Execução Orçamentária das Cias. Docas Federais (% realizada da dotação total)

Meta: Executar **100%** dos recursos disponíveis para investimentos nos portos do orçamento das Cias. Docas Federais até 2032

🔸 Crescimento de 7,4 p.p. ao ano



Fonte: Levantamento CNI, com dados das Portarias de Investimentos das Empresas Estatais, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

🔸 Iniciativas

- 🔸 Dar celeridade à publicação de cronogramas para os leilões dos portos públicos e para o avanço na modelagem dos contratos de transferência ao setor privado das administrações portuárias.
- 🔸 Contribuir para o avanço na regulamentação do novo marco legal de navegação de cabotagem.

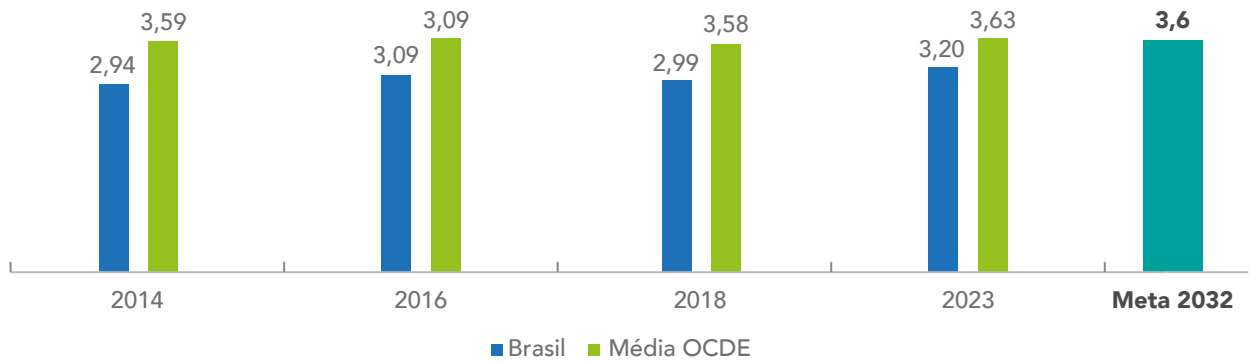


Objetivo: Melhorar a eficiência dos serviços logísticos

Indicador: Índice de desempenho logístico

Meta: Aumentar o índice de performance logística do Brasil para **3,6**, até 2032 (média OCDE).

∴ Crescimento de 1,3% a.a.

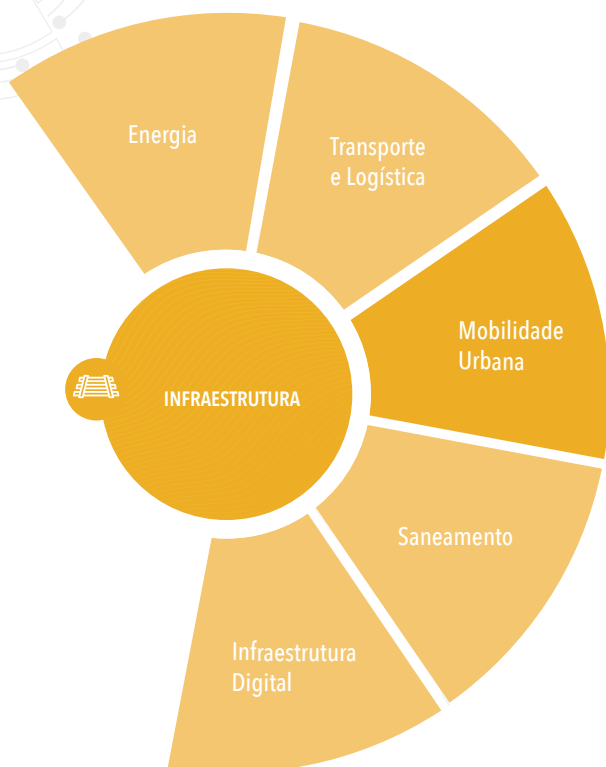


Nota: O índice varia de 1 a 5, sendo 1 ruim e 5 bom.

Fonte: índice de desempenho logístico (LPI) do Banco mundial.

Iniciativas

- ∴ Fomentar a integração dos diferentes meios de transporte, por meio de desburocratização da operação multimodal.
- ∴ Garantir maior articulação e racionalização das atribuições entre as esferas de regulação, fiscalização e planejamento do transporte multimodal.
- ∴ Contribuir para o avanço de medidas que aumentem a transparência, reduzam o tempo dos procedimentos logísticos e diminuam os custos de transporte no país.



8.3 MOBILIDADE URBANA

A formação de cidades sustentáveis e acessíveis requer a reestruturação da mobilidade urbana, visando à otimização do espaço público e ao estímulo da economia local, proporcionando qualidade de vida para todos os habitantes.

PROBLEMA

A precariedade dos investimentos em transportes públicos e a centralidade do automóvel como meio de locomoção contribuem para o aumento do tempo de deslocamento urbano. O congestionamento do tráfego e a insuficiência ou baixa qualidade do transporte público são condições que elevam o tempo e o custo de deslocamento dos trabalhadores, prejudicando sua produtividade e seu bem-estar. Apesar de algumas melhorias no tempo médio de viagem,

como na região metropolitana de São Paulo – que passou de 39 minutos, em 2007 para 34 minutos, em 2017 – a população de baixa renda ainda enfrenta os maiores tempos de deslocamento⁴². Além do impacto na qualidade de vida dos trabalhadores, a falta de mobilidade urbana adequada afeta a competitividade da indústria, ao causar atrasos nas cadeias de suprimento, reduzir a produtividade dos trabalhadores e limitar o acesso à mão de obra qualificada.

SOLUÇÃO

Para enfrentar os desafios da mobilidade urbana, é imperativo que se priorize a melhora na qualidade de meios de locomoção coletivos e sustentáveis, conforme diretrizes da Lei de Mobilidade Urbana⁴³. Investimentos na manutenção e expansão do sistema de metrô, ônibus e ciclovias proporcionam maior cobertura e eficiência nas redes, contribuindo para redução do tráfego nas vias urbanas. Além disso, é crucial promover a integração e otimização dos modais públicos, com a criação de sistemas interligados e tarifas integradas. Aprimorar a gestão por meio de abordagem integrada com parcerias entre governo, setor privado e sociedade civil é meio para alcançar um sistema de mobilidade mais eficiente, acessível e sustentável.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

Mudanças estruturais na mobilidade das cidades brasileiras podem trazer ganhos de competitividade à indústria ao atrair investimentos, reduzir custos operacionais, ampliar o acesso à mão de obra qualificada e contribuir para o aumento da produtividade dos trabalhadores.

⁴² Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos (STM) e Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ), Pesquisa Origem-Destino 2017, 2019. Disponível em: < <https://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/> >. Acesso em 21/07/2023.

⁴³ Brasil, Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Disponível em: < <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=04/01/2012&totalArquivos=112> >. Acesso em 21/07/2023.



Ações coordenadas, voltadas para a melhoria da mobilidade urbana, podem desencadear efeitos positivos, estimulando o comércio local e reduzindo o impacto ambiental negativo gerado pelas atividades de transporte, além de proporcionar alternativas eficientes para os moradores que residem em áreas mais distantes dos centros de serviços e empregos.

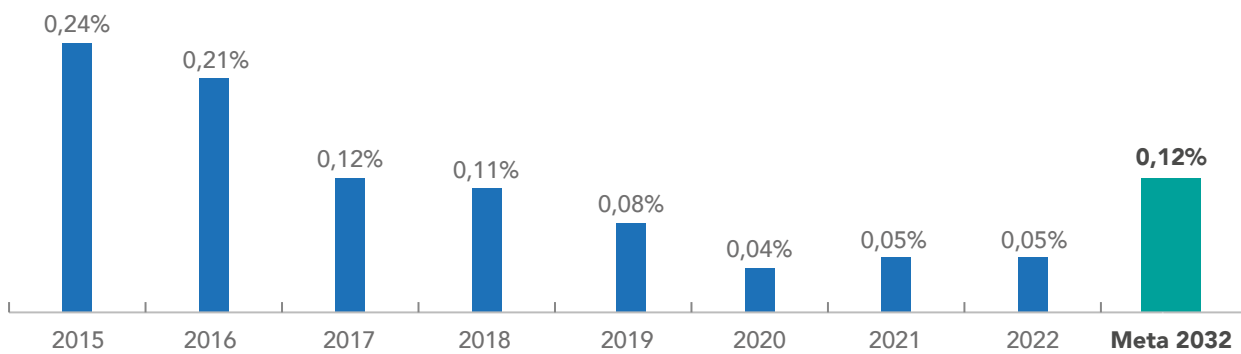
🎯 OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Elevar a qualidade da mobilidade urbana - Investimento

Indicador: Investimento direcionado para mobilidade urbana em relação ao PIB (%)

Meta: Elevar o investimento total em mobilidade urbana para **0,12%** do PIB até 2032

📈 Crescimento de 0,007 p.p. ao ano



Fonte: InterB.

📌 Iniciativas

- 📌 Estabelecer um novo marco regulatório para a atração dos investimentos no setor.
- 📌 Incentivar modelos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) que agrupem a construção, operação e manutenção dos sistemas de transporte coletivo.
- 📌 Contribuir para a melhor integração entre os modos de transportes com o objetivo de facilitar a locomoção no espaço urbano, inclusive a partir da adoção de novas tecnologias.
- 📌 Estimular pesquisas e desenvolvimento de soluções digitais integradas como forma de melhorar o deslocamento, o monitoramento, a sustentabilidade e a conectividade nas cidades brasileiras.

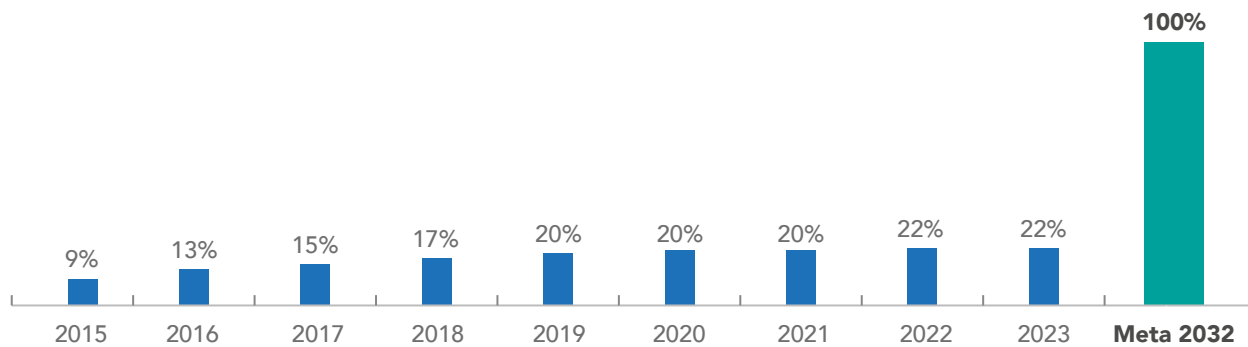


Objetivo: Elevar a qualidade da mobilidade urbana - Planejamento

Indicador: Municípios com planos de mobilidade urbana, acumulados por ano de elaboração

Meta: Adesão à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) de **todos os municípios** com mais de 20 mil habitantes

⦿ Crescimento de 8,7 p.p. ao ano



Fonte: InterB.

Iniciativas

- ⦿ Garantir maior transparência na prestação de serviços públicos de mobilidade urbana.
- ⦿ Revisar conceitos, princípios e diretrizes presentes na Lei 12.587/2012.
- ⦿ Criar parâmetros de desempenho para a avaliação dos serviços de mobilidade urbana.
- ⦿ Reavaliar a política de mobilidade urbana, para garantia da modicidade tarifária e qualidade no transporte público coletivo.
- ⦿ Fortalecer os mecanismos de imposição para cumprimento da regulamentação com o intuito de garantir a eficiência dos sistemas de transporte urbano.



8.4 SANEAMENTO

O setor de saneamento básico tem impacto na produtividade do trabalho, na educação, na saúde e na qualidade de vida da população. Os investimentos demandados pela universalização dos serviços terão efeitos sobre a cadeia produtiva associada ao setor, com impactos no crescimento da economia e na redução da desigualdade social.

! PROBLEMA

O setor de saneamento básico no Brasil enfrenta diversos desafios, tais como a escassez de investimentos, elevados índices de perdas e outras deficiências operacionais.

A universalização do saneamento básico, prevista na Lei 14.026/2020, é um objetivo que ainda está longe de ser alcançado. Estima-se que cerca de 100 milhões de brasileiros não têm acesso

à rede de esgoto, sendo que 35 milhões vivem sem acesso à água potável⁴⁴, ao passo em que se observam altas taxas de perdas de água nos sistemas de distribuição.

Embora o Novo Marco Legal do Saneamento tenha avançado na busca por investimentos privados e maior eficiência na prestação de serviços, sua implementação ainda enfrenta entraves. Mais de mil municípios ficaram com contratos irregulares, por conta de não terem conseguido comprovar capacidade econômico-financeira para realizar os investimentos necessários para a universalização do saneamento básico até 2033.

🔧 SOLUÇÃO

As deficiências no setor de saneamento podem ser superadas com a efetiva implementação do Novo Marco Legal.

Além disso, a simplificação de procedimentos para liberação de recursos e a promoção da abertura de mercado são medidas necessárias para incentivar a participação do setor privado, especialmente nos casos em que os municípios não conseguiram comprovar a capacidade de investimento necessária aos investimentos da universalização. Atualmente, as empresas privadas realizam investimentos por ligação, em média, 75% maiores que as empresas públicas.

A parceria entre o setor público e privado, com um marco regulatório bem estabelecido, é fundamental para reduzir o desperdício de água na distribuição e alcançar a universalização dos serviços de saneamento no país.

⁴⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/estudo-aponta-que-falta-de-saneamento-prejudica-mais-de-130-milhoes-de-brasileiros>.



BENEFÍCIOS ESPERADOS

A atração de investimentos necessários para a universalização dos serviços de saneamento básico e a redução das perdas na distribuição de água podem criar oportunidades de negócios e empregos, impulsionando a cadeia produtiva do setor.

Lidar com essa questão traz vantagens para o bem-estar dos brasileiros, a produtividade do trabalho, o meio ambiente, a valorização dos imóveis da população mais carente e o crescimento do setor industrial.

A melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental são outros benefícios proporcionados pela expansão da infraestrutura de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Atuando em todo o ciclo, desde o fornecimento de água potável para o consumo até a devolução de efluentes tratados à natureza, essa infraestrutura permite a manutenção das condições adequadas de sustentabilidade dos recursos naturais.

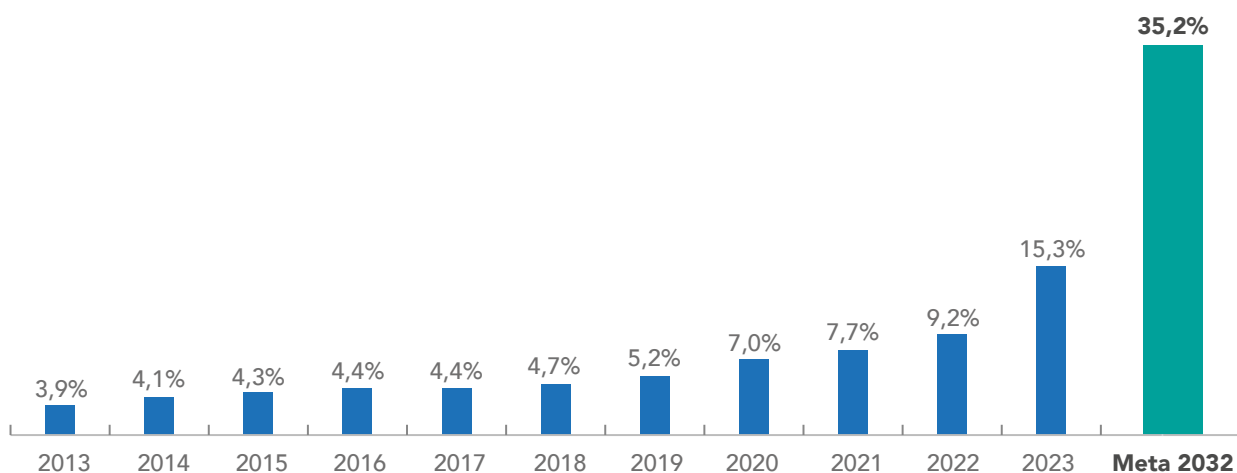
Além disso, acesso universal aos serviços de saneamento reduz significativamente a incidência de doenças, o que melhora a qualidade de vida da população. A menor incidência de doenças reduz, por sua vez, os custos com a saúde pública e privada e diminui o absenteísmo ao trabalho e às escolas, o que traz impacto positivo sobre a produtividade e sobre a aprendizagem dos alunos.

OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Aumentar a participação privada na prestação de serviços de saneamento para garantir os investimentos

Indicador: Percentual de municípios atendidos por prestadoras privadas de saneamento

Meta: Alcançar **35,2%** dos municípios atendidos por prestadoras privadas de saneamento



Fonte: ABCON/SINDCON.



Iniciativas

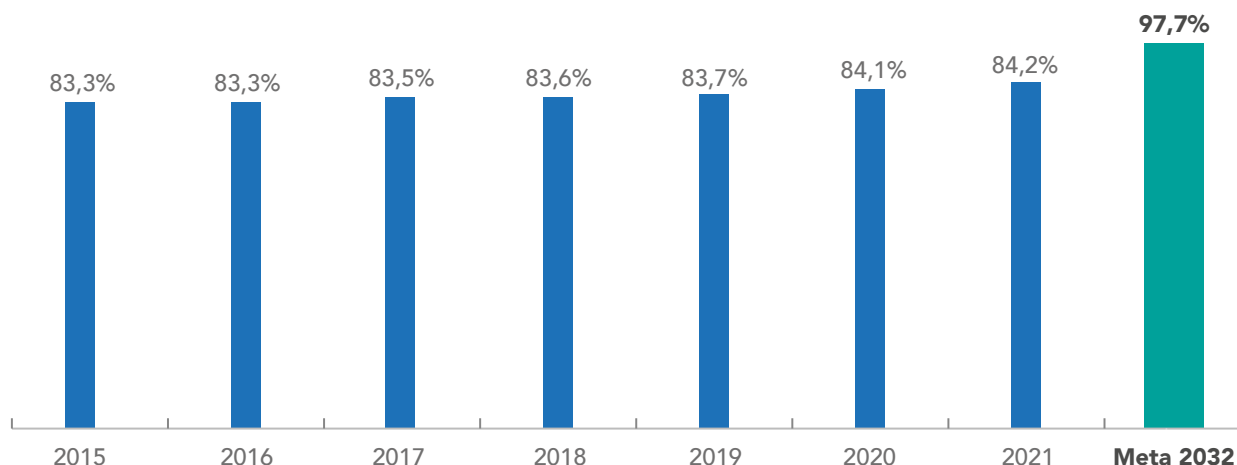
- ⌘ Facilitar acesso a recursos financeiros, visando elevar investimentos em serviços de saneamento básico.
- ⌘ Garantir a estruturação adequada dos projetos de concessão de saneamento.
- ⌘ Dar continuidade ao processo de transferência dos serviços à iniciativa privada.
- ⌘ Garantir a segurança jurídica do setor, por meio da manutenção das premissas da Lei 14.026/2020.
- ⌘ Promover ampliação de investimentos privados direcionados ao setor de saneamento básico.

Objetivo: Universalizar o acesso ao saneamento básico – Oferta de água potável

Indicador: Índice de atendimento total de água (IN055)

Meta: Garantir atendimento de **97,7% da população** com água potável até 2032

- ⌘ Crescimento de 1,2 p.p. ao ano



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Iniciativas

- ⌘ Estimular a expansão da rede, com o objetivo de universalização e ganhos de eficiência.
- ⌘ Estimular melhorias de infraestrutura e operação do sistema de abastecimento de água potável.

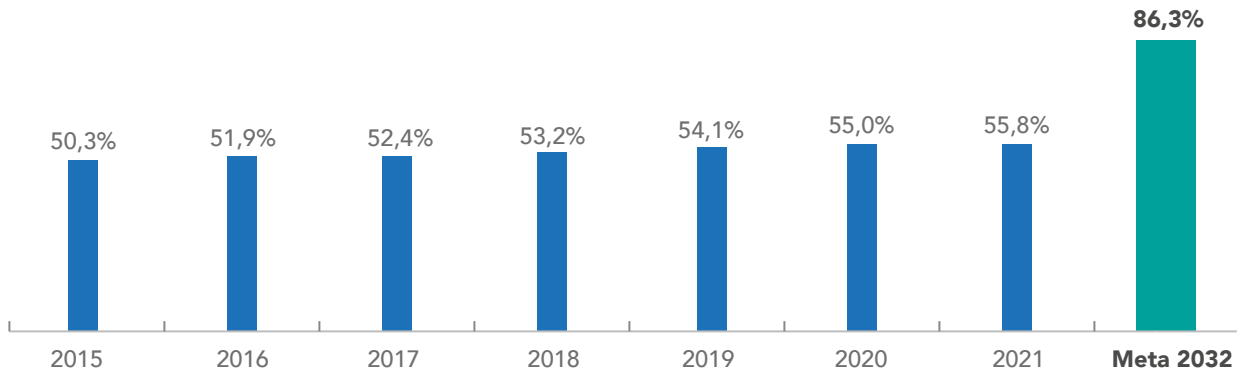


Objetivo: Universalizar o acesso ao saneamento básico – Coleta e tratamento de esgoto

Indicador: Índice de atendimento total de esgoto, relativo aos municípios atendidos com água (IN056)

Meta: Garantir atendimento a **86,3% da população**, mediante coleta e tratamento de esgoto até 2032

∴ Crescimento de 2,8 p.p. ao ano



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Iniciativas

- ∴ Estimular o aprimoramento das condições estruturais de coleta e tratamento de esgoto.
- ∴ Estimular melhorias de infraestrutura e operação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

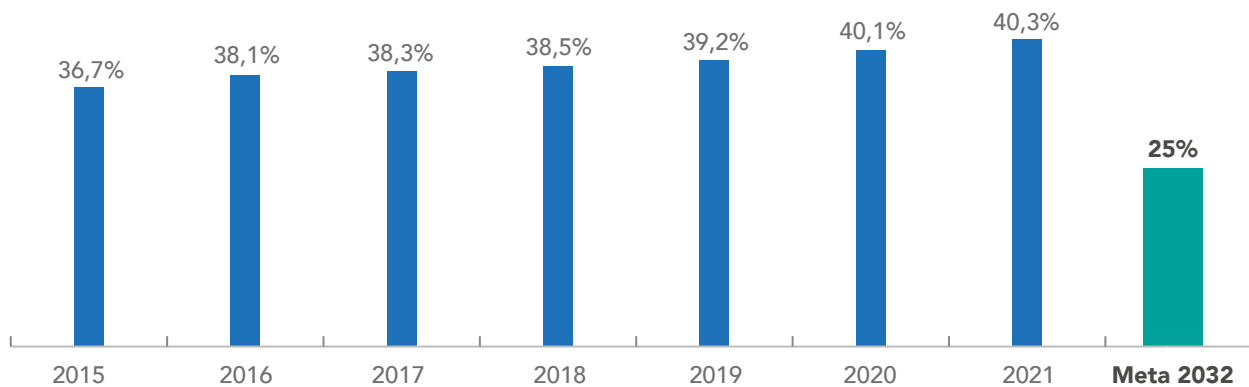


Objetivo: Aumentar a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços de Saneamento Básico

Indicador: Índice de perdas na distribuição (IN049)

Meta: Reduzir a taxa de perdas na distribuição de água para **25%** do total até 2032

⚡ Redução de 1,4 p.p. ao ano

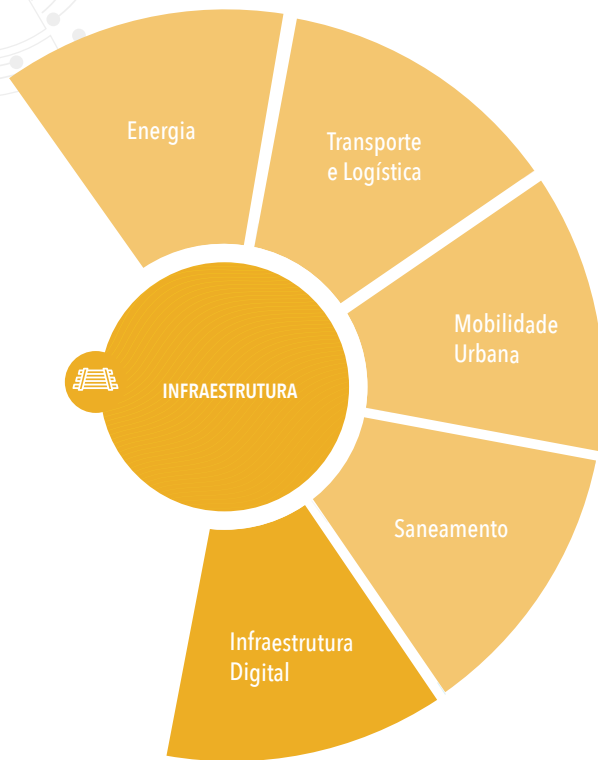


Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).



Iniciativas

- ⚡ Elevar a governança de distribuição de água potável.
- ⚡ Apoiar a geração e a disseminação de estudos, que incentivem o uso de novas tecnologias como ferramentas para gestão de perdas.
- ⚡ Promover o direcionamento de maior financiamento para programas de redução de perdas.
- ⚡ Incentivar a elaboração de planos de médio e longo prazo, com ações de controle das perdas na distribuição pelas concessionárias dos serviços.



8.5 INFRAESTRUTURA DIGITAL

A expansão da infraestrutura digital é alicerce para alavancar o desenvolvimento tecnológico, social e econômico do Brasil e fortalecer o posicionamento da indústria no cenário global.

🚩 PROBLEMA

A infraestrutura digital de um país é composta pelos bens de capital e aplicações em ambiente virtual que permitem o acesso das empresas e da população a toda sorte de serviços digitais como energia elétrica, internet, comunicação, serviços financeiros, modais de transporte, governo eletrônico, computação e armazenamento em nuvem, dentro outros. Dessa forma, ela é composta pelo conjunto de infraestruturas físicas (cabos submarinos e aterrados, satélites, estações de telecomunicações, etc.) e não físicas (aplicações de software da Tecnologia da Informação).

Grande parte dos processos industriais dependem de acesso de qualidade à internet.

Apesar de a conexão à internet continuar em expansão, o acesso à banda larga ainda enfrenta desafios. Um levantamento da TIC Domicílios de 2022 mostra que 36 milhões de pessoas não tem acesso à internet. Mesmo para a parcela significativa da população com acesso à internet, a qualidade ainda é baixa, quando observadas a assinatura de banda larga fixa por faixa de velocidade e a velocidade média de download. As velocidades de download de banda larga móvel também apresentam desempenho insatisfatório, quando comparadas com a média da OCDE.

Uma das soluções para melhorar esses indicadores é ampliar as redes 4G e, em breve, massificar o uso do 5G. Uma dificuldade enfrentada na expansão da banda larga, em especial do 5G, é a inadequação das regulamentações subnacionais para a infraestrutura de telecomunicações.

Atualmente, o Brasil apresenta alta dependência de satélites estrangeiros. A geolocalização e navegação por satélites permite o funcionamento de soluções logísticas, da aviação civil, do transporte marítimo e da segurança nacional, além de ser peça fundamental para o funcionamento dos aplicativos de mobilidade urbana e entregas. Também é importante para a previsão do tempo e gestão de recursos hídricos, essenciais para atividades de agropecuária, permitem monitoramento do desmatamento e controle do funcionamento de minas autônomas, sincronização do grid elétrico, uso da telemedicina em áreas remotas, de teleeducação, de telecomunicação e do sistema financeiro, veículos autônomos, entre outras atividades.

Os satélites contribuem também com a previsão do tempo, essencial para atividades de agropecuária, monitoramento do desmatamento e controle do funcionamento de minas



autônomas, entre outras atividades.

Quanto mais digitalizada a economia, maior a dependência de tecnologia espacial.

A importância do setor foi demonstrada em estudo conduzido pela *London School of Economics*, que determinou que uma interrupção do sistema de geolocalização por cinco dias geraria uma perda de 5,2 bilhões de libras.

A alta dependência do Brasil em relação a satélites estrangeiros constitui uma vulnerabilidade econômica e geopolítica, que precisa ser mitigada.

SOLUÇÃO

É essencial que a regulação das telecomunicações promova os incentivos necessários para a continuidade dos investimentos, viabilizando a disseminação de novas aplicações e tecnologias, bem como a expansão da internet banda larga no país.

No setor espacial, a garantia de recursos para pesquisa, inovação e domínio de tecnologias avançadas deve ser fomentada com a implementação de uma orçamentação plurianual condizente para o Programa Espacial Brasileiro, em decorrência de sua relevância estratégica para a segurança nacional e importância para o fornecimento de toda sorte de serviços à população e às empresas. A busca por parcerias com instituições de ciência e tecnologia também é essencial para impulsionar o desenvolvimento do setor.

BENEFÍCIOS ESPERADOS

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estima⁴⁵ que fechar o gap de infraestrutura digital com os países-membros da OCDE levaria a um aumento de 6,5% do PIB e de 5,4% da produtividade brasileira. A União Internacional de Telecomunicações (ITU) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) estimam⁴⁶ que um aumento em 10% em seu índice de digitalização ou na penetração da banda larga fixa levaria a um aumento de 1,9% no PIB para países selecionados da América Latina.

Os investimentos em tecnologia espacial reduzem a dependência brasileira de infraestrutura estrangeira. Também promovem o desenvolvimento de cadeias produtivas de alta tecnologia e valor agregado no país, com transbordamentos para outros setores, como o de fabricação de aviões, aeronaves elétricas de pouso e decolagem vertical e de drones.

⁴⁵ IDB. Regional Overview: Digital Infrastructure and Development in the Caribbean. Caribbean Quarterly Economic Bulletin. 2021

⁴⁶ ITU. The economic contribution of broadband, digitization and ICT regulation. ITU Publications. 2019.



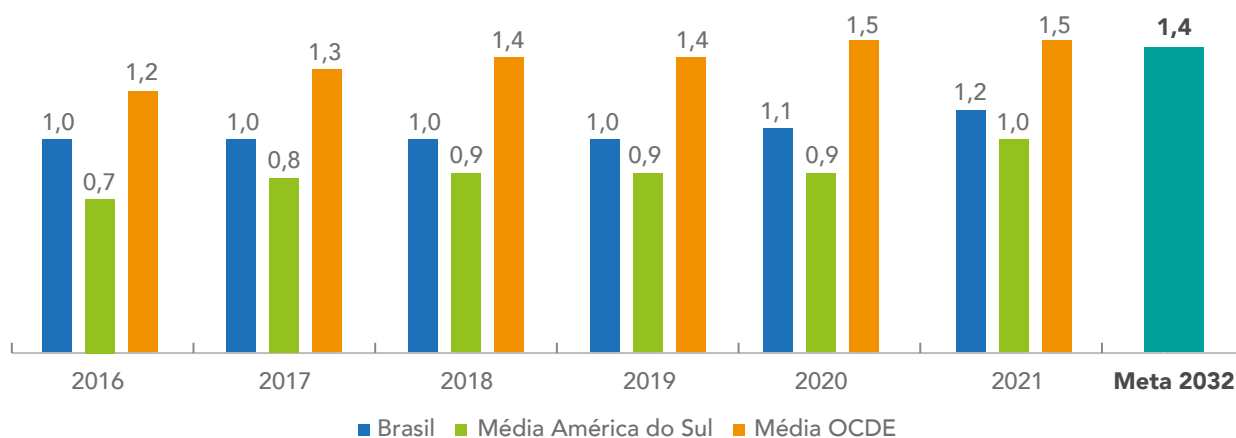
OBJETIVOS E INICIATIVAS

Objetivo: Aumentar a conectividade e o acesso à internet

Indicador: Total de acessos à banda larga fixa e móvel per capita

Meta: Aumentar em **25%** o total de acessos per capita a serviços de banda larga até 2032 (equivalente a **1,4 acessos per capita**)

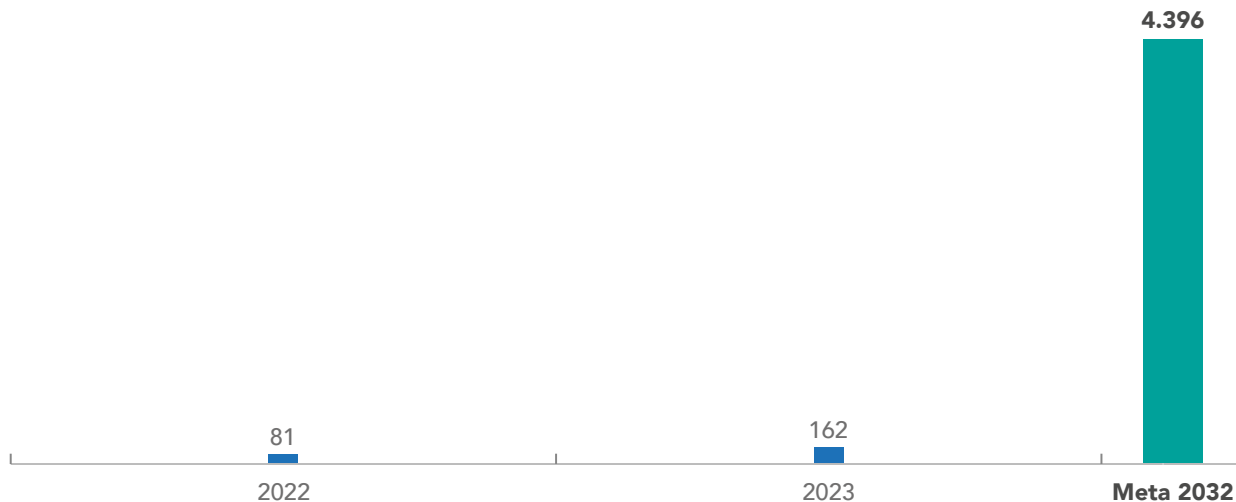
⚡ Crescimento de 2,0% a.a.



Fonte: Anatel e OCDE.

Iniciativas

- ⚡ Fomentar a ampliação do acesso à internet de alta velocidade, com a finalidade de reduzir a exclusão digital em áreas mais afastadas.
- ⚡ Promover o aprimoramento do arcabouço legal, regulatório e tributário do setor de telecomunicações.
- ⚡ Apoiar a garantia de cobertura ampla e isonômica de acesso à rede.

**Objetivo: Expandir a rede 5G****Indicador:** Municípios com cobertura de infraestrutura 5G**Meta:** Atender aos **4.396 municípios** com população inferior a 30 mil habitantes, conforme compromissos de abrangência do leilão de 5G, estabelecidos pela Anatel

Fonte: Anatel.

Iniciativas

- ⌘ Acompanhar o cumprimento do cronograma de compromissos de abrangência do leilão do 5G.
- ⌘ Estimular a implantação de *backhaul* de fibra óptica, conforme obrigações previstas no Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU V).
- ⌘ Incentivar a atualização das leis de antenas das cidades brasileiras.

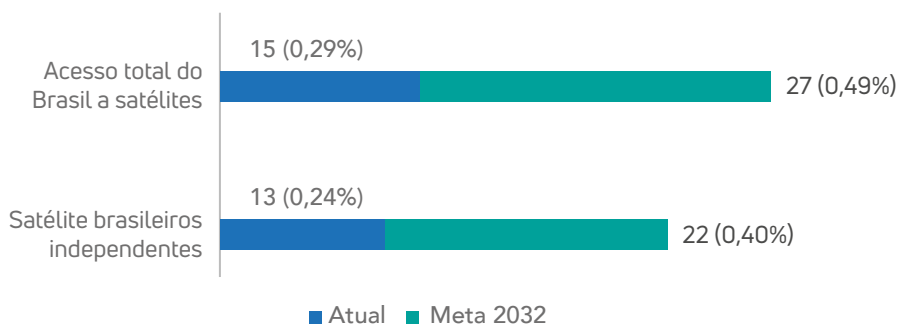


Objetivo: Reduzir a dependência de satélites estrangeiros

Indicador: Satélites brasileiros independentes em órbita (maio/2022)

Meta: Elevar o acesso brasileiro para **27 satélites**, 22 dos quais independentes

∴ Crescimento de 5,4% a.a.



Fonte: UCS Satellite Database.

Iniciativas

- ∴ Avaliar os impactos na sociedade e na economia brasileiras de uma disrupção dos serviços prestados por satélites.
- ∴ Elevar o Programa Espacial Brasileiro (PEB) à condição de programa do Estado Brasileiro, com previsibilidade e compromisso de alocação de recursos orçamentários compatíveis à sua importância estratégica para o país.
- ∴ Empregar compras públicas brasileiras para o desenvolvimento da indústria espacial brasileira, em particular por meio de Encomendas Tecnológicas (ETECs) e serviços espaciais.
- ∴ Engajar Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT's) no desenvolvimento tecnológico aplicado à Defesa e à Segurança.
- ∴ Fortalecer a imagem do setor de defesa e espacial, bem como sua relevância estratégica para a nação, por meio de campanhas de conscientização.
- ∴ Reprogramar o orçamento público em defesa e segurança, de forma a permitir maior planejamento por parte da indústria.
- ∴ Conferir flexibilidade ao uso do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) por "Empresas Estratégicas de Defesa" e "Empresas de Defesa", homologadas e credenciadas pelo Ministério da Defesa.
- ∴ Estimular o desenvolvimento de constelações nacionais de satélites de comunicação de baixa órbita.

INFRAESTRUTURA



ENERGIA

OBJETIVO
Garantir o fornecimento de energia elétrica a preços competitivos para a indústria

META
Reduzir o custo de energia elétrica para clientes industriais para 0,09 US\$/kwh até 2032
Redução de 4,3% a.a.

OBJETIVO
Garantir o fornecimento de gás natural a preços competitivos para a indústria

META
Reduzir o preço do gás natural ao patamar médio entre os preços Henry Hurb e TTF dos últimos 5 anos, equivalente a 8,72 US\$/MMBTU até 2032
Redução de 8,2% a.a.

TRANSPORTE E LOGÍSTICA

OBJETIVO
Aumentar os investimentos em infraestrutura de transportes

META
Elevar investimento total em transportes para 1,98% do PIB até 2032
Crescimento de 0,14 p.p. ao ano

OBJETIVO
Modernizar a infraestrutura das rodovias

META
Aumentar para 50% a extensão da malha rodoviária classificada como boa ou ótima até 2032
Crescimento de 1,6 p.p. ao ano

OBJETIVO
Modernizar a infraestrutura das ferrovias

META
Aumentar o nível de operação da malha ferroviária em relação à extensão total para 41% até 2032
Crescimento de 1,5 p.p. ao ano

OBJETIVO
Modernizar a infraestrutura de transportes aquaviários

META
Executar 100% dos recursos disponíveis para investimentos nos portos do orçamento das Cias. Docas Federais até 2032
Crescimento de 7,4 p.p. ao ano

OBJETIVO
Melhorar a eficiência dos serviços logísticos

META
Aumentar o índice de performance logística do Brasil para 3,6, até 2032 (média OCDE)
Crescimento de 1,3% a.a.

MOBILIDADE URBANA

OBJETIVO
Elevar a qualidade da mobilidade urbana - Investimento

META
Elevar o investimento total em mobilidade urbana para 0,12% do PIB até 2032
Crescimento de 0,007 p.p. ao ano

OBJETIVO
Elevar a qualidade da mobilidade urbana - Planejamento

META
Adesão à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) de todos os municípios com mais de 20 mil habitantes
Crescimento de 8,7 p.p. ao ano

SANEAMENTO

OBJETIVO
Aumentar a participação privada na prestação de serviços de saneamento para garantir os investimentos

META
Alcançar 35,2% dos municípios atendidos por prestadoras privadas de saneamento

OBJETIVO
Universalizar o acesso ao saneamento básico - Oferta de água potável

META
Garantir atendimento de 97,7% da população com água potável até 2032
Crescimento de 1,2 p.p. ao ano

OBJETIVO
Universalizar o acesso ao saneamento básico - Coleta e tratamento de esgoto

META
Garantir atendimento de 86,3% da população com coleta e tratamento de esgoto até 2032
Crescimento de 2,8 p.p. ao ano

OBJETIVO
Aumentar qualidade e eficiência na prestação dos serviços de Saneamento Básico

META
Reduzir a taxa de perdas na distribuição de água para 25% do total até 2032
Redução de 1,4 p.p. ao ano

INFRAESTRUTURA DIGITAL

OBJETIVO
Aumentar a conectividade e o acesso à internet

META
Aumentar em 25% o total de acessos per capita a serviços de banda larga até 2032 (equivalente a 1,4 acessos per capita)
Crescimento de 2,0% a.a.

OBJETIVO
Expandir a rede 5G

META
Atender os 4.396 municípios com população inferior a 30 mil habitantes, conforme compromissos de abrangência do Leilão de 5G estabelecidos pela ANATEL

OBJETIVO
Reduzir a dependência de satélites estrangeiros

META
Elevar o acesso brasileiro para 27 satélites, sendo 22 desses satélites independentes
Crescimento de 5,4% a.a.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABCON/SINDCON. **Painel de Monitoramento da Implementação do Novo Marco Legal.** ABCON SINDCON - Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Disponível em: <https://abconsindcon.com.br/abcon-sindcon/painel-de-monitoramento-da-implementacao-do-novo-marco-legal>. Acesso em: 05/10/2023.

ANATEL. **Acesso à banda larga fixa.** ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio/acessos-banda-larga-fixa>. Acesso em: 18/07/2023.

_____. **Compromissos de Abrangência do Leilão do 5G.** ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/compromissos-do-leilao-do-5g>. Acesso em: 18/07/2023.

ANBIMA. **Debêntures.** Disponível em: <http://www.debentures.com.br/exploreosnd/consultaadados/mercadosecundario/MercSecMes.aspx>. Acesso em: 13/03/2023.

_____. **Acompanhamento e Controle 5G.** ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acompanhamento-e-controle/5g>. Acesso em: 18/07/2023.

_____. **Cobertura móvel.** ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/meu-municipio/cobertura-movel>. Acesso em: 18/07/2023.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ranking de IDH.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 30/08/2023.

B3. **Índice de Sustentabilidade Empresarial.** Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm. Acesso em: 06/10/2023.

BCB. **Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB).** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em: 18/08/2023.

_____. **Histórico das metas para a inflação.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso em: 16/08/2023.

_____. **Investimentos diretos no país (IDP).** Disponível em: Relatório de Investimento Direto (bcb.gov.br). Acesso em: 18/08/2023.

_____. **Investimentos diretos no exterior (IDE).** Disponível em: Relatório de Investimento Direto (bcb.gov.br). Acesso em: 18/08/2023.

_____. **Posições de Investimento Internacional.** Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 18/08/2023.

_____. **Estatísticas de crédito. Saldos percentuais em relação ao PIB – por atividade econômica.** Saldo ao setor industrial / PIB - Total Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 05/10/2023.



_____. Estatísticas de crédito. **Saldos com recursos livres**. Saldo - Pessoas jurídicas - Financiamento a exportações. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 05/10/2023.

_____. Estatísticas de crédito. **Saldo por porte da empresa**. Saldo das operações de crédito por porte da empresa – Micro, Pequena e Média (MPMe). Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/27701-saldo-das-operacoes-de-credito-por-porte-da-empresa---micro-pequena-e-media-mpme>. Acesso em: 17/08/2023.

BANCO MUNDIAL. **Doing Business Subnacional Brasil 2021**. Disponível em: https://subnational.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/media/Subnational/DB2021_SNDB_Brazil_Full-report_Portuguese.pdf. Acesso em: 26/07/2023.

_____. **Índice de desempenho logístico (LPI)**. Disponível em: <https://lpi.worldbank.org/>. Acesso em: 21/07/2023.

_____. **Industry, value added (% of GDP)**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/jobs/Series/NV.IND.TOTL.ZS>.

_____. **Statistical Performance Indicators (SPI)**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/programs/statistical-performance-indicators>. Acesso em: 24/07/2023.

_____. **World Development Indicators**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>. Acesso em: 08/08/2023.

_____. **World Development Indicators**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.MKTP.CD&country>.

_____. **Worldwide Governance Indicators**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/worldwide-governance-indicators>. Acesso em: 21/08/2023.

BANCO CENTRAL. **Histórico das metas para a inflação**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>.

_____. **Dívida Bruta do Governo Geral – DDBG**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>.

_____. **Saldo da carteira de crédito com recursos livres - Pessoas jurídicas - Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC)**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/20565-saldo-da-carteira-de-credito-com-recursos-livres---pessoas-juridicas---adiantamento-sobre-con>.

_____. **Saldo das operações de crédito por atividade econômica - Indústria total**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/22043-saldo-das-operacoes-de-credito-por-atividade-economica---industria-total>.

_____. **Saldo das operações de crédito por porte da empresa - Micro, Pequena e Média (MPMe)**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.



_____. **Tabelas Especiais – Balanço de pagamentos (BPM6)**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>.

BRASIL. Casa Civil. **Brasil se compromete a reduzir emissões de carbono em 50%, até 2030**. Brasília, DF: Casa Civil, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/brasil-se-compromete-a-reduzir-emissoes-de-carbono-em-50-ate-2030>. Acesso em: 13/07/2023.

_____. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019**. Altera o Sistema Tributário Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>. Acesso em: 17/08/2023.

_____. Empresa de Pesquisa Energética. **Balanço Energético Nacional**. 2015-2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-ben>. Acesso em: 17/08/2023.

_____. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=04/01/2012&totalArquivos=112>. Acesso em: 21/07/2023.

_____. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano Anual de Outorga Florestal – Publicações**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/concessao-florestal/plano-anual-de-outorga-florestal/plano-anual-de-outorga-florestal-publicacoes>. Acesso em: 05/10/2023.

_____. Ministério das Cidades. **Municípios com planos de mobilidade urbana**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/mobilidade-urbana/sistema-de-apoio-a-elaboracao-de-planos-de-mobilidade-urbana/levantamento-sobre-a-situacao-dos-planos-de-mobilidade-urbana>. Acesso em: 21/07/2023.

_____. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: 16/08/2023.

_____. Ministério das Cidades. **SNIS: IN055; IN056; IN049**. SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 16/08/2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Acordos dos quais o Brasil é parte**. Disponível em: <http://mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/796-negociacoes-internacionais-2>. Acesso em: 03/08/2023.

_____. Ministério da Economia. **Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais**. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>. Acesso em: 29/08/2023.

_____. Ministério da Economia. **Orçamento de Investimento**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/central-de-conteudo/guias-e-manuais/dados-e-estatisticas/orcamento-de-investimento>. Acesso em: 18/08/2023.



_____. Ministério da Economia. **Tomada de subsídio sobre o Plano de Implementação das Recomendações do Peer Review da OCDE: a reforma regulatória do Brasil.** Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/reg/arquivos/tomada-de-subsidio-01-2022-v11.pdf>. Acesso em: 26/07/2023.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Anuário Estatístico da Educação Profissional e Tecnológica.** INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/anuario_estatistico_educacao_profissional_tecnologica_2019.pdf. Acesso em: 23/08/2023.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Censo Escolar.** INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 23/08/2023.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Formação docente.** INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 23/08/2023.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 23/08/2023.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **PISA 2018.** INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil>. Acesso em: 23/08/2023.

_____. Ministério da Fazenda. **Boletim de arrecadação dos tributos estaduais.** CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>.

_____. Ministério da Fazenda. **Acordos para evitar a dupla tributação internacional.** Receita Federal (2022). Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/acordos-internacionais/acordos-para-evitar-a-dupla-tributacao/acordos-para-evitar-a-dupla-tributacao>

_____. Ministério da Infraestrutura. **Concessões ferroviárias.** ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/declaracao-de-rede>. Acesso em: 14/09/2023.

_____. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO).** Disponível em: <https://dadosabertos.mdr.gov.br/dataset/fundos-constitucionais-de-financiamento>. Acesso em: 17/08/2023.

_____. Ministério da Previdência Social. **Portal Brasileiro de Dados Abertos.** Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/dados-abertos>. Acesso em: 08/08/2023.



_____. Ministério da Previdência Social. **Portal da Transparência Previdenciária** **Transparência Previdenciária – junho/2023**. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/portal-de-transparencia>. Acesso em 10/08/2023.

_____. Ministério da Saúde. **Dados Econômico-Financeiros da Saúde Suplementar**. ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/aceso-a-informacao/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor>. Acesso em: 07/08/2023.

_____. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)**. Disponível em: <https://sisgen.gov.br/paginas/pubpesqnotificacao.aspx>. Acesso em: 17/08/2023.

_____. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Relatório Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos**. Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos. Disponível em: <https://sinir.gov.br/relatorios/nacional/>. Acesso em: 17/08/2023.

_____. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Biodiversidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade>. Acesso em: 10/07/2023.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Boletim mensal de acompanhamento da indústria de gás natural**. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-bicombustiveis/publicacoes-1/boletim-mensal-de-acompanhamento-da-industria-de-gas-natural/2023>. Acesso em: 16/08/2023.

_____. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Plano Plurianual 2024-2027**. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/presidencial-ppa-2024-2027>. Acesso em: 05/10/2023.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Brasília, DF. Disponível em: bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php.

_____. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 25/07/2023.

_____. Receita Federal. **Arrecadação por Divisão Econômica da CNAE**. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-por-divisao-economica-da-ctae>. Acesso em 30/08/2023.

_____. Receita Federal. **Time Release Study – Brasil**. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/resultados/estatisticas_comercio_exterior/estudos-e-analises. Acesso em: 29/08/2023.

BNDES. **Desembolso do sistema BNDES**. BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/resultado-da-busca?q=Desembolso%20do%20sistema%20BNDES>.

CIRCLE ECONOMY. **The Circularity Gap Report 2023**. Disponível em: <https://www.circularity-gap.world/2023>. Acesso em: 15/08/2023.

CNI. **Plano de Retomada da Indústria - Uma nova estratégia, focada em inovação, descarbonização, inclusão social e crescimento sustentável**. Brasília: CNI – Confederação Nacional da Indústria, 2023. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2023/5/plano-de-retomada-da>



industria-uma-nova-estrategia-focada-em-inovacao-descarbonizacao-inclusao-social-e-crescimento-sustentavel/. Acesso em: 06/09/2023.

_____. **Desafios à Competitividade das Exportações Brasileiras – Edição 2022**. Brasília: CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-internacionais/publicacoes/desafios-a-competitividade-das-exportacoes-brasileiras-2022/>. Acesso em: 05/09/2023.

_____. **Desempenho da indústria no mundo**. Indicadores econômicos. Brasília: CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/desempenho-da-industria-no-mundo/>. Acesso em: 06/09/2023.

_____. **Nota Econômica 26: Exportações de bens da indústria de transformação foram recorde em 2022**. Brasília: CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2023. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/63/e3/63e30d84-73a2-4974-bc7f-260adc371cdd/nota-economica26_mar2023_vf.pdf. Acesso em: 04/09/2023.

_____. **Relatórios de infraestrutura (2000-2023)**. Confederação Nacional da Indústria. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/infraestrutura/>.

_____. **Sondagem Especial nº 83 – Indústria 4.0 – Cinco anos depois**. Brasília: CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2022. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-83-industria-40-cinco-anos-depois/>. Acesso em: 30/06/2023.

_____. **Sondagem Especial nº 76 – Falta de Trabalhador Qualificado**. Brasília: CNI - Confederação Nacional da Indústria, 2020. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/53/fc/53fc7968-f778-4153-a771-6305d46edaab/sondespecial_faltadetrabalhadorqualificado.pdf. Acesso em: 09/08/2023.

_____. **Produtividade na Indústria**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/produtividade-na-industria/>.

CNJ. **Sumário executivo Justiça em números 2022**. CNJ – Conselho Nacional de Justiça, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/sumario-executivo-jn-v3-2022-2022-09-15.pdf>. Acesso em: 27/07/2023.

CNT. **Pesquisa CNT Rodovias**. CNT – Confederação Nacional do Transporte. Disponível em: <https://cnt.org.br/documento/6b24f1b4-9081-485d-835d-c8aafac2b708>. Acesso em: 19/08/2023.

ENACHE, Cristina. **Corporate Tax Rates Around the World**. Tax Foundation, dezembro, 2022. Disponível em: <https://taxfoundation.org/data/all/global/corporate-tax-rates-by-country-2022/>. Acesso em: 28/08/2023.

EPE. **Balanco Energético Nacional 2023**. Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-ben>.

EPE. **Balanco Energético Nacional – Relatório Síntese (2012-2023)**. Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-601/topico-588/BEN_S%C3%ADntese_2021_PT.pdf.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 23/08/2023.



FGV. **Registro Público de Emissões**. Inventários por setor de atividade. Disponível em: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatisticas/inventarios-por-setor>. Acesso em: 24/07/2023.

FMI. **GDP per capita, current prices**. FMI – International Monetary Fund. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PPP@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>. Acesso em: 08/08/2023.

_____. **International Financial Statistics (IFS)**. FMI – International Monetary Fund. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=4c514d48-b6ba-49ed-8ab9-52b0c1a0179b>.

FNCP. **Áreas de atuação**. FNCP - Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade. Disponível em: <https://fncp.org.br/areas-de-atuacao/>. Acesso em: 22/08/2023.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. 2021. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/>. Acesso em: 13/07/2023.

GLOBAL TRADE ALERT. **Data & methodology**. Disponível em: https://www.globaltradealert.org/data_extraction. Acesso em: 05/10/2023.

IBGE. **Conta-Satélite de Saúde: Despesas com saúde em 2019 representam 9,6% do PIB**. Agência de Notícias IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33484-despesas-com-saude-em-2019-representam-9-6-do-pib>. Acesso em: 07/08/2023.

_____. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>. Acesso em: 13/03/2023.

_____. Sistema de Contas Nacionais. **Conta Satélite de Saúde**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9056-conta-satelite-de-saude.html>. Acesso em: 15/08/2023.

_____. Sistema de Contas Nacionais. **Tabelas de Recursos e Usos**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>. Acesso em: 31/08/2023.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>. Acesso em: 15/08/2023.

_____. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa)**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>. Acesso em: 30/06/2023.

_____. **Pesquisa de Inovação Semestral 2021**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9141-pesquisa-de-inovacao.html>. Acesso em: 30/06/2023.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc)**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 16/08/2023.

IDB. **Regional Overview: Digital Infrastructure and Development in the Caribbean**. IDB – Inter-American Development Bank. Caribbean Quarterly Economic Bulletin, 2021.



IEA. **Energy end-uses and Efficiency Indicators Highlights**. Disponível em: <https://www.iea.org/data-and-statistics/data-product/energy-efficiency-indicators-highlights>. Acesso em: 06/10/2023.

IEDI. **IEDI na Imprensa - Brasil não tem nem 0,5% da venda global de manufaturados**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI. 2023. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2023/iedi_na_imprensa_20230228_brasil_nao_tem_nem_05_da_venda_global_de_manufaturados.html. Acesso em: 06/09/2023.

IEP. **Economic Value of Peace 2021**. IEP - Institute for Economics and Peace. Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/reports/>.

IMD. **World Competitiveness Center (WCC)**. IMD - International Institute for Management Development. Disponível em: <https://worldcompetitiveness.imd.org/>. Acesso em: 11/08/2023.

_____. **World Competitiveness Yearbook**. IMD - International Institute for Management Development. Disponível em: <https://www.imd.org/centers/wcc/world-competitiveness-center/rankings/world-competitiveness-ranking/>. Acesso em: 24/07/2023.

INEP. **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil**. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil>. Acesso em: 23/08/2023.

INSPER. **Contencioso tributário no Brasil Relatório 2020**. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/01/Contencioso_tributario_relatorio2020_vf10.pdf. Acesso em: 28/07/2023.

INSS. **Transparência Previdenciária – junho/2023**. INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/portal-de-transparencia>. Acesso em: 10/08/2023.

InterB. **21ª Carta de Infraestrutura**. Inter.B Consultoria Internacional de Negócios. Disponível em: <https://interb.com.br/wp-content/uploads/2022/07/CI21-21a-Carta-de-Infraestrutura.pdf>. Acesso em: 19/07/2023.

_____. **22ª Carta de Infraestrutura**. Inter.B Consultoria Internacional de Negócios. Disponível em: <https://www.sinicon.org.br/files/22a-Carta-de-Infraestrutura-29.05.2023-FINAL.pdf>. Acesso em: 19/07/2023.

B3. **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Disponível em: <https://iseb3.com.br/respostas-em-planilhas>. Acesso em: 06/10/2023

ITU. **The economic contribution of broadband, digitization and ICT regulation**. ITU - International Telecommunication Union. ITU Publications, 2019.

_____. **Global Cybersecurity Index**. ITU - International Telecommunication Union. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Cybersecurity/Pages/global-cybersecurity-index.aspx>. Acesso em: 16/07/2023.

MBC. **Custo Brasil**. MBC - Movimento Brasil Competitivo e MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Edição 2023. Disponível em: <https://www.mbc.org.br/programa-custo-brasil/>. Acesso em: 14/09/2023.

METRÔ. **Pesquisa Origem-Destino 2017, 2019**. STM - Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos e METRÔ - Companhia do Metropolitano de São Paulo. Disponível em: <https://www.metro.sp.gov.br/pesquisa-od/>. Acesso em: 21/07/2023.



OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Emissões do Brasil tem maior alta em 19 anos**. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/en/emissoes-do-brasil-tem-maior-alta-em-19-anos/>. Acesso em: 13/07/2023.

OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **The Economic Complexity Index - Country Ranking**. Disponível em: <https://oec.world/en/rankings/eci/hs6/hs92?tab=rank>. Acesso em: 27/07/2023.

ONTL. **Plano Nacional de Logística**. ONTL - Observatório Nacional de Transporte e Logística. Disponível em: https://ontl.epl.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/PNL_2035_29-10-21.pdf. Acesso em: 21/07/2023.

OCDE. **Broadband Statistics**. Disponível em: <https://www.oecd.org/digital/broadband/broadband-statistics/>. Acesso em: 18/07/2023.

_____. **Education GPS**. Disponível em: <https://gpseducation.oecd.org/IndicatorExplorer>. Acesso em: 24/08/2023.

_____. Green Growth Indicators. **Non-energy material productivity, GDP per unit of DMC**. Disponível em: https://stats.oecd.org/viewhtml.aspx?datasetcode=GREEN_GROWTH&lang=en. Acesso em: 16/08/2023.

_____. **ICT Access and Usage by Businesses**. Disponível em: https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=ICT_BUS. Acesso em: 27/07/2023.

_____. **Investment (GFCF)**. Disponível em: <https://data.oecd.org/economy.htm>. Acesso em: 19/07/2023.

_____. **Municipal waste, Generations and Treatment**. Disponível em: <https://stats.oecd.org/index.aspx?DataSetCode=MUNW>. Acesso em: 16/08/2023.

_____. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)**. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/pisa-2018-results.htm>. Acesso em: 24/08/2023.

_____. Regional Economy. **Regional income per capita**. Disponível em: https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=REGION_ECONOM. Acesso em 16/08/2023.

ONU. **E-Government Development Index (EGDI)**. Disponível em: <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/About/Overview/-E-Government-Development-Index>. Acesso em: 24/07/2023.

SENADO. **Estudo aponta que falta de saneamento prejudica mais de 130 milhões de brasileiros**. Agência Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/estudo-aponta-que-falta-de-saneamento-prejudica-mais-de-130-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 21/07/2023.

SESI. **Pesquisa Saúde & Trabalho, 2023**. https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/71/84/71842eff-238c-4536-ab68-cf0f9c461b7b/pesquisa_cni_saude_trabalho.pdf. Acesso em: 15/08/2023.

SMARTLAB. **Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho**. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst>. Acesso em: 10/08/2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário brasileiro da educação básica**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/anuario-da-educacao/>. Acesso em: 04/10/2023.



TST. **Relatório Geral da Justiça do Trabalho – 2022**. TST - Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/18640430/31950226/RGJT2022.pdf/fa638cf6-969b-6508-09d8-625ffb9cd93?t=1689185086782>. Acesso em: 28/08/2023.

UCS **Satellite Database**. Disponível em: <https://www.ucsusa.org/resources/satellite-database>. Acesso em: 18/07/2023.

UNDP. **Human Development Reports – Gender Inequality Index (GII)**. United Nations Development Programme (UNDP). Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/thematic-composite-indices/gender-inequality-index#/indicies/GII>. Acesso em: 07/08/2023.

UNESCO. **Gross Expenditure on Research and Development as a percentage of GDP**. Disponível em: <http://data.uis.unesco.org/>. Acesso em: 25/07/2023.

_____. Other policy relevant indicators: **Distribution of tertiary graduates by field of study**. Disponível em: <http://data.uis.unesco.org/>. Acesso em: 25/07/2023.

VALOR ECONÔMICO. **PIB na pandemia: compare o desempenho do Brasil com o de outros 190 países**. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/22/pib-na-pandemia-compare-o-desempenho-do-brasil-com-o-de-outros-190-paises.ghtml>. Acesso em: 30/06/2023.

WHO. **Premature deaths due to noncommunicable diseases (NCD) as a proportion of all NCD deaths**. WHO – World Health Organization. Disponível em: [https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/ncd-deaths-under-age-70-\(percent-of-all-ncd-deaths\)](https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/ncd-deaths-under-age-70-(percent-of-all-ncd-deaths)). Acesso em: 11/08/2023.

_____. **Total net official development assistance to medical research and basic health sectors per capita (US\$), by recipient country**. World Health Organization (2021). Disponível em: <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/total-net-official-development-assistance-to-medical-research-and-basic-health-sectors-per-capita>. Acesso em: 11/08/2023.

WIPO. **Global Innovation Index 2022**. WIPO - World Intellectual Property Organization. Disponível em: https://www.wipo.int/global_innovation_index/en/2022/. Acesso em: 27/06/2023.

_____. **IP Statistics Data Center**. WIPO - World Intellectual Property Organization. Disponível em: <https://www3.wipo.int/ipstats/key-search/indicator> Global Innovation Index. Acesso em: 27/06/2023.

_____. **IP Statistics Data Center**. WIPO - World Intellectual Property Organization. Disponível em: <https://www.globalinnovationindex.org/gii-2022-report>. Acesso em: 27/06/2023.

WJP. **WJP Rule of Law Index**. WJP - World Justice Project, 2023. Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/global>. Acesso em: 28/07/2023.

_____. **World Justice Project**. Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/our-work/wjp-rule-law-index/wjp-rule-law-index-2017%E2%80%932018/current-historical-data>. Acesso em: 24/08/2023.

WTO Stats. **World Trade Organization**. Disponível em: <https://stats.wto.org/>.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos às instituições e que colaboraram na construção do Mapa Estratégico da Indústria 2023-2032.

FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA

Federações das Indústrias

FIAC – Federação das Indústrias do Estado do Acre

FIEA – Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

FIAP – Federação das Indústrias do Amapá

FIEAM – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará

FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal

FINDES – Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás

FIEMA – Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

FIEMT – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso

FIEMS – Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FIEPA – Federação das Indústrias do Estado do Pará

FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FIEPE – Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FIEPI – Federação das Indústrias do Estado do Piauí

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia

FIER – Federação das Indústrias do Estado de Roraima

FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIES – Federação das Indústrias do Estado de Sergipe

FIETO – Federação das Indústrias do Estado do Tocantins

Associações Nacionais da Indústria

ABAL - Associação Brasileira do Alumínio

ABCE - Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica



ABCIC - Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto

ABCON - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto

ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland

ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

ABESPETRO - Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo

ABIA - Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação

ABIARROZ - Associação Brasileira da Indústria do Arroz

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café

ABICAB - Associação Brasileira Indústria Chocolates Cacau Amendoim Balas Derivados

ABICALÇADOS - Associação Brasileira das Indústrias de Calçados

ABIFA - Associação Brasileira de Fundição

ABIFER - Associação Brasileira da Indústria Ferroviária

ABIFINA - Associação Brasileira da Indústria de Química Fina

ABIFUMO - Associação Brasileira da Indústria do Fumo

ABIGRAF - Associação Brasileira da Indústria Gráfica

ABIHPEC - Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

ABIMAPI - Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias e Pão & Bolo Industrializados

ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ABIMDE - Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança

ABIMETAL - Associação Brasileira da Indústria Processadora de Aço

ABIMO - Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos

ABIMÓVEL - Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABINPET - Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação

ABIÓPTICA - Associação Brasileira das Indústrias Ópticas

ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ABIP - Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria

ABIPEÇAS - Associação Brasileira da Indústria de Autopeças

ABIPLA - Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins

ABIPLAST - Associação Brasileira da Indústria do Plástico

ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química

ABIR - Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas

ABIROCHAS - Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais

ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção



ABITAM - Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal

ABITRIGO - Associação Brasileira da Indústria do Trigo

ABIVIDRO - Associação Brasileira das Indústrias de Vidro

ABPA - Associação Brasileira de Proteína Animal

ABRA - Associação Brasileira de Reciclagem Animal

ABRABE - Associação Brasileira de Bebidas

ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Indústrias de Energia

ABRAMAT - Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção

ABREGEL - Associação Brasileira das Empresas de Alimentos, Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados, Liofilizados, Gelo, Bebidas e Afins

ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

AÇO BRASIL - Instituto Aço Brasil

AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil

AIAB - Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil

ALANAC - Associação Laboratórios Farmacêuticos Nacionais

ANAFIMA - Associação Nacional da Indústria da Música

ANDA - Associação Nacional para Difusão de Adubos

ANEOR - Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias

ANFACER - Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos, Louças Sanitárias e Congêneres

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

ANICER - Associação Nacional da Indústria Cerâmica

ANUT - Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga

ASSINTECAL - Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CERVBRASIL - Associação Brasileira da Indústria da Cerveja

CICB - Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil

ELETROS - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos

FARMABRASIL - Associação Grupo FARMABRASIL

FNS - Fórum Nacional Sucreenergético

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores

IBP - Instituto Brasileira de Petróleo e Gás

IBRAC - Instituto Brasileiro da Cachaça

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial



INTERFARMA - Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

PRÓ GENÉRICOS - Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares

SINDICERV - Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja

ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo

VIVA LÁCTEOS - Associação Brasileira de Laticínios

Agradecimentos à equipe interna da CNI, do SESI, SENAI e IEL, ao esforço e dedicação na construção do Mapa, com especial atenção a:

Afonso de Carvalho Costa Lopes

Alexandre Vitorino

Aline Veras

Ana Luiza Snoeck

Ana Maria Santos Fidelis

Ana Paula Lycurgo

Anaely da Silva

Andreia de Sousa Lopes

Anna Henriquetta Toscano Dantas

Aretha Amorim Cury Correa

Bárbara Borges de Oliveira

Barbara Salatiel Borges

Bruna Costa Mendes de Farias

Carolina Gomes Nascimento

Caroline Giusti de Araujo

Cássia Cajueiro

Cassio Augusto Muniz Borges

Christina Aires

Claudia Martins Ramalho

Constanza Negri

Daniel Alisson

Danielle Simões Guimarães

Danilo Severian

Davi Bomtempo

Denise Gregory

Diego Rafael Laurindo

Dyanna Tavares

Érica Oliveira Gonzales

Euder Santana de Sousa

Fabiano Lima Pereira

Fabiano Pereira

Fabio Bandeira Guerra

Fabio de Deus

Fábio Gomes

Felipe Morgado

Fernanda de Menezes Barbosa

Francis Ricken

Francisca Rangélia Coelho

Frederico Goncalves Cezar

Georgia Antony de Matos

Gerlane Goncalves de Andrade

Gianna Cardoso Sagazio

Gina Marini

Guilherme de Franca Teixeira

Gustavo Leal

Havila da Nobrega Oliveira

Idenilza Moreira de Miranda

Inacio Calache Cozendey

Isabella Martins do Carmo

Janaina da Silva Stein

Jefferson de Oliveira Gomes

José Leitão

Júlia Moreira Pupe

Juliana Borges Falcao

Juliana Lucena do Nascimento

Juliano Antônio Sebben



Karine Cristina Paiva

Katyana Aragao Menescal

Laise Pedroso

Larissa Malta Santos

Leandro de Oliveira Almeida

Leda Camila Cartaxo Assunção

Leonardo Estrela

Ludmila Jesus da Silva Carvalho

Luis Gustavo Delmont

Luisa Campos Faria

Luiz Leão

Lytha Spindola

Maira de Amorim Rocha

Maitê Smiderle

Marcello José Pio

Marcello Lira Doudement

Marcelo Arguelles de Souza

Marcelo Souza Azevedo

Marcio Francisco da Silva

Márcio Francisco da Silva

Márcio Guerra

Marcos Abreu Torres

Marcos Borges de Castro

Marcos Dalsecco Braga Arcuri

Marcos Vinicius Sasso Bento

Marcus Gabriel da Silva

Maria Carolina Marques

Maria do Socorro Lima Castello Branco

Maria Virgínia Colusso

Mariana Lodder

Marilza Regattiere

Marina Isadora Barbosa Souza

Mario Augusto Cardoso

Mario Sergio Carraro Telles

Migliane Reus

Monica Giagio

Monica Messenberg

Natalia Pacheco Rabelo

Pablo Rolim Carneiro

Patricia Fernandes de Carvalho

Paula Bogossian

Paula Nadai

Paulo Mol Junior

Pedro Sutter Simoes

Pietra Paraense Mauro

Pollyana de Carvalho

Priscila Maria Wanderley Pereira

Rafael Ernesto Kieckbusch

Rafael Lucchesi Ramacciotti

Rafael Silva e Sousa

Rafaela Aloise de Freitas

Ramon Goulart Cunha

Reinaldo Felisberto Damacena

Renata Medeiros dos Santos

Rennaly Patricio Sousa

Roberto de Medeiros Junior

Roberto Wagner Pereira

Ronnie Sa Pimentel

Rosangela Costa

Rubens Porto

Samantha Ferreira e Cunha

Sandro Ormond

Sarah Saldanha

Sergio Pedrosa Moreira

Suzana Figueredo

Sylvia Lorena Teixeira

Tatiana Farah Cauville

Tatiani Leal

Thiago Tahoe

Ualger Luiz Lourenco da Costa

Valdir Antônio

Vanessa Canhete



Vinicius Luis Nonato

Wagner Cardoso

Wanderley Coelho Baptista

Wilker Bastezini

Wilson Correa de Araujo Neto

Wisley Joao Pereira

CNI

Robson Braga de Andrade

Presidente

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONOMIA - DDIE

Lytha Battiston Spíndola

Diretora

GERÊNCIA DE ESTRATÉGIA E COMPETITIVIDADE - GEC

Maria Carolina Correia Marques

Gerente

Coordenação do Projeto de Elaboração do Mapa Estratégico da Indústria 2023-2032

Lytha Battiston Spíndola

Maria Carolina Correia Marques

Barbara Borges de Oliveira

Cássia Pedrosa Cajueiro

Maitê Sarmet Moreira Smiderle Mello

Denise Nogueira Gregory

Ana Paula Guimarães Lycurgo Leite

Fátima Videira da Cunha

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM

Ana Maria Curado Matta

Diretora

Superintendência de Publicidade e Mídias Sociais

Mariana Caetano Flores Pinto

Superintendente

Sarah de Oliveira Santana

Irineu Afonso de Oliveira

Produção Editorial

DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS - DSC

Fernando Augusto Trivellato

Diretor

Superintendência de Administração

Maurício Vasconcelos de Carvalho

Superintendente

Alberto Nemoto Yamaguti

Normalização

LCA Consultores

Consultoria

ZPC Consultoria em Comunicação

Revisão Gramatical

Candeia

Projeto Gráfico e Diagramação

 www.cni.com.br [/cnibrasil](https://www.facebook.com/cnibrasil) [/cni_br](https://twitter.com/cni_br) [/cnibr](https://www.instagram.com/cnibr) [/cniweb](https://www.youtube.com/cniweb) [/cni-brasil](https://www.linkedin.com/company/cni-brasil)

Confederação Nacional da Indústria

PELO FUTURO DA INDÚSTRIA